DOCUMENTO ORIENTADOR DA PLENÁRIA FINAL

Este Documento é resultado da sistematização das Teses oriundas dos Seminários Regionais de Alto Araguaia, Cáceres, Sinop e Tangará da Serra e, sendo a base de discussão dos GTs e de deliberação pelos Delegados, constituirá a Tese Final a partir da realização da Plenária Final do 3º Congresso Universitário que seguirá para os conselhos superiores para providências.

Comissão Central
Secretaria de Sistematização de Documentos
Outubro de 2017

EIXOS TEMÁTICOS QUE FAZEM PARTE DESTA TESE

(X) Eixo 1 – Graduação
(X) Eixo 2 – Pós-graduação
(X) Eixo 3 – Pesquisa
(X) Eixo 4 – Extensão e Cultura
(X) Eixo 5 – Gestão
(X) Eixo 6 – Política Estudantil
(X) Eixo 7 – Política de Financiamento

RESUMO

Este documento é o resultado da sistematização das Teses Regionais elaboradas a partir de discussões ocorridas durante os Seminários Regionais de Alto Araguaia, Cáceres, Sinop e Tangará da Serra, com a participação dos segmentos docente, discente e técnico que apresentaram o objetivo de fortalecer a Unemat em todas as regiões de Mato Grosso. As propostas apresentadas neste documento abrangem os sete eixos: 1-Graduação; 2-Pós-graduação; 3-Pesquisa; 4-Extensão e Cultura; 5-Gestão; 6-Política Estudantil e 7-Política de Financiamento, sendo que algumas proposições apontam para alterações pedagógicas, outras de ordem administrativa ou estrutural. Os textos originais dos elementos que constituem este Documento Orientador foram mantidos, sem identificação de seus autores, respeitando-se as oposições, divergências e contradições de ideias e concepções. Assim, as propostas aqui apresentadas contextualizam os anseios da comunidade acadêmica em melhorar a qualidade da Educação Superior do Estado de Mato Grosso, a partir de análises e com base na atual estrutura da Unemat e coloca-se para apreciação dos demais estudiosos sobre a Universidade, alguns apontamentos que doravante estão divididos nos eixos temáticos delineados sequencialmente, conforme supramencionado. As propostas afirmam que, ainda que se considere o processo histórico da Unemat, características peculiares e políticas públicas provindas recentemente, a Educação Superior Estadual enfrenta enormes desafios e, nesse sentido, sua missão e seus propósitos deverão ser claros junto à sociedade mato-grossense. Dessa forma, as propostas objetivam fortalecer as carreiras docente e técnica para o desenvolvimento da extensão, graduação, pós-graduação e pesquisa. Ao apresentar proposições para o fortalecimento da instituição e a redefinição do ensino de graduação, pós-graduação, da pesquisa, da extensão, da cultura e da gestão de seus processos, acredita-se que a implantação e implementação de políticas institucionais alicerçadas em forte base de planejamento, valorização de pessoas, otimização de recursos materiais e financeiros, possibilitam o exercício pleno das potencialidades da Unemat, de forma democrática, coletiva e participativa. A partir de análises e com base na atual estrutura da Unemat, este Documento Orientador apresenta, para apreciação da comunidade acadêmica,

proposições organizadas pelos Eixos Temáticos previamente definidos. Essas proposições incluem a atualização e aperfeiçoamento da comunicação institucional da Unemat, tencionando maior interação com interlocutores e fortalecimento da imagem da Instituição como produtora de CT&I, como formadora de profissionais e como articuladora com a sociedade mato-grossense. Em termos metodológicos, as discussões foram realizadas entre docentes, técnicos e discentes, utilizando-se como subsídios as proposições do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) e o Caderno de propostas apresentadas ainda à época do II Congresso Universitário, realizado em 2008. Os resultados são apresentados em formato de propostas em cada Eixo Temático, salientando que há uma complexidade nos processos de discussão, isso porque pensar a universidade envolve múltiplas formas, recursos, políticas de gestão, políticas públicas e muitas variáveis complexas para compreender a própria identificação e suas relações. Contudo, acredita-se que tem sido salutar o empenho deste 3º Congresso Universitário, de pensar as limitações, os desafios e as possibilidades de atuação institucional em cada Eixo Temático, por todas as categorias de trabalho e dos próprios usuários dos serviços prestados pela instituição. As propostas elaboradas agrupam a pluralidade de ideias referenciadas em legislações internas e de âmbito público estadual/federal que foram discutidas e embasadas em cada área de atuação. A Unemat, como instituição de Ensino Superior, necessita de melhoria continuada na oferta de ensino, pesquisa e extensão que, de forma orgânica, atenda às necessidades da comunidade acadêmica e traga maior visibilidade e benefícios para a comunidade externa em geral. Assim, este Documento Orientador traduz um diálogo constante com a comunidade acadêmica enfatizando sua participação e seu protagonismo, investigativo e dialético nas questões que envolvem a Universidade e o ensino superior. Construído em um processo sistêmico, democrático e diplomático, em conformidade com as resoluções 015 e 016/2016, do CONSUNI, o presente documento será a base para a realização da Plenária Final que terá lugar no período de 11 a 17 de Outubro de 2017 e que resultará na Tese Final do 3º. Congresso Universitário.

SUMÁRIO

EIXOS TEMÁTICOS QUE FAZEM PARTE DESTA TESE 2
RESUMO 2
INTRODUÇÃO 5
OBJETIVOS 10
METODOLOGIA 19
JUSTIFICATIVA 20
EIXO 1 – GRADUAÇÃO 23
EIXO 2 - PÓS-GRADUAÇÃO 59
EIXO 3 - PESQUISA 67
EIXO 4 – EXTENSÃO E CULTURA 71
EIXO 5 – GESTÃO 79
EIXO 6 – POLÍTICA ESTUDANTIL 100
EIXO 7 – POLÍTICA DE FINANCIAMENTO 115
EXTRATO SÍNTESE CONCLUSIVA 119
BIBLIOGRAFIA 273

INTRODUÇÃO

Frente aos desafios impostos pela globalização e internacionalização, as universidades públicas possuem um caráter estratégico no desenvolvimento científico/tecnológico brasileiro, havendo distinções quanto ao formato institucional, à inclinação/vocação acadêmica, à oferta/procura por cursos e às expectativas dos discentes em relação à formação profissional com influência direta na formulação das políticas públicas do ensino superior (TANEGUTTI, 2013).

Conforme previsto no artigo nº 207 da Constituição Federal de 1988 a Universidade deve assegurar que a pesquisa, o ensino e a extensão sejam indissociáveis e estes, devem estar presentes no conjunto universitário, garantindo formação profissional universitária, de forma concomitante à pesquisa e à extensão para uma educação superior de qualidade, sendo assim tem-se a necessidade de fomentar políticas que assegurem efetivamente o estreitamento dessas relações. De um lado há a necessidade de ampliação do acesso ao Ensino Superior, tendo como principal estratégia a maior oferta de vagas/cursos. Por outro lado, há uma cobrança mercadológica por profissionais qualificados em nível de graduação/pós-graduação, para atendimento das demandas por tecnologias e conhecimentos múltiplos (CARMO et al., 2014).

O debate de diferentes temas no 3º Congresso Universitário da Unemat, por meio da comunicação entre os segmentos docente, técnico e discente, que a compõem é uma forma de permitir a re(construção) de macropolíticas institucionais da Universidade, o que reforça a importância da participação de cada segmento na consolidação de estratégias que viabilizem o fortalecimento da Instituição como promotora do ensino superior gratuito e de qualidade. Desta forma, o rompimento de determinadas barreiras, muitas vezes impostas, proporcionando um espaço de discussão entre esses segmentos, é aspecto fundamental para uma análise mais acurada das problemáticas existentes, bem como, a proposição de soluções conjuntas na determinação e elaboração de políticas capazes de superação de obstáculos.

Para Schneider (2004) o dinamismo de determinadas regiões e suas relações com o desempenho dos atores e das instituições é explicado com base na ideia de que a maior proximidade dos atores que atuam em determinado espaço geraria ações coletivas e cooperadas (troca de experiências, redes de colaboração). Desse modo, a partir de uma ampla discussão entre seus proponentes, foram identificados alguns desafios e limitações, assim como possíveis alternativas que foram aprofundados baseando-se nas leis e normativas educacionais vigentes, visando potencializar os aspectos integradores e democráticos da Universidade, refletindo em melhorias no processo formativo da educação superior e na continuidade de formação, a partir da visão dos diferentes atores envolvidos.

Ao longo da história da Unemat sua funcionalidade foi baseada no ensino de graduação, já que não havia oferta de cursos de Pós-graduação stricto sensu na instituição durante a maior parte de sua existência. No entanto, nos últimos anos, a Unemat avançou nesta área, criando 28 Programas de Pós-Graduação, o que colocou a universidade em outra categoria de ensino e pesquisa, desta vez muito mais eficaz, abrangendo os 3 níveis do ensino superior: graduação, mestrado e doutorado. Ainda

assim, a funcionalidade institucional permanece quase inalterada, ainda baseada no modelo tradicional de ensino exclusivo na graduação.

Vivemos em uma sociedade caracterizada pelo acesso à Informação. A Educação é consolidada por uma base ampla, da qual surgem várias modalidades de ensino e que representam um caminho repleto de desafios, oportunidades e riscos, assim compete a cada um encontrar a sua rota e prioridades (TAKAHASHI, 2000). Em uma época de crise, tanto financeira como dos princípios que regem o limite do certo e do errado e da razão e da emoção, esse momento atinge a todos, o Estado, a nação Brasileira, o Mundo. O grande desafio desta época é garantir a integração dos povos, o senso de responsabilidade comum e ao mesmo tempo o sentimento de patriotismo. Por isso, a Unemat assumiu o dever de, enquanto instituição pública, criar condições para que os seus integrantes e os membros da comunidade, na qual está inserida, tenham pleno domínio destes princípios que se encontram definidos no seu Estatuto (Resolução n° 002/2012-CONCUR).

A Unemat é uma instituição que em sua história é reconhecida como um exemplo do movimento de democratização de acesso à educação superior (MEDEIROS, 2008, p.32). Originou-se em 1978 de uma estrutura simples, mas repleta de grandes ideais que foram planejados, projetados e concretizados. Não se pode negar que em alguns momentos a UNEMAT tomou decisões impulsivas, mas estas não subtraíram em nenhum momento o seu mérito nem minimizaram a sua responsabilidade com a sociedade (UNEMAT, 2017ª). O Planejamento Estratégico para os próximos dez anos (2015-2025) teve como slogan “planejar, participar, concretizar” e esse não deixa também de ser o deste Congresso Universitário diante do modelo como foi idealizado e organizado.

Por isso é preciso continuar defendendo e respeitando as ações pioneiras da Instituição, principalmente do Eixo da Graduação como a Educação Indígena, o Programa Parceladas para a formação continuada de professores em serviço, a Educação a Distância e o Ensino Presencial dos Cursos de oferta contínua. É dever da comunidade acadêmica fortalecê-las, não destruí-las, e continuar crescendo com responsabilidade e reconhecendo das oportunidades que se apresentarem. Inclusive tais ações pioneiras são também sustentadas e justificadas pelas próprias características do Estado de Mato Grosso, com uma grande área territorial (903.357,908km²), sendo o terceiro estado com maior área geográfica, mas, se se considera sua área urbana (519,7km²) a extensão cai para a 11ª posição no ranking de estados com área urbana. Por isso é necessário levar o ensino superior para o interior para garantir o desenvolvimento e uma maior igualdade social.

Centralizar a Unemat nos grandes centros urbanos, que também são poucos diante da dimensão do Estado e que também não ofertam toda a infraestrutura necessária e subsídios para as pessoas que migram dos municípios menores, implica em aumentar ainda mais o grande abismo existente entre a população frente às regiões urbanas e a outros estados de país. Destaque-se que nestes principais centros urbanos do Estado já há inclusive a oferta do ensino superior através de instituições Federais.

Mato Grosso também é o único estado que contempla uma ampla diversidade de biomas com características ainda não totalmente conhecidas; sua população é outro destaque, definida por povos diversos que se miscigenaram. O estado vem

continuamente recebendo migrantes de outras partes do país e de outros países da América. Em termos de Economia é conhecido mundialmente pela sua produção agrícola (grãos e a pecuária são os principais destaques), e nos últimos tempos vem investindo no desenvolvimento e crescimento de indústrias para agregar mais valor aos produtos agrícolas, no turismo, piscicultura, economia criativa, gastronomia etc., e está se apresentando como um polo joalheiro (MATO GROSSO, 2017).

A Unemat se apresenta no Estado como uma importante Instituição Pública que tem como finalidade a promoção e fortalecimento da ciência, tecnologia, cultura, arte e oferta de ensino superior em todas as áreas do conhecimento, a fim de contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional (CONCUR, 2012). Desse modo, devem ser consideradas as oportunidades que surgem para a instituição, diante do cenário socioeconômico mundial atual e que culminam na necessidade de modernização das nossas modalidades de ensino, de nossa estrutura organizacional e das políticas voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Necessariamente, acreditamos que a chave da ignição que faz ligar, ativar ou despertar o aluno para o saber, primeiramente, é o professor. Por isso, propõem-se novas maneiras de expansão cognitiva e crescimento intelectual para ambos, procurando o equilíbrio certo para uma relação saudável entre professor-aluno-conhecimento.

É indiscutível que a Unemat possui ótimos professores, tanto na área de bacharelado, quanto de licenciatura. Mas, talvez este profissional tenha sido formado para trabalhar em uma empresa, não estando devidamente capacitado para a sala de aula. E, mesmo os que são formados para a carreira docente, muitas vezes, carecem de métodos ou instrumentos adequados ao seu ensino. Como o processo de ensino-aprendizagem não é simples, é importante que o professor esteja em constante aprendizado que possa auxilia-lo realizar a mediação entre a pragmática e a prática, o léxico e a técnica, o discurso e a escrita, bem como de todos os demais contextos relevantes para a sua atuação como docente.

Segundo o Estatuto da Unemat a cada seis anos deverá ocorrer um Congresso universitário. O Regimento do 3º Congresso aponta o objetivo definir as macro políticas da instituição, considerando-se que a universidade é uma organização complexa que se articula com a Cidade, o Município e o Estado em que ela se faz presente. Diversos protagonistas, de segmentos variados, culturalmente e historicamente distintos se agrupam em instituições legais e burocráticas e surgem várias linhas de forças e interesse. Contudo, diante de um Congresso como este, os interesses deverão estar voltados para a universidade, deixando os interesses estritamente locais e/ou pessoais de lado e pensar na universidade de forma orgânica.

Dessa maneira, as proposições visam melhorias na qualidade da Educação Superior Estadual, especificamente na Unemat, que nasceu em 1978 e que atua na graduação e na pós-graduação. A instituição abrange 117 dos 141 municípios do Estado de Mato Grosso (Relatório Gestão da Unemat 2002-2010), sendo que possui câmpus em oito dos 20 municípios mais populosos de Mato Grosso. Com sua Sede Administrativa em Cáceres (Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias, Supervisões e Coordenadorias Administrativas), possui 13 câmpus nas cidades de: Alto Araguaia, Alta Floresta, Barra do Bugres, Cáceres, Colíder, Diamantino, Juara, Luciara, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop e Tangará da Serra, além de diversos núcleos pedagógicos que ofertam cursos de diversas modalidades e fora de sede.

Segundo seu próprio estatuto, a Unemat é uma Instituição de Educação Superior de abrangência estadual, pessoa jurídica de direito público e vinculada à administração indireta do Estado de Mato Grosso, que se autodenomina de estrutura multi-câmpus. É uma instituição sem fins lucrativos, de duração indeterminada, dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão patrimonial e financeira, obedecendo à indissociabilidade constitucional entre o ensino, pesquisa e extensão e demais leis na qual se enquadre.

Conforme a Resolução 01/2010 do Conselho Curador, a Unemat é uma fundação pública, pessoa jurídica de direito público estruturada para atuar em uma estrutura multi-câmpus, atuando no âmbito do Estado de Mato Grosso. A sua estrutura organizacional é formada por seis grupos de organização, a saber: Congresso Universitário; Órgãos Colegiados Superiores; Órgãos de Administração Central, Órgãos de Administração Executiva, Órgãos de Administração Didático-Científica e Órgãos de Administração Regional. Conforme o artigo IV do estatuto da instituição, a estrutura multi-câmpus é a base da organização e gestão da universidade. Embora os órgãos da Administração Central sejam os executores propriamente ditos dos diversos projetos da Unemat, destaca-se neste trabalho a importância dos órgãos colegiados na constituição de uma gestão democrática e pautada pelos princípios do direito administrativo brasileiro vigente. Essa formação segmentada em três conselhos e um congresso deliberativo preza pela iniciativa da autotutela da gestão pública brasileira, na qual cada qual “fiscaliza” ou serve como meio de controle interno dos demais.

O Congresso Universitário é uma instância que define as políticas macroestruturais da Universidade, sendo formado pela representação paritária da comunidade acadêmica e com participação também da sociedade. As suas decisões são passíveis de homologação do Conselho Universitário – CONSUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, sendo ainda referendadas pelo Conselho Curador. Neste sentido, as proposições doravante apresentadas são de âmbito das políticas macro da Universidade e que tem o firme propósito de ampliar, estruturar e garantir uma Educação Superior de qualidade para toda sociedade.

É importante para o desenvolvimento de uma nação o investimento em pesquisa e formação profissional de qualidade. Conforme foi observado nos últimos anos existiram muitas políticas nacionais de incentivo à qualificação profissional e principalmente à formação de doutores, sendo investido em qualificação fora do país para que com isso pudesse fomentar a inovação tecnológica e a propriedade intelectual. Com a crise econômica, muitos docentes estão exercendo a profissão fora do Brasil, onde encontram melhores condições de trabalho para o nível de qualificação que possuem.

Na medida em que Mato Grosso desponta como um importante estado no cenário econômico do Brasil, mais se faz necessário a inserção de profissionais capacitados, sendo que ocorreu nos últimos anos a inserção de doutores no estado através de programas firmados entre CNPq e a FAPEMAT. A Unemat ainda ampliou o número de doutores em seu quadro de docentes, em 2000 possuía 12 docentes com doutorado em seu quadro docente e em 2015 (último Anuário da Unemat) aumentou para 425 docentes com doutorado. Entretanto, observa-se um retrocesso na qualificação oferecida aos docentes como afastamento para qualificação, em que o

afastamento para qualificação em nível de pós-doutorado pode ser de no máximo 6 meses.

Outro aspecto importante para o desenvolvimento institucional é o apoio à pesquisa; além de garantir melhor formação profissional, o incentivo à pesquisa possibilita a integração dos acadêmicos na geração de conhecimento científico. Isso é possível através do apoio aos projetos de pesquisa com a oferta garantida de bolsa de iniciação científica aos projetos com aporte de recursos externos; essa política fortalece e garante apoio aos projetos bem como melhora a formação profissional dos alunos através da sua inserção nas atividades científicas do curso.

A universidade do século XXI, para Gimenez e Bonacelli, deve promover a formação de massa crítica, deve motivar e se envolver em atividades empreendedoras e a fomentar benefícios sociais. Deve também realizar inovações institucionais e criar estratégias voltadas à consolidação de políticas explícitas para o bem social e que dele se complemente e se retroalimente. Entretanto,

> "nota-se que esses desafios são um fenômeno mundial e que as soluções não podem ser universais, pelo contrário, cada país, cada região, cada universidade, deverá encontrar o modelo mais adequado à sua realidade e aos seus propósitos" (2013).

E, justamente, na busca pela redução das desigualdades socioeconômicas que convoca a universidade a democratizar o acesso dos cidadãos, é que torna-se necessário refletir para fazer emergir nossas proposições. Torna-se necessário também a criação de mecanismos que viabilizem, cada vez mais, possibilidades de acesso, permanência e a conclusão de curso dos que ingressam na universidade, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (ANDIFES, 2007).

Assim, a realização do 3º Congresso Universitário responde à uma emergencial necessidade de conceber a Universidade como uma instituição social das mais relevantes no contexto do Brasil atual, repensando suas práticas e sua tradição formadora, investigativa e norteadora dos avanços da sociedade.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Propor e construir macropolíticas para a Unemat, em seus pilares e nas concepções de uma Instituição Pública, por meio de um processo sistêmico, democrático e diplomático, apresentando propostas fundamentadas em bases teóricas e legais que incluem alterações nas organizações administrativas e pedagógicas, visando a permanência do oferecimento do ensino superior público e a melhoria da qualidade de suas ações, em consonância com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de excelência. Além disso, objetiva-se propor uma reestruturação da universidade, de modo a alcançar maior atuação institucional junto à sociedade e com vistas a torná-la mais eficiente na formação de pessoas e na geração de produtos de pesquisa e extensão é importante foco neste Congresso. Além de fornecer subsídios para a construção de soluções conjuntas e integradoras baseadas nos aspectos técnicos/científicos e normatizadores da Instituição, da legislação que rege o Ensino Superior e dos diferentes segmentos que a compõem, as proposições objetivam modernizar a Unemat, atendendo seus princípios e finalidades diante das demandas do cenário sócio econômico atual. Por fim, o objetivo geral dessa tese é propor melhorias na qualidade da Educação Superior na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), apresentando proposições para o fortalecimento e redefinição do ensino de graduação, da pós-graduação, da pesquisa, da extensão, da cultura e da gestão de seus processos, com a implantação e implementação de políticas institucionais alicerçadas em forte base de planejamento, valorização de pessoas, otimização de recursos materiais e financeiros, possibilitando o exercício pleno das potencialidades da Unemat, de forma democrática, coletiva e participativa, bem como, propor a reestruturação da comunicação institucional da Unemat, enfocando, sobretudo, a importância do seu planejamento e a necessidade de um sistema adequado que possa propiciar maior divulgação de sua produção científica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Respeitar a diversidade cultural e todas as suas manifestações decorrentes;
- ✓ Considerar o atual estado da Universidade enquanto instituição pública;
- ✓ Confrontar a realidade atual da Universidade com as projeções e anseios futuros;
- ✓ Estabelecer elementos norteadores para uma Universidade melhor;
- ✓ Construir macropolíticas apoiadas no diálogo democrático e participativo;
- ✓ Colaborar para a construção de Universidade articulada com a Sociedade;
- ✓ Contribuir com a definição de estratégias efetivas para fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Apresentar possibilidades de parcerias da Universidade com outras Instituições públicas e privadas para viabilizar ações conjuntas;
- ✓ Refletir sobre ações internas e possíveis para melhoria da realidade dos câmpus;
- ✓ Envolver a comunidade acadêmica na discussão sobre Universidade e a Educação Superior Pública;

- ✓ Alterar o perfil do ocupante do cargo de Vice-Reitor (alteração dos Art. 33 e Art. 34 da RESOLUÇÃO Nº 002/2012 – CONCUR);
- ✓ Alterar o tempo de gestão dos cargos eletivos de DURA e DPPF para 3 anos;
- ✓ Alterar a nomenclatura do cargo eletivo de DURA (Diretor de Unidade Regionalizada Administrativa) para DPPA (Diretor Político, Planejamento e Administrativo);
- ✓ Alterar o modo de contagem de votos do sistema paritário, que deverá considerar as categorias de forma isolada, sendo eleito o candidato que possuir maioria simples em 2 dos 3 segmentos, e consequentemente será eleito por possuir 2/3 do colegiado eleitoral;
- ✓ Transferir a Sede Administrativa para Cuiabá;
- ✓ Rever a distribuição das atividades dos docentes em regime de Dedicação Exclusiva;
- ✓ Criar uma corregedoria institucional;
- ✓ Instituir Paridade na composição dos Conselhos;
- ✓ Propor aprimoramentos para a Educação Superior Estadual, especificamente na Unemat;
- ✓ Aprimorar a formação superior no estado de Mato Grosso;
- ✓ Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela UNEMAT;
- ✓ Oferecer condições para que os estudantes possam concluir suas graduações e pós-graduações na UNEMAT;
- ✓ Estabelecer alguns critérios e ações para o fortalecimento da Unemat, como uma instituição de Ensino Superior inclusiva, voltada, em especial, para as demandas sociais do Estado de Mato Grosso, respeitando sua diversidade cultural e étnica;
- ✓ Possibilitar o acesso à Unemat com uso exclusivo de entrada pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU) para os cursos regulares de graduação;
- ✓ Realizar vestibular/Covest para as modalidades diferenciadas: indígena, parceladas e outras, para atender, em específico, as demandas sociais;
- ✓ Oportunizar agilidade e acesso à matrícula, em especial, para quem reside em outros municípios e estados;
- ✓ Oportunizar à comunidade portadora de diploma de ensino superior o ingresso em outros cursos da UNEMAT, por meio de edital de vagas remanescentes;
- ✓ Otimizar as relações acadêmicas, o registro e os trâmites oficiais de documentos da Secretaria Acadêmica;
- ✓ Ampliar o acesso dos estudantes de ensino médio aos cursos da UNEMAT;
- ✓ Oferecer condições de acesso e permanência ao Ensino Superior;
- ✓ Proporcionar transporte para que os professores possam realizar aulas a campo e visitas técnicas em sábados letivos;
- ✓ Complementar a formação acadêmica nas áreas específicas;
- ✓ Formar bacharéis e licenciados indígenas em diversas áreas do conhecimento;
- ✓ Consolidar a formação acadêmica e fomentar a pesquisa no âmbito da Faculdade Intercultural Indígena;
- ✓ Promover o ensino de línguas indígenas, da língua portuguesa e de línguas estrangeiras;
- ✓ Descrever e documentar as línguas indígenas de Mato Grosso;

✓ Disponibilizar, em várias línguas indígenas, versões de textos clássicos referentes à legislação e direitos indígenas;
✓ Criar o Centro Intercultural de línguas indígenas;
✓ Criar o laboratório de fonética;
✓ Assegurar a pesquisa bibliográfica em várias áreas do conhecimento aos acadêmicos indígenas;
✓ Criar o Museu oral das línguas e culturas indígenas de Mato Grosso;
✓ Regulamentar a criação /ou extinção/remanejamento de cursos em todos os câmpus;
✓ Garantir que a formação acadêmica seja realizada de forma ampliada, com base em um currículo cultural interdisciplinar;
✓ Redefinir políticas de ingresso de acadêmicos na Unemat;
✓ Estabelecer propostas metodológicas, incluindo novas tecnologias;
✓ Garantir que os PTES atuem como colaboradores nos programas de pós-graduação;
✓ Instituir políticas de qualificação profissional para os PTES em Programas de Pós-graduação;
✓ Garantir a participação efetiva dos PTES em projetos de pesquisa e extensão;
✓ Estabelecer mandato de duração de 04 (quatro) anos para Diretoria de Unidade Regionalizada (DURA);
✓ Garantir a participação de PTES na gestão das unidades administrativas vinculadas à Reitoria;
✓ Estabelecer representação paritária entre docentes, PTES e discentes nos Conselhos superiores;
✓ Estabelecer a participação de DPPF e DURA como membros natos nos Conselhos (CONEPE, CONSUNI e Colegiado Regional);
✓ Estabelecer que cada câmpus tenha, no mínimo, um representante de cada segmento acadêmico nos conselhos superiores (CONEPE e CONSUNI);
✓ Criar equipes multi-profissionais nos câmpus visando à qualidade de vida e valorização da comunidade acadêmica;
✓ Criar políticas efetivas de gestão de marketing e endomarketing institucional;
✓ Reformular e normatizar a concessão de auxílios financeiros a acadêmicos de forma descentralizada;
✓ Criar políticas de financiamentos externos;
✓ Criar a equipe multiprofissional;
✓ Analisar o processo e organização do trabalho para subsidiar e/ou assessorar ações visando à saúde psíquica dos servidores;
✓ Elaborar e implantar programas e projetos com relação ao absenteísmo, readaptações e remoções por meio da integração psicossocial dos servidores e grupos de trabalho;
✓ Incentivar e participar da proposição de ações com o objetivo de prevenir a ocorrência de acidentes em serviço, doenças profissionais e do trabalho;
✓ Participar do monitoramento das condições de saúde dos servidores para elaboração de programas e ações visando principalmente a eliminação de fatores que levam ao sofrimento e adoecimento psíquico;

✓ Participar da elaboração de programas e ações de educação em saúde que visem a promoção e proteção à saúde geral dos servidores;
✓ Acompanhar os afastamentos de servidores para tratamento quando relativos à saúde psíquica;
✓ Estimular estudos e inovações na gestão de pessoas visando o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores;
✓ Acompanhar o processo de recuperação dos servidores que sofreram algum tipo de acidente de trabalho;
✓ Identificar fatores que possam gerar evasão, dificuldades durante o curso e o desenvolvimento psicossocial;
✓ Conhecer e avaliar, por meio da realização de visitas domiciliares, a realidade do acadêmico que por motivo de doença ou acidente encontra-se afastado de suas atividades acadêmicas;
✓ Conhecer, avaliar e realizar estudos sócio-econômicos da realidade social do acadêmico para fins de benefícios e serviços sociais junto a Unemat e/ou outras entidades;
✓ Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
✓ Acompanhar o acadêmico ingressante por meio da política de ações afirmativas da Universidade do Estado de Mato Grosso e promover ações que promovam a permanência na universidade e conclusão do curso;
✓ Propor estratégias visando adequadas relações entre acadêmicos, docentes e PTES da Universidade, promovendo melhor a integração dos mesmos nas atividades da Unemat;
✓ Regulamentar e implementar a criação das Ligas Acadêmicas nos cursos de Graduação da Unemat;
✓ Fomentar a discussão sobre a importância das Ligas Acadêmicas para o tripé ensino-pesquisa-extensão na Unemat;
✓ Viabilizar a criação de um Regulamento Geral para a criação, implantação, institucionalização, implementação e supervisão das Ligas Universitárias na Unemat;
✓ Instaurar uma comissão, composta por docentes, profissionais técnicos e estudantes de diferentes áreas do conhecimento, para a elaboração de um regimento geral e um estatuto-padrão para todas as Ligas Acadêmicas da Unemat;
✓ Estimular a participação de estudantes nas Ligas Acadêmicas da Unemat, promovendo assim o estímulo ao estudo, à pesquisa e à extensão, bem como a valorização e permanência destes;
✓ Garantir a efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
✓ Promover a flexibilidade curricular nos cursos e a eficiência do acompanhamento das atividades realizadas na instituição;
✓ Garantir autonomia didático-financeira aos câmpus e a participação democrática na gestão;
✓ Garantir a permanência do aluno na instituição, investindo na qualidade das relações humanas;
✓ Desvincular a lotação docente de uma perspectiva disciplinar; viabilizar a elaboração do lotacionograma com o quadro atual de servidores;

✓ Garantir a obrigatoriedade de um plano diretor para os câmpus, elaborado e aprovado coletivamente;
✓ Dar mais flexibilidade ao aluno na escolha de seu percurso escolar;
✓ Dar mais eficiência e agilidade a processos administrativos, em favorecimento das atividades fins.
✓ Garantir a autonomia dos câmpus em decisões, como a forma de aplicação de recursos destinado ao auxílio alimentação. Estabelecer um percentual mínimo da receita da Universidade destinados a políticas estudantil como moradia, alimentação, esporte e eventos que vise a promoção de condições de permanência na universidade.
✓ Garantir que o ensino de graduação seja contemplado com as mais recentes descobertas na pesquisa acadêmica em nível de pós-graduação; Proporcionar a consolidação da formação do pós-graduando, pelo exercício da sua capacidade de ensinar e defender seus métodos e resultados experimentais; Repassar para a comunidade não acadêmica o resultado alcançado nas pesquisas, através de textos de divulgação científica.
✓ Garantir que a UNEMAT apresente reserva financeira própria direcionada exclusivamente para solucionar as suas demandas por infraestruturas;
✓ Possibilitar a programação ao longo do tempo da estruturação física básica e essencial de cada câmpus;
✓ Atender a demanda regional em atenção ao perfil socioeconômico de cada câmpus da UNEMAT;
✓ Propor instrumentos de acompanhamento da aprendizagem dos acadêmicos;
✓ Maior divulgação do vestibular - *Marketing* da universidade e dos cursos oferecidos;
✓ Acompanhar e avaliar as atividades docentes trabalhadas, bem como propor intervenções que valorizem o acesso e a permanência dos alunos cotistas do ingresso à conclusão.
✓ Garantir o acesso e a permanência de alunos indígenas, quilombolas e do campo;
✓ Possibilitar o desenvolvimento da formação integral dos acadêmicos;
✓ Possibilitar dedicação exclusiva aos professores para dedicação de Atividades de Ensino;
✓ Viabilizar o intercâmbio entre pesquisadores da UNEMAT, bem como melhorar suas condições de trabalhos.
✓ Garantir aporte financeiro próprio da UNEMAT para fomento dos projetos de pesquisa;
✓ Assegurar o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;
✓ Afiançar carga horária para os professores pesquisadores contratados desenvolverem projetos de pesquisa;
✓ Fortalecer os Programas de pós-graduação lato e stricto sensu da UNEMAT;
✓ Possibilitar que os acadêmicos que tenham vínculo empregatício participem dos editais de processos seletivos internos da UNEMAT;
✓ Incentivar o envolvimento dos professores nos cursos de pós-graduação lato sensu.

✓ *G*arantir que os gestores participem dos processos decisórios relacionados aos aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos, envolvendo o ensino a pesquisa e a extensão, que afetam diretamente os câmpus universitários;
✓ Garantir o número de conselheiros necessários para composição dos diferentes órgãos colegiados nas unidades regionalizadas.
✓ Garantir a participação de professores e profissionais PTES contratados nos órgãos colegiados e processos decisórios (garantia do direito a voto);
✓ Criar setores descentralizados para as licitações.
✓ Garantir a instalação, manutenção e inovação das estruturas de tecnologia da informação e comunicação;
✓ Garantir autonomia financeira e orçamentária para as unidades regionalizadas.
✓ Garantir dotação financeira e orçamentária para melhorias constantes nos aspectos infraestruturas dos câmpus.
✓ Garantir que todos os Professores tenham oportunidades de propor e desenvolver projetos de ensino pesquisa e extensão;
✓ Criar uma política de rotatividade de cursos que atenda as demandas formativas nas unidades regionalizadas;
✓ Criar infraestrutura voltada para humanização dos espaços para prática desportiva em todos os câmpus;
✓ Definir uma estrutura organizacional Básica para implementação/execução de quaisquer estruturas: Câmpus, Núcleos, turmas fora de sede, turmas especiais, FAMA e outras modalidades de cursos que a UNEMAT tenha ou crie;
✓ Alteração na estrutura organizacional da Universidade para a inclusão, Criação, e redistribuição no número de diretorias e supervisões para garantir uma estrutura padronizada nos câmpus.
✓ Alterar a duração do mandato da DURA para 04 (quatro) anos com eleições concomitantes à DPPF e com eleições independentes sem a criação de chapas eleitorais no segundo semestre do ano anterior ao ano da posse dos diretores;
✓ Tornar a DURA responsável pela execução orçamentária e o cargo de DPPF permanecer na execução financeira como ordenador de despesas;
✓ Criar a Política de Integração do Egresso com o Ambiente Acadêmico, Corporativo e Empreendedor para permitir aos egressos informações, orientações e acompanhamento para a continuidade da vida acadêmica, oportunidades no mercado de trabalho e como empreendedores.
✓ Criar política específica de reoferta de disciplinas para discentes reprovados, mas com frequência suficiente, visando reduzir os gastos públicos com contratação de professores e melhor aproveitamento da infraestrutura;
✓ Criar uma escola de extensão junto à Unemat, visando o oferecimento de cursos na modalidade latu sensu pagos;
✓ Fortalecer o mecanismo de avaliação institucional docente, com a instituição de políticas de qualificação visando a atualização profissional;
✓ Maior rigor quanto ao controle das atividades de docentes em Regime de Dedicação Exclusiva;
✓ Sugerir com base em discussões de âmbito local formalmente as ideias de consenso para futuras implementações na Universidade;

✓ Fomentar em esfera regional as discussões para melhoria das proposições e para que sejam efetivadas na Universidade;
✓ Garantir que formação seja realizada de forma ampliada, com integração de cursos de áreas de conhecimento afins;
✓ Garantir que a formação universitária, em todos os cursos, compreenda conteúdos voltados à formação humana, social, científica e crítica (básica) do aluno;
✓ Fortalecer os cursos de licenciatura, de modo que continuem sendo a identidade de formação da Unemat;
✓ Garantir que a formação de professores nos cursos de licenciatura atenda as DCNs e que compreenda conteúdos comuns a todas as licenciaturas;
✓ Estabelecer matrizes curriculares de referência para todos os cursos de graduação da Unemat;
✓ Garantir que todos os conteúdos exigidos por lei (CNE/CEE) sejam inseridos na matriz dos cursos de graduação;
✓ Redefinir política de ingresso de alunos na Unemat;
✓ Fortalecer e ampliar as linhas de pesquisa na graduação e na pós-graduação;
✓ Fortalecer a criação de projetos de pesquisa na graduação e na pós-graduação, de forma vinculada;
✓ Fortalecer a realização de atividades artísticas, culturais e esportivas na universidade;
✓ Realocar os cursos com baixa procura;
✓ Reestruturar os cursos estabelecendo suas disciplinas por áreas e subáreas de acordo com os critérios de classificação do CNPq;
✓ Instituir o Regimento Interno;
✓ Instituir política de qualificação profissional de acordo com áreas profissionais;
✓ Estabelecer lotacionograma de todos os cursos, por disciplinas e respectivas áreas;
✓ Reestruturar a política de avaliação institucional (avaliação interna);
✓ Estabelecer representação paritária entre docentes, PTES e discentes nos conselhos superiores;
✓ Estabelecer limite percentual para gastos com folha de pagamento e percentual mínimo do orçamento para investimento;
✓ Criar alternativas que contemplem os cursos de baixa demanda da Unemat, viabilizando a entrada e permanência do aluno no Ensino Superior;
✓ Promover ampliação dos espaços de discussão favorecendo a mediação da Universidade - docentes, discentes, Profissionais Técnicos da Educação Superior (PTES)- e comunidade através do fortalecimento da relação entre pesquisa, ensino e extensão;
✓ Garantir a socialização do conhecimento, incentivando/divulgando as ações desenvolvidas na Instituição;
✓ Propor a implantação de um sistema de extensão da Unemat que possa integrar a mesma com a comunidade por meio de uma ação coletiva, de caráter participativo que possa identificar o alcance das ações, suas políticas e diretrizes;
✓ Criar estratégias que favoreçam os segmentos reduzindo os aspectos burocráticos concernentes aos exames finais, partindo do pressuposto de que esses atores são os principais agentes do desenvolvimento institucional;

✓ Propor a implantação de uma sala de estudos com funcionamento 24 horas por dia que viabilize o desenvolvimento das atividades extraclasses exclusivamente aos discentes da Unemat;
✓ Melhorar a qualidade da formação dos alunos egressos na Unemat;
✓ Incentivar a comunidade acadêmica a desenvolver habilidades em comunicação, entendimento e escrita de línguas estrangeiras;
✓ Valorizar o trabalho dos profissionais, incentivar a participação de docentes em cargos de gestão e reduzir despesas com contratação de professores interinos;
✓ Atender as necessidades do ensino e pesquisa das diferentes áreas do conhecimento;
✓ Facilitar o acesso e garantir a permanência na Universidade dos alunos com hipossuficiência financeira comprovada;
✓ Prestar atendimento à comunidade acadêmica;
✓ Ampliar o número de bolsas de Iniciação, conforme disponibilidade financeira da Unemat;
✓ Vincular as bolsas de iniciação a pelo menos um projeto de pesquisa/extensão aprovado e cadastrado no Sistema de Gestão de Projetos de Pesquisa/Extensão da Unemat;
✓ Reestruturar as diretrizes de enquadramento para concessão de bolsas de Iniciação, mestrado e doutorado;
✓ Propor um Fórum de Discussão da Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação anualmente com os representantes dos segmentos de cada Câmpus;
✓ Realizar o rodízio das Discussões realizadas, de forma que o mesmo seja realizado a cada ano em um Câmpus diferente;
✓ Criar um site para inserção de projetos de pesquisas da Unemat alimentado pelo próprio professor responsável do projeto de pesquisa;
✓ Realizar a interação de forma planejada entre a Graduação e Pós-Graduação desenvolvendo atividades como: as práticas de laboratório, eventos científicos, conferências, fomentar a presença dos discentes em defesas de dissertação e tese e criar oportunidade para os alunos de pós-graduação ministrarem cursos a graduação;
✓ Otimizar as habilidades de cada servidor, em cada categoria (docente ou PTES), de forma a tornar o trabalho mais eficiente e produtivo;
✓ Equilibrar a carga horária dos docentes para melhor contemplar as suas habilidades e assim melhorar a qualidade da formação profissional e da produtividade em pesquisa e extensão;
✓ Integrar os três níveis de formação profissional superior da Unemat através da associação de TCC's com dissertações e teses, e da integração de projetos de pesquisa e extensão entre graduação e pós-graduação.
✓ Implementar e regulamentar novas alternativas de ingresso para aumento de demanda e novas políticas de permanência dos discentes nos cursos.
✓ Criar novas formas de ingresso, além do vestibular atual, tais como: seriado, por agendamento e por análise de histórico e redação;
✓ Reduzir o valor da inscrição do vestibular e garantir gratuidade aos estudantes do ensino público;

✓ Implementar políticas de extensão para nivelamento de pré-requisitos para ingressantes;

✓ Regulamentar o aproveitamento de cursos de extensão quando houver equivalência com disciplinas da graduação (carga horária e ementa).

✓ Fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e a educação básica.

✓ Garantir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, na modalidade de Ensino Parceladas e outras modalidade diferenciadas.

✓ Promover a Extensão na modalidade de Ensino Parceladas.

✓ Estimular parcerias com os Programas de Pós-Graduação da Unemat, bem como de outras instituições, a fim de que a Pesquisa fomentada na instituição possa repercutir em forma de Extensão nos Cursos Parceladas.

✓ Promover a Pesquisa e Pós-Graduação na modalidade de Ensino Diferenciado.

✓ Dar prioridade aos professores dos Programas de Pós-Graduação da Unemat e de outras instituições a participarem dos editais seletivos dos Cursos de Modalidades Diferenciadas;

✓ Desenvolver uma Política Estudantil que também promova a consciência social do acadêmico;

✓ Promover a relação entre o Ensino Superior e o desenvolvimento social, por meio de Projetos de Extensão;

✓ Estimular entre os graduandos o desenvolvimento de projetos de extensão em comunidades de resistência e em instituições de assistência social;

✓ Incentivar atitudes pró-ativas que favoreçam ações com potencial de transformação social;

✓ Regulamentar e implementar novos modelos de financiamento externo além de readequar a estrutura organizacional e funcional da Universidade do Estado de Mato Grosso.

METODOLOGIA

A metodologia de sistematização das Teses Regionais para a composição Documento Orientador para a Plenária Final teve início com a reunião da Secretaria de Sistematização de Documentos da Comissão Organizadora Central no dia 12/09/2017 para redefinição de calendário e estratégias de trabalho. Assim, o trabalho de sistematização foi realizado no período de 13/09 a 20/10/2017. Retomaram-se princípios fundamentais das Resoluções do CONSUNI que instituem o 3º Congresso, reforçando-se a necessidade de manutenção dos textos originais, sem alteração das proposições da comunidade acadêmica.

Primeiramente foi feita a junção dos Quatro Extratos advindos dos seminários regionais, as análises foram realizadas por eixo, agrupando as proposições com mesmo objeto, mesmo que contraditórias, de todas as Teses Regionais, mantendo-se objetivos, metas e estratégias que se diferenciassem e reorganizando itens de objetivos, metas e estratégias. Algumas estratégias semelhantes foram mantidas com redação original por haver interpretações diversas, não sendo possível à Secretaria de Sistematização identificar o real sentido.

As propostas identificadas como não sendo política macro foram migradas como objetivos ou estratégias em propostas que tivessem o mesmo objeto. As informações que foram consideradas como justificativas foram suprimidas do Quadro Extrato por já estarem dispostas no texto, não sendo necessário constar neste.

Quanto à parte textual foi feita a compilação e rescrita de forma que atendesse a todas as Teses Regionais, sendo que os textos semelhantes ou iguais foram unificados.

Para finalizar o Documento Orientador, constituiu-se um grupo de trabalho conjunto com a Secretaria de Sistematização, nos dias 26 e 27/10/2017, para revisar e reestruturar o documento sistematizado. Sendo este submetido à aprovação da Comissão Central do 3º Congresso Universitário.

Toda Metodologia utilizada na condução dessa sistematização foi embasada na Resolução Nº 015/2016-CONSUNI, Resolução Nº 016/2016-CONSUNI e Resolução Nº 040/2016 AD Referendum do CONSUNI.

JUSTIFICATIVA

A universidade é uma instituição de ensino superior que tem a prerrogativa de desenvolver ensino, pesquisa e extensão, bem como gerir essas funções, com qualidade. As proposições buscam atribuir perfil de qualidade à Universidade do Estado de Mato Grosso, numa reestruturação que compreende os sete eixos definidos para discussão no III Congresso Universitário.

As propostas visam a reestruturação das atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão da universidade, bem como de ações voltadas à assistência estudantil e financiamento. Alicerçam-se principalmente na reestruturação de cursos de graduação, dos câmpus universitários, das estruturas administrativas, da redefinição dos critérios de lotação de docentes e PTES, bem como, das políticas da avaliação, de modo a possibilitar que a universidade alcance novos patamares de qualidade.

Os Conselhos Superiores da Unemat, cada vez mais qualificados, preparados e críticos, têm mantido uma discussão fundamentada a propósito de todas as áreas de atuação da instituição, principalmente sobre o ensino e suas implicações contemporâneas. Pautados nas avaliações internas e externas, no planejamento profissional em que a instituição vem investindo e nos indicadores evidenciados em seus processos de gestão da graduação, professores, técnicos e alunos que constituem esses conselhos superiores apontam para uma inconsistência entre as necessidades da sociedade atual e a ação das universidades de modo geral em que, mesmo sendo referências de qualidade, apresentam dificuldades em conciliar com eficiência a formação humanística e a formação para o trabalho.

Essa distância entre a imediata necessidade que o ser humano possui de, ao concluir um curso de graduação, conseguir emprego no mercado de trabalho ou nele melhorar suas condições de vida, e a necessária formação que ultrapasse o pragmatismo da empregabilidade - considerando que a universidade deve também propiciar aprendizado para uma vida cidadã -, tem se radicalizado na medida em que não se consegue superar o tempo e o ritmo próprios da universidade. Essa instituição secular como um dos principais agentes formadores e definidores de acesso profissional que, pela sua própria natureza e aspiração ao ideal, caminha em descompasso com as exigências do mundo globalizado, orientado pelo capital e pelo consumo, é convocada a redefinir-se e a revisar seu lugar na sociedade. Se a universidade é, por excelência, o lugar da cultura, da resistência, da quebra de paradigmas e da inovação, precisa ao mesmo tempo, tomar sua parte nesse mundo impuro que exige dela o que ela pode e não pode fazer. Sua força estará na sua ação em responder objetivamente a essa questão.

Para melhor funcionamento da Unemat, são necessárias mudanças. Entre elas, as que possibilitem ao Diretor de Unidade Regionalizada Administrativa (DURA) a conclusão das ações planejadas e permitam organicidade das relações administrativas entre o planejamento e as execuções, mediadas por políticas sustentadoras dos gestores. Proposição de que seja alterado o tempo de mandato do cargo, concomitante com a duração do cargo de Diretor Político Pedagógico e Financeiro (DPPF), mantendo a permanência de eleições independentes. Propõe a divisão da execução do orçamento e do financeiro para que a DURA possa executar as ações relacionadas com o orçamento e a DPPF as relacionadas com o financeiro.

Além de mudanças na gestão, é preciso implementar auxílio alimentação e moradia aos acadêmicos como finalidade de seguridade social e alimentar. Esses auxílios são necessários, uma vez que o número de evasão nos cursos de graduação, a cada ano que passa, se torna uma triste realidade nas universidades públicas brasileiras, pois muitos municípios não dispõem de transporte público, o que gera dificuldades de locomoção aos alunos para universidade. Nesse sentido, é importante a criação de uma Política de Integração do Egresso com o Ambiente Acadêmico, Corporativo e Empreendedor para que a universidade possa acompanhar e encaminhar por meio de parcerias empresariais e institucionais os seus egressos na continuidade de sua vida, considerando o mercado de trabalho e o empreendedorismo. Deste modo haveria também a certeza da inserção do acadêmico na vida profissional, colocando em prática o conhecimento adquirido no âmbito acadêmico e a criação de um elo entre aluno e instituição. A universidade pública tem o dever de se atualizar, considerando os avanços feitos ao longo do tempo; é necessário interagir com a sociedade e acompanhar seus egressos é uma maneira de realizar esse seu papel.

Os eixos sobre os quais toda a universidade se articula, o ensino de graduação e de pós-graduação compreendem o cerne da academia, de modo que um ensino forte e articulado deve ser entendido como alicerce para o sucesso de toda a universidade. Porém, temos notado que, não raramente, esses dois eixos apresentam-se pouco conectados no dia-a-dia da UNEMAT. A grande maioria dos pós-graduandos vivencia momentos acadêmicos com os graduandos somente quando realizam estágio de docência. Uma parcela ainda pequena dos graduandos participa do cotidiano dos laboratórios de pesquisa - geralmente apenas aqueles que possuem bolsa de Iniciação Científica ou que estão realizando estágio obrigatório. Entendemos que é preciso muito mais articulação, pois essa poderá ser uma ponte importante entre o que é produzido em termos de pesquisa e o que será de fato incorporado ao ensino de graduação. Além disso, devemos destacar a importância da universalização das pesquisas realizadas na universidade através de textos de divulgação de ciência, acessíveis para a população em geral. Nesse sentido, acreditamos ser relevante a existência de diretrizes, na UNEMAT, que possam fortalecer a conexão entre graduação, pós-graduação e sociedade.

Desde o período de criação da UNEMAT e instalação dos atuais câmpus nos respectivos municípios mato-grossenses é clara a tamanha deficiência de infraestrutura em cada um deles. Desde então tal demanda continua cada vez mais reprimida e com grandes dificuldades de superação, o que impede a consolidação com qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Isso deve ao fato de nunca haver a programação de uma reserva orçamentária anual da Universidade destinada exclusivamente ao investimento em infraestrutura. Estruturação física de todos os câmpus da UNEMAT e capacidade para atender as suas demandas futuras é imprescindível à fixação de taxas de repasses do orçamento anual da instituição destinado exclusivamente ao investimento. Sendo assim, torna-se possível a elaboração de programações anuais de ações em cada um dos centros universitários, considerando a necessidade e prioridade de cada um deles. Dessa forma, ao longo do tempo os centros universitários da instituição terão condições

financeiras de atingir a tão esperada estruturação física básica e essencial para o pleno funcionamentos das atividades acadêmicas.

Para isso, realiza-se o Congresso Universitário, que define as macro políticas da universidade, conforme Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (RESOLUÇÃO Nº 002/2012 – CONCUR) "com representação paritária da comunidade acadêmica e com participação da sociedade". A UNEMAT, como uma instituição pública, tem o dever de promover e necessita estimular o interesse do cidadão em cursar uma graduação. Quando houver interessados, propiciar-lhes as condições de permanência nos cursos de graduação, principalmente aos alunos de graduação integral, uma vez que devido ao período em que estudam muitas vezes ficam impossibilitados de trabalhar e se manter, tendo que fazer a escolha de sobreviver e trabalhar ou dedicar aos estudos.

Desse modo, as proposições apresentadas nesse 3º Congresso justificam-se pela relevância da posição da Unemat no oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação, ensino e pesquisa no Estado de Mato Grosso, em nível nacional e internacional diante da possibilidade de mobilidade acadêmica a pesquisadores e extensionistas, oferecendo a vários estados e países o conhecimento científico, multicultural e inclusivo que se tornam diferenciais da instituição.

Justificam-se ainda pela possibilidade de a comunidade acadêmica desenhar os caminhos a serem percorridos pela Instituição no seu processo de desenvolvimento e consolidação, amparando-se em eixos abrangentes, referenciais e essenciais para a construção da UNEMAT democrática e que atenda com qualidade a comunidade em suas especificidades locais e regionais. Assim, a presente justificativa continua suas evocações a seguir, por Eixo Temático.

EIXO 1 – GRADUAÇÃO

A universidade precisa garantir a seus alunos que a formação universitária, em todos os cursos, compreenda conteúdos voltados à formação humana, social, científica e crítica (p. ex., origem e evolução do conhecimento, metodologia científica, elaboração de textos acadêmicos, lógica, formação social, econômica e política do Brasil etc.). Do mesmo modo, é necessário garantir que a formação de professores atenda às DCNs e que compreenda conteúdos comuns (filosofia, psicologia e sociologia da educação, política e legislação educacional, avaliação da aprendizagem, história da educação, libras, educação e relações étnico raciais, etc.) de modo que haja primeiro a formação em fundamentos antes de se iniciar a formação específica (por área) de cada curso. Umas das proposições é garantir que os conjuntos de disciplinas comuns a 2 ou mais cursos de graduação em áreas afins sejam oferecidos em bloco, logo após o ciclo básico, e em vários horários, efetivando o regime de créditos. Assim, as proposições são:

- Implantar formação nos moldes dos bacharelados interdisciplinares no que se refere às disciplinas comuns a 2 ou mais cursos de graduação de áreas fins.
- Implantar ciclo de formação inicial e comum a todos os cursos de graduação.
- Implantar, no caso das licenciaturas, ciclo de formação subsequente de formação comum a todas as licenciaturas (além do ciclo inicial básico). Atender a escassez de professores nessas áreas, e propiciar melhor aproveitamento de disciplinas que são comuns a 2 ou mais cursos (oferecidas ao mesmo tempo, no mesmo ciclo de formação).
- Implantar formação integrada em cursos de licenciatura (p. ex., matemática e física, química e biologia, letras português e inglês, etc.).

Considerando que a Unemat não possui modelo para a elaboração dos PPCs de seus cursos de graduação (o que permite a existência de variados perfis de projetos), e que os PPCs atualmente em vigência não mais atendem às recentes exigências do CEE/MT, recomenda-se a definição de um modelo de PPC com o objetivo de se estabelecer um modelo unificado e com a devida identidade institucional para os projetos pedagógicos dos cursos da Unemat e que, ao mesmo tempo, atenda às recentes exigências do CEE para a sua elaboração: o currículo deve contemplar conteúdos sobre educação ambiental (Lei 9.795/1999, Decreto 4.281/2002 e Resolução CNE/CP 02/2012), diversidade étnico-racial, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei 11.645/2008 e Resolução CNE/CP 01/2004.), Educação das Relações Étnico raciais, Educação em Direitos Humanos e ética socioambiental das atividades profissionais (essas estabelecidas pela Resolução Normativa 002/2014–CEE/MT), atendimento de portadores de deficiência, entre outros temas, e que os PPCs dos cursos de licenciatura estejam de acordo com as exigências da Resolução CNE/CP nº 2/2015, considerando que o prazo para as adequações é 2017. Dessa forma é possível garantir que haja uma identidade na formação dos cursos, e que as eventuais alterações de PPCs sejam feitas tendo-se como parâmetro essa matriz de

referência, possibilitando efetivar o regime de créditos, transferências, e otimizar o tempo de formação do aluno.

Outro aspecto fundamental é que, de forma equivocada, as disciplinas eletivas têm sido criadas como disciplinas obrigatórias, muitas vezes, até mesmo já pré-definidas no PPC. Deve ser previsto, no currículo, disciplinas eletivas de áreas afins, e livres (qualquer área), e que a ênfase nas disciplinas a serem incluídas se dê com base nas áreas de interesse de pesquisa dos professores (linhas), buscando, também, subsidiar a continuidade da pesquisa na pós-graduação. As proposições são:

- Estabelecimento de matriz curricular de referência para os cursos de graduação da Unemat.
- Redefinir lógica de estabelecimento de disciplinas eletivas.
- Garantir que todos os conteúdos exigidos por lei sejam inseridos na matriz dos cursos de graduação.
- Adequação das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura às exigências do Conselho Nacional de Educação - Resolução CNE/CP nº 2/2015.
- Estabelecer critérios e percentual-limite para alterações nas matrizes curriculares dos cursos (autonomia dos NDEs e colegiados de curso) para inclusão de disciplinas de acordo com a organização didático-pedagógica por áreas.

Todas essas ações buscam propiciar estabilidade nas políticas de ensino de graduação, evitando-se ações paliativas e “remendos”.

Outro aspecto consiste em garantir que se mantenha a formação de professores como uma das principais identidades da Unemat, fortalecendo-a por meio de sua vinculação com a oferta de pós-graduação stricto e lato sensu. Assim, propõe-se:

- Garantir que todos os câmpus ofereçam cursos de licenciatura. Criar, em todos os câmpus, escolas de aplicação para atender as licenciaturas.

Na sequência, é necessário que se reestruturem os cursos de graduação, estabelecendo suas disciplinas por áreas e subáreas de acordo com os critérios de classificação do CNPq, de modo a reestruturar o lotacionograma de docentes de acordo com essas áreas/subáreas e, assim, garantir, também, maior coerência na abertura de concursos públicos por área. Assim, propõe-se que:

- Classificar áreas e subáreas das disciplinas de acordo com os critérios de classificação do CNPq. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação estão defasados no que se refere ao atendimento das exigências estabelecidas pela legislação nacional e estadual no que diz respeito à estrutura e conteúdo curriculares.

Quando se tentou fazer ingressos alternativos, através de análise de currículo, as vagas foram preenchidas, porém, com grande quantidade de desistências, ou seja, o problema das vagas ociosas não foi resolvido e inúmeros municípios do estado necessitam de cursos de graduação nestas áreas. Para sanar este problema esta proposta pretende criar uma nova modalidade de ensino, os Cursos Rotativos. Estes são cursos fixos em uma determinada faculdade e oferecidos em diversos locais com o quadro de professores efetivo do curso. Acreditamos que turmas únicas devem reduzir a quantidade de vagas ociosas por serem oferecidas de acordo com as demandas locais, sem saturar o mercado de trabalho das regiões, proporcionando mais oportunidades de emprego aos egressos. Nesta proposta, as atividades de ensino,

seriam oferecidas em câmpus e/ou núcleos pedagógicos de forma alternada, totalizando 8 ou 10 turmas simultâneas, de acordo com a duração do curso, 4 ou 5 anos. Destas turmas, ao menos uma a cada 2 anos deve ser oferecida no câmpus onde a faculdade está vinculada e as demais devem ser oferecidas de acordo com as demandas regionais.

Quanto às atividades de pesquisa e extensão, os professores devem realizá-las no câmpus onde a faculdade está vinculada. A gestão de todas as turmas é feita pela coordenação de curso e colegiado de curso nos moldes de um curso "regular". Assim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são preservadas para todos os professores. As despesas de locomoção e estadia dos professores é feita com recursos da UNEMAT ou em parceria com as prefeituras nas regiões onde os cursos serão oferecidos.

Um Curso Rotativo pode ser criado a partir de novas demandas ou com a transformação de Cursos "Regulares" em Cursos Rotativos, de acordo com a quantidade de vagas ociosas que os cursos têm. Por exemplo, um curso "regular" que está a 4 ingressos sem preenchimento de suas turmas pode ser transformado em um curso rotativo oferecendo uma entrada anual no câmpus de origem e uma entrada em um núcleo pedagógico/câmpus externo, caso, mesmo assim, permaneça com vagas ociosas no câmpus de origem, deve-se aumentar o intervalo das ofertas. Desta forma acreditamos que possamos atender uma quantidade maior de mato-grossenses sem encarecer a folha de pagamento da instituição e aumentar a relação de ingressantes/concluintes dos cursos.

Criação da Modalidade de Cursos Rotativos, definindo-se critérios para se realizar rotatividade de cursos (atendimento de demandas pontuais extra câmpus).

Propõem-se políticas de oferta de cursos rotativos, com Turmas Fora de Sede, por demanda regional, com a necessidade de normatizar e institucionalizar a criação e remanejamento de cursos da UNEMAT, considerando os câmpus onde houver a migração definitiva de cursos regulares para outra localidade, garantir dois cursos de turma única, para cada curso migrado. Com isso, haverá fortalecimento de políticas e programas de acompanhamento dos ingressantes, política de *Marketing* da universidade e dos cursos oferecidos, reformulação do sistema de ingresso no vestibular para que o candidato possa optar por dois cursos, oferta de vestibular de ingresso gratuito para alunos de escola pública, criação de políticas de valorização e incentivo as atividades artístico-culturais e desportivas envolvendo acadêmicos dos diversos câmpus, política de financiamento para atividades complementares, fortalecimento e criação de novas políticas e programas de acompanhamento dos ingressantes, formação do estudante universitário tendo como base a perspectiva multidimensional.

Atualmente, a Unemat realiza um programa de Avaliação Institucional, por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que mobiliza toda a comunidade acadêmica. Os dados compilados pela comissão são encaminhados aos coordenadores do curso de graduação. Apesar de todo este investimento de tempo e recursos, não há, a rigor, nenhuma política efetiva de utilização deste diagnóstico na melhoria continua dos cursos de graduação. Desta forma, sugere-se a implementação de uma política efetiva de atualização pedagógica aos docentes que tiverem, reiteradamente, baixa pontuação nesta avaliação. Sugere-se que seja exigido do docente nesta

condição um curso de atualização pedagógica. Assim, espera-se uma maior preocupação dos docentes quanto à qualidade de suas aulas e da atualização do conteúdo de suas disciplinas.

O ensino é o principal objetivo da Universidade. Não há pesquisa e extensão sem os acadêmicos do ensino de Graduação. Por outro lado, há uma crescente preocupação com o quadro de ingresso e permanência que se apresenta na Unemat atualmente. O fato de muitos cursos não preencherem suas vagas no vestibular, bem como terem grande número de evasão universitária, levou a pensar algumas alternativas para sanar/minimizar estes problemas. Estas alternativas envolvem diretamente o eixo "Gestão", pois é nesse eixo que se encaixam as ações de regulamentação e execução das formas de ingresso propostas. Uma vez que o aluno consegue ingressar na Universidade, é necessário que tenha condições de acompanhar as exigências educacionais do curso. Dessa forma, justifica-se a importância dessa proposta abranger também o eixo "Extensão e Cultura", no sentido de propor cursos de extensão que funcionem como nivelamento aos estudantes que apresentarem dificuldade de acompanhar o conteúdo das disciplinas cursadas.

É hoje uma realidade os discentes chegarem ao ensino superior com graves deficiências de aprendizagem, daí a importância desses cursos de extensão não mirarem apenas nos acadêmicos com dificuldade, mas também, e principalmente, que a extensão esteja mais presente nas escolas, onde tais cursos de nivelamento podem ser ofertados. Dessa forma, a extensão consegue vencer os limites dos muros da universidade, alcançando a comunidade externa. Paulatinamente, pretende-se mudar o quadro de déficit de aprendizagem detectado nos primeiros semestres dos cursos de graduação, uma vez que o aluno terá a oportunidade de, ainda no ensino médio, ter acesso a cursos de nivelamento. Com isso, pretende-se modificar este quadro e, ao mesmo tempo, atrair uma clientela melhor preparada para nossos vestibulares. Um exemplo a ser citado é o Programa de Incentivo à Docência – PIBID – que é uma referência nacional neste tipo de proposta. Os proponentes compreendem que esta proposta tem grande importância e atualidade para a universidade, pois está diretamente ligada à qualidade da formação acadêmica dos alunos. A pluralidade de ideias, em um espaço democrático e livre como o III Congresso Universitário, é uma oportunidade grandiosa que a Unemat tem para avaliar e inovar seus objetivos e práticas sociais, planejando no presente para vislumbrar um futuro de prosperidade, onde acadêmicos, professores, técnicos e sociedade estejam em diálogo constante e se sintam motivados a participar ativamente das ações da instituição.

A Unemat passa por um momento importante em sua trajetória histórica. O grande crescimento na última década já suscitava a demanda por reformulações profundas. A conquista do Plano de Carreira, Cargos, Salários e voto paritário, em 2008, nos impulsiona decididamente na direção da indissociabilidade do tripé "Ensino-Pesquisa-Extensão", que são a base da universidade. As políticas norteadoras do nível superior, principalmente os projetos de cursos, devem contemplar o princípio da indissociabilidade, ou seja, integralizar ensino, pesquisa e extensão na implementação dos currículos de seus cursos.

> A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo,

> cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 16).

Para um melhor entendimento das ações propostas na presente Tese, optou-se por explanar as proposições por tópicos:

1. Criar novas formas de ingresso, além do vestibular atual, tais como: seriado, por agendamento e por análise de histórico e redação.

Instituições públicas e privadas vem aplicando formas diferenciadas de ingresso no ensino superior, visando atingir mais interessados, numa sociedade pós-moderna em que as tecnologias e mercado de trabalho vão se apresentando como desafiadores no processo de escolhas. De maneira especial pelas instituições privadas, uma dessas possibilidades é o vestibular agendado, oferecido pela instituição para atender àquela pessoa que não poderia comparecer à realização do vestibular tradicional com hora e dia marcados. Outra forma de ingresso, que vem sendo implantada por diversas instituições públicas pelo país para facilitar a participação do aluno oriundo do ensino médio, é a implantação de um programa de avaliação seriada.

Nossa proposta é que a Unemat institua o PAS. Unemat - Programa de Avaliação Seriada da Unemat - ao lado de outras formas de ingresso, como o vestibular tradicional ou outras modalidades, tais como: vestibular por agendamento, por análise de histórico escolar e atividades extensionistas e adoção de uma espécie de "SISU" interno na Unemat.

1.1 Criar o Programa de Avaliação Seriada (PAS.Unemat)

O PAS.Unemat - Programa de Avaliação Seriada da Unemat - seria implantado tendo como base as experiências de instituições que já adotaram o programa para ingresso em seus cursos. O pioneiro nessa área é o PAS da Universidade de Brasília (PAS/UNB) que foi criado em 1995, como forma de ingresso alternativa ao vestibular tradicional e que oferece 50% das vagas de todos os cursos. Trata-se de uma avaliação processual, realizada em três etapas com alunos e escolas cadastradas, o que permite realizar uma reflexão sobre o desempenho do estudante do ensino médio e redirecionar os estudos, caso seja necessário. As vagas de cada curso são distribuídas segundo os três sistemas de concorrência da UNB: Sistema de Cotas para escolas públicas, sistema Universal e sistema de cotas para negros; porém, a quantidade de vagas só é informada na terceira etapa quando os alunos também optam por um determinado curso. Outras instituições que utilizam o sistema seriado são: SIS – Universidade do Estado do Amazonas (UEA); SSA – Universidade de Pernambuco (UPE); PSS – Universidade Federal de Roraima (UFRR); PISM – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); SASI – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); PIAS – Universidade de Uberaba (Uniube); PAES – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); PAS – Fundação Armando Álvares Penteado (Faap – SP); AS – Universidade Estadual de Goiás (UEG); PSS – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); PAS – Universidade Estadual de Maringá (UEM); PAC – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); PVS – Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Em 2014, a Universidade de São Paulo (USP) regulamentou o Programa de Avaliação Seriada (PASUSP) que oferece bônus, ou seja, acréscimo de nota ao aluno de escola pública no vestibular da instituição (FUVEST).

Outros nomenclaturas que o sistema recebe, além de Programa de Avaliação Seriada (PAS): Processo Seletivo Contínuo (PSC), Sistema de Avaliação Seriado (SAS), Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM), Programa de Ingresso por Avaliação Seriada (PIAS), Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior (PAES), Processo Seletivo de Avaliação Seriada (SASI), Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (PAIES) e Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior (PAAES), Programa de Ingresso Seriado (PRISE), Sistema Seriado de Avaliação (SSA), Programa Seriado de Ingresso à Universidade (PSIU), Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), Programa Experimental de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES).

1.2 Regulamentar o Vestibular por agendamento

Ao contrário do vestibular tradicional em que a instituição seleciona os melhores alunos por meio da realização de provas numa data determinada, o vestibular agendado possui data diferenciada para a aplicação da prova, com a intenção de auxiliar os alunos que não podem comparecer na data especificada, podendo o mesmo sugerir uma data. Essa alternativa é considerada vantajosa para aqueles alunos que desejam realizar mais de um vestibular. O vestibular por agendamento pode ser manuscrito (avaliação presencial) ou virtual (avaliação remota, pelo computador), sendo que o conteúdo é o mesmo do vestibular tradicional. Algumas instituições, inclusive, aplicam a prova online.

Algumas das faculdades particulares que utilizam o sistema de vestibular agendado: Centro Universitário Newton Paiva, Faculdade Pitágoras, Faculdade Presidente Antônio Carlos (Unipac), Universidade Norte do Paraná (Unopar), Universidade Estácio de Sá, Faculdade São Salvador, Faculdade Dom Bosco, Grupo Educacional Uninter, Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

1.3 Criar o Sistema de Seleção Unificada(SISU) Interno da Unemat

A terceira forma de ingresso proposta é a criação de um sistema de seleção semelhante ao utilizado pelo Governo Federal – o SISU -, porém apenas internamente, entre os cursos de graduação da Unemat. O candidato faz a inscrição e a prova para o vestibular da Unemat sem definir qual é o curso de seu interesse. Após a realização da prova e divulgação das notas, ele escolhe o curso, dentre os oferecidos pela instituição, de acordo com a pontuação obtida no processo de seleção.

A seleção feita desta forma possibilita que o interessado tenha mais chances de ingresso na universidade, pois sua nota pode ser insuficiente para aprová-lo em um determinado curso ou câmpus, porém em outro curso ou câmpus em que a demanda seja menor, esta mesma nota pode ser mais que suficiente para sua aprovação. Esse sistema poderia resolver até mesmo problemas como excesso de candidatos para determinado curso em algum câmpus enquanto que em outro, este mesmo curso apresenta baixa procura.

1.4 Regulamentar a entrada por histórico e/ou redação

Nos casos em que não há preenchimento das vagas após todo o processo de ingresso vigente, propõe-se ainda a entrada por histórico e/ou redação, intitulado atualmente de “Vestibular por agendamento”. Esta prática já vem ocorrendo nos

Câmpus da Unemat há algum tempo e tem dado bons resultados com relação ao preenchimento de vagas remanescentes na maioria dos cursos.

Na Unemat, esse tipo de entrada começou pela análise apenas do histórico escolar do candidato, depois passou a ser análise do histórico e redação e atualmente é aplicada apenas uma redação, mas ainda não há legislação que regulamente essa prática. Propõe-se à gestão de vestibulares da Unemat uma análise mais profunda da importância desse processo para melhor aproveitamento das vagas ofertadas semestral ou anualmente, no sentido de tomar as medidas necessárias para sua regulamentação, pois isso facilitaria sua aplicação com mais agilidade, não prejudicando tanto os ingressantes por essa modalidade, que atualmente entram na Universidade em média após um mês do início do semestre letivo.

Essa demora para ingressar prejudica o aluno e torna mais difícil sua permanência, pois em geral encontram dificuldades de acompanhar o conteúdo. Nesses casos, um programa de nivelamento aplicado por professores extensionistas, com a ajuda de bolsistas de monitorias, se torna fundamental para dar suporte a esses alunos, evitando assim que haja um alto índice de evasão universitária.

2. Reduzir o valor da inscrição do vestibular e garantir gratuidade aos estudantes do ensino público.

Tendo em vista a finalidade precípua da Unemat da oferta de ensino superior gratuito, laico e de qualidade, indissociável da pesquisa e da extensão, e também pelo respeito aos princípios éticos e da administração pública, o respeito pela diversidade, pela pluralidade, pela igualdade de condições de acesso e permanência nas diversas modalidades de ensino oferecidas, a presente proposta visa à discussão e a inclusão de políticas de ingresso expandindo-se para a universidade como um todo. A universidade precisa garantir acesso e permanência aos alunos, em especial alunos cujas condições econômicas sejam desfavoráveis. A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Ao longo deste processo de educação as formas de inserção no mundo acadêmico sempre foram realizadas com base em processos seletivos, privando do acesso ao ensino superior, em especial, os indivíduos de baixa renda os quais não possuem recursos suficientes para a inscrição e, apesar de haver possibilidade de isenção da taxa, não são suficientemente esclarecidos para organizar a documentação necessária para conseguir esse benefício, que é demasiadamente burocrático. Neste sentido, propomos, assim como acontece no ENEM, a isenção da taxa de inscrição para o aluno oriundo do Ensino Médio Público.

Este grupo social configura-se como uma grande parcela da sociedade, que tem na sua base de formação uma deficiência advinda da precariedade da educação básica a que tem acesso, quando tem, que por si configura-se como uma barreira que impede chegar à Universidade. É preciso que todas as pessoas tenham garantido o seu direito constitucional de acesso ao Ensino Superior.

Sugere-se também que o valor da taxa de inscrição do vestibular seja reduzido. Os discentes da Unemat, que são os mesmos que concorrem ao nosso vestibular, em sua maioria, são oriundos de famílias de baixa renda. Segundo o Relatório Conclusivo da auto avaliação do ciclo 2013-2015 da Universidade do Estado do Mato Grosso – Unemat, quanto à renda familiar dos alunos, observou-se que a maioria é proveniente

das camadas menos favorecidas da sociedade. Quase a metade, ou 48,78%, declararam renda familiar inferior a três salários mínimos, e 35,79% declararam renda entre 3 e 5 salários. O Ministério da Educação não tem ingerência sobre os processos seletivos das instituições e elas possuem autonomia para criarem regras próprias, inclusive o valor da taxa de inscrição do vestibular. Tomando-se como exemplo o Enem, verifica-se que este sistema democratizou a participação nos processos seletivos, pois ao pagar a taxa de R$ 82,00 e fazer a prova, o candidato teve neste ano, a possibilidade de ingressar em 128 instituições públicas de ensino superior, entre federais e estaduais, além da gratuidade garantida aos alunos advindos do ensino médio público.

3. Implementar políticas de extensão para nivelamento de pré-requisitos de ingressantes

A Universidade recebe alunos advindos do Ensino Médio que possuem graves deficiências de base e problemas de aprendizagem acerca dos conteúdos mais simples da graduação. Levando-se em conta os índices que revelam a baixa renda dos discentes, pode-se afirmar que a maior parte dos alunos ingressantes advém do ensino público. Diante disto, propõe-se a criação e regulamentação de políticas de nivelamento a partir da extensão da Universidade, por meio de um programa de extensão que ofereça cursos nas escolas públicas de ensino básico, com o objetivo de reforçar o aprendizado dos alunos da Educação Básica em quaisquer ciências, de acordo com a área de atuação do docente extensionista. Tais cursos devem atender também aqueles acadêmicos dos primeiros semestres dos diversos cursos de graduação da Unemat que apresentem dificuldades de acompanhamento do conteúdo das disciplinas. A criação e a regulamentação desse programa conferem importância aos quesitos nivelamento e acompanhamento, visto o caráter permanente de sua ação. Pode haver alternância dos docentes que se engajarem nesse programa, mas o objetivo é que ele tenha longa duração. Contudo, é natural que surjam particularidades em cada localidade, além de prováveis inovações, o que sugere a necessidade de constante revisão do programa, que abrigará um leque de projetos de extensão nas diversas áreas de atuação da Unemat. Para auxiliar o trabalho do docente, será necessário contar com monitoria de acadêmicos com bom desempenho em seu respectivo curso de graduação, que podem desenvolver trabalho voluntário ou serem selecionados por meio de edital de bolsa monitoria, também a ser regulamentada.

A presente proposta, além de seus principais objetivos, ainda possibilita outros ganhos, tais como o reconhecimento dos méritos dos acadêmicos bem sucedidos na graduação (programa de bolsa monitoria) e a possibilidade do aluno/acadêmico com má formação escolar superar essa carência e acompanhar seus colegas ao apresentar melhoras em seu desempenho nas disciplinas de graduação, aumentando sua autoestima. Tais fatores terão um efeito colateral positivo como incentivo à permanência do acadêmico, dando-lhe motivação para continuar a frequentar o curso, já que, na atuação auxiliar em sala de aula e na possibilidade de nivelamento de conhecimentos, tanto o monitor quanto o monitorado sentir-se-ão parte ativa da Universidade.

A proposição de levar cursos de extensão como nivelamento às escolas de Educação Básica e aos primeiros semestres da graduação fortalece a indissociabilidade

do tripé "ensino-pesquisa-extensão", visto que os professores que ofertarão tais cursos poderão relacionar suas atividades de extensão aos estudos dos projetos de pesquisa aos quais estejam vinculados; conseguindo maior repercussão e aproveitamento dos demais trabalhos que desenvolvem na universidade. Com isso, garante-se maior atuação da Universidade na sociedade, sobretudo na Educação Básica, possibilitando maior interação com a comunidade externa e dando maior visibilidade aos cursos de graduação ofertados pela Unemat. A comunidade na qual a universidade está inserida poderá conhecer mais profundamente o trabalho desenvolvido pelo câmpus, resultando em aumento do interesse dos cidadãos locais pelos cursos oferecidos. A proposição da criação e regulamentação de um programa, com caráter permanente, facilitará a implantação de vestibular do tipo seriado, já que haverá acompanhamento do desempenho do aluno em seu Ensino Básico, firmando convênios com as escolas para estabelecimento de critérios de avaliação conjunta.

4. Regulamentar o aproveitamento de cursos de extensão quando houver equivalência com disciplinas da graduação (carga horária e ementa).

A extensão, parte integrante do tripé que sustenta a Universidade, vem ganhando maior espaço por meio do Plano Nacional de Extensão. Essa Tese, em consonância com outras apresentadas por esse câmpus, faz parte de um projeto maior (a Tese do câmpus de Alto Araguaia) que pretende trabalhar a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, propondo como atividade acadêmica um projeto de extensão que envolva os alunos e a comunidade externa. Essa atividade acadêmica voltada à comunidade externa é um momento de formação que envolve os conteúdos acadêmicos e pode, inclusive, extrapolá-los, abrangendo outros além dos previstos PPC (Projeto Político Curricular) dos cursos de graduação, que possibilitem uma formação mais geral e uma construção de conhecimentos prévios necessários como embasamento a outros conteúdos. Muitos podem ser os projetos de extensão traduzidos em cursos, voltados à comunidade interna e externa, com carga horária e conteúdos bem definidos, podendo ser até maiores que os destinados às disciplinas que compõem o PPC dos cursos oferecidos pela instituição. Neste sentido, a proposta aqui apresentada visa o aproveitamento de disciplinas de extensão nos diversos cursos oferecidos pela Unemat, a partir da equivalência de carga horária e conteúdo, desde que haja o devido registro da frequência do aluno. Considerar-se-á, para tal propósito, os cursos com carga horária igual ou superior às disciplinas a serem aproveitadas, com conteúdo compatível em, no mínimo, 70%. Esse aproveitamento dar-se-á tanto nos casos em que o aluno fez o curso de extensão no Ensino Médio, quanto anos casos em que o acadêmico frequentou esses cursos paralelamente à sua frequência nas disciplinas de graduação. No caso do aluno de ensino médio, deve-se estabelecer um prazo de aproveitamento do curso de extensão de, no máximo, dois anos.

5. Fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e educação básica

A extensão pode ser vista como elemento fundamental para a permanência dos acadêmicos na universidade, devido à integração destes com os diversos saberes

produzidos, reflexionados, transformados, intercambiados entre a academia (professores e acadêmicos) e a comunidade. Retomando, novamente, o conceito de indissociabilidade, ao se estabelecer uma relação direta entre Extensão e Ensino, propõe-se que os discentes se tornem protagonistas de sua formação, seja no nível técnico como obtenção de competências necessárias à atuação profissional ou no de sua formação cidadã que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Conceber fronteiras de aprendizagem diferentes das convencionais também tem sido nas últimas décadas uma demanda na educação de maneira geral. Algo que não é tão novo, pois Paulo Freire nas décadas 40 a 50 já propunha e executava essa tarefa. No, entanto é algo que mesmo com o passar do tempo segue encontrando muita resistência, principalmente por pensamentos e atitudes políticas conservadoras e tradicionais. O espaço da universidade, que é também um lugar de formação, promotor de reflexões e mudanças, tem acolhido essa perspectiva de romper com as paredes e muros que aprisionam e distanciam os conhecimentos e saberes. E a extensão vem se tornando umas das ferramentas demolidoras dessas barreiras físicas, dogmáticas e imaginárias que permeiam o processo de educação no Brasil.

Com essas proposições, busca-se fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e educação básica, apresenta-se as seguintes questões problemáticas: observa-se que há número considerável de projetos de extensão desenvolvidos na instituição que agem hermeticamente, ou seja, se fecha para a própria universidade, ferindo duas das diretrizes de políticas nacionais para extensão apresentadas acima (interação dialógica e impactos e transformação social); observa-se também que parte considerável dos projetos de extensão não atuam diretamente com ou na educação básica, o que provavelmente contribui para um déficit no desenvolvimento de uma cultura extensionista e de pesquisa na universidade, que de forma cíclica receberá e formará alunos que desconhecem e ou que não estarão motivados por ou para estas práticas.

O Plano Nacional de Extensão de 2001, ao propor suas metas no quesito Articulação com a Sociedade referência claramente o desenvolvimento de programas de extensão ligados à ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica. Outro documento, Políticas Nacionais para Extensão Universitária (2012) que atualmente fomenta as políticas e ações de extensão também apresenta como um dos princípios básicos norteadores que a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica, por meio de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

A partir desta meta e deste princípio norteador, baseando-se na perspectiva do processo cíclico da educação, destaca-se a importância da atuação direta de projetos de extensão e pesquisa da universidade na ou com escolas e/ou instituições de educação básica, pois entende-se que assim se atenderá demandas de ambos seguimentos, além do fortalecimento e solidificação de uma cultura de extensão e pesquisa no estado ou na região que se situa a universidade. Ou seja, a universidade atuando com ou nas instituições de ensino básico afim de solucionar ou minimizar os problemas educacionais, sociais, etc. demandados por estas, também se beneficiará ao receber futuros acadêmicos motivados e habituados às atividades de extensão e

também pesquisa. Para que se possa colocar em prática políticas, planos e projetos de extensão como apresentados nesta fundamentação, é importante que a universidade aja de maneira contundente com os demais seguimentos educacionais e sociais, é preciso comprometer-se com a educação e com a sociedade, mas não apenas formando cidadãos habilitados para o mercado de trabalho, formando profissionais "críticos", comprometidos com o desenvolvimento social, cultural e político do estado, região e do país.

Destaca-se novamente que é preciso estimular e valorizar os programas ou projetos de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade, atividades de extensão que impliquem em relações *multi, inter* e ou transdisciplinares e interprofissionais de diversos seguimentos da universidade com a sociedade, principalmente na educação básica. Esta Tese busca apresentar propostas e discutir conceitos sobre as formas de ingresso e permanência nos cursos ofertados pela Unemat, e as práticas de extensão é uma excelente aliada desse processo. Espera-se que as proposições aqui apontadas contribuam para que o III Congresso Universitário seja um rico espaço de debate e oportunidade de avanço e crescimento dessa universidade, cada vez mais importante no cenário do ensino superior do estado de Mato Grosso e do Brasil.

A escolha do eixo extensão, com repercussão no Ensino e na Pesquisa, deu-se porque é preciso pensar que a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deve ser uma realidade em qualquer curso de graduação, em qualquer modalidade. Os proponentes desta Tese compreendem que esta proposta tem grande importância e atualidade para a Universidade, pois está diretamente ligada à qualidade da formação acadêmica dos alunos; atualmente, da forma como os cursos Parceladas se realizam na Unemat, eles não promovem a Pesquisa e a Extensão, distorcendo a visão do acadêmico, que passa a entender a Universidade como um estabelecimento de Ensino; essa visão é redutora e não condiz com o papel que a Unemat desempenha no Mato Grosso, como difusora de Ciência e Tecnologia, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Institucionalmente, os proponentes entendem que a viabilidade enquanto melhoria institucional desta proposta dá-se por meio da formulação de Editais Seletivos, que devem reservar um percentual (sugere-se 20% no total) para Professores Pesquisadores, da Unemat ou de outra IES, vinculados ou não a um Programa de Pós-Graduação, mas com Pesquisa Institucionalizada. Esses professores, além do pagamento pelos trabalhos de Ensino, devem receber uma Bolsa, a fim de oferecerem um Projeto de Extensão, relacionado à sua Pesquisa. Entende-se que a relevância teórica e prática desta proposta se reverterá obviamente, e em primeiro lugar, na formação do aluno, pois ele terá oportunidade de se envolver com atividades de formação, mas não necessariamente de Ensino. As razões para sua implantação estão mais uma vez voltadas para o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que deve ser preservado e respeitado, como característica primordial de toda Universidade Pública.

As Universidades Públicas constituem espaços de produção de conhecimento, em todas as áreas, orientando suas ações em três eixos que se inter-relacionam entre si: Ensino, Pesquisa e Extensão. Tradicionalmente, compreende-se a Extensão Universitária como um conjunto de ações que se estende da Universidade para a Comunidade Acadêmica, com o objetivo de difundir conhecimentos, prestar serviços,

estimular a produção de bens culturais e preservar a memória e as tradições. A Extensão, neste sentido, constitui um elo com sociedade, visto que, por meio de ações extensionistas, contínuas ou eventuais, compartilha-se com as comunidades interna e externa o conhecimento adquirido e acumulado no Ensino e na Pesquisa. Em decorrência dessa ligação com a comunidade externa, a Extensão exerce uma forte função social, que promove ações afirmativas e atividades de desenvolvimento social. A Extensão Universitária ganhou destaque no meio acadêmico a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil. Conforme Nogueira (s/d, p. 57): "No contexto de abertura política, os segmentos universitários – docentes, servidores técnico-administrativos e discentes –, além da sociedade civil em geral, passaram a discutir a Universidade como instituição pública e estatal, cobrando dela o seu compromisso com setores menos favorecidos da população". Na ponta do Ensino e da Pesquisa, a Extensão Universitária beneficia, de um lado, a sociedade, com prestação de serviços, atendimento social e sanitário, atividades culturais e outros; de outro lado, a Extensão beneficia a própria Universidade, que ratifica um caminho dialético em que se encontram a teoria e a prática. Desta maneira, a Extensão constitui uma importante atividade acadêmica, que se coloca na condição de difusão e compartilhamento de conhecimentos e, de acordo com o que preconiza o Artigo 207 da Constituição Brasileira, Ensino, Pesquisa e Extensão devem receber tratamento igual ao dispensado ao Ensino e à Pesquisa. O mesmo documento adverte que a Extensão Universitária é um processo educativo, que "promove a formação humana e cognitiva do aluno". De acordo com o texto de Política Nacional de Extensão Universitária, redigido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 2012, já não caber mais referir-se a extensão como elemento extracurricular ou coadjuvante no processo de concepção e formação universitária. Segue abaixo parte do texto para elucidação da afirmação.

Assim, no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e regulamentações do FORPROEX. Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como, assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de "interação dialógica" que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (FORPROEX, 2012, p. 10).

Além de ser tornar uma excelência na inter-relação entre a universidade e a sociedade/comunidade, a extensão também pode ser vista como item fundamental para a permanência dos acadêmicos na universidade, devido ao seu fator integrador dos diversos saberes produzidos, reflexionados, transformados, intercambiados entre a academia, acadêmicos e comunidade. É perceptível observar nos universitários participantes de projetos de extensão, pesquisa, eventos, etc. um perfil mais

comunicativo, mais dinâmico, participativo e crítico no universo acadêmico. Além de mais motivados e integrados ao processo de formação, pois muitos têm a oportunidade de potencializar saberes e habilidades próprias dependendo as atividades de extensão que atuam. Por isso ressalta-se que a universidade não deva somente formar ou capacitar pessoas para o mercado de trabalho, mas também formar seres humanos aptos a atuarem tanto para o bem-estar pessoal quanto para o bem-estar social, cultural, político e econômico de sua região e país. Ao se estabelecer uma relação entre Extensão e Ensino, propõe-se que os acadêmicos se tornem protagonistas de sua formação, seja no nível técnico como obtenção de competências necessárias à atuação profissional ou no de sua formação cidadã que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Dessa maneira, emerge um novo conceito de 'sala de aula', que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. 'Sala de aula' são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico 'estudante - professor' é substituído pelo eixo 'estudante – professor- comunidade'. (FORPROEX, 2012, p. 19).

Conceber fronteiras de aprendizagem diferentes das convencionais também tem sido nas últimas décadas uma demanda na educação de maneira geral. Algo que não é tão novo, pois Paulo Freire nas décadas 40 a 50 já propunha e executava essa tarefa. No, entanto é algo que mesmo com o passar do tempo segue encontrando muita resistência, principalmente por pensamentos e atitudes políticas conservadoras e tradicionais. O espaço da universidade devido ser diretamente um lugar de formação e promotor de reflexões e mudanças têm acolhido essa perspectiva de romper com os paredes e muros que aprisionam e distanciam os conhecimentos e saberes. Por essa razão a extensão tem se tornando ferramenta demolidora dessas barreiras físicas, dogmáticas e imaginárias que permeiam o processo de educação no Brasil. No texto Política Nacional da Extensão Universitária também se pode encontrar referências da indissociabilidade entre Extensão e Pesquisa, principalmente, no vislumbre da pesquisa-ação. Outras perspectivas entre essa relação são:

> O primeiro refere-se à incorporação de estudantes de pós graduação em ações extensionistas. Essa importante forma de produção do conhecimento – a Extensão Universitária – pode e deve ser incorporada aos programas de mestrado, doutorado ou especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. O segundo desenvolvimento que aqui se defende é a produção acadêmica a partir das atividades de Extensão, seja no formato de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas, seja no formato de apresentações em eventos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais. (FORPROEX, 2012, p. 20).

Na Unemat, a extensão é orientada pela Resolução No 017/2013 – CONSUNI, que regulamenta a política de Extensão na instituição, apresentando objetivos, caracterizando diferentes ações extensionistas e definindo os papéis das instâncias e

dos agentes da Extensão. De acordo com essa Resolução 017/2013-CONSUNI, as ações podem ser em formato de Programa, Projeto, Cursos, Eventos e Disciplinas.

Toda a importante articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão percebida nos cursos regulares não acontece nos cursos oferecidos pelo Programa Parceladas: os alunos não têm acesso a projetos desenvolvidos à luz de uma pesquisa, nem como protagonistas nem como coadjuvantes de projetos que visam à difusão de conhecimentos, ou à prestação de serviços comunitários, ou ao estímulo de produção de bens culturais ou ainda à preservação da memória e das tradições populares. Isso é possível, se o Programa Parceladas estabelecer parcerias viáveis com os Programas de Pós-Graduação, de forma que Docentes e Mestrandos e Doutorandos possam desenvolver atividades extensionistas nas Parceladas, de forma que Ensino, Pesquisa e Extensão possam ser de fato um eixo indissociável em todos os cursos, de todas as modalidades.

Para a promoção da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão junto às Modalidades de Cursos Diferenciados da Unemat propõe-se a criação de um mecanismo que promova a Pesquisa nos Cursos Parceladas. Esta Tese toma como base fundamental o princípio que rege todas as Universidades: o princípio da indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão. Essa premissa abre o Estatuto da Unemat (texto grifado):

> *A Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat*, pessoa jurídica de direito público da administração indireta, instituída pelo Poder Público Estadual, criada sob a natureza de Fundação Pública, pela Lei Complementar Estadual nº. 30, de 15 de dezembro de 1993, modificada pela Lei Complementar nº 319, de 30 de junho de 2008, com sede administrativa e foro no município de Cáceres/MT, com estrutura *multicâmpus* e atuação em todo o Estado de Mato Grosso, é uma entidade sem fins lucrativos e com duração indeterminada, dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão patrimonial e financeira, *obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, e reger-se-á por este Estatuto, por seu Regimento Geral e pelas leis federais e estaduais disciplinadoras do ensino superior (ESTATUTO Unemat, Título I Da Instituição, Capítulo I Da Natureza Jurídica, Artigo 1º).

Não se questiona a aplicação desse princípio na dinâmica dos cursos ofertados em modalidade regular na Unemat. Todavia, o Programa Parceladas, no modelo em que se desenvolve hoje, não cumpre o princípio da indissociabilidade, visto que sua ênfase é prioritariamente o Ensino. De acordo com informações colhidas na página da Unemat:

> O Programa Parceladas foi criado em 1992 como uma modalidade diferenciada de ensino, com o objetivo de atender inúmeras demandas de formação docente em diferentes regiões do estado de Mato Grosso. Os cursos são presenciais, alguns em regime parcelado e outros em regime contínuo,

> ofertados em rede continuada, para a formação em serviço de servidores públicos da educação básica do Estado de Mato Grosso[1].

Criado em 1992, em 2017 o Programa Parceladas completa vinte e dois anos de serviços prestados a várias regiões de Mato Grosso, atendidas em sua urgência de formar profissionais para atender às demandas de diversas frentes de trabalho, principalmente a Educação. Porém é preciso pensar que o formato atual não abre espaço para a Pesquisa, como também não abre espaço para a Extensão. Com ênfase no Ensino, os cursos de graduação correm risco de se tornarem tecnicistas. Não se questiona o modelo Parceladas, inovador em sua proposta que visa a democratização do Ensino Superior. Afinal,

> Em consonância com os objetivos do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), a Unemat, por meio do Programa Parceladas, tem como meta induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional â€“ LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País[2].

Questiona-se, porém, o alijamento de dois eixos importantes na formação acadêmica do aluno: a Pesquisa e a Extensão. Cabe à própria Universidade constituir caminhos que possam elevar o Ensino das Parceladas, oferecendo ao aluno a possibilidade de participar de projetos de Pesquisa, os quais, de uma forma ou outra, promovem também os Projetos de Extensão e ações de extensão. Em Alto Araguaia, em seu próprio Câmpus, no ano de 2017, desenvolvem-se – além dos Cursos regulares de Letras, Computação e Jornalismo (em transição para outro Câmpus) – dois Cursos na modalidade Parceladas: duas turmas de Direito e uma turma de Pedagogia. Também ligados ao Câmpus de Alto Araguaia, dois cursos seguem em Itiquira, na modalidade Parceladas: um Curso de Pedagogia e um Curso de Ciências Contábeis. A perspectiva é que em 2018, o Câmpus de Alto Araguaia tenha pelo menos mais três turmas do Curso de Direito atendidas na modalidade Parceladas: duas turmas em Alto Araguaia e uma turma no Núcleo de Rondonópolis. Essa é a realidade posta hoje no *Câmpus* de Alto Araguaia: os cursos em modalidade Parceladas superam os cursos regulares. Dessa maneira, acompanhando o dia-a-dia dessas turmas, compreendendo a sua dinâmica, foi possível perceber que esses cursos apresentam fragilidades que precisam ser corrigidas. Uma dessas fragilidades é a ausência de Pesquisa.

Sabe-se que, nos Cursos Regulares, os alunos são indiretamente atendidos pela Pesquisa, desde que tenha Professores Pesquisadores em seus quadros: pelo recorte teórico e crítico das referências bibliográficas, pelo conhecimento específico compartilhado em sala de aula e outros, ou *diretamente atendidos*, com oferta de Bolsas de Iniciação Científica, por meio de eventuais editais de bolsa. Tudo isso

[1] Disponível em http://www.Unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao. Último acesso em 29.abril.2017.
[2] Disponível em http://www.Unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao. Último acesso em 29.abril.2017.

funciona em um curso regular, mas não funciona para os Cursos Parceladas, cuja forma de seleção de docentes dá-se por editais que exigem mínima qualificação do professor. Compreendendo que o Programa Parceladas precisa melhorar nesse aspecto e, compreendendo também que o programa possui diferentes formatos de calendário acadêmico, os proponentes desta Tese, propõem uma alternativa para minimizar o problema da Pesquisa nessa modalidade de ensino: uma reserva de 20% no total das disciplinas, para Professores Pesquisadores. Essa é maneira de garantir o vínculo formal, que necessariamente pela Docência, entre Ensino e Pesquisa em sala de aula, mesmo que apenas indiretamente. Os proponentes defendem essa proposta, pois entendem que os alunos das Parceladas precisam ter acesso à Pesquisa, a fim de amadurecer a sua visão de conhecimento e de produção de conhecimento. A pesquisa abre caminhos para a transformação social. Se inseridos apenas em contexto de Ensino, como ocorre no atual modelo, a formação acadêmica dos alunos ficará aquém de seu ideal. A página da Unemat, na sessão Pós-Graduação, apresenta uma expansão dos Programas de Pós-Graduação na instituição:

> A pós-graduação *stricto sensu* da Unemat teve seu início em 2006, e a partir deste ano, presenciou um crescimento expressivo, atendendo diversas áreas do conhecimento, em atendimento às demandas regionais do Estado e internas da instituição, contribuindo para o fortalecimento dos câmpus universitários, disseminando conhecimento e pesquisa a todo o território nacional. Atualmente a Unemat conta com 19 Programas de Pós-graduação Stricto Sensu aprovados pela Capes. Estes programas contemplam 23 Cursos, sendo 16 Mestrados (11 acadêmicos e 05 mestrados profissionais em rede), bem como 07 doutorados, sendo 04 doutorados institucionais e 03 doutorados em rede. (Atualizado 02/2017)

Com a expansão dos Programas de Pós-Graduação na Unemat, com Docentes ligados a diversos Programas, e com Mestrandos e Doutorandos participando de Pesquisas importantes para o desenvolvimento científico, social, cultural, tecnológico do Estado de Mato Grosso, entendemos que é possível estreitar os laços entre os Programas de Pós-Graduação com os Cursos Parceladas, ampliando o potencial de pesquisa dos programas e melhorando o nível de formação acadêmica das Parceladas. É uma forma de superar problemas internos com articulação por meio de editais e de parcerias, conforme advertem Mello, Almeida Filho e Janine Ribeiro: "Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico"[3].

Dessa maneira, essa proposta se justifica a partir de cada um de seus objetivos. O primeiro deles diz respeito à inserção de Pesquisa e/ou Pós-Graduação a partir da fixação de pelo menos 20% do quadro docente que sejam professores Assistentes e/ou Adjuntos vinculados, preferencialmente, à pós-graduação, que possam fomentar a Pesquisa. O segundo, busca promover a Pesquisa na modalidade de Ensino

[3] MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. In: *Atos de Pesquisa Em Educação* – PPGE/ME FURB. ISSN 1809– 0354 v. 4, nº 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

Diferenciado. E o último, dar prioridade aos professores dos Programas de Pós-Graduação da Unemat e de outras instituições a participarem dos editais seletivos dos Cursos de Modalidade Diferenciada.

No que se refere à relevância teórica e prática dos objetivos propostos tem-se que o Ensino Superior precisa se adaptar às novas demandas da sociedade brasileira, afetada por uma série mudanças, dentre as quais a cobertura pela rede ubíqua da internet. Dessa maneira, têm surgido várias modalidades de Ensino com aporte na Internet. A Unemat oferece algumas modalidades especiais de Ensino de Graduação, dentre as quais os Cursos do Programa Parceladas. Essa modalidade Especial de Ensino, Parceladas, constitui uma importante maneira de levar o Ensino Superior às regiões mais distantes do Estado de Mato Grosso, porém, o grande problema dessa modalidade é o alijamento da Pesquisa e da Extensão. Essa realidade afeta diretamente na formação acadêmica: o aluno, de maneira geral, compreende a Universidade como um estabelecimento de Ensino, apenas, como ocorre no Ensino Médio. Nesse sentido, entende-se que é preciso agir sobre a Modalidade de Ensino Parceladas. A proposta é que os Editais de Seletivo reservem um percentual de vagas (sugere-se aqui pelo menos 20%) para Professores Pesquisadores, de preferência vinculados a Programas de Pós-Graduação. Essa é uma maneira de estender para os acadêmicos dessa modalidade de Ensino, os Projetos de Pesquisas que se desenvolvem nos programas da Unemat e em outras instituições.

Os principais aspectos dessas proposições são referentes à participação de professores pesquisadores junto a uma coordenação que integre o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Isso ocorreria com o oferecimento de palestras, cursos e atividades avaliativas de gênero de escrita acadêmica (fichamentos, resenhas, produção de artigos científicos entre outros), além de proporcionar eventos de divulgação de pesquisa e de poder ser contemplado com Bolsas de Produção Científica (a ser regulamentada). No tocante à participação do acadêmico, este passaria a vivenciar experiências acadêmicas e científicas, as quais, normalmente, não têm sido oferecidas a esta clientela. Esta proposição possibilitaria o oferecimento de Bolsas de Iniciação Científica (a ser regulamentada). Razões fundamentais para implementação desta Tese. Outro aspecto desta Tese é o oferecimento de Programas de Pós-graduação Lato Sensu nas áreas afins, sejam para atender demandas imediatas, assim como demandas futuras. Tal proposta proporcionaria o fortalecimento do Câmpus ou Núcleo, no tocante a planejamentos plurianuais.

A permanência do aluno nos cursos de graduação tem-se tornado um desafio para todas as Universidades. A evasão das Instituições de Ensino Superior tem, via de regra, conexão com as condições financeiras dos alunos, os quais precisam trabalhar para provimento do próprio sustento e, muitas vezes, da família. A Unemat possui uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), voltada para assuntos relacionados à Assistência Estudantil, a qual vida “garantir aos estudantes uma permanência digna na Universidade, oferecendo a eles programas que vão desde o auxílio alimentação (ajuda de custo ou Restaurantes Universitários)”. Não pretende ser apenas assistencialista, mas também “inserir o cotidiano do aluno na instituição ou vice-versa”[4]. Estudos de metodologia mista, quantitativa e qualitativa, já foram empreendidos neste sentido.

[4] Disponível em: http://portal.Unemat.br/?pg=site&i=prae&m=apresentacao. Último acesso em 05.05.2017.

Andrés (2011, p. 5) mostra que grande parte do aluno, por exemplo, desloca-se para fazer um curso de graduação:

> 35% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e de apoio efetivo. No que concerne à alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de ação social e de convivência universitária para 19% dos estudantes pesquisados.

E o problema não restringe às Universidades Públicas, também acontece nas Universidades de iniciativa privada. Por isso, o governos federal, estaduais e municipais têm desenvolvido programas de ação afirmativa no ensino superior, de modo a promover a permanência do aluno nos cursos de graduação. Cada instituição, vive sua própria realidade, por isso, as soluções são diversas. Mas o fato é, lembra (Andrés (2011, p. 6), que:

> Sejam elas públicas (federais, estaduais ou municipais) ou privadas (com ou sem fins lucrativos), universidades, centros universitários, institutos ou faculdades, as IES brasileiras vêm então desenvolvendo à moda própria seus projetos e programas de assistência estudantil, nos quais os itens mais presentes são o apoio à alimentação e as bolsas parciais/integrais de estudo, programas estes com condições de admissão variadas conforme as respectivas normativas internas.

As proposições aqui apresentadas têm ainda como finalidade retomar um aspecto humanista da formação acadêmica do aluno: relacionar-se de forma positiva e colaborativa com as comunidades mais vulneráveis da sociedade. Esta proposta refere-se pontualmente a dois grupos comunitários: as *comunidades de resistência*, representadas aqui por quilombolas, aldeias indígenas e assentamentos, e as *instituições de assistência social*, compreendidas aqui como asilos, orfanatos, casas de reabilitação social, casas de repouso, hospitais e outras instituições que recebem indivíduos com necessidades de assistência física, psicológica ou mental. A ideia é resistir a uma tendência que, de certa forma distorcida, estuda as comunidades de resistências por meio de livros e artigos científicos. É preciso se aproximar delas, vivenciar seu cotidiano e sondar seus anseios com uma finalidade propositiva e transformadora.

Pretende-se despertar o desejo do acadêmico permanecer no curso pela descoberta de razões não financiáveis: a consciência do poder de transformação social que cada curso tem, seja de licenciatura, seja de bacharelado. O acadêmico verdadeiramente envolvido em seu curso de graduação se esforçará ao máximo para nele permanecer e dele construir sua carreira; desta ideia, vem a proposta de propiciar aos alunos o desenvolvimento de Projetos de Extensão, como proponentes, em *comunidades de resistência* ou em *instituições de assistência social*, a fim de constituir uma esfera de vivência social autêntica junto a essas comunidades. A criatividade e a

iniciativa podem gerar, na vida profissional futura desses alunos, projetos maiores. Para estimular o aluno, esta proposta entende que os proponentes devem receber subsídio de uma Bolsa, provisoriamente aqui chamada de Bolsa Criatividade, sob a supervisão de um Professor Orientador. Entende-se que esta proposta é grande importância e atualidade, visto que um dos maiores problemas das Universidades Públicas é a evasão de alunos, um problema que não se consegue combater apenas com ajuda financeira, mas também com o engajamento espontâneo com as demandas sociais. Dessa maneira, esta proposta promove melhorias institucionais, uma vez que se trata de uma Política Estudantil que impacta diretamente no eixo ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, em toda a extensão teórica e prática, o que oferece razões para sua implantação.

Uma boa estrutura de comunicação, entre outras estratégias, pode impulsionar a otimização das estruturas físicas e dos recursos humanos das instituições públicas visando ampliar e interiorizar o acesso à graduação, tanto pela a ampliação da oferta de vagas nas diferentes modalidades de ensino bem como ao atender as características regionais das micro e mesorregiões, e assim elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação, principalmente os presenciais para 90%.

A ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil também são pontos contemplados. Deste modo, estratégias como os créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária e a ampliação da oferta de estágio também se apresentam como mecanismos que podem servir como ponte para a inclusão de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior e fomentar a articulação dos estudos sobre a formação, currículo, a pesquisa e o mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais. Metas como estas também tratam da consolidação e ampliação dos programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil, uma necessidade que em nossa universidade ainda não está consolidada.

A consolidação dos processos seletivos de acesso à educação superior também é tratada, não só no que se refere a adesão ao ENEM e SISU, mas como estimular a ocupação das vagas ociosas nos períodos letivos através de transferências internas, externas e portadores de diplomas. Assim, a autoavaliação da instituição é outro ponto no qual avançamos, principalmente no último Planejamento Estratégico Participativo (PEP) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), mas ainda precisam de refinamento através de instrumentos que orientem bem sobre as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente. Qualificação esta que eleva o padrão de qualidade das universidades e deve ser estimulado de forma continuada, através da pesquisa institucionalizada e articulada com os programas de pós-graduação stricto sensu.

Professores qualificados e boa parte da estrutura necessária para os programas de pós-graduação *stricto sensu* nós possuímos, mas precisamos fomentar a formação de consórcios entre as instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às

atividades de ensino, pesquisa e extensão, pois é isso que nos falta para assumirmos efetivamente nosso papel enquanto Universidade.

A expansão da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu é prioritária em todas as áreas do conhecimento, pois são eles que irão gerar e implementar ações de potencial para reduzir as desigualdades sociais, regionais bem como promover a internacionalização da nossa pesquisa através da atuação em rede, do fortalecimento dos grupos de pesquisa e do intercâmbio científico e tecnológico.

Desde os objetivos macros definidos no PDI e PEP que justificam parte das proposições desse documento, nos orientamos sobre aqueles que não constam no PNE ou estão mais detalhados e específicos para a nossa realidade. O primeiro ponto é a previsão da ampliação da gestão participativa e inovadora com a busca efetiva para o saneamento de problemas primando pela excelência das ações por meio do Planejamento Estratégico Participativo. Este é o ponto principal para consolidar nossa Universidade, pois a partir dele conseguirmos garantir o aprimoramento dos projetos em consonância com os anseios diretos da comunidade e o estabelecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão. Em termos de infraestrutura é necessário investir na adequação dos espaços para a comunidade acadêmica ter maior convivência teórico-prático fora do ambiente da sala de aula, por é isso é de suma importância dar mais liberdade para os câmpus construírem seus convênios e acordos de cooperação. É necessária também a construção de um projeto de base comum para garantir espaços de convivência e de realização de atividades culturais e esportivas.

Fortalecer as políticas de ingresso, permanência e conclusão são pontos estratégicos para todos os cursos e câmpus, para isso é necessário atender as demandas tecnológicas e laboratoriais específicas de cada curso ou área, promover a interdisciplinaridade no desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão já na graduação, que por si só geram as principais inovações tecnológicas para a comunidade tornando a Universidade como um todo uma referência em todas as suas modalidades de ensino.

O 3º Congresso Universitário é um espaço democrático feito por pessoas de diferentes opiniões, crenças e ideologias, no entanto, para Rosini (2005, p. 19): “Precisamos acreditar no potencial humano e na certeza de que nossa maior riqueza é o homem. E esse homem tem que ser desenvolvido na sua criatividade, sua imaginação, no seu conhecimento, no seu domínio das relações extra e interpessoais”.

Faz-se necessário ter uma base de dados com informações, buscando um referencial teórico para que seja de melhor entendimento e, alinhados com raciocínio coerentes e consistentes. Apropria-se da pesquisa bibliográfica na medida em que se utiliza de materiais como livros, revistas, artigos como explica Silva (2005, p. 21): “Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.” Bem como da Pesquisa de levantamento na medida e que se utiliza de relatos dos gestores e servidores durante a fase diagnóstica, como explica Silva (2005, p. 21): “Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.”

Esse processo se deu por meio de análise de conteúdo, reunindo vários materiais disponíveis para todos os componentes da comissão do congresso, coordenadores de curso, docentes dos câmpus e PTES para que todos possam

participar efetivamente da construção das macropolíticas da Unemat. Uma pesquisa documental, pois segundo Gil (2010) é muito valorizada nas Ciências Sociais e pode ser aplicada em praticamente todos os campos do conhecimento. Procurou-se obter informações reais e precisas em praticamente todas as esferas da Unemat, bem como considerar os pontos positivos e fragilidades para que os mesmos servissem de base para o pensamento crítico construtivo, e ao mesmo tempo participativo no que se refere as proposições de melhorias e que a universidade possa chegar em um patamar de excelência, considerando ações em curto, médio e longo prazo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em sua criação, representa um marco para a consolidação da democracia brasileira. Mesmo havendo emendas, a Carta Magna nos promove à construção de "[...] um país mais livre, mais justo e mais democrático" (MEDEIROS, 2013, p. 189). É então na Constituição (BRASIL, 1988) que encontramos elementos balizadores para confrontar e avaliar as proposições contidas neste texto, no entanto, não se pode confundir a análise das proposições contidas no Capítulo 5 com controle de constitucionalidade, mas como uma articulação dialética para que as proposições fossem feitas a partir da própria Constituição com o protagonismo centrado na comunidade acadêmica em ações democráticas.

Complementar a Constituição Federal de 1988 com a Constituição Estadual é importante para análise aqui proposta, pois, sendo a Carta Magna do povo matogrossense, exprime seus anseios, sua organização político-administrativa, entre outros elementos que se fazem necessário. Por Conseguinte, "em decorrência do princípio da supremacia da Constituição, devem os atos normativos infraconstitucionais ser compatíveis com as normas constitucionais, aplicando-se o princípio norteador da compatibilidade vertical, garantidor da rigidez constitucional" (MONTEIRO, 2010, pag. 2). Neste sentido, a análise das proposições recorre às leis e decretos elencados a seguir,

É imprescindível a retomada da discussão da Universidade Pública, que situada no seio da sociedade, reflete os seus embates e angústias em uma tentativa de intervenção, não somente de interpretação, por meio do ensino, pesquisa e extensão, pois "[...] a riqueza da teoria que explica o real só pode ser construída a partir do próprio real, e é a partir do confronto das ideias com a realidade que se pode 'mensurar' a contribuição de uma pesquisa ao entendimento do mundo" (OLIVEIRA, 1997, p. 55)

De outro modo, a universidade é uma instituição social e para Chauí (2003, p. 5),

> Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Muitos são os desafios da Universidade Pública e, em particular caso, da Universidade do Estado de Mato Grosso, porém, o que está posto é pensar uma

Instituição de Ensino Superior Pública com o mais alto patamar da educação brasileira sem colocar em risco sua incumbência impar,

> [...] oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural, contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e compromissados com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática. (UNEMAT, 2016, p. 8).

A partir da discussão do arcabouço jurídico que permite conceber estas proposições e do entendimento em relação à Universidade Pública, especificadamente, a UNEMAT, formamos uma estrutura conceitual em que se avança a um aprofundamento crítico da organização do ensino de graduação, que contemplamos da seguinte maneira:

1. **Inovações Curriculares**

Faz-se urgente a inserção de propostas metodológicas inovadoras, incluindo novas tecnologias, por exemplo, o uso de softwares adequados e plataformas de ensino, garantindo assim a sincronização entre o conhecimento adquirido no meio universitário e as necessidades do mercado de trabalho e da sociedade. Essa inovação seria possível mediante:

1.1 Normatização das matrizes curriculares em relação a distribuição de carga horária durante o curso.

Exemplo de caso: Temos determinados cursos com total de carga horária de 4080 horas. Considerando que ATIVIDADES COMPLEMENTARES não são presenciais por parte do docente, teríamos um restante de 4020 horas para as disciplinas.

Nessa situação, um curso com integralização de 10 semestres, e caso fosse distribuído uniformemente essa carga horário, teríamos 402 horas aproximadamente para cada semestre.

Cabe nesse caso salientar a importância do Estágio Curricular no processo de formação do profissional, pois essa disciplina deveria ter no mínimo 360 horas com lotação de 6 docentes de áreas diversas com intuito de orientar os alunos nas diversas possibilidades de temas e locais.

Entretanto nos deparamos com Estágio Curricular de 120 horas, ou seja, no último semestre foi retirado 240 horas e sobrecarregado em semestres anteriores. Como impacto, temos excesso de disciplinas em determinados períodos, e caso esse seja no início de curso, implica em desmotivação causando altas taxas de reprovação.

Lembrando que em um curso, a matriz curricular deveria ser montada, obviamente nas necessidades dos cursos e NÃO NA FORMAÇÃO DO DOCENTE.

1.2 Formação do estudante universitário tendo como base um currículo cultural que permita ao estudante obter uma ampla formação geral sobre a qual possa embasar a formação da área específica;

Pensar e discutir uma grande reformulação curricular empreendida a partir de constatação da necessidade de pensar sobre o que é ensinado aos estudantes, como é ensinado e sobre o reconhecimento de que cada currículo, curso de estudos ou forma pedagógica que pode sempre ser melhorado. Assim, uma das dimensões que devem ser revistas, discutidas e propostas refere-se às inovações pedagógicas com vistas não apenas a uma busca constante de sua adaptação às novas proposições curriculares, mas também às condições da melhora de sua qualidade. O espírito da revisão é de equiparar em excelência os níveis acadêmicos do ensino e da pesquisa oferecidos aos estudantes, para que a Universidade seja conhecida tanto pelo excepcional ambiente de pesquisa como pelo superior ambiente de ensino e aprendizagem. Fonte (artigo - Educação geral na Universidade Harvard: a atual reforma curricular - Revista Ensino Superior Unicamp - disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/.../educacao-geral-na-universidade-h). Esse processo iniciou-se no ano de 2002, com implantação em 2007. A universidade empreendeu a reestruturação curricular por meio de um processo democrático de discussão entre os quatro principais grupos que a compõem: professores, alunos, ex-alunos e administração.

1.3 Os currículos devem ser atender a carga horária mínima estabelecida nas Diretrizes Curriculares, como:

- todos os Cursos presenciais deverão ofertas os 20% permitidos por lei, a distância, em plataforma tecnológica;
- as matrizes curriculares dos cursos iguais deverão ter 90% de igualdade, 10% deverá ser para atendimento às tendências do local;
- as disciplinas de formação geral, como matemática básica, cálculo, língua portuguesa, filosofia, sociologia, entre outras deverão ter suas ementas iguais, independente de qual curso seja;
- criar um programa de formação continuada, o acadêmico faz a graduação e já ingressa em pós-graduação.

2. Formas de Ingresso e Permanência dos Acadêmicos

2.1 Elaborar um sistema de seleção unificada para ingresso em cursos da UNEMAT, onde o candidato antes do vestibular, não escolha o câmpus ou curso para o qual deseja se inscrever. A prova do vestibular é aplicada e cada candidato tem sua pontuação atribuída conforme o desempenho.

Em um segundo momento, cada candidato utiliza essa pontuação para se candidatar ao curso/câmpus que desejar dentro da instituição (ficando assim os mais bem pontuados com vantagens de escolha, como no SISU), e os candidatos que não conseguirem entrar em um curso específico, terão no sistema todos os outros cursos da instituição como uma alternativa, evitando assim que cursos fiquem ociosos por não terem sido a opção inicial do vestibulando.

2.2 Fixar a taxa de vestibular com um valor máximo de 5% do valor do salário mínimo vigente para os candidatos em geral, estipulando a gratuidade aos alunos que fizeram 100% do ensino médio em escola pública e bolsistas de 100% em escolas particulares. (Além dos casos já previstos na legislação)

2.3 Oferecer estruturas de apoio para os alunos, principalmente para os recém-ingressantes. O que a universidade faz para atender aos acadêmicos ingressantes econômica e socialmente desfavorecidos? Ou que programas dão conta da inserção universitária, cuidando da transição da cultura escolar da educação básica para o hábitus academicus?

Vale destacar que as IES têm papel importante em relação à permanência dos alunos quando considerados a infraestrutura ofertada, como moradia estudantil, apoio ao transporte, biblioteca, refeitório, apoio para estudantes com deficiência física, entre outros. Para autores como Tinto, a permanência do estudante no ensino superior é bastante influenciada pela integração ao ambiente social e acadêmico, além de estar associada ao nível de expectativas do aluno. Dessa forma, quanto maiores forem as expectativas (educacionais e de carreira) e quanto mais satisfatória for sua integração social e acadêmica, suas chances de evasão diminuem.

3. <u>Propostas de apoios que podem ser implementados pela Universidade</u>

3.1 Implantação e regulamentação de alojamento estudantil para acadêmicos em situação comprovada de vulnerabilidade; Quanto tempo - em até 10 anos; ou após a Unemat ser reestruturada por pólos e áreas de conhecimento e uma maior implementação no oferecimento de cursos no formato EAD - Turmas fora de sede e parceladas. Pois desta forma teríamos menos câmpus e maior abrangência da Universidade no estado. *(ver propostas em: eixo Gestão - estrutura organizacional e item c - oferta de cursos - eixo Graduação).*

3.2 Criação de um setor para atendimento ao acadêmico (no sentido de comunicação, social, apoio, informações). A PRAE qualificar uma equipe em cada câmpus para fazer a acolhida dos ingressantes - (equipe com professores, alunos, técnicos – pode ser um projeto de extensão), onde esta equipe faz uma acolhida geral apresentado a universidade e depois entrevista individual para saber das dificuldades e expectativas. Analisando o que o aluno necessita para a adaptação no município e no ambiente acadêmico. - Implantação em 1 ano;

3.3 Criar um canal de atendimento via chat e telefone para esclarecer dúvidas aos ingressantes quanto: ao clima do município, aluguel de imóveis, alimentação, mercado, farmácias, localização da universidade quanto aos demais pontos comerciais do município. Informações sobre moradia – dividir casa ou apto; informações sobre bolsas de apoio, pesquisa e extensão, entre outros assuntos importantes, aos ingressantes de outros municípios e estados. (projeto de extensão para que as pessoas possam estar sempre atualizadas sobre os assuntos a serem informados). Este canal faz parte do setor de atendimento ao acadêmico. Implantação em 1 ano.

3.4 O*ferta de Cursos:* Oferta de turmas fora de sede de cursos nos quais a demanda local já está comprovadamente baixa (nos últimos 5 ou 6 ingressos), sem pró-labore ou bolsa extra para oferta;

3.5 Planejamento de curto, médio e longo prazo para criação e/ou extinção/remanejamento de cursos em todos os câmpus, de modo que possa haver uma adequação ao longo do processo, evitando a criação de cursos com pouca demanda e com estrutura precária. Obs: Este documento deve estar acessível ao

público através do portal institucional. Realizando estudos de demandas através de comissão local formada por representante dos 3 segmentos e se possível com representação também da comunidade local. A metodologia desse estudo de demanda deverá ser definida através de Conepe e deverá ser aplicada da mesma forma em todos os câmpus e cidades que se enquadrarem nessa dificuldade de baixa demanda.

3.6 A UNEMAT oferecerá cursos de Licenciatura, bacharelado e Tecnólogos superiores, poderá ofertar novos Curso de Graduação nas modalidades Presencial, Parceladas, Fora de sede, Indígena e a Distância.

Planejar a curto, médio e longo prazo a criação e/ou extinção/remanejamento de cursos em todos os câmpus, de modo que possa haver uma adequação ao longo do processo, evitará a criação de cursos com pouca demanda e com estruturas precárias. Nos câmpus onde houver a migração de cursos para outra localidade, é necessário garantir que, para cada curso que migra, sejam ofertados continuamente, pelo menos dois cursos de turmas únicas e/ou EAD, visando, dessa forma, manter o atendimento à comunidade local, bem como aperfeiçoar a utilização dos espaços institucionais já existentes, definindo-se:

- Presencial: entrada semestral e tem oferta de forma contínua, em conformidade com o Calendário Acadêmico, aprovado em CONEPE.

- Parceladas: são modulares, tem entrada e periodicidade definidas no Programa ou Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é uma modalidade diferenciada de ensino, com o objetivo de atender às demandas de formação docente em diferentes regiões do estado de Mato Grosso. Os cursos são presenciais, alguns em regime parcelado e outros em regime contínuo, ofertados em rede continuada, para a formação em serviço de servidores públicos da educação básica do Estado de Mato Grosso. Esta modalidade também atenderá os bacharelados em casos excepcionais, seguindo as regras das licenciaturas.

- Distância: modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, cujas atividades são desenvolvidas em lugares ou tempos diversos, com periodicidade previamente definida no Programa ou PPC.

- Indígena: visa à formação de profissionais indígenas, são modulares.

- Fora de sede: é uma turma de Ensino de Graduação modular, implantada em razão de demanda especial, de oferta não regular e temporária tem entrada e periodicidade definidas no PPC, deve obrigatoriamente estar vinculada a um curso e faculdade existente e reconhecido.

As condições para que a UNEMAT oferte qualquer uma das modalidades deve seguir os seguintes critérios:

Para oferta de curso Presencial:

a) ter demanda comprovada tanto em âmbito nacional, quanto regional e local;

b) respeitar a distância geográfica de no mínimo de 150 Km entre os campi que oferecem o mesmo curso;

c) deverá ser respeitada a vocação de câmpus, para assim fortalecer as áreas já existentes no Câmpus;

d) deverá ser comprovada a existência de estrutura física para atendimento do novo curso, tais como: sala, laboratórios e biblioteca;

e) ser realizada a previsão orçamentária de execução do curso completo, prevendo todos os professores com nível de doutorado décimo nível, com Dedicação Exclusiva (DE);

f) turmas com no máximo 40 alunos;

Para oferta de Turma fora de sede

a) comprovar demanda específica da região;

b) não for atendida por migração ou rotatividade de cursos de outros Campi, conforme resolução específica;

c) não for atendida por educação a distância;

d) turma única;

e) que seja ofertado em núcleos e campi da Unemat;

f) financiamento externo comprovado;

g) turmas com no máximo 50 alunos;

Para oferta de Parceladas

a) demanda comprovada na região;

b) Curso de turma única;

c) que seja ofertado em núcleos e campi da Unemat;

d) não poderá haver no local curso presencial igual ao da parceladas;

e) ter espaço físico para a oferta e execução do curso;

f) ser ofertado em finais de semana e no período de férias;

g) comprovada a capacidade orçamentária de execução;

h) realizar vestibular específico;

i) financiamento externo comprovado;

Para oferta de Modalidade a distância:

I) Cursos com financiamento externo:

a) ter demanda comprovada da região;

b) não ser igual a cursos que tenham no câmpus ou em locais com menos 150Km;

c) ser ofertado como turma única;

e) o vestibular deverá ser ofertado em momentos diferentes do presencial, ou seja, não coincidir com o vestibular para os cursos presenciais;

f) financiamento externo comprovado;

II) Curso a distância da Unemat:

a) quantidade de turmas definido no PPCs, podendo ser única como múltipla;

b) ter demanda comprovada tanto em âmbito nacional, quanto regional e local;

c) cursos que eram presenciais transformados em EAD;

d) ter docentes concursados;

e) adotar o mesmo método de ingresso que os presenciais;

Para oferta de educação Indígena:

a) demanda específica comprovada;

b) oferta de turma única;

c) financiamento externo comprovado;

d) vestibular específico;

4. Nos Câmpus onde houver a migração de cursos para outra localidade (como no caso de Colíder), garantir que para cada curso que saia, seja ofertado continuamente, pelo menos dois curso de turma única e/ou EAD, garantindo sempre 2 turmas para cada curso que saiu. As ações a serem tomadas em relação a curso presenciais que estão sem preencher turmas podem ser:

4.1. Migração de Curso de Graduação presencial para outro Câmpus quando:
a) o curso presencial não apresentar mais demanda;
b) haver quatro seleção de ingresso sem preencher as turmas;
c) ter deixado sem vestibular por dois anos;
d) a estrutura física e pedagógica deverá acompanhar o curso;

4.2. Rotatividade de Cursos:
a) Rotação de turmas mantendo a base, ou seja, uma turma na base e outro em outro câmpus, mudando de câmpus a cada turma ofertada;
b) comprovada estrutura para a oferta da turma;
c) todos os professores da sede do curso devem ministrar aulas nas turmas fora do câmpus;
d) somente em caso da inexistência de professores efetivos é que será possível contratar professores efetivos para atender demandas específicas dos cursos fora do câmpus

4.3. Distância:
a) não ter mais demanda presencial;
b) ter professores efetivos;
c) ter estrutura física para execução do curso a distância;
d) não ter impacto financeiro para contratação de professores;

4.4 . Extinção:
a) durante 2 vestibulares sem atingir 50% e já ter sido migrado ou transformados em ensino a distância; considerar vestibulares ou ingressos (SISU)?

4.5. Normatização para migração de cursos entre Câmpus:
Atualmente temos determinados cursos com mínimo número de ingressos e essa situação poderia ser resolvida com a transferência de cursos entre Câmpus. Contudo isso ainda não é discutido de forma clara nos colegiados por não haver normatização a respeito. Cada câmpus deveria ter acompanhamento pedagógico muito mais específico em relação ao RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO, pois nesse documento há dados importantes em relação a todos os segmentos.

Ainda sobre a Graduação, faz-se necessário uma formação em moldes interdisciplinares no que se refere às disciplinas comuns. A formação do estudante universitário tendo como base um currículo cultural interdisciplinar que lhe permita

obter uma formação geral sobre a qual possa embasar a formação da área específica. Importante a construção de uma proposta de divulgação do vestibular - Marketing da Universidade e dos cursos oferecidos, pois apesar de estar presente e atuante em diversos municípios do Estado de Mato Grosso, ainda existe uma parcela da população que desconhece a Universidade, os cursos oferecidos, e a gratuidade. Por meio de estratégias de marketing da própria Instituição e de seus cursos dando ênfase na gratuidade, pode-se chegar a um número maior de alunos matriculados nos vários câmpus existentes. Neste sentido, a realização por parte dos cursos de cada Câmpus, juntamente com a DPPF, Pró-Reitoria de Ensino e Reitoria do Programa "Estude na UNEMAT: ensino público, gratuito e de qualidade", onde semestralmente estes fariam visitas as Escolas, Institutos de Educação da região de atuação desses, mostrando a UNEMAT.

Ao mesmo tempo, o implemento de um sistema de seleção unificada para ingresso em cursos da UNEMAT, utilizando a nota do vestibular, sem escolha de curso/*câmpus* no ato da inscrição (sistema de seleção unificada da UNEMAT (SISU), pode contribuir para uma melhor capilaridade da instituição.

A UNEMAT sendo uma Universidade que atende vários municípios do Estado deve priorizar atender um maior número de inscrição para o vestibular, além de atingir a meta de começar seus cursos com todas as vagas preenchidas. Um sistema que proporcione ao aluno fazer a escolha do seu curso após conhecer a sua média e a média de cada curso para ingresso, possibilitaria uma maior procura pelo vestibular e por cursos que hoje estão com pouca demanda.

Entende-se o papel do Ensino Superior como formador de cidadãos que, além de conhecimentos teóricos, consigam fazer uma leitura e dimensionar ações sobre o momento histórico e a realidade em que estão inseridos, sem esquecer-se, no entanto, das questões globais e tampouco das problemáticas gerais e específicas de sua profissão. Dessa forma, propõe-se uma estrutura curricular que contemple dois momentos, sendo o primeiro momento uma formação básica, com o objetivo de construir um conhecimento interligado, articulado a diferentes áreas acadêmicas, interdisciplinar e um segundo momento uma formação específica referente à profissionalização propriamente dita.

A democratização do acesso ao ensino superior segundo a Lei N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes Básicas – LDB do Ensino Superior) tem como premissas básicas a ampliação do número de vagas e a rediscussão dos exames vestibulares. Os resultados das políticas de democratização do acesso ao ensino superior implantadas pelo governo houve a abertura de novos cursos, ampliação dos existentes, além do crescimento contínuo de IES privadas em todo território nacional, para atendimento da demanda comunitária por cursos universitários.

Para Carmo et al. (2014, p. 309) "o que de fato esta medida alcançou foi o crescimento na oferta do ensino, sem o devido acompanhamento das atividades de pesquisa e extensão" Em síntese a simples ampliação da oferta de vagas, mediante a abertura de novos cursos/IES, além da ampliação dos existentes, não é condição suficiente para democratização do acesso ao ensino superior. É preciso considerar também as particularidades e anseios dos demais segmentos no processo de formação da educação superior.

A forma de ingresso no ensino superior afeta também a demanda pelos cursos. A Unemat aderiu como critério parcial de seleção no primeiro semestre de cada ano a utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM/ Sistema de Seleção Unificada - SISU para ingresso no primeiro semestre de cada ano, em substituição ao vestibular tradicional que ocorre para ingresso no segundo semestre letivo. Como há outras opções de ingresso na Universidade e outras instituições também aderiram a este processo de seleção, a concorrência fica mais acirrada, o que necessita de ações que permitam uma maior visibilidade da Universidade como um todo, e do conhecimento produzido por ela, criando condições para que a comunidade seja inserida nesta realidade.

Outro fator a ser considerado quanto a demanda por cursos é a política de interiorização do ensino superior. Foram criados vários Câmpus no interior do estado, aumentando o número de municípios atendidos pela Unemat e vagas por cursos, o que em tese amplia as possibilidades de inserção no ensino superior, viabilizando o acesso à universidade, entretanto, é necessário repensar tais políticas de acesso para que a mesma não favoreça a evasão devido a fatores como infraestrutura e logística deficientes, além das expectativas dos discentes quanto a formação e apoio estudantil. Em síntese, há um aumento de opções para o ingresso no ensino superior, mas não são proporcionadas condições/subsídios as instituições para melhorias em infraestrutura (física e organizacional), fortalecimento dos cursos (novos/existentes) e a formação continuada de docentes/técnicos, o que demanda políticas institucionais efetivas, contemplando a tríade ensino-pesquisa-extensão. Evidentemente que reconhecemos a existência de tais políticas, mas há também a necessidade de sua ampliação.

Conforme informações que constam no relatório da Comissão de Estudo e Proposição de Ações para os Cursos de Baixa Demanda (Res. 082/2015-CONEPE) na Unemat a ocupação de vagas nos cursos de Graduação nos processos seletivos de 2014/1, 2014/2, 2015/1 e 2015/2 segue uma tendência redução da demanda principalmente em cursos de bacharelado e licenciatura nas áreas de Exatas (Engenharias, Matemática e Ciências da Computação), Biológicas (Engenharias e Ciências Biológicas) e Humanas (Letras e Turismo). É importante considerar que a tradição de determinados cursos gera a preferência por algumas áreas, a exemplo de Medicina e Direito, além da própria formação básica deficiente, que acaba refletindo no aumento do número de vagas ociosas em alguns cursos de Graduação na Universidade. É importante considerar que ao entrar no ensino superior o aluno passa a vivenciar outras realidades, o que demanda a necessidade de uma maior integração do estudante com a instituição para suprir as expectativas quanto a sua formação acadêmica.

A fixação do número de vagas está prevista no artigo 53 da LDB onde a universidade tem a autonomia para defini-lo, possibilitando a ampliação da discussão quanto a forma de acesso e o número de vagas disponíveis nos cursos de graduação com baixa demanda. As soluções propostas se baseiam em alguns aspectos:

1. Rediscussão quanto ao ingresso no Ensino Superior da Unemat: Os Cursos de baixa demanda, de acordo com as especificidades de cada Câmpus, poderão definir a forma de ingresso na Instituição (entrada via Vestibular, ENEM ou SISU) mediante a aprovação dos órgãos colegiados.
2. Fixação do número de vagas de acordo com as especificidades de cada curso: Como exemplo, podemos citar que se fossem fixadas 40 vagas anuais para os cursos de baixa demanda, embora aparentemente tenha um certo impedimento pela Lei complementar 321/2008 que sanciona o plano de carreiras dos docentes efetivos (cumprimento de 12 horas/aula semanais). Baseando-se nisso, são apresentadas algumas soluções possíveis: rodízio de disciplinas entre docentes e revisão/reestruturação dos PPC's.

3. Rodízio de disciplinas: Os docentes anualmente poderão ofertar diferentes disciplinas, permitindo assim a contemplação da carga horária de trabalho. Neste caso, uma mesma disciplina seria compartilhada entre os docentes do curso, ou seja, dois docentes ministrariam uma mesma disciplina, o que não impediria que o quadro de professores efetivos desenvolvesse as atividades de ensino-pesquisa-extensão.

4. Revisão/Reestruturação dos PPC's: mudança de carga horária e matriz curricular, além das mudanças nos créditos (Presenciais e a distância) o que permitiria uma flexibilização curricular, ampliando as possibilidades de acesso do acadêmico as disciplinas do curso.

   Portanto a proposta seria: - agrupamento de disciplinas conforme áreas específicas (grandes áreas, áreas, subáreas).

   - disciplinas compartilhadas entre docentes (dois docentes ministrando uma mesma disciplina)

   - a partir do ingresso anual é possível trabalhar a questão dos contratos reduzidos que também gera insegurança/ausência de professores em determinadas disciplinas, assim o contrato poderia ser pelo período de um (01) ano, o que de certa forma garante a contratação temporária de professores pela insegurança dos contratos reduzidos.

5. Reestruturação dos PPCs.

Faz-se necessária a reestruturação dos PPCs de vários cursos da Unemat com o intuito de adequá-los às realidades de cada curso. Além disso, sugere-se a definição das disciplinas obrigatórias e eletivas, utilizando-se como base os PPCs de outras universidades, e flexibilizando a oferta de maior número de disciplinas eletivas para a diferenciação do perfil do egresso. Atualmente, o que se observa em vários cursos é um grande número de disciplinas eletivas-obrigatórias, que em nada contribuem para a diferenciação de perfil.

6. Fomentos de Pesquisas e Bolsas de IC.

Teixeira (1977), propôs uma universidade que promovesse a cultura desinteressada e assegurasse a preparação para a carreira intelectual de maneira crítica, através de princípios tais como a associação entre ensino, pesquisa e extensão, a autonomia didática, administrativa e econômica.

Para Pereira (2007), ainda hoje existem poucas instituições de ensino superior no Brasil que vinculam, de fato, o ensino, a pesquisa e extensão. Para a autora, mesmo nas universidades que propõem em seus projetos essa vinculação, ela é dificultada por falta de engajamento dos professores ou falta de verba para a pesquisa. Em suas palavras: "O que temos na grande maioria das universidades brasileiras é uma 'universidade de ensino' apenas, que, embora possa desempenhar um papel importante para o país, não é legitimamente 'uma universidade de ensino, pesquisa e extensão'" (PEREIRA, 2007, p.1)

O conceito de iniciação científica traz a ideia de que o estímulo à pesquisa científica deve começar o mais cedo possível e ser permanente. As instituições devem criar suas próprias bolsas de iniciação cientifica e dispositivos de distribuição das bolsas aos seus pesquisadores e que estes indicarem estudantes para atuar em seus projetos de pesquisa, como estimulo. Em um mundo no qual a ordem mundial vem transformando a educação superior em fábricas de diplomas, no qual predomina a educação bancária e que reserva a pesquisa para os privilegiados centros de excelência, a atividade de pesquisar, associada ao ensino, está fadada a desaparecer dos lugares da educação nos quais, tradicionalmente, ela ainda vinha acontecendo, ou seja, da universidade (PIRES, 2015).

A inserção precoce do aluno de graduação em projetos de pesquisa se torna um instrumento valioso para aprimorar qualidades desejadas em um profissional de nível superior, bem como para estimular e iniciar a formação daqueles mais vocacionados para a pesquisa, orientados por pesquisador qualificado. Essa bolsa pode ser um atrativo, ajudando o bolsista a não desistir do projeto por problemas financeiros, garantindo sua participação em todo o processo de pesquisa (*MISSIAGGIA, 2017*).

O desafio da universidade hoje é formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utilizá-los. Evidentemente, a Iniciação Científica tem uma história mais favorável do que contrária, desenvolvendo capacidades mais diferenciadas nas expressões oral e escrita e nas habilidades manuais dos alunos, os estudantes aprendem a ler bibliografia de forma crítica e a fugir da rotina e da estrutura curricular, os acadêmicos que fizeram iniciação científica têm melhor desempenho nas seleções para a pós-graduação, terminam mais rápido a titulação, possuem um treinamento mais coletivo e com espírito de equipe e detêm maior facilidade de falar em público e de se adaptar às atividades didáticas futuras (FAVA-DE-MORAES; FAVA, 2000).

A Iniciação Científica é um instrumento que permite introduzir os alunos de graduação na pesquisa científica, sendo um instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto que contribua na formação profissional do aluno. Para desenvolver um projeto de pesquisa é necessário buscar o conhecimento existente na área, formular o problema e o modo de enfrentá-lo, coletar e analisar dados, e tirar conclusões. Aprende-se a lidar com o desconhecido e a encontrar novos conhecimentos (VELHO; VELHO, 1998).

Diante deste contexto, a possibilidade de ampliação do número de bolsas de iniciação à pesquisa/extensão pela Unemat, complementares aos editais abertos como

PIBIC, PROBIC, PROEC é uma forma de incentivar os alunos/professores a desenvolvimento de novos projetos de pesquisas e com isso desperte a vocação científica entre os discentes , permitindo a formação de talentos potenciais e futuros mestrando e doutorando, mediante a participação em projetos de pesquisas orientados por pesquisadores atuantes e qualificados.

Há também a necessidade de reestruturação das normas para enquadramento/concessão de bolsas, a partir dos recursos disponíveis, tem-se as seguintes proposições:

1) Concessão limitada no máximo 03 (três) bolsistas para orientadores com titulação de Doutor e 02 (dois) bolsistas para orientadores com titulação de Mestre por edital.
2) A bolsa concedida deverá estar vinculada a pelo menos um projeto de pesquisa/extensão aprovado e cadastrado no Sistema de Gestão de Projetos da Unemat.

Permitir inscrições dos alunos a bolsa de Iniciação Científica cuja vigência do projeto de pesquisa do(a) Orientador(a) seja igual a data do termo de concessão, ou seja, que contemple 50% do projeto e não 75% como descritos no editais.

7. Professor que ministra aulas apenas na graduação, perfazendo 20 horas-aula + 20 horas-atividades, incluindo extensão e cultura.

Mato Grosso ainda é um estado em construção e mais do que qualquer outro do Brasil necessita a formação de profissionais nos três níveis do ensino superior para atuar em setores-chave do desenvolvimento econômico e social do estado, como agricultura, agroindústria, pecuária, meio ambiente, saúde e educação. Mais do que isso, a Unemat tem agora também a missão de formar professores para atuar no próprio ensino superior de Mato Grosso, diminuindo nossa dependência de mestres e doutores formados fora do estado. Esta busca pela autossuficiência e independência socioeconômica tem na Unemat a sua principal base, já que a instituição forma os profissionais superiores.

Em julho de 2016 foram feitas as primeiras abordagens em um workshop de pesquisa entre UnB e Unemat, através do Projeto PROCAD, envolvendo os programas de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da Unemat e Zoologia da UnB. Na ocasião, identificamos problemas em comum entre UnB e Unemat especialmente quanto ao excesso de carga horária em sala de aula por parte de pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação (PPG's). Esta problemática comum é ainda mais grave na Unemat e já havíamos discutido anos antes com colegas da instituição o excesso de carga de trabalho dos professores que coordenam projetos de pesquisa, problema que se acentuou com a abertura dos mestrados e doutorados da Unemat.

A modernização das matrizes curriculares de todas as modalidades de ensino é outro ponto necessário para a inclusão efetiva de nossa Instituição na era da globalização. A informatização e o domínio de outras línguas é substancial para o sucesso efetivo dos acadêmicos formados no mercado de trabalho. Os ambientes virtuais de aprendizagem estão cada vez mais presentes na sociedade atual que vive

em uma rotina amplamente virtual, assim, conciliar o estudo presencial com ambientes virtuais vincula o tempo de aprendizagem presencial com a rotina de trabalho dos acadêmicos e otimiza os recursos humanos da instituição bem como de sua estrutura física em outras atividades de ensino (intensificação dos programas como o FOCCO), pesquisa (melhor organização do tempo e da estrutura física para atender as atividades dos projetos) e extensão (oferta de cursos de formação continuada e em línguas). Além do fato que, além de cumprir o conteúdo curricular também devemos, enquanto instituição de ensino superior, que preparar nossos acadêmicos para o ingresso neste mercado de trabalho cada vez mais globalizado.

A Portaria do MEC que autoriza a inclusão de até 20% da carga horária total do curso na modalidade semi presencial nos cursos presenciais de graduação existe desde 2004 (Portaria n° 4.059, de 10/12/2004) e até o momento não há grande adesão a mesma nos cursos de graduação presenciais da Unemat pela simples falta de discussão.

Destaca-se que no Planejamento Estratégico Participativo para 2015-2025 (CONSUNI, 2016, Resolução nº 048/2016) foram elencadas como ameaças à nossa Instituição a facilidade das IES privadas em ofertar cursos presenciais e a distância; a baixa demanda atual em alguns cursos ofertados; a condição socioeconômica e educacional deficiente do candidato; a carga horária das disciplinas como inapropriadas; a falta de capacitação e qualificação dos docentes a nível de atualização pedagógica e a falta de integração dos acadêmicos com a sociedade; e como pontos fortes foram mencionados a possibilidade de oferta de modalidades diferenciadas de cursos, a nossa qualidade em pesquisa, professores qualificados na pesquisa e compromissados com a instituição. Efetivar a inclusão de mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária que representa mais uma ferramenta para a modernização das matrizes curriculares dos cursos presenciais de graduação, sem haver necessariamente a redução da carga horária total dos cursos, e intensificar a inclusão de nossos acadêmicos nas comunidades locais.

Destaca-se que mudança assim não implicam necessariamente na alteração da grade de disciplinas ofertadas, condição que na última ação da PROEG verificamos que gera um impacto muito grande na transição de equivalência das matrizes curriculares, visto que o ponto principal é a distribuição destes percentuais como créditos nas disciplinas já existentes conforme o seu perfil.

Considerando as inserções de 20% de ensino em EAD e os 10% em Extensão se torna necessário melhorar também a distribuição da carga horária total dos cursos ao longo dos semestres e a reorganização do horário de oferta dos cursos de graduação presenciais considerando a possível redução da carga horária presencial. Com a adesão destas medidas estima-se que haverá a possibilidade de redução do turno do período noturno e a transferência e alguns cursos integrais para um único (Anexo 3).

A inserção gradativa destas alterações curriculares também é necessária para que não ocorra uma sobrecarga de serviço nos profissionais técnicos que realizam a gestão atual de nossos sistemas de tecnologia, mas ainda assim devemos lembrar que hoje

esse serviço é centralizado na Sede Administrativa, e por isso deve-se sim pensar em aumentar o número desses profissionais técnicos ou de gerar um aplicativo que permita o cadastro dos acadêmicos no ambiente virtual no ato de sua matrícula, descentralizando, por exemplo, o serviço de geração de e-mail institucional que é hoje totalmente centralizada na DATI da sede administrativa.

Um ponto de suma importância para o sucesso destas ações é o trabalho integrado da PROEG, PROEC e DATI juntamente com as Faculdades no acompanhamento, gerenciamento e orientação destas ações no ensino de graduação. Estas ações geram por si só uma nova oportunidade para a Unemat de inserção dos acadêmicos em atividades de estágio no contra turno bem como na realização de cursos de formação complementar. Para garantir o ingresso de nossos acadêmicos nestas vagas de estágio é necessário fortalecer nossa política de estágio com o aumento do número de convênios, bem como estreitar e fortalecer as relações já existentes. Assim é necessário que a PROEG crie condições para implantar essa Política de Estágio bem como a PROEC intensifique a oferta de cursos de curta duração ou de duração continuada em todos os Câmpus.

Investir na criação de uma supervisão de estágio para fortalecer a entrada dos acadêmicos no mercado de trabalho viabilizando que ele encontre uma oportunidade dentro ou o mais próximo da sua área de formação, com estágios remunerado. Atualmente os convênios são firmados através do setor de Contratos e Convênios, e o processo é iniciado nos cursos de graduação conforme a iniciativa individual de cada um, avalia-se que este trabalho representa uma ação nítida de gestão coletiva, visto que um convênio pode atender vários cursos de distintos câmpus universitários, assim, esta medida poderá inclusive aumentar as ações de mobilidade acadêmica, por isso a importância da PROEG investir nesta supervisão de Estágio que fomentaria várias iniciativas internas e externas aos cursos de graduação. Para garantir o sucesso de todas estas ações é necessário ofertar aos docentes a formação necessária para atuarem neste novo cenário. Assim é necessária a criação de um programa de formação docente continuada para o ensino e suas diferentes modalidades.

Vinculado à formação continuada dos docentes para as atividades de ensino, está o processo de avaliação docente que deve ser revisto, para tornar mais transparente o processo de avaliação e efetiva as inclusões das novas modalidades de crédito nas matrizes dos cursos presencias (EAD e Extensão). Neste sentido propõe-se que se integre na avaliação dos docentes os resultados que os mesmos obtiverem nas avaliações institucionais, pois neste momento há a participação direta dos acadêmicos a cada docente. Atualmente o eixo do ensino é avaliado por meio de um formulário preenchido pelo Colegiado de Curso, que possui em sua grande maioria apenas um representante discente e não utiliza os dados das avaliações institucionais.

A formação continuada dos docentes da graduação nos últimos anos em decorrência do trabalho intenso da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, com a organização de programas de mestrados e doutorados e parcerias com outras instituições de ensino superior, garantiu a formação dos docentes para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, o que foi maravilhoso para a nossa

universidade visto que estas ações propiciaram a abertura de vários cursos de pós-graduação.

Contudo, atualmente, precisamos nos voltar para a formação docente em nível de ensino de graduação, e não podemos negar que vários docentes precisam de orientação quanto a sua formação para atuarem na modalidade de ensino presencial, bem como à distância diante do cenário atual. Por mais que o docente da graduação que aderir parte de sua carga horária à distância tenha um contato semanal com o acadêmico, é necessária uma formação docente direcionada para o ambiente virtual, pois este docente precisa estar preparado para as ferramentas que utilizará e saber selecionar os materiais compatíveis para estudo do acadêmico neste ambiente.

É preciso então que a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação-PROEG passe a organizar e fortalecer a formação continuada de seus docentes da graduação, seja através de cursos de curta duração presenciais, com a apresentação das plataformas virtuais de ensino, bem como totalmente virtuais, para que os docentes possam usufruir desse novo cenário da educação.

A formação continuada para o ensino é necessária e de suma importância nos cursos de Bacharelado onde muitos dos docentes que ingressam no ensino superior não tiveram essa formação à docência em sua graduação e quando a tiveram é porque realizam alguma atividade de formação em seus cursos de mestrado e doutorado, ou por iniciativa própria ou vocação natural.

A PROEG deve ter como objetivo ampliar suas ações de suporte à graduação e à pós-graduação mediante a formação de docentes e pesquisadores voltados para o ensino, e também deve promover a atualização dos laboratórios e bibliotecas, bem como promover o incremento do número de bolsas apoio aos estudantes que podem atuar como tutores dos acadêmicos nas plataformas virtuais.

Outro ponto de estrangulamento dos cursos de graduação é a dificuldade no preenchimento das vagas, não pela falta de candidatos, mas pela necessidade que os candidatos, tanto os locais como de outros Estados têm de conciliar os estudos com o trabalho para custeio de suas despesas ou por precisarem contribuir efetivamente na renda familiar. Este fato é confirmado pela demanda existente através da inscrição via SISU que sempre gera uma lista de candidatos superior ao número de vagas ofertadas até mesmo quando comparada com o vestibular.

A inscrição no vestibular é de R$100,00 enquanto que a do ENEM é de R$82,00. Se considerar as despesas com o deslocamento, para a realização das provas, destaca-se que em muitos de nossos municípios não há aplicação da prova do vestibular. Atualmente ocorrerá a aplicação do vestibular em 14 municípios do Estado (UNEMAT, 2017), enquanto que o ENEM é normalmente aplicado em quase 60 municípios do Estado (BRASIL, 2017), o que reduz para muitos candidatos de nosso estado as despesas com o deslocamento.

Mudar a forma do ingresso deve estimular a ocupação mais rápida das vagas, com a divulgação do resultado da seleção em período mais curto, seguido da matrícula. Como pode-se observar no atual processo de seleção via vestibular, da divulgação do edital (que ocorreu dia 03/04/2017) à publicação do resultado final (que ocorrerá no

dia 11/08/2017) percorre-se um período de mais de 120 dias, fora o período das chamadas de matrícula que podem ocorrer até 30 dias após o início das aulas.

Este período de tempo gera apreensão dos candidatos, que na incerteza se inscrevem em outras instituições de ensino, que geram os resultados da seleção em período mais curto e atendem à demanda mais prontamente do que nós, no atual sistema de ingresso. Sabemos que este período longo é resultante de condições legais, atreladas principalmente ao direito de recorrer dos resultados preliminares, mas diante da possibilidade de utilizar a nota do ENEM, que já é também um quesito necessário para a avaliação dos cursos, é fato que este reduziria substancialmente este tempo do processo seletivo e os custos para os candidatos e para a instituição.

A nossa Normatização Acadêmica (Resolução 054/2011-CONEPE) já prevê no art. 52 o ingresso pelo SISU/MEC, mas este ocorre apenas no início do ano, assim é necessário reformular com a Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira de Concursos e Vestibulares – COVEST uma nova forma de convocação dos acadêmicos que ficam selecionados na lista de espera no início do ano e definir a utilização do SISU também no meio do ano.

Criação de uma política de Preceptoria:

A proposição de criação de uma política de preceptoria para os cursos vinculados às Faculdades de Ciências da Saúde da Unemat. Após a reforma sanitária, onde a assistência de saúde passou a ser parte integrante da sociedade, os cursos formadores de profissionais necessitaram passar por reformas, reformas estas que possibilitassem alinhar as ações de saúde com as necessidades locais. Contudo, as universidades e escolas de saúde mantiveram o academicismo, conferindo uma formação idearia e não realística da população brasileira e suas nuances regionais. Os Ministérios da Saúde e da Educação vem propondo reformas curriculares nos cursos de saúde para contemplar as necessidades em saúde da população brasileiras. A preceptoria é uma estratégia importante nesse contexto, os alunos juntos aos preceptores nas unidades de saúde vivenciam a rotina de uma unidade e criam vínculos com os usuários dos serviços de saúde assim com a equipe profissional. Esta é uma formação que foge dos limites do academicismo e torna-se significativa. Daí a universidade do estado de Mato Grosso, que tanto vem transformando a realidade do interior do estado, precisa adequar seus projetos políticos pedagógicos dos cursos em saúde, para adequar as novas exigências. Contudo, a criação de uma política sólida de preceptoria, que possibilite o pagamento de bolsa para os preceptores, a formação continuada destes e a celebração de convênios com secretarias de saúde torna-se uma estratégia para o desenvolvimento da região.

Implementada um núcleo de convênio que atenda a comunidade rural quanto a assistência à saúde:

A Universidade do Estado de Mato Grosso fortalecendo seu papel social no estado e em consonância às diretrizes curriculares nacionais estruturou seu curso de Medicina e Enfermagem tendo como pressupostos a integração entre ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável e fundamentada no fazer acadêmico. Propõe

mudanças no processo pedagógico por posicionar discentes e docentes sujeitos no ato de aprender, ao mesmo tempo em que possibilita uma democratização do saber acadêmico capaz de contribuir na transformação social da região, do estado e do nosso país. Assim, o curso de Medicina da Unemat se reveste de uma individualidade institucional própria, ao mesmo tempo em que atende aos preceitos pragmáticos que regem o ensino de Medicina no Brasil. Atua como ciência geradora de transformação social, por meio de novas dinâmicas de atuação nas unidades básicas, com vista à solução de problemas de saúde, tanto em nível individual como coletivo e, por essa razão, os acadêmicos iniciam seus aprendizados nas unidades de atenção básica desde o primeiro semestre do curso. No último semestre da graduação o estágio obrigatório ou internato médico é realizado exclusivamente em ambiente de prática com priorização da atenção básica.

Para fortalecer o projeto pedagógico do Curso de Medicina e dos Cursos de Enfermagem presente na Unemat de Cáceres, Diamantino e Tangará da Serra a relevância da proposta da Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade (SBMFC), através do Grupo de Trabalho de Medicina Rural (GTMR), tem orientado que os estudantes tenham oportunidades de experenciar práticas médicas rurais e treinamentos de habilidades apropriadas para a prática rural (Ando et al., 2011). Sabe-se que os moradores de áreas rurais de todo o mundo, em geral, possuem menos acesso aos cuidados de saúde e piores condições de saúde (SBMFC, 2011).

Segundo o GTMR o direito à saúde passa pelas diferenciações sociais e deve atender a diversidade pelo reconhecimento das diferenças nas condições de vida e saúde e nas necessidades das pessoas. Reconhecem a atenção à saúde rural para além das populações de áreas tradicionalmente reconhecidas como rurais, incluem também atenção às comunidades ribeirinhas; de áreas indígenas; populações quilombolas, de pescadores, mineradores, migrantes; áreas remotas e locais de difícil acesso, entre outras (Ando et al., 2011).

Para essas áreas há demandas de ações relacionadas ao programa de imunizações, combate à desnutrição infantil, educação alimentar, prevenção e tratamento de doenças diarreicas, prevenção e tratamento das parasitoses intestinais, assistência pré-natal, prevenção do câncer do colo de útero e bucal, prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis (DST-AIDS), prevenção da cegueira, diagnóstico e tratamento da hipertensão arterial e do diabetes, atenção às populações indígenas, formação e reciclagem de Agentes Comunitários de Saúde, prevenção de doenças profissionais e acidentes de trabalho de fluviais (MARINHA DO BRASIL/NAsH, 2014).

EIXO 2 - PÓS-GRADUAÇÃO

A reorganização das faculdades exclusivamente por áreas do conhecimento, deverá promover a institucionalização de projetos de pesquisas interdisciplinares e multi-câmpus bem como garantir assessoria para a criação de projetos voltados para a captação de recursos externos, tais ações podem ser estimuladas antes mesmo da criação das Unidades Regionais, a partir de uma reformulação de política interna de pesquisa já realizada pela PRPPG.

O mesmo é válido para os projetos de extensão que também precisam de orientação mais precisa, principalmente para firmarem parcerias com programas de âmbito nacional e internacional. Assim, se tornará necessário que nas Faculdades ofertem uma assessoria para o desenvolvimento de projetos de Extensão, assessoria esta que já pode ser iniciada pela PROEC que deverá reformular a política de institucionalização destes projetos para dar maior valorização aos projetos interdisciplinares e multi-câmpus.

A partir do momento que os Diretores de Faculdades fortalecerem os cursos a ele vinculados através da avaliação dos currículos dos cursos de graduação e ter conhecimento da qualificação do quadro docente a ele vinculado, o Diretor poderá iniciar o planejamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas regionais na modalidade multi-câmpus principalmente nas áreas que ainda não há a oferta destes cursos bem como promover a avaliação da possível inserção de docentes nos cursos já existentes através da criação de novas linhas de pesquisa.

Desde 2006, a Unemat vem intensificando a sua política de Pós-graduação Stricto Sensu com impacto direto na Pesquisa que ocorre nos mais diferentes níveis. Atualmente, estão em desenvolvimento na Instituição 18 Programas de Pós-graduação, contemplando 22 Cursos entre Mestrados e Doutorados, sediados nos diversos câmpus universitários (UNEMAT, 2016a)

Nos últimos 5 anos, além da aplicação de recursos próprios da Unemat para implementação dos Programas de Pós-graduação, foram aprovados diversos Projetos no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica - PROCAD/Amazônia (PROCADs/CAPES), envolvendo parcerias com Universidades como a UFRJ, UFPR, UFSCar, UnB, UFSC, USP e UNICAMP, objetivando a melhoria da competência científica dos docentes e discentes envolvidos com os Programas. O PROCAD Unemat/UnB, por exemplo, garantiu a execução de missões de pesquisa, missões de docência, estágios e estruturação de laboratórios.

A Universidade tem viabilizado parcerias Interinstitucionais importantes, cada Programa conta com Bolsas da FAPEMAT e de Demanda Social (DS) da CAPES, bem como, recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), destinados à aquisição de passagens, diárias, auxílio a campo, auxílio a eventos, Nacional e Internacional, publicação de artigos, entre outros.

Também foi contemplada com recursos de Editais do Programa Pró-Equipamentos da CAPES/MEC, direcionado a estruturação dos laboratórios dos mestrados, especificamente voltado à aquisição de equipamentos de pequeno e médio porte, além de recursos de projetos estruturantes financiados pela FINEP, FAPEMAT, CNPq, MCTI. Além de editais de anos anteriores, só em 2011 no Edital CAPES Pró-Equipamentos nº 025, foram aprovados R$ 247 mil reais, garantindo recursos financeiros para aquisição de equipamentos para as atividades de pesquisa de docentes e discentes dos cursos, fortalecendo a Infraestrutura de Pesquisa da Pós-graduação da Instituição.

Os equipamentos são compartilhados de forma interlaboratoriais e Multicampi, atendendo desta forma, as ações de pesquisa e de ensino relacionadas às atividades dos grupos e linhas de pesquisa. Em 2012 no Edital CAPES Pró-Equipamentos nº025 foram aprovados R$ 359 mil reais. Em 2013 no Edital Capes nº 24/2012 - Pró-equipamentos, foram aprovados R$ 360 mil reais para aquisição de equipamentos de

pequeno e médio porte para os Laboratórios de Pesquisa vinculados aos Programas de Pós-graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola (Câmpus de Tangará da Serra), Genética e Melhoramento de Plantas (Câmpus de Cáceres, Tangará da Serra e Alta Floresta), Ecologia e Conservação (Câmpus de Nova Xavantina), Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos (Câmpus de Alta Floresta), e Ciências Ambientais (Câmpus de Cáceres).

Diante desse volume de ações e crescimento exponencial do sistema de Pós-Graduação da Unemat, uma reorganização, pautada em uma consolidação e sua consequente expansão responsável, é de extrema importância para Unemat.

Inserir no Estatuto da universidade, como atribuição das Faculdades, a administração dos laboratórios de ensino.

Atualmente os laboratórios de ensino estão sob a administração do câmpus. Contudo, os aspectos no que se refere a controle de materiais, escalas de funcionamento, planejamento de férias e afastamento de técnicos, controle da utilização dos laboratórios pelos docentes e monitores e gerenciamento de descarte de resíduos químico e orgânico está sendo realizada de forma fragmentada por técnicos dos laboratórios, professores e coordenadores de curso. A proposta aqui apresentada é alterar a legislação estatutária da Unemat e colocar como atribuição das Faculdades administrar os laboratórios. Esta centralização otimizaria e melhoraria a qualidade das aulas práticas e consequentemente da formação acadêmica.

Criação de um centro de apoio psicológico para técnicos e docentes:

Essa proposta tem como objetivos: a) prevenir suicídio b) melhorar qualidade de vida do profissional no trabalho e fora dele; c) melhorar a qualidade e desempenho no trabalho; d) evitar conflitos com colegas e alunos.

Relação Graduação e Pós-Graduação

A melhoria do padrão de qualidade do ensino de graduação, reflete também na formação de profissionais mais envolvidos com a pós-graduação. Entretanto, devido ao contingenciamento de recursos financeiros destinados às universidades a articulação entre as atividades de ensino-pesquisa-extensão tem ficado limitada. Vale reforçar que:

> O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. § 1º. A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. § 2º. A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. § 3º. O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que dela se ocupem meios e condições especiais de trabalho (CURY, 2004, p.783).

Fato esse que reforça a necessidade da consolidação da graduação de forma concomitante a pós graduação, o que resultaria no aperfeiçoamento dos segmentos que compõe a Universidade de forma satisfatória nos diferentes níveis (graduação e pós graduação), como estabelecido na meta nº 18 do PNE que menciona a necessidade de "Incentivar a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa"

Avanços relacionados a integração entre ensino-pesquisa-extensão são os programas de Iniciação Científica (pesquisa/extensão) que são exemplos mais palpáveis dos esforços para uma maior aproximação dos discentes, docentes e técnicos a pesquisa e extensão, embora ainda de forma limitada, o que remete a necessidade de se produzir avanços ampliando esta integração na Instituição por meio da criação de um fórum de discussão da Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós Graduação, onde possam discutir as iniciativas nos Câmpus, bem como, compreender suas especificidades de uma holística. Neste caso, o Fórum ocorreria anualmente com os representantes de cada segmento nos Câmpus para construção de políticas que priorizassem essa integração entre os níveis de graduação e pós-graduação, baseando-se nos princípios de indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

É necessário também o desenvolvimento de atividades que reforcem esse caráter integrador dentro da Unemat como: 1. práticas de laboratório, 2. eventos científicos, 3. conferências e 4. fomentar a presença dos discentes em defesas de dissertação e tese, porque garante que os discentes da graduação e pós-graduação se qualifiquem, oferecendo alternativas para que conheçam as múltiplas possibilidades na educação superior, o que configura positivamente no processo de avaliação institucional.

A Unemat precisa agora, mais do que nunca, readequar sua estrutura e fazer os devidos ajustes para melhorar o seu rendimento e eficiência de acordo com a nova realidade, aumentando sua eficiência e integrando os cursos de graduação com a pós-graduação. Além disso, é fundamental uma readequação também para diminuir a grande distância hoje existente entre ensino, pesquisa e extensão. Para atingir os objetivos e metas propostos nesta tese, escolhemos os eixos de Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e Cultura, uma vez que a base do pensamento que norteia a proposta de readequação da Unemat se baseia justamente na integração desses quatro eixos fundamentais da instituição. Os princípios constitucionais de eficiência do serviço público e de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão das universidades brasileiras formam a base de condução de nossa proposta, conforme descrevemos nas proposições no próximo item desta tese.

Outra questão amplamente debatida em diversos fóruns de pós-graduação que tivemos com professores da Unemat (câmpus NX, AF, Tangará e Cáceres) e UnB foi a falta de integração entre graduação e pós-graduação, problema também mais grave na Unemat, devido a sua condição de iniciante em termos de PPG's. Se grandes instituições sentem esse problema, a Unemat sente em dobro ou mais, dada a sua estrutura funcional ainda muito defasada.

Em fevereiro deste ano, discutimos no âmbito do PPG Ecologia e Conservação de Nova Xavantina (PPG-EC) as principais causas de outro problema: a falta de integração com a graduação no câmpus. Este problema e suas discussões remontam desde a fundação do PPG-EC em NX, com o ingresso da primeira turma em 2008. Até então, a Unemat só tinha um PPG, ainda assim somente em nível de mestrado, revelando nossa inexperiência no assunto. Desde aquela época já sentíamos o quanto a Graduação e Pós-Graduação não se comunicavam, além da sobrecarga de trabalho dos professores.

Em março deste ano definimos em duas reuniões consecutivas a necessidade de otimizar as habilidades de cada servidor, em cada categoria (docente ou PTES), para que o trabalho se tornasse mais eficiente e produtivo. Por exemplo, havíamos identificado sobrecarga tanto do Secretário do PPG quanto dos docentes para atender a toda a demanda. Nesta altura, a Reitoria já havia indicado um bolsista para auxiliar na secretaria.

Com estas informações, nos reunimos com os PTES (PPG-EC e administrativo) e os alunos de graduação, mestrado e doutorado para discutirmos e fechamos as diretrizes básicas desta proposta. Esta proposta final foi formatada em uma última reunião ocorrida no final de abril deste ano, quando elaboramos os objetivos específicos desta proposta visando o reequilíbrio funcional da Unemat a partir da integração dos eixos de graduação e pós-graduação sob o princípio da eficiência do serviço público brasileiro.

Políticas de consolidação da Pós-Graduação

1 Pós-graduação lato sensu, pagas (reestruturar a FAESPE para administrar financeiramente a execução de cursos de pós-graduação lato sensu). Implantação a partir de 2018, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos;

2 Incentivo de credenciamento de novos professores nas pós-graduações, com ações como:

2.1 - Flexibilização do descredenciamento de professores que atuam em mais de um programa e descredenciamento automático dos que não atinjam as metas estabelecidas pela CAPES;

2.2 - Manutenção de nível mínimo de publicações, correspondente ao nível de publicações para o credenciamento, ou mais, em caso de elevação do conceito do curso;

3. Expansão da Pós-Graduação

Pós-graduação stricto sensu – mestrado no formato 3T (modular no período de férias) nas áreas de gestão, administração e educação. Já existem vários programas neste formato acontecendo no Brasil, programas autorizados pela Capes e reconhecidos pelo Mec. Esse formato traria para a Universidade nos períodos de férias acadêmicas outra clientela, sendo profissionais tanto da área da educação como da administrativa que vem em busca de uma formação continuada e que o único tempo

disponível são esses períodos de férias acadêmicas e escolares. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

4. *Relação Graduação e Pós-Graduação*

Incentivo da integração graduação e pós graduação, criando um programa de ensino continuada, onde o discente faz uma graduação enxuta, de menor duração e já ingressa em latu sensu ou stricto sensu, e também do latu para o stricto com implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

5. *Financiamento da Pós-Graduação*

5.1 Para lato sensu deverá ser cobrado mensalidade pelos cursos via Fundação.

5.2 Fortalecimentos de programas de pós-graduação lato sensu com criação de vários cursos, tanto para os profissionais da universidade como para a comunidade em geral. Nos cursos relacionados com a área pública, implementar políticas de reserva de vagas para servidores públicos tanto da esfera municipal, estadual e federal. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

Considere-se ainda que os Profissionais Técnicos com cargos de nível superior, da UNEMAT, com formação acadêmica em nível de mestrado ou doutorado; considerando que esses profissionais estão inseridos na UNEMAT e que essa é formada pelo tripé ensino-pesquisa- extensão que constitui o eixo fundamental da Universidade e não pode ser compartimentado, conforme o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 que dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, e os profissionais técnicos como parte da Universidade devem contribuir com o desenvolvimento institucional, o avanço técnico- científico e educacional, seja através das atividades meio ou diretamente ligados às atividades de ensino, pesquisa e extensão; considerando que a UNEMAT possibilita a formação profissional a nível de mestrado e doutorado e que esses profissionais qualificados e beneficiados com o afastamento para qualificação profissional devem contribuir com o desenvolvimento da Universidade; considerando que os profissionais técnicos aprovam projetos de pesquisa em órgãos de fomento e, atualmente, muitos são coordenadores de projetos de pesquisa/extensão ou estão vinculados à projetos como membro, há a necessidade de possibilitar aos Profissionais Técnicos a orientação de acadêmicos, já que essas atividades de orientação estão diretamente relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas dentro da Universidade e que esses profissionais técnicos estão qualificados a nível de mestrado ou doutorado, aptos para essa atribuição.

Desse modo, fomentar e implantar políticas de qualificação para os PTES e Docentes em Programas de Pós-graduação é importante, pois a pós-graduação na UNEMAT é muito jovem, a pós em nível stricto sensu iniciou-se em 2006 e atualmente a instituição conta com 19 (dezenove) programas de pós-graduação strito senso, onde

conta com 23 cursos, sendo 16 mestrados e 07 doutorados, consultando registros da Universidade é possível verificar que de acordo com a PRPPG o principal objetivo da oferta de cursos de mestrado e doutorado é viabilizar a formação de mestres e doutores principalmente de professores e técnicos pertencentes ao quadro da Unemat.

Neste sentido, propomos estabelecer uma política de pós-graduação lato e stricto sensu que possibilite o ingresso e permanência de servidores da instituição, adicionando ao barema para cálculo de pontuação algo relacionado a atividades desenvolvidas na universidade como participação em comissões, conselhos, e até mesmo tempo de serviço prestado para que os servidores tenham alguma vantagem e/ou incentivo para ingresso. Quanto à permanência, estabelecer reserva de carga horária semanal para dedicação à qualificação quando do cumprimento de créditos/disciplinas e afastamento para escritura de tese/dissertação/monografia de conclusão, ou seja, etapas finais. É importante que as ofertas contemplem exclusivamente a vagas para docentes e profissionais técnicos, cumpre salientar que as ofertas devem ser oferecidas de forma distintas.

A qualificação permite que o servidor desenvolva suas atividades cada dia melhor, ainda que a qualificação não seja especificamente na área de atuação desenvolvida, a universidade só tem a ganhar investindo em seus recursos humanos, a qualificação motiva os servidores a cada dia efetuar seu trabalho de forma eficiente e eficaz.

Considerando que “a formação continuada de professores indígenas dar-se-á por meio de atividades formativas, cursos e programas específicos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado”. (Resolução CNE/CP, p.12, 2015). A demanda em dar continuidade no processo de formação dos professores indígenas motivou o desenvolvimento do Curso de Especialização Lato Sensu em Educação Escolar Indígena. Em janeiro de 2009, tiveram início as aulas da primeira turma específica para indígenas, que concluiu as atividades em janeiro de 2010 com a formação de 55 especialistas. Em janeiro de 2011, teve início mais uma turma do curso de especialização, que concluiu as atividades com 52 especialistas, em janeiro de 2012. Diante disso, novas propostas de formação e habilitação são necessárias, com vistas à melhoria contínua da educação escolar indígena, sendo a pós-graduação stricto sensu, nível de mestrado, a ação mais solicitada.

A universidade pública deve se fortalecer naquelas atividades que os demais tipos de Instituições de Ensino Superior não podem (ou não possuem prerrogativas legais) realizar: pós-graduação em nível stricto sensu e pesquisa. O princípio é de que a graduação e a pós-graduação tem de se fortalecer mutuamente.

A pós-graduação é criada de forma vinculada à graduação. Outro aspecto fundamental é garantir que todos os professores deem aulas na graduação, inclusive aqueles que estão na pós-graduação, bem como abolir a dispensa de disciplinas na graduação devido à orientação na pós-graduação.

O foco é fortalecer a vinculação da graduação com a pós-graduação, e a formação de pesquisadores desde a graduação, e evitar que tenhamos uma pós graduação de boa qualidade e uma graduação de não tão boa qualidade quanto. As medidas propostas são: Criar mecanismos que garantam a mesma qualidade de ensino (recursos humanos, infraestrutura, etc.) na graduação e na pós-graduação. Quanto

mais o discente se relaciona com o ambiente acadêmico e “vive a universidade”, mais ele(a) entende a sua importância naquele meio. Uma dessas formas de relação seria a sua imediata inserção em grupos de pesquisa. Isso faz com que o acadêmico se envolva cada vez mais no meio que será um dos mais importantes de sua vida. Além disso, haveria também um sentimento de compromisso pela universidade catalisado por essa inserção, podendo assim fortalecer vínculos e reduzir o desinteresse que muitos acadêmicos demonstram pelo curso e/ou pela universidade, ou até mesmo criar dentro de si a sensação de que este é o curso certo para ele, mesmo não sendo o que lhe era sonhado. Nesse sentido, uma relação mais forte com a pesquisa e com a pós-graduação pode, inclusive, reduzir a evasão dos graduandos da UNEMAT.

Uma pós-graduação hoje no Brasil é autorizada e avaliada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que atribui notas de 1 a 7, sendo 3 a mínima para autorização de início de curso em nível de mestrado. Para o programa pleitear o nível de doutorado, comumente deve-se ter nota mínima 4 no curso de mestrado em andamento, ou em raros casos, se a instituição apresentar avanços significativos na área de pesquisa e tiver estrutura para tal, poderá ser aprovado o doutorado direto, como, por exemplo, o curso de doutorado em Ciência do Sistema Terrestre do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Acredita-se que, para uma consolidação dos programas de pós-graduação da UNEMAT e fortalecimento de seus vínculos com a graduação, devem ser adotados regimes de comunicação das pesquisas concluídas para com o estado, buscando sanar problemas encontrados no meio em que está inserido. Além disso, é necessário valorizar a internacionalização de pesquisadores, palestrantes e, o mais importante, enviar pós-graduandos como bolsistas-sanduíche não somente a outros países, mas também para universidades brasileiras reconhecidas pelas pesquisas que desenvolvem na respectiva área. Isso serviria para que o discente do programa se iniciasse como pesquisador buscasse meios de incentivo e reservasse fundos para que cada um participasse ao menos uma vez de congresso nacional ou internacional na sua área de pesquisa. Ao término de sua dissertação ou tese, depois de aprovado no exame de qualificação, o mesmo deveria obrigatoriamente, antes da defesa final, submeter um artigo em revista científica indexada de sua pesquisa, sendo no mínimo de estrato Qualis Capes B2 e B1 na área do programa para obtenção do título de mestre e doutor, respectivamente. Essa política se encaixa na produção intelectual do curso como um todo.

Após essas iniciativas, espera-se uma avaliação trienal justa para com o programa, o qual, após atender os quesitos mínimos exigidos pela CAPES, poderia pleitear avanços no programa com mais bolsas, infraestrutura, autonomia financeira, PROEX (Programa de Excelência Acadêmica, disponível para cursos com conceito CAPES 6 ou 7), dentre outros.

Fortalecimento de Políticas de apoio aos Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu da UNEMAT; criação de políticas que favoreçam parcerias com poder público para oferta de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu que atendam as demandas da Administração Pública; democratização dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu ofertados pela Unemat de forma a atender a demanda regional dos câmpus universitários.

EIXO 3 - PESQUISA

A Unemat vem contando com importantes aportes de recursos financeiros de Chamadas Públicas da FINEP nos últimos 5 anos. Desde 2011, foram formalizados diversos convênios relativos às seguintes Chamadas Públicas e a Unemat, assim como a maioria das IES, especialmente as do Norte do país, ainda se encontra em processo de estruturação da área de propriedade intelectual.

Neste sentido, desde 2008, por força da Lei de Inovação, foi criado na Unemat o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado à PRPPG, tendo como missão "promover o desenvolvimento científico e tecnológico da Unemat e promover o intercâmbio entre a instituição e os setores produtivos do Estado de Mato Grosso para a transferência de tecnologia".

A atuação do NIT visa estabelecer incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e a proteção da propriedade intelectual da instituição, bem como, fazer a gestão da propriedade intelectual e realizar transferência de tecnologia aos setores produtivos do Estado. Todas essas questões fazem da Unemat, uma instituição promotora de interconectividade e interdependência na construção do conhecimento científico, na sistematização do saber e na valorização da cultura. Para contemplar a singularidade ambiental, social e cultural de Mato Grosso, a IES tem envidado esforços no sentido de consolidar a sua presença científica qualificada e dar resposta aos desafios que se apresentam no estado.

Assim, diante do levantamento das demandas científicas e tecnológicas nos diferentes setores e segmentos, estabelecer os mecanismos de financiamento da pesquisa e pós-graduação, organizar sua expansão das estruturas de pesquisas e reorganizar o sistema, adequando a legislação necessária, no sentido de buscar condições de ser o mais auto sustentável possível, dando publicidade as ações da Universidade, no que tange a pesquisa e pós-graduação, justificam o principal objetivo do eixo Pesquisa. Considere-se:

1. Criação de laboratório de ensino/pesquisa

A criação de laboratórios de ensino/pesquisa de áreas afins, possibilitará a realização de aulas práticas mais elaboradas e a realização de pesquisas, principalmente, iniciação científica. Os laboratórios existentes, em alguns *Câmpus*, são pequenos e inadequados para atender o número de alunos matriculados nas disciplinas de cursos que demandam aulas práticas nos mesmos locais. O desenvolvimento de pesquisas se torna inviável devido a descontinuidade dos trabalhos e, principalmente, as normas de uso que dificultam o acesso de docentes e discentes a estas instalações sem um técnico presente. As aulas práticas serão melhores ministradas se tiverem estrutura e equipamentos adequados e normas de uso mais flexíveis, especialmente para docentes que necessitam manter a Dedicação Exclusiva, bem como atender as exigências da Comissão Permanente de Avaliação Desempenho Docente (Art. 41°, LC 320/2008).

2. Aumento do número de Bolsas de Iniciação Científica.

Aumento do número de Bolsas de Iniciação Científica. O aumento do número de bolsas de iniciação científica constituir-se-á numa estratégia de motivação e incentivo à participação dos acadêmicos em atividades de formação relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, consequentemente, contribuirá para a permanência dos mesmos na Universidade resultando em índices menores de evasão, além da qualificação em áreas específicas de conhecimento. A iniciação científica é imprescindível na determinação do perfil do egresso. O número reduzido de bolsas de iniciação científica na Unemat pode ser evidenciado considerando-se que entre cerca de 14 mil alunos, aproximadamente 190 foram contemplados, nos últimos editais de seleção de bolsistas de iniciação científica, para as modalidades PIBIC-Ações afirmativas, PIBIC e PROBIC. Além da busca de fomento para o aumento do número de bolsas, uma alternativa, para aumentar a participação de alunos na iniciação científica, a exemplo da UFPR, consiste na concessão de iniciação científica não remunerada e/ou voluntária para professores mestres ou doutores que não tiveram projetos aprovados por insuficiência de cotas ou notas inferiores para o critério de aprovação (http://www.prppg.ufpr.br/site/ic/pibic/).

3. Políticas de Pesquisa

3.1 Criar políticas com a possibilidade dos PTES se dedicarem a atividades em projetos de Pesquisa, Extensão, Cultura e outras, em até 10 horas semanais, que serão contabilizadas para a carga horária total de 40h; Implementação em até 1 ano.

3.2 Custear a instalação e manutenção de equipamentos de pesquisa, implementar a contrapartida da universidade com reserva orçamentária para tal ações. Implantar após estudos de viabilidade financeira, em cada câmpus que desenvolve projetos e programas de pesquisas.

3.3 Criar políticas para fomentar os projetos e programas de pesquisas como:

- Simplificar a institucionalização de projetos de pesquisa com financiamento em órgãos de fomento, tanto no âmbito de coordenação, quanto na participação como membro externo;
- Integrar pesquisas com participação de graduandos e pós-graduandos;
- Favorecer a indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão;
- Aquisição de áreas experimentais;
- Contratação de funcionário de campo (serviços gerais, técnicos) para implantação e execução de pesquisas;
- Criação de estrutura de laboratórios de pesquisa, contendo espaço físico, instalação elétrica e hidráulica adequadas;
- Capacitação de técnicos de laboratório visando a demanda de pesquisa;
- Fomentar a integração de trabalhos de conclusão de curso em projetos de pesquisa;
- Aquisição de equipamentos, reagentes para estrutura de pesquisa para trabalhos de conclusão de curso;

- Criar estruturas para o tratamento e descarte de resíduos

4. Consolidação de Núcleos, Grupos e Centros de Pesquisa

Discussão sobre a importância dos grupos de pesquisa nos Câmpus de áreas afins, com o intuito de aglutinar os grupos com linhas de pesquisas iguais ou semelhantes.

5. Fomento de Pesquisas e Bolsas de IC

5.1 Criação de normas para parcerias público/privada no âmbito das Fundações, tanto para pesquisas, como para bolsas de IC e pós-graduação.

5.2 Criação de normas para Incentivo de participação de PTES nos programas de pós-graduação da UNEMAT.

Especialmente com relação aos profissionais técnicos propõe-se possibilitar aos PTES atuarem como colaboradores (coordenador, membro, equipe) em Pesquisa. Atualmente já existem vários técnicos que participam de projetos de extensão e pesquisa, como participante, e muitos apresentam projetos como coordenador, para a universidade e para outros órgãos de fomento. Os profissionais técnicos podem contribuir ainda mais intelectualmente com a universidade, não há que se questionar a capacidade produtiva desta categoria que colabora dia a dia para o crescimento institucional, suprindo uma necessidade institucional já existente onde se recorre a profissionais externos a instituição para colaborar nas atividades, ignorando a existência de servidores técnicos capacitados dentro da própria universidade que podem contribuir para progressão e aperfeiçoamento das pesquisas.

Desse modo, propõe-se que que o PTES possa dedicar 10 (dez) horas semanais de sua carga horária de trabalho para participar como Coordenador nos projetos de Pesquisa. Regulamentar a disposição de 10h (dez horas) semanais da carga horária de trabalho dos Profissionais Técnicos do Ensino Superior – PTES, da Unemat, para dedicação exclusiva a projetos de pesquisas considerando as especificidades de atuação desse servidor na educação e, dessa forma, a contribuição desses para o ato educativo e o desenvolvimento Institucional, considerando-se, ainda, a missão da Universidade e a realização profissional destes servidores.

Considerando as especificidades de atuação PTES, para além do cargo que ocupa, suas aptidões e as múltiplas possibilidades de saber desenvolvidas através da qualificação profissional, considerando a realização profissional destes servidores e, ainda, considerando-se a missão da Universidade que é “oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural, contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e compromissados com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática”(PEP-UNEMAT, 2015-2025). Entendemos que se faz necessário a disponibilização dessa carga horária tendo em vista a necessidade de planejamento das atividades a serem desenvolvidas, principalmente quando se tratar de ação a ser desenvolvida em ambiente de trabalho diferenciado daquele onde exerce sua função, de forma a não prejudicar o bom andamento do trabalho no setor de origem.

Na área de pesquisa é necessário o incentivo à elaboração de projetos de pesquisa que fortaleçam novas linhas de pesquisa, considerando a interlocução de docentes de diversos cursos e áreas, possibilitando a criação de mais linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação stricto sensu.

Criar escritório para qualificar a elaboração de projetos de pesquisa voltados a agências de financiamento e à captação de recursos externos. Promover inicialmente seminários locais (depois regionais) por grande área de conhecimento (exatas, humanas, biológicas, sociais) para socializar e fomentar a criação de grupos de pesquisa inter câmpus e interdisciplinares. A pesquisa científica é alavancada fortemente quando em um mesmo centro encontra-se um curso de pós-graduação. A partir desse momento, a inserção de graduandos neste meio pode provocar o interesse futuro do mesmo em concorrer a uma vaga no curso, não somente por interesse em bolsa de estudo (o que vem ocorrendo com muita frequência), mas também pelo amor à pesquisa que poderá surgir ao longo do tempo.

Alunos de graduação que tenham vínculo com programas de pós-graduação e seus discentes podem não somente auxiliar nas pesquisas, mas também utilizar parte desse conhecimento em seu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Aqui, poderá se iniciar a habilidade do pós-graduando em atuar como orientador, uma vez que ele, embora não possa atuar como tal, adquirirá experiência para, futuramente, exercer esse papel.

O fomento é a engrenagem essencial de uma pesquisa científica de qualidade. Pesquisadores buscam agências de fomento principalmente para obter êxito em gerir e conduzir as atividades de seus laboratórios. Atualmente, os órgãos de financiamentos no Brasil estão cada vez mais escassos e, ao abrirem editais, além da concorrência ser esmagadora, algumas vezes a forma de avaliação de um determinado projeto pode não ser justo, fazendo com que as pesquisas e pesquisadores sejam prejudicados. Os órgãos que financiam pesquisas hoje são CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e FAPEs (Fundações de Amparo à Pesquisas). Por outro lado, quando se trata de montantes milionários ou até mesmo de suporte a construções, o principal órgão de fomento é a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do governo federal. No entanto, neste modelo de projeto espera-se abranger diversas áreas de pesquisa para que ocorra a aprovação e somente por meio de inscrição CNPJ (instituição) e via reitoria é que existe a possibilidade de envio. Consequentemente, com mais financiamentos que a universidade tem e/ou um determinado laboratório, as chances de poderem oferecer bolsas de iniciação científica aos alunos de graduação aumentam consideravelmente, tendo como pensamento circular para com a relação graduação e pós-graduação.

Propõem-se reestruturação da política de infraestrutura e apoio aos grupos de pesquisa; institucionalização de financiamento próprio; possibilidade de os Técnicos Administrativos da Educação Superior desenvolver pesquisa; possibilidade de o Técnico Administrativo dedicar-se 10 (dez) horas semanais para participar de projetos.

EIXO 4 – EXTENSÃO E CULTURA

A universidade é uma instituição que tem a prerrogativa de propiciar atividades artísticas nos câmpus. É necessário garantir participação acadêmica em eventos culturais e artísticos, bem como a devida discussão sobre a importância da arte na formação humana. Porém, nem sempre os docentes e técnicos são devidamente instruídos na elaboração e oferta dessas atividades. Da mesma forma, não há uma periodicidade mínima definida para a realização dessas atividades. Assim, propõe-se: Orientar e instruir os câmpus (professores e técnicos) na elaboração de atividades culturais e artísticas.

Criação da Política de Integração do Egresso com o Ambiente Acadêmico, Corporativo e Empreendedor, que justifica-se pela importância dos serviços oferecidos para os egressos, pois os auxiliam em um momento difícil da vida no qual o encontro e aproveitamento de oportunidades fazem a diferença para a continuidade na vida acadêmica ou no ingresso ao mercado de trabalho e empreendedor. Essa política alicerçar-se-ia na criação de um sistema virtual com informações aos egressos sobre as pós-graduações e vagas de emprego, parcerias com as empresas para disponibilizarem suas vagas no sistema virtual e criação de incubadoras de empresas nos câmpus para estímulo do empreendedorismo.

A proposição é um diferencial da instituição na escolha e permanência dos vestibulandos e acadêmicos na Unemat, pois apesar da grande disponibilidade de informações proporcionada pelo avanço tecnológico, as pessoas ainda perdem oportunidades por desencontro ou ausência de informações. Para tanto se propõe a criação de um Sistema de Integração do Egresso com o Trabalho e Academia da Unemat – SIETA, que funcionaria como um portal completamente voltado para os interesses dos egressos, com informações sobre como e onde encontrar as seleções atualizadas para pós-graduação por área de interesse e vagas de empregos. Para isso também seria necessário firmar parcerias com as empresas para que elas disponibilizassem suas vagas de empregos no SIETA, além de estimular a criação de vagas como vínculo *trainneer*, oferecer serviços às empresas como palestras ou organização de seleções e treinamento em forma de projetos de extensão de professores e servidores. O sistema funcionaria com o cadastro e detenção de senhas para acesso das empresas e dos egressos com a utilização do *currículo lattes*. Ou seja, a etapa de cadastro do currículo até a comunicação da etapa presencial de seleção seria virtual o que pode facilitar o contato inicial de egressos e empresas de outros municípios. O desenvolvimento desse sistema pode contar ainda com um sistema de seleção mediante oferecimento de critérios pré-estabelecidos pelas empresas e sua pontuação.

Já as incubadoras de empresas nos câmpus podem estar voltadas para os cursos com as faculdades instaladas e oferecerem suporte técnico para a orientação e encaminhamento na formação de novas empresas e *startups*. Há uma grande demanda de alunos, principalmente dos cursos de bacharelado, para cursar novamente disciplinas em razão de reprovação por nota. Parte desses discentes cumpriram a carga horária mínima exigida, entretanto não atingiram a nota mínima

para a aprovação. Em alguns casos, faz-se necessária a oferta de turmas extras, em razão desta demanda ser superior às vagas oferecidas pelo curso, o que exige a contratação de professor temporário, onerando a instituição.

Em decisão do STF referente ao Recurso Extraordinário (RE) 597854, com repercussão geral reconhecida, foi autorizada a cobrança de mensalidade em curso de pós-graduação lato sensu por universidade pública. Assim, abriu-se a possibilidade da universidade se autofinanciar, ao menos parcialmente, por meio deste tipo de oferta. Sugere-se, portanto, a criação de uma Escola de Extensão da Unemat, que unificaria todos os oferecimentos de curso de extensão, bem como sua gestão financeira, possibilitando a cobrança de taxa para a própria instituição, que posteriormente faria o repasse às faculdades, visando investimento em pesquisa.

A extensão universitária também surge como importante possibilidade de fortalecimento do vínculo entre graduação e pós-graduação. A união dos agentes envolvidos nessas duas instâncias tem o potencial do otimizar o alcance das pesquisas, as quais não devem se restringir ao âmbito acadêmico. Por exemplo, na área de conservação da biodiversidade, há lacunas sérias entre aquilo que a ciência detecta como prioritário e que os tomadores de decisão entendem como o mais acertado em termos de políticas públicas (Habel et al. 2013). Nesse sentido, artigos de divulgação científica são fundamentais, pois, ao utilizarem uma linguagem mais acessível, poderão sensibilizar importantes segmentos da sociedade para reverter, para essa mesma sociedade, tecnologias ou recomendações que emergiram de um trabalho de pesquisa científica.

A Faculdade de Ciências da Saúde, por exemplo, possui projetos de extensão em andamento que integra alunos, professores e comunidade externa de saúde. A proposta é criar um programa permanente multidisciplinar de promoção de projetos de extensão e pesquisa com comunidades rurais do município de Cáceres, Tangará da Serra e Diamantino, locais onde a Unemat possui cursos de saúde. Os objetivos desse programa são: 1) promover a interdisciplinaridade e multidisciplinariedade acadêmica; A universidade através dessa ação, inserirá de forma mais contundente na comunidade, mostrando a sua importância para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Ao longo da história, a extensão universitária tem se realizado através de diferentes concepções teóricas e ideológicas, sendo influenciada e também influenciando os sentidos da Universidade (NOZAKI et al., 2015), no entanto é necessário perceber a Universidade além de uma formação profissional e científica das pessoas; dos centros de excelência e de investigação; das principais áreas do saber humano, tecnológico e artístico; também deve existir influência da extensão e da cultura.

Para apresentar as proposições no eixo houve reflexões sobre os pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e os desafios que a extensão e a cultura da Unemat enfrentam atualmente.

Há necessidade de atualização das resoluções que regulamentam a política de extensão. Necessidade de regulamentar separadamente a política de cultura e esporte na instituição. Maior volume de cursos ofertados e eventos realizados, entretanto, com público restrito ao meio acadêmico. Pequeno número de projetos de cultura e vivência acadêmica. Projetos pouco articulados em uma política institucional,

desenvolvidos a partir das ações de extensão. Ausência de regulamentação para os museus e arquivos. Ausência de regulamentação para prestação de serviços institucionais. Pouca geração de produtos acadêmicos oriundos das ações de extensão. Baixa complexidade das ações, o que proporciona pouca interação interdisciplinar e multiprofissional nas ações de extensão. Sistema deficiente de monitoramento e de avaliação das ações de extensão. Impacto pouco significativo das ações de extensão na formação do acadêmico e na sociedade. Insuficiência de financiamento específico para realização das ações de extensão por parte da instituição.

Por outro lado, há considerável regulamentação adequada as políticas e debates nacionais sobre extensão universitária. Ações de extensão estão difundidas nas diversas unidades da instituição. Existência de bolsa cultura e bolsa esporte. Histórico institucional em ações de extensão, acumulando experiências administrativas ao longo desse tempo. Redes de relações interinstitucionais e de grupos de extensionistas bem estabelecidas.

Com isso, identificamos como oportunidades: Crescente reconhecimento dos órgãos que regulamentam o ensino e a pesquisa no País, da importância da extensão. Necessidade de implantar a creditação da extensão. Grande demanda da sociedade por assistência e orientação nas mais variadas áreas. E como desafios: Mudança da atitude dos docentes, técnicos e acadêmicos frente ao reconhecimento do valor formativo e de intervenção social possibilitado pela extensão. Aglutinar as ações de extensão em programas institucionais de maior densidade e complexidade sobre temas de interesse social, desenvolvidas em áreas interdisciplinares e por equipes multiprofissionais.

Diante deste cenário é justificável que o eixo extensão e cultura esteja sempre preparado para se adequar às constantes mudanças sócio econômico e cultuais e o congresso universitário é o momento para que essas adequações sejam realizadas. Nesse sentido, algumas ações são fundamentais:

1. Implantação do Sistema de Extensão da Unemat

Com o advento da Lei N. 5.540 de 1968, que estabeleceu a obrigatoriedade da extensão em todas as Instituições de Ensino Superior - IES, garantindo o acesso da comunidade às atividades desenvolvidas no ensino e pesquisa mediante a extensão. Para Nogueira (2005, p. 8) a função social da universidade passa pela extensão, podendo ser entendida como “o meio por onde as IES podem cumprir seu compromisso social, indo além das atividades precípuas relacionadas a sua atividade-fim por meio de seus cursos regulares.”

O fortalecimento da Extensão Universitária tem sido um desafio a ser alcançado pelas IES, devido as suas múltiplas dimensões, a indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão, a multi-inter-transdisciplinaridade e a interação dialógica entre universidade-comunidade.

Para Santos (2013) a reforma universitária deve conferir nova centralidade às atividades de extensão visto que elas desempenham a função social da universidade. Vale ressaltar que seu fortalecimento vai de acordo com os objetivos da Política Nacional de Extensão Universitária (PROEX, 2012) que reafirma o compromisso da

extensão na articulação do ensino e pesquisa de forma indissociável, sendo indispensável para a formação discente e qualificação docente-técnico, de forma a garantir a aproximação com a comunidade.

Conforme mencionado por Araújo (2012) é necessário analisar os agentes que constroem a Universidade e também o seu papel diante a sociedade.

> Antes de uma análise mais aprofundada da instituição em si, faz-se mister avaliar como ela se constitui e quem são os seus protagonistas. A Universidade é um espelho da sociedade e reflete suas contradições; assim, os agentes que a constrói (servidores, professores e estudantes) reproduzem os mesmos vícios, preconceitos e estereótipos do "meio externo", trazendo consigo o senso comum (ora popular, ora acadêmico) e reproduzindo também a lógica de produção capitalista. Necessário também indagar se o conhecimento produzido na Universidade possibilita a transformação da sociedade ou se a instituição não passa de um local fechado em si mesmo, que não interage com o meio no qual está inserido Araújo (2012, p. 39)

A Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Unemat prevista na Lei Complementar Estadual n.º 30/1993 (alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 319/2008), no Estatuto da Unemat (Resolução n.º 2/2012 – CONCUR) e na Resolução n.º 2/2012 – CONSUNI, desempenha um papel fundamental para a visibilidade das ações de extensão da Universidade para a comunidade.

Em relatório divulgado pela PROEC/ Unemat (2015) são cerca de 76 projetos e 12 programas em vigência, com um número bem inferior nos Câmpus mais novos, o que demanda ações de incentivo/fortalecimento da extensão nesses locais, bem como, na universidade como um todo. Entre as ações da PROEC a implantação das Assessorias de Gestão de Extensão e Cultura nos Câmpus foi uma proposta inovadora dentro da instituição que precisa ser consolidada, já que a proposta assegura o fortalecimento da extensão e o acompanhamento das ações desenvolvidas em cada Câmpus. As assessorias foram implantadas apenas em Cáceres, Colíder, Juara e Sinop e nos demais Câmpus (Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Luciara, Nova Xavantina e Pontes e Lacerda) não há informações a respeito, conforme consta neste mesmo relatório. Fato esse que chama a atenção pela demanda de ações de extensão que garanta a acessibilidade do conhecimento produzido à sociedade.

A maioria dos docentes estão envolvidos em atividades de pesquisa, percebe-se pelo número reduzido de atividades de extensão dentro da universidade em comparação as atividades de pesquisa. Uma forma de fortalecer a extensão universitária além da consolidação das assessorias nos Câmpus seria a criação de um sistema que garantisse a acessibilidade ao conhecimento produzido via extensão. Além disso, esse sistema integrador facilitaria a submissão de propostas, acesso ao andamento dos projetos e seus resultados. Seria uma forma de garantir o acesso e acompanhamento das atividades realizadas, permitindo a criação de indicadores de extensão da Unemat.

O desenvolvimento deste sistema e baseado em modelos de outras universidades que possuem um sistema próprio de informação onde a comunidade pode ter acesso ao banco de dados sem a necessidade de cadastro prévio, de fazer login ou inserir senhas no sistema, o que facilitaria também a gestão da extensão pela PROEC O processo burocrático pelo qual as ações de extensão precisam ser submetidas, havendo ainda a necessidade de passar pelos órgãos colegiados mediante entrega documental em mãos, além do envio via correio, o que inviabiliza a submissão e propostas, bem como, a agilidade na institucionalização das mesmas, pelo trâmite que deve ser seguido, além dos gastos com papéis/impressões que poderiam ser eliminados com a implantação do sistema de informação/gerenciamento da Extensão.

2. Implantação de um Clube Línguas Estrangeiras

A linguagem, capacidade inerente ao homem, possibilita o conhecimento, a meditação e discussão de questões mundiais. Com o fenômeno da globalização ocorreu a alteração da relação homem-linguagem-mundo, sendo o conhecimento da língua inglesa imprescindível para a compreensão e a transmissão de conhecimentos e também para o entretenimento. No Brasil, a população hipossuficiente não tem acesso ao ensino de línguas estrangeiras (ZANOLI, 2014).

Os idiomas espanhol, italiano, francês e alemão devem ser também considerados no aprendizado de uma segunda ou terceira língua. A linguagem, capacidade inerente ao homem, possibilita o conhecimento, a meditação e discussão de questões mundiais. Com o fenômeno da globalização ocorreu a alteração da relação homem-linguagem-mundo, sendo o conhecimento da língua inglesa imprescindível para a compreensão e a transmissão de conhecimentos e também para o entretenimento. No Brasil, a população hipossuficiente não tem acesso ao ensino de línguas estrangeiras (ZANOLI, 2014). Os idiomas espanhol, italiano, francês e alemão devem ser também considerados no aprendizado de uma segunda ou terceira língua.

Considerando que a maioria das publicações são redigidas em língua estrangeira, tanto em periódicos nacionais quanto internacionais, a existência de oportunidades de intercâmbios no exterior e de cursar disciplinas em Universidades em outros países, por meio de programas governamentais, faz-se necessária e urgente a oferta de cursos de idiomas para os acadêmicos da Unemat.

A criação de um Clube de Línguas Estrangeiras proporcionará aos acadêmicos, além do conhecimento de outro idioma, um fator de qualificação tornando-o diferencial no mercado de trabalho.

Os Clubes de Línguas Estrangeiras Modernas existem em várias Universidades do País e vêm contribuindo com a formação e qualificação de acadêmicos e futuros profissionais. A conversação, o estudo de gramática, a leitura, a escrita e cursos de proficiência compõem as atividades dos Clubes de universidades, como por exemplo, CELIN – Universidade Federal do Paraná (http://www.celin.ufpr.br/), CELIN – Universidade Federal de Viçosa (celin.prelin.org.br), CL – Centro Interdepartamental de Línguas - Universidade de São Paulo (http://www5.usp.br/servicos/cursos-de-idiomas-

na-fflch-ii/), CALEM – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (http://www.utfpr.edu.br), dentre outros.

3. Fortalecimento da Cultura na Universidade

3.1 Implementar projetos de extensão na universidade em todos os Câmpus para a Criação de espaços de convivência, buscando parcerias com entidades que desenvolvam atividades culturais. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

3.2 Apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais das comunidades, com ações de extensão, pesquisa e inovação, pensando os câmpus como centros irradiadores de produção artística e cultural, tanto para circulação interna, com a realização de mostras, seminários e festivais, quanto externa, com atuação em escolas públicas e com parceria direta de artistas e grupos artísticos das regiões. O projeto da universidade deve perpassar a construção de um projeto cultural que leva em conta a extensão na área da cultura, pesquisa e o fortalecimento dos cursos, para pensá-las, inclusive, como espaços culturais abertos a toda comunidade. Elaborando um plano estruturado, consistente e alinhado com os Planos Nacionais de Educação e de Cultura, com ações que já são desenvolvidas e ações inovadoras. Trabalhando os saberes no âmbito da universidade possibilitando o acesso da comunidade e os saberes da comunidade para a universidade. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

4. Programas de Esporte para a Qualidade de Vida da Comunidade Acadêmica

4.1 Realização da Olimpíada Universitária a cada 2 anos, projeto este que já acontecia na universidade e que está esquecido. Implementação já para o próximo ano de 2018.

4.2 Fomentar e implementar projetos de extensão em todos os Câmpus com programas de atividades físicas e culturais como: (saraus, concurso de poesias, apresentações culturais, exposições, palestras motivacionais, etc.) Estes projetos e ou programas devem envolver os três segmentos tanto na elaboração como da implantação de tais ações. Implementação em até 2 anos.

5. Fortalecimento da extensão Universitária

5.1 Criar políticas que visem o fomento da extensão universitária como:

- Buscar parcerias com outras instituições, empresas, para desenvolvimento de projetos de extensão;
- Implantar um Centro/Setor que facilite o oferecimento de cursos de extensão voltados à comunidade acadêmica e comunidade externa. Atraindo e dando visibilidade à instituição. Como exemplo, cito o Projeto UNIPOP / Sinop, que oferece cursos diversos como: inglês básico, matemática, libras, violão, artesanato, etc. Estes cursos seriam todos

gratuitos e oferecidos por voluntários, sendo a UNEMAT a certificadora e responsável pelo oferecimento dos espaços institucionais;

- Criação de centro de línguas para ensino/aprendizagem de idiomas.
- Elaboração de normatização para a cobranças de atividades desenvolvidas na extensão, ex: eventos, cursos de qualificação, prestação de serviços, via empresa júnior;
- Participação dos PTES em projetos de Pesquisa, Extensão, Cultura e outras em até 10 horas semanais, que serão contabilizadas para a carga horária total de 40h.

*Essas políticas devem ser criadas e implementadas em até 2 anos após estudos e análise da viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

6. Prestação de Serviços/Empresa Júnior/Incubadoras de Empresas/Ligas Acadêmicas

6.1 Criar políticas de regulação e implantação da empresa júnior, buscando parcerias com o setor privado para a implementação com equipamentos necessários para desenvolver estudos e prestar serviços, regulamentando as formas de cobrança pelos serviços prestados. Essas ações trariam um maior envolvimento da sociedade com a universidade bem como proporciona profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho. Quando - implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos.

Para desenvolver as atividades dessa área, propõe-se possibilitar que os PTES atuarem como colaboradores (coordenador, membro, equipe) em Projetos de Extensão e Cultura. Os técnicos atuando como colaboradores nos projetos de extensão e cultura fortalecem estes eixos estruturais na Universidade de maneira que torne as unidades regionalizadas locais atrativos para os acadêmicos diminuindo o número de evasões e aproximando cada vez mais a instituição de seu papel formador multicultural.

Do mesmo modo, propõe-se possibilitar que os PTES possa dedicar 10 (dez) horas semanais de sua carga horária de trabalho para participar como Coordenador dos projetos de Extensão e Cultura, regulamentando a disposição de 10h (dez horas) semanais da carga horária de trabalho dos PTES para dedicação exclusiva a projetos de Ensino, Extensão e Cultura, entre outros, considerando as especificidades de atuação desse servidor na educação e, dessa forma, a contribuição desses para o ato educativo e o desenvolvimento Institucional, considerando-se, ainda, a missão da Universidade e a realização profissional destes servidores.

Considerando as especificidades de atuação PTES, para além do cargo que ocupa, suas aptidões e as múltiplas possibilidades de saber desenvolvidas através da qualificação profissional, considerando a realização profissional destes servidores e, ainda, considerando-se a missão da Universidade que é “oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural, contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e compromissados com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática”(PEP-UNEMAT, 2015-2025). Entendemos que se faz necessário a disponibilização dessa carga horária tendo

em vista a necessidade de planejamento das atividades a serem desenvolvidas, principalmente quando se tratar de ação a ser desenvolvida em ambiente de trabalho diferenciado daquele onde exerce sua função, de forma a não prejudicar o bom andamento do trabalho no setor de origem.

Ações importantes nessa área podem ser implementadas pela criação de uma política de oferta de cursos pré-vestibular nos câmpus, possibilitando a atuação de acadêmicos como monitores (estágio supervisionado), e aproximação com a comunidade externa. A oferta dos cursos pré-vestibulares é uma ação extensionista que oferece à comunidade o capital intelectual produzido dentro da universidade, uma vez que as aulas dos cursos pré-vestibulares serão ministradas por servidores da instituição (professores e PTES), e seria possível capacitar os acadêmicos para enfrentar o mercado de trabalho, uma vez que estes atuarão como monitores do projeto. A proposta é de que inicialmente o curso seja oferecido para a comunidade mais carente, comprovado no seletivo, e sendo assim, a universidade contribuiria para a entrada do estudante do curso pré-vestibular na universidade. O curso pré-vestibular seria avaliado constantemente, visando verificar se o curso oferecido fez diferença na pontuação adquirida pelo candidato no vestibular.

O fortalecimento das ações relacionadas à formação de professores indígenas no estado de Mato Grosso depende da pesquisa, além das atividades de ensino e extensão que vem sendo desenvolvidas. Nesse sentido, com a implantação do laboratório de fonética, centro intercultural de línguas e o museu oral de línguas e culturas indígenas, estruturação da biblioteca do câmpus com bibliografia atualizada na área de educação escolar indígena, vão contribuir consideravelmente para a formação de professores, ao diagnosticar e revelar dados sobre a realidade social, cultural e educacional para implementar propostas curriculares adequadas aos níveis de ensino e aos interesses das comunidades indígenas; ao elaborar projetos de pesquisa e levantamento de informações sistematizadas em área de formação específica e ao elaborar e utilizar materiais didáticos específicos para uso nas suas escolas.

Todas essas proposições estão respaldadas na Resolução CNE/CP 1/2015, ao destacar, em seu artigo 3º, parágrafo IV, que um dos objetivos da formação de professores indígenas em nível superior é o de “fomentar pesquisas voltadas para as questões do cotidiano escolar, para os interesses e as necessidades culturais, sociais, étnicas, políticas, econômicas, ambientais e linguísticas dos povos indígenas e de suas comunidades, articuladamente aos projetos educativos dos povos indígenas”. (p.12).
Outro aspecto importante que não podemos deixar de destacar aqui é a implementação de políticas de tradução e publicação de bibliografia clássica na área indígena, inclusive, uma das diretrizes instituída pela resolução já citada anteriormente. Em seu artigo 3º, parágrafo V, destaca o seguinte: “promover a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme a situação sócio linguística e as especificidades das etapas e das modalidades da Educação Escolar Indígena requeridas nas circunstâncias específicas de cada povo e comunidade indígena”. (p.12) Portanto, a resolução vem, mais uma vez, reforçar o que expomos acima.

EIXO 5 – GESTÃO

1. **Remoção por vontade do servidor atendendo a demanda de outros *Câmpus,* mediante a disponibilidade de vagas.**

A solicitação de remoção de servidores entre os *Câmpus* da Unemat se dá pela necessidade de melhoria e bem-estar profissional e pessoal dos mesmos. É necessário flexibilizar essa mobilidade que acontece entre *Câmpus*, com mesmo CNPJ, uma vez que o servidor comprovar a existência de vaga e autorização da remoção pelo Câmpus de origem, reduzindo a burocracia com viagens para realização de perícia, pois nem todas as cidades contam com este serviço, conforme exigido na INSTRUÇÃO NORMATIVA nº002/2017.

As proposituras do eixo de gestão justificam-se na organização e interna e na implementação de políticas institucionais com vistas a garantir o processo de execução e autonomia administrativa. Assim, quando tratamos do estabelecimento de membros natos nos colegiados e conselhos (UNEMAT, 2012) verifica-se a necessidade em razão da garantia do membro eleito (coordenador, diretor) ter voz no processo de discussão das políticas acadêmicas que o mesmo, temporariamente, está executando.

Também a participação em dois órgãos colegiados regionais se vê necessário pela estrutura acadêmica dos câmpus, visto que algumas unidades não possuem condição de compor seus 3 colegiados (curso, faculdade e regional) e a discussão das políticas institucionais nas 3 esferas ficam prejudicadas.

Verificou-se ainda que a diferenciação dos mandatos de Diretor Administrativo (DURA) e Diretor Político Pedagógico Financeiro (DPPF) quanto ao seu período resta prejudicada pelo motivo de que todos os planejamentos efetuados por estes gestores encontram choque na sua execução, por entenderem diretrizes e políticas para o câmpus de maneira diferenciada, seja entre os DURA e DPPF, seja na troca do DURA com a permanência do mesmo DPPF. Assim é necessária a unificação dos mandatos, com mesmo período de planejamento e que os dois eleitos possuam objetivos e propostas gerenciais que se alinhem em mesma direção para as ações que não estejam propostas no planejamento da unidade.

Outra das necessidades eminentes e a inclusão do escritório de representação na estrutura administrativa da Universidade para que seja dado flexibilidade a lotação de servidores e gestores naquela unidade, bem como, possam ser dadas condições de atendimento a demanda de todos os câmpus no desenvolvimento de suas ações. A fixação e modernização de um escritório de representação na capital, inclusive com seu papel para além do agente administrativo, mas também para o agente político, vem ao encontro da ratificação da Unemat como agente partícipe e transformador da sociedade do estado de Mato Grosso.

Ainda a adequação da carreira técnica (MATO GROSSO, 2008c) é necessária com vistas aos cargos que compõe o quadro de profissionais técnicos. Hoje o ingresso é realizado em sua grande maioria (85%) por profissionais com requisitos de nível médio para a execução ode atividades administrativas burocráticas, porém, a inovação e as transformações da sociedade exigem que os profissionais que ingressem na

Unemat tenha um perfil pré-determinado de acordo com as necessidades institucionais, porém, o tratamento genérico dado aos cargos de nível médio traz prejuízo não só para a universidade, mas também para o próprio profissional, que por muitas situações encontra-se insatisfeito com a atuação técnica em área diversa de sua formação profissional. A busca pela adequação de área de atuação dos profissionais que já compõe o quadro é necessária como política de gestão de pessoas, porém, a universidade deve se modernizar quanto às exigências dos profissionais ingressantes em seu quadro técnico afim de que os mesmos possam atuar diretamente com sua área de formação.

Por fim, cabe esclarecer que a gestão da Unemat promove constantemente o aprimoramento de sua organização administrativa e pensando na estrutura administração pública e no princípio da eficiência, a atribuição de defesa da autonomia universitária deve ser atribuída a um órgão específico, evitando que essa defesa seja realizada de forma difusa, sem organização e especialização. Nesse sentido o eixo gestão também propõe a regulamentação e estruturação de um órgão, dentro da estrutura da Unemat, com a atribuição de zelar pela defesa judicial e extrajudicial da instituição e, por consequência, da sua autonomia universitária, com funções, direitos e deveres semelhantes a uma Procuradoria Jurídica.

Outro aspecto é a melhoria da comunicação e sua relação com a Graduação (Eixo I), Pesquisa e pós-graduação (Eixos II e III), Extensão e Cultura (Eixo IV), Política estudantil (Eixo VI):

Os resultados do processo de autoavaliação institucional da Unemat (2013-2015) evidenciaram que a comunidade acadêmica apontou como uma das fragilidades da IES a comunicação deficiente entre universidade e população, seja porque a instituição não tem meios ou veículos de divulgação viáveis para esse serviço, ou porque a divulgação acontece de forma equivocada ou insuficiente.

Entretanto, ao mesmo tempo, a boa imagem da universidade pela comunidade externa foi um item avaliado como positivo. Parece-nos uma contradição entre as opiniões o fato de a imagem institucional ser positiva, apesar de sua divulgação deficiente. Uma possível explicação é apontada no próprio relatório de autoavaliação:

A imagem considerada positiva pelos respondentes refere-se à Unemat como uma IES que atende a uma demanda social de ensino superior de qualidade [...], porém os serviços e projetos ofertados pela instituição que podem atender à população externa, é que não a atingem, não são do conhecimento do total ou da grande maioria dessa população, ou seja, a imagem positiva é uma imagem histórica, que não se atualiza e não atende de maneira mais plena os anseios e necessidades da comunidade na qual está inserida (UNEMAT, 2015a, p. 22).

Já a falha e/ou a falta de divulgação das decisões dos respectivos órgãos colegiados, apontada na Avaliação Institucional, dificulta o conhecimento da íntegra das decisões e, consequentemente, sua aplicação na vida acadêmica. Esses problemas contribuem para uma sensação de falta de transparência nas decisões dos respectivos órgãos e necessitam ser discutidos e solucionados. Vê-se aqui, como uma política de comunicação voltada ao maior diálogo com comunidade interna relaciona-se diretamente à Gestão **(Eixo V)**.

Outro ponto frágil apontado no relatório (UNEMAT, 2015a), também no que tange à comunicação/divulgação, é a falta de discussões que envolvam os resultados

do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e da própria Avaliação Institucional. Esse retorno deficiente dos resultados de processos avaliativos acabaria por ocasionar, de um lado, baixa adesão da comunidade acadêmica aos processos de avaliação institucional e, de outro, descompromisso e desconhecimento, por parte dos três segmentos que compõem a universidade, sobre os objetivos do processo avaliativo e seus resultados pela instituição. Tal discussão insere-se nas problemáticas da Graduação **(Eixo I).**

Essa mesma fragilidade, a comunicação deficiente entre universidade e população, também aparece no relatório de recredenciamento da Unemat, quando se recomenda a expansão dos meios de comunicação com a comunidade interna e externa, dando mais efetividade no diálogo com a comunidade. “Deve-se buscar uma maior e melhor aproximação e atualização com toda a sociedade interna e do entorno” (UNEMAT, 2015a, p. 23).

Vê-se que, na avaliação da comunidade acadêmica, a comunicação institucional da Unemat precisa ser dinamizada para melhor difundir a imagem da instituição e, ao mesmo tempo, fortalecer o diálogo com os públicos internos e externos.

De acordo com relatórios de subsídio ao Planejamento Estratégico Participativo (UNEMAT, 2015c), avaliaram-se como fragilidades internas, dentre outros aspectos: 1) Orçamento e Finanças: falta de transparência; 2) Infraestrutura: falta de comunicação (Internet, Multimídia, Sistemas); 3) Inovação tecnológica: falhas na divulgação/publicação de pesquisas; 4) Discentes: baixa integração acadêmica, falta política de integração do calouro/alunos à sociedade; 5) Gestão: percepção de centralização das decisões, falta de diálogo entre os setores, falta de divulgação cursos/atividades e percepção de falta de transparência[5].

Por outro lado, é importante enfatizar que essa mesma comunidade avaliou como positiva a instalação de uma gestão democrática, empenhada na solução de problemas, na implantação de processos para o aumento da transparência e na concretização de ações de planejamento (UNEMAT, 2015c).

Com relação às dimensões do ambiente externo (UNEMAT, 2015d), o documento enfatiza como fraquezas: a imagem desgastada da Unemat, a baixa participação institucional no cenário político local e estadual, a falta de valorização da IES pela comunidade, ausência de vínculos culturais da Unemat com a sociedade e falta de apoio da sociedade à Universidade. Já com relação às forças no ambiente externo, são apontados: reconhecimento da qualidade da instituição por parte da sociedade, força política da instituição, integração IES e sociedade, única universidade estadual, credibilidade da comunidade em relação à qualidade do ensino ofertado.

No Planejamento Estratégico (2008) e no Relatório de Autoavaliação Institucional (2015a), a imagem da Unemat é vista como uma força. Já no PEP (2015), esta é entendida como uma fraqueza, por estar desgastada. Apesar das fragilidades, foram considerados como pontos fortes a existência de profissionais qualificados, comprometidos com a instituição e com a pesquisa, além do bom relacionamento entre eles. Essa percepção é bem distinta da representação do funcionário público como desinteressado, ausente e desqualificado para o cargo. Entretanto, evidencia-se

[5] O recorte acima privilegiou somente os aspectos relativos às diferentes funções que podem ser atribuídas à comunicação institucional integrada (UNEMAT, 2015c).

a necessidade de sua maior interação com a sociedade. Entre os princípios referendados pela comunidade acadêmica (PEP 2015-2025), insere-se a readequação da visão da Unemat, assim definida: Ser uma instituição multi-câmpus de excelência em ensino, pesquisa, extensão e gestão com reconhecimento nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento e disseminação do conhecimento.

Vê-se a inserção da dimensão "contribuição para a disseminação do conhecimento" pode ser entendida como fortalecimento de todas as atividades que proporcionam a disseminação científica. Na perspectiva da Comunicação Institucional, a preocupação com a disseminação do conhecimento, referendada nos pilares estratégicos da Unemat, aponta uma grande mudança de perspectiva e sinaliza a abertura de possibilidades para estruturação de planos e políticas de divulgação científica para a instituição. A Difusão da C,T&I, possibilitada por meio de ações da Comunicação Científica e Jornalismo Científico, insere-se em temáticas pertinentes à Pesquisa e Pós-graduação **(EIXOS II e III),** assim como à Extensão e Cultura **(Eixo IV).**

De acordo com o artigo 3º do Estatuto da Unemat (UNEMAT, 2012), são fins dessa universidade, dentre outros:

- Garantir a ambiência para produção e a difusão do conhecimento através do ensino, da pesquisa e extensão em suas diferentes modalidades e formas de promoção;
- Promover a extensão, aberta à participação, numa relação dialógica com a sociedade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;
- Oferecer serviços de radiodifusão sonora e imagens, sem finalidade comercial, com fins exclusivamente educativos e culturais (Adaptado de: UNEMAT, 2012, p. 2-3.)

Nota-se que a difusão do conhecimento, possibilitada por meio de diferentes formas e modalidades, os constantes diálogos com a sociedade, visando à divulgação das conquistas, das pesquisas científicas e a oferta de serviços de radiodifusão educativos e culturais constam como finalidades primordiais da Unemat. Dessa forma, é correto afirmar que a difusão científica, por diversos meios e canais, já está prevista no Estatuto da Unemat como sua razão de ser.

A comunicação na estrutura organizacional da Unemat (Eixo V- Gestão e Eixo VII- Política de Financiamento):

Apesar de conter algumas defasagens temporais, trazemos aqui o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2008-2014) para análise sobre a regulamentação da Comunicação Institucional na Unemat, por considerá-lo o único marco regulatório das políticas de comunicação na instituição, na medida em que não há nenhum outro mecanismo legal interno que respalde e/ou defina as funções, meios, métodos, atribuições específicas para o setor de Comunicação, somente existindo alguns aspectos normatizados em distintas resoluções internas.

Conforme o PDI da Unemat (UNEMAT, 2008), todas as estratégias de comunicação e/ou divulgação das ações desenvolvidas na IES ficam sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação, setor ligado à Reitoria. A divulgação científica e socialização do conhecimento também são definidas como metas a serem

atingidas pela IES, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, para o período 2008-2014.

Socializar conhecimentos e serviços prestados, por intermédio das diversas modalidades de extensão universitária, contribuindo para o desenvolvimento social e humano (UNEMAT/PDI, 2008, p. 45). Entretanto, devido a suas características como descentralização administrativa, financeira e estrutura multicâmpus, as ações de divulgação das pesquisas, circulação e disponibilização de dados, informações e socialização dos conhecimentos foram fortemente marcadas pelos imperativos geográficos e ambientais, conforme consta no PDI 2008-2014.

No processo de expansão da Unemat, a comunicação aparecia como um dos maiores desafios à Instituição, pois não se conseguia implementar uma política de comunicação capaz de suprir as necessidades de uma estrutura multicâmpus, espalhada por um Estado de proporções territoriais gigantescas (UNEMAT, 2008, p. 163). Vê-se que a preocupação com a comunicação interna e implementação de uma política de comunicação que respondesse a esse gigantesco desafio já prefigurava nos documentos institucionais produzidos no ano de 2008. Entretanto, até dias atuais esse delineamento estratégico para a comunicação ainda não saiu do papel.

À época, previram-se estratégias e meios para dinamizar a comunicação institucional. De acordo com o referido documento, uma das primeiras medidas foi tornar a Unemat provedora de serviços da internet e intranet, a partir de uma central de TI instalada em Cáceres, município onde funciona a Sede Administrativa. Nesse cenário, o Portal Institucional (www.unemat.br) foi previsto como canal de comunicação com distintos públicos, internos e externos.

O PDI enfatiza o uso do (www.unemat.br) como canal de informações e dados corretos, qualificados e atraentes, importantes na construção de uma imagem institucional. Já para seu uso como plataforma de interação entre interlocutores, o portal hospedaria plataforma de intranet, no sentido de comunicação administrativa, com sistemas acadêmicos e de gestão, além de possibilitar o diálogo de pesquisadores em distintos câmpus da Unemat e com outras instituições. Interessante destacar, também, que o PDI prevê a existência de um profissional de comunicação em cada câmpus, principalmente nos maiores, que seria responsável por observar, organizar e enviar as informações para a assessoria de comunicação central em Cáceres, visando publicação nos meios institucionais.

Tal proposição de composição de equipe multicâmpus não foi concretizada até os dias atuais (2017). A própria equipe lotada em Cáceres fica responsável pela cobertura jornalística dos 13 câmpus e núcleos pedagógicos espalhados por todo o estado, com exceção do câmpus de Alto Araguaia, que comporta um curso de Bacharelado em Comunicação Social e dispõe de um profissional jornalista, designado também para assessoria de comunicação da unidade regionalizada. Vale lembrar que esse curso está em fase de transição para o câmpus de Tangará da Serra sem ainda uma definição sobre a transferência desse profissional jornalista. A atual estrutura organizacional da Unemat (UNEMAT/CONSUNI, 2012) prevê que a Comunicação Institucional esteja subdividida em dois setores distintos: 1) Supervisão de Imprensa, vinculado à Chefia de Gabinete e não diretamente à Reitoria da Universidade, cargo ocupado por um Profissional Técnico Administrativo, jornalista concursado e 2) um

cargo de Assessor de Comunicação, vinculado diretamente ao reitor, que deve ser ocupado exclusivamente por um profissional da carreira docente.

Essa determinação de ser um professor no cargo de Assessor de Comunicação é um contrassenso, uma vez que o trabalho de comunicação é de assessoria técnica, devendo ser ocupada estritamente por profissional de nível superior na área, devidamente concursado, assim como o é a Assessoria Jurídica, por exemplo. Esse cargo exercido por docentes nunca foi ocupado por profissionais da área de Comunicação, sempre de outras áreas do conhecimento. Contrapõem-se a essa situação administrativa, o fato do quadro de pessoal da Supervisão de Imprensa ser composto por profissionais concursados especificamente para a área de Comunicação, sendo cinco jornalistas, dois cinegrafistas, além de um Agente Universitário, responsável pela Rádio Web. O quadro profissional possui qualificação em nível de doutorado, mestrado em especialização na área em que atuam.

Outro aspecto que merece ser destacado sobre a estrutura administrativa é que, apesar desse vínculo com a instância gerencial superior, a Assessoria de Comunicação não goza de autonomia financeira e sequer possui previsão orçamentária anual, o que dificulta o planejamento a médio e longo prazos de suas ações. Essa falta de planejamento financeiro/orçamentário para as ações de comunicação reflete diretamente no planejamento de ações de divulgação/comunicação, por exemplo, de concursos vestibulares e das pós-graduações da Unemat.

De acordo com dados da Coordenadoria de Concursos e Vestibulares (UNEMAT, 2016), o público atendido por essa universidade é constituído, em sua maioria, por candidatas do sexo feminino (quase 58% do universo) com faixa etária entre 18 e 24 anos (63%). Do total, mais de 73% concluíram o Ensino Médio em escolas públicas. Dentre os entrevistados, 78% têm renda familiar de até três salários mínimos. Com relação aos hábitos de uso de mídia, grande maioria declarou ser a internet o meio de comunicação mais utilizado (65,89%), seguido de televisão (24,1%), jornal (2,88%), livros (2,65), rádio (1,57), revistas (1,42) e outros (1,49). O percentual de 61,54 utiliza computador diariamente. Tais dados já estão defasados e precisam ser mais bem investigados, principalmente considerando-se a grande penetração das mídias sociais e a comunicação em dispositivos *mobile* (tablets e celulares).

Quase não há investimentos em publicidade para alcançar esse jovem, nos locais onde estão dialogando e consumindo informações. Os principais canais de relacionamento da Unemat com o vestibulando são o que denominamos “Mídia espontânea”, isto é, o que a assessoria de imprensa consegue divulgar espontaneamente (gratuitamente) nos veículos de comunicação tradicionais, como jornais e TV, além do Facebook que começa a ser dinamizado.

A Unemat mantém, como seu principal canal de comunicação institucional, o site (www.unemat.br), abastecido de notícias, fotos e vídeos pela equipe de comunicação. Além do Portal, a Universidade relançou, em 2015, o impresso Unemat Comunica, ambos utilizados como veículos de comunicação para a comunidade interna e externa. Dentre novas iniciativas, está sendo construída uma revista com conteúdo científico, denominado Eureka, ainda não lançada.

A Unemat não tem política de uso e conduta nas mídias sociais. A IES mantém perfis no Facebook, Twitter e YouTube, entretanto, não há definição e planejamento do conteúdo e delimitação de temas de interesse a serem postados. Desde abril de

2016, a Universidade realinhou a sua conta no Facebook e vem investindo em produção de conteúdo específico e exclusivo para esse canal, alcançando respostas positivas na plataforma. Podendo citar, por exemplo, a campanha do Vestibular 2017/2, que, em uma única postagem, obteve 485.612 pessoas alcançadas, das quais 3.689 compartilharam o conteúdo, 2.155 comentaram e 2.765 curtiram/reagiram à publicação. A despeito desses números expressivos e de seu público ter declarado se informar sobre temas relativos ao C&T, prioritariamente, pela internet, a Instituição ainda não prioriza esse canal de relacionamento. Atualmente, dois profissionais ficam responsáveis por alimentar essas mídias, mas não são dedicados exclusivamente para tal atividade.

Cabe destacar que a análise inicial dos veículos institucionais de comunicação permitiu-nos levantar alguns aspectos importantes. Nota-se que a Unemat não possui canais segmentados conforme públicos com quem visa dialogar. Como não há definição de *stakeholders* ou das ações de comunicação, a produção jornalística é feita de forma intuitiva, muitas vezes, em atendimento a demandas imediatas.

Outro ponto a ser destacado é que, apesar de reunir grande número de doutores e alavancarem a pesquisa no estado, não ocupa lugar relevante em pautas sobre CT&I na mídia estadual. Foi realizado mapeamento sistemático nos dois maiores jornais de circulação diária no estado, A Gazeta e Diário de Cuiabá. O que se depreende das análises sobre esses veículos é o restrito espaço ocupado pela Universidade na superfície impressa, priorizando-se, muitas vezes, matérias sobre pesquisas desenvolvidas em empresas privadas. Há o espaço, entretanto, não está sendo ocupado pelas instituições públicas.

Podemos apontar que a redefinição de canais, adequação da linguagem e busca de aprimoramento de relacionamento com a mídia e distintos *stakeholders* podem contribuir para abrir um pouco as páginas desses veículos às relevantes pesquisas desenvolvidas nas IES. Mais ainda: será necessário verificar se existe um processo contínuo, sistemático, competente de relacionamento, fugindo à tentação de confundir a comunicação em seu sentido abrangente com os canais que a instrumentalizam.

A Unemat está iniciando a divulgação científica e ainda não consolidou diretrizes para a própria comunicação institucional, de forma sistemática e estratégica. Entretanto, vê-se um novo delineamento da gestão, com foco na divulgação científica, o que muda a prioridade da comunicação. Tal realinhamento de diretrizes de comunicação pode provocar mudanças de mentalidade e, em última análise, de cultura organizacional.

É possível notar, nessa instituição, um contexto interno favorável para o desencadeamento de um processo de discussão mais amplo e profundo. Para tanto, é importante garantir mecanismos para que isso não ocorra de forma passageira, mas que se insira nos processos internos de forma a institucionalizar ações e políticas para a comunicação. Pois, como se sabe, na Administração Pública, uma nova gestão pode mudar completamente a orientação e percepção da relação da comunicação com seus públicos e, dessa forma, descontinuar projetos e ações.

Nesse sentido, o entendimento estratégico da comunicação não pode ser apenas um indicativo de boa vontade da organização para com os públicos, mas sim, um compromisso de mudança em termos de relacionamento com os *stakeholders*.

Desse modo então, passa-se a considerar, das proposições feitas, que como o Congresso Universitário é a instância que define as políticas macroestruturais da Unemat e é composta pela representação paritária da comunidade acadêmica (Docente, Técnico e Discente) e com participação também da sociedade externa. Entendemos ser de suma importância a Universidade promover na atualidade, melhorias institucionais, sendo que a relevância teórica e prática e às razões para a implantação das ideias apresentadas e que estão separadas por eixos temáticos, sintetizam os principais aspectos abordados pelos proponentes.

Salientamos que os resultados das discussões que serão analisadas e confrontados com as demais propostas darão corpo, forma e amadurecimento para todas as demais proposituras, ou seja, estamos abertos às discussões e não pretendemos aqui engessar ou eternizar alguma ideia que possa ser melhorada coletivamente.

Um ponto do Estatuto da Unemat que precisa ser modificado para dar mais isonomia entre os câmpus e as Unidades Regionais é o Título II que trata da Organização Institucional em suas seções III e IV que regem o CONSUNI e o CONEPE. É de substancial importância para o bom desenvolvimento das unidades regionais garantir entre elas o equilíbrio na tomada de decisões e que os membros dos Conselhos tenho real conhecimento e domínio dos pontos a serem deliberados por estes Conselhos Superiores.

Assim, propõe-se que todos os Diretores Políticos Pedagógicos e Financeiros (DPPF) dos Câmpus Universitários sejam membros natos do CONSUNI. Recomenda-se que para o segmento dos Profissionais Técnicos da Educação Superior (PTES) que os Diretores de Unidade Regionalizada e Administrativa (DURA) também sejam membros natos. Bem como seja revista a possibilidade de docentes interinos se candidatarem a vagas dos Colegiado de Curso e cargos de gestão como Coordenador de Curso e Assessoria Pedagógica quando não houver docentes efetivos disponíveis para ocupar estes cargos.

Em nível de Gestão Acadêmica, os gestores têm que investir na nossa infraestrutura de internet e de seus recursos humanos. Atualmente a Unemat, nos cursos à distância, já faz uso de um Ambiente Virtual de Aprendizagem além deste ambiente também é disponibilizado à Unemat através da plataforma GOOGLE um aplicativo (Classroom) no qual os docentes podem criar uma sala de aula interativa com os acadêmicos regularmente matriculados em suas disciplinas, deste modo, aprecia-se que a infraestrutura básica já existe, mas o gargalo se encontra na disponibilidade de profissionais técnicos para gerir as demandas destes sistemas e garantir a formação dos docentes para aplicar estas ferramentas com o máximo de eficiência.

O estabelecimento de uma política voltada para a qualidade de vida e valorização profissional, pode gerar um melhor desempenho de atividades, considerando a satisfação do servidor em sentir bem em seu ambiente de trabalho, bem como o fato dele saber que está sendo útil ao apresentar para a instituição algo além daquilo que faz rotineiramente.

Outro ponto importante dentro desse tema é a criação e a realização de um convênio de seguro de vida para os servidores além de possibilitar a melhoria da

qualidade de vida, poderia diminuir o número de servidores afastados por problemas de saúde, ou mesmo a diminuição de desvios de função.

Considerando a existência de unidade da Universidade do Estado de Mato Grosso, cujas instalações sejam fora do perímetro urbano e que não disponha de transporte coletivo, sugerimos a proposta de que a instituição mantenha o transporte dos servidores até esta unidade, visando o bom funcionamento e atendimento da instituição e a valorização a vida, visto que há que considerar-se existência de riscos oferecidos pela distância e pela trafegabilidade em rodovias. Observe-se que esse transporte já acontece e o que propomos é a garantia da permanência desse benefício aos servidores.

Considerando os aspectos acima abordados, considere-se

1. **Criação de uma equipe ou grupo de profissionais para a reestruturação da organização da instituição como:**

1.1 Adequação do organograma da Unemat, alterando as estruturas locais de forma que apresentem uma estrutura padrão para todos os câmpus, seguindo o modelo da estrutura do câmpus que possuir o maior número de chefias e assessorias (Cáceres). Possibilitando assim maior isonomia para os servidores que muitas vezes desenvolvem trabalhos exatamente iguais em câmpus distintos e não têm os mesmos direitos, como nos casos de supervisores de recursos humanos ou financeiros por exemplo, que em alguns câmpus recebem DGA e em outros não;

1.2 Fusões das SAAs e Coordenações de curso criando a Secretaria Geral de Cursos, possibilitando: otimização dos recursos materiais e humanos, agilidade no encaminhamento de processos, melhoria na comunicação interna, entre outros. Essa reestruturação proporcionará melhora no atendimento a comunidade acadêmica e comunidade em geral, bem como facilitará o desenvolvimento das atividades administrativas, ficando o pedagógico a cargo da faculdade. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.

1.3 Manutenção das SAAs, no modelo atual, pois estão de acordo com a legislação, ficam independentes, pois possuem processos diferentes das coordenações dos cursos;

1.4 Reestruturação das faculdades; sendo uma faculdade por cursos de áreas afins com um diretor e um assessor pedagógico e dependendo da quantidade de cursos desta faculdade, definir 1 servidor a cada 3 cursos, pois como a universidade está implantando um sistema unificado de gestão acadêmica as atividades serão provavelmente menos morosas. Esta reestruturação proporcionará menos burocracia e um melhor acompanhamento das atividades fins da universidade. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.

1.5 Criação de faculdades das áreas afins na sede administrativa, com estrutura de 1 docente das áreas afins e equipe técnica qualificada.

1.6 Criação do setor de estágios, dentro da estrutura da Secretaria Geral de Cursos, sendo este responsável por buscar convênios e fazer o encaminhamento e acompanhamento dos estagiários; Este setor proporcionará um maior envolvimento com a sociedade, pois fará o marketing da universidade formando profissionais

qualificado de acordo com as exigências do mercado. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.

1.7 Mudança da Sede Administrativa para Cuiabá / Várzea Grande.

Considerando as características multi campi da Unemat, a centralização da sede administrativa se faz necessário para um melhor logística das atividades administrativas.

No que tange a reuniões de conselhos superiores, comissões, reuniões de diretores, coordenadores de projetos e eventos, todas as semanas acontecem várias reuniões com essas características, onde servidores deslocam-se de todos os câmpus para participarem. Com a sede administrativa na capital, as viagens poderiam ser menos desgastantes e em menor tempo, economizando assim recursos humanos e financeiros. Além do número de viagens diárias, que saem da sede em Cáceres, para tratar de assuntos administrativos em Cuiabá, gerando custos de diárias para os gestores e motoristas, deslocamento de veículos, combustível entre outros.

Também podemos citar a vantagem de estar mais próximo dos órgãos da administração do Estado, onde tramitam os processos administrativos da instituição, pois muitas vezes os processos levam um tempo considerável para serem enviados até Cáceres, analisados e depois despachados para Cuiabá, demandando serviços de entrega dos correios, o que pode em alguns casos gerar morosidade nos processos.

A universidade tem sido de grande importância para o desenvolvimento do estado, e essa importância traz uma aproximação maior entre a administração central da universidade e a administração estadual, sempre buscando contribuir nas políticas públicas e ações da administração estadual. Para isso é necessário contato direto e frequente com diversos setores da administração pública estadual. Fica claro que este contato pode ser facilitado e potencializado caso a administração central da universidade esteja fisicamente próxima dos órgãos de administração estadual. Nesse sentido é que propomos o remanejamento da Sede Administrativa da UNEMAT para a capital do estado.

Entre os muitos benefícios para instituição, pode-se listar a redução no número de viagens para reuniões com toda estrutura administrativa do Estado, todo o poder político, desde Deputados até o Governador; tornaria mais rápido e barato o acesso dos setores administrativos dos Câmpus com a Sede Administrativa, ao reduzir a viagem em 200 km para 84% dos Câmpus; com a proximidade com o Governo, a Sede Administrativa teria mais acesso e aumentaria sua articulação com políticas estaduais; melhor infraestrutura predial para atender as demandas da Universidade e facilitaria o acesso a transporte através de voos comerciais, trazendo economia e rapidez.

Faz-se necessário reorganizar a estrutura da Unemat acrescentando os câmpus e estes deverão ser vocacionados por área, de acordo com a região. ex: Nova Mutum é forte no agronegócio e indústria, os cursos do câmpus deverão ser voltados para o agronegócio e para a indústria. O fato do câmpus ser vocacionado, ajuda na formação de infraestrutura, pois o que atende um atende o outro também.

Reorganizar a universidade por pólos - (Pólo das engenharias - Pólo da saúde - Pólo das agrárias - Pólo das licenciaturas, etc.) Esses Pólos devem ser estruturados e regulamentado de forma a oferecer tanto ensino como pesquisa e extensão de qualidade, formando profissionais de excelência. Demais cursos ofertar nos formatos

EAD, Turma Fora de Sede e Parceladas, de acordo com a demanda e viabilidade, atendendo assim a demanda da sociedade. Em até 5 anos, após estudos técnicos quanto a viabilidade e legalidade, normatização e aprovação nos conselhos.

Também é importante a representação paritária em todas as instâncias decisórias da universidade como: conselhos e colegiados (33% cada segmento). Somente com a paridade teremos políticas pensadas e aprovadas por todos e para todos, pois da forma que está posto as políticas e ações da universidade são pensadas e aprovadas com a participação máxima dos docentes e participação mínima dos PTES e discentes.

Representante de pelo menos 01 conselheiro de cada segmento por câmpus no CONSUNI E CONEPE. Pois são dois conselhos decisórios importantes para toda universidade, são órgão onde se aprova as micros políticas de funcionamento de toda a universidade. Neste sentido cada câmpus tem suas particularidades. Como pensar e aprovar ações que condiz com a realidade de um câmpus se não há representantes do câmpus em questão? Assim, que os DPPF e DURA sejam membros natos do CONSUNI e Diretor de Faculdade membro do CONEPE.

Fundamental a capacitação dos servidores e padronização dos procedimentos realizados em todas as unidades. As padronizações terão que ser aplicadas e usadas e em caso de não cumprimento, os não executores serão responsabilizados. A capacitação deve acontecer periodicamente, pois as atividades do serviço público são regidas pela legislação e esta sofre alterações constantemente. A capacitação deve ser implementada pelas pró-reitorias, realizando cursos e seminários de capacitação e atualização. A padronização das atividades desenvolvidas em todos os câmpus deve ser organizada e implantada o mais breve possível. Deve ser realizado em pesquisa e verificação in loco para observar e relacionar como as atividades são desenvolvidas em cada câmpus. após este estudos, buscar profissionais qualificados na área, dentro da universidade e de acordo com a legislação realizar um documento padronizado das atividades da Universidade. Quando até 1 ano após estudo e verificação da viabilidade.

Há a necessidade de regulamentação de dedicação exclusiva com ações como:

- Somente para docentes que efetivamente estiverem desenvolvendo atividades de (gestão) ou (ensino + pesquisa ou extensão). Considerando que alguns docentes sem nenhuma atividade de pesquisa e extensão possuem Dedicação Exclusiva. Obedecendo assim a Lei Complementar 534 que diz que o docente em regime de trabalho de Tempo Integral em Dedicação Exclusiva terá as suas atividades **distribuídas** entre ensino, pesquisa, extensão e, eventualmente, gestão universitária.
- Que o docente volte para 20H automaticamente se não estiver participando e desenvolvendo ações em nenhum projeto de pesquisa e extensão, exceto aqueles que estão em cargo de gestão;
- Possibilitar também ao professor ser Dedicação Exclusiva se este tiver 20h aula em sala, ou seja, passar de 12h (atuais) para 20h em sala de aula, ser o professor auleiro;

E também é necessário regulamentar atividade meio (atividades administrativas e técnicas) e atividade fim (ensino, pesquisa e extensão) para que o professor ocupe função de gestor em cargo que tecnicamente e legalmente não há a

possibilidade de ser desenvolvido por um PTES, pois há um gasto excessivo na universidade quando o professor deixa a sala de aula e vai para a gestão. Pois além de se contratar outro professor no lugar deste, tem o valor do DGA a mais. Bem como não é pensado na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão - finalidade máxima da universidade - pois geralmente o professor é mestre e doutor, qualificado na área, o que proporciona um melhor conhecimento e aprendizado do acadêmico e o professor que é contratado nem sempre possui a mesma titulação, além dos projetos de pesquisa e extensão que o professor contratado não desenvolve. Implementar em: 1 a 2 anos após estudo e regulamentação e aprovação nos conselhos.

É preciso que os cargos de reitor e vice-reitor sejam ocupados por servidores efetivos das carreiras da Unemat, com titulação mínima de Mestre e tendo no mínimo 8 anos de Unemat sem interrupção, garantindo o direito de todos os servidores concorrerem a esses cargos com isonomia. Para isso, a mudança do estatuto para permitir a todos os servidores da Unemat, inclusive PTES se candidatem a esses cargos.

As Pró-Reitorias “fins” (ensino, pesquisa e extensão), sejam ocupadas por docentes efetivos de carreira / As Pró-Reitorias “meio”, sejam ocupadas por técnicos efetivos de carreira. Garantindo a participação dos PTES na gestão, principalmente nas Pró-Reitorias com perfil mais técnico, aproveitando a grande qualificação do corpo técnico da Universidade na gestão. Para isso, será necessário a regulamentação por parte dos Conselhos. As Pró-Reitorias devem continuar como estão hoje, porém, com a extinção da PRAE como Pró-Reitoria, transformando-a em Diretoria, dentro da PROEG.

A nomeação para Pró-Reitorias continuam sendo de livre nomeação, com exigência mínima de graduação. Definir um organograma mínimo para implementação de quaisquer estruturas: Núcleos, turmas fora de sede, turmas especiais, faculdades. Para garantir a execução dos serviços de forma adequada, regulamentar o que cada estrutura deve ter, para quando for implantá-la, e/ou adequar as já existentes. Regulamentação imediata, de quantitativo de servidores, estrutura de mobiliários, equipamentos, etc...

Que todas as assessorias, supervisões e diretorias ligadas às pró-reitorias sejam ocupadas por PTES, possibilitando que os docentes que ocupam esses cargos atualmente, realizem seus projetos de pesquisa e extensão, além das atividades de ensino com a qualidade que possuem. Realizar essa alteração imediatamente, possibilitando assim a diminuição nos gastos em folha, com contratos para substituição desses docentes que estão na gestão e melhorando a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que muitas vezes, os contratados que os substituem são muitas vezes graduados e aqueles que estão na gestão são mestres ou doutores.

Fazer um estudo de ocupação das funções das Pró-Reitorias, a fim de determinar quem ocupará cada uma das funções, com qual perfil e capacidade técnica. Elaboração de um funcionograma técnico, a partir do levantamento das atribuições executadas por cada servidor, que deve ser contrastada com as atribuições previstas em concurso, com o levantamento feito por cada servidor. Para que tanto a gestão, quando os servidores tenham muito claro suas atribuições. Nomear para isso, uma comissão, que fará a junção do de todas as atribuições levantadas.

Elaboração de um lotacionograma técnico que defina lotação mínima para cada unidade, respeitando a estrutura organizacional estabelecida no organograma, no momento da criação de novos cursos e estruturas criadas, esse lotacionograma seja seguido e respeitado. Implementação imediata através de estudos de uma comissão nomeada para essa finalidade.

Realizar um estudo de demanda tanto de PTES como de Professores, para garantir junto ao governo do estado concurso público. Sendo que a lei exige que a maioria dos serviços público devem ser executados por servidores efetivos e de carreira. O concurso também proporciona um quadro de servidores qualificados e engajados em prestar serviços de qualidade com eficiência e eficácia. Implementar já para 2018 concurso tanto para professores como para PTES.

Possibilitar a realização de concurso público pontual para suprir vagas oriundas de vacância por aposentadoria, morte e/ou exoneração.

Propõe-se definir quantitativo mínimo de pessoal para cada unidade regionalizada respeitando as estruturas existentes, e para a criação de novas. Na UNEMAT verificamos a existência de uma grande disparidade no quantitativo de servidores para atender estruturas semelhantes em diferentes unidades regionalizadas. Essa situação torna-se um problema quando essa disparidade causa deficiência na qualidade dos serviços prestados. Buscando uma solução para este problema sugerimos a definição de uma lotação mínima para cada unidade regionalizada, respeitando-se as estruturas existentes. Também sugerimos que esse levantamento de quantitativo mínimo de servidores seja obrigatório para criação de novas estruturas e/ou cursos de graduação e pós-graduação. Considere-se ainda:

1 Mudança da função de financeiro do DPPF para o DURA, ficando Diretor Político Pedagógico (DPP) e Diretor Administrativo e Financeiro (DAF). O DPP, ficará responsável pela parte política e pedagógica do câmpus e toda a parte administrativa e financeira será gerida pelo DAF. Implementado nas próximas eleições.

2 Manutenção do modelo atual onde o financeiro continua a ser do DPPF e o Planejamento do Dura e os dois trabalharem em conjunto, com a elaboração de normalização das funções.

3 Mandato de 04 anos para DURA, eleições para Reitoria, D.P.P.F e D.U.R.A sempre na mesma data e com mandato de 4 anos. (Eleição separada para cada diretoria, não em chapa). Visando um mandato com tempo mais adequado para um planejamento administrativo e sua execução.

Ainda sobre os processos eleitorais na Unemat, somam-se as seguintes proposições:

1) Manutenção da paridade dos votos no sistema eleitoral da UNEMAT.

Ao adotar o sistema eleitoral de voto paritário a UNEMAT fez prevalecer a equidade entre as categorias que compõe sua comunidade acadêmica. Essa equidade fortalece a democracia no ambiente universitário, pois garante que todas as categorias sejam ouvidas e levadas em consideração nos pleitos eleitorais. Por essas razões propomos a manutenção do sistema eleitoral paritário.

Proposta: *Alteração no modo de contagem de votos do sistema paritário, que deverá considerar as categorias de forma isolada, sendo eleito o candidato que possuir maioria simples em 2 dos 3 segmentos, e consequentemente será eleito por possuir 2/3 do colegiado eleitoral.*

O sistema eleitoral paritário utilizado atualmente permite que um dado candidato seja eleito obtendo somente maioria dos votos em uma categoria e não possuindo nem sequer a maioria dos votos válidos. Ao considerarmos a proposta de que o candidato para ser eleito deve possuir maioria simples em 2 dos 3 segmentos reforça que, de fato, ele seja eleito pela maioria.

2. Atuação dos servidores temporários, aprovados em processo seletivo, tanto professor como Técnicos:
    - Participação, com voto nos Conselhos e Associações para escolha de representantes como um todo;
    - Participação na formulação das políticas públicas da Universidade;
    - Participação na elaboração de Regimentos e Normas Institucionais;
    - Participação na elaboração de atividades da Comunidade Acadêmica.

Propõe-se também estabelecer para as Eleições Gerais a Manutenção do voto paritário para os três segmentos, Docentes, Técnicos e Discentes. Em continuidade ao movimento de democratização da Universidade, a defesa da continuidade do voto paritário visa ainda a união das categorias em prol da Universidade. A defesa dos servidores técnicos por aumento de cadeiras anularia a médio prazo a vantagem presente, visto que atualmente o número reduzido significa, sob o prisma do voto paritário, maior poder, porém este poder tem reflexo no menor número de cargos efetivos existentes, o que, é sabido, é insuficiente para suprir as demandas da instituição no suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão, estando longe de ser o número ideal para uma instituição sólida. Resolvendo um problema, resolve-se outro, dando força igual ou semelhante a ambas as categorias.

Ao estabelecer que o mandato da Diretoria de Unidade Regionalizada (DURA) seja de 04 (quatro) anos a proposta é de que as eleições de DURA E DPPF não apresentem composição de chapa e que não ocorra reeleição, propõe-se que a as eleições ocorram concomitantemente com as eleições para a Reitoria. Sugere-se que os mandatos que estão em andamento sejam estendidos como mandato tampão até as próximas eleições. A isonomia no prazo dos mandatos justifica-se pela necessidade de trabalho em conjunto de ambos os cargos, o que uma nova eleição em meio a um mandato do outro cargo pode vir a prejudicar algumas ações que necessitam de realização conjunta e de comum acordo entre os dirigentes.

Propõe-se que as Pró-Reitorias Meio sejam ocupadas pelos servidores efetivos da carreira, com titulação mínima de graduação para técnicos. Espera-se com essa ação uma melhor utilização dos recursos humanos da universidade, atualmente a UNEMAT conta com um quadro de profissionais técnicos altamente qualificados, com servidores graduados, especialistas, mestres e doutores, com experiência nas mais diversas áreas, e muitos com conhecimento da universidade podendo contribuir com o crescimento institucional.

Quanto à composição dos Conselhos, que seja paritária dos três segmentos nos Conselhos (CONEPE, CONSUNI e Colegiado Regional). A atual composição dos

Conselhos Superiores e Colegiado Regional representam o que normatiza a LDB (Lei 9394/96), e o que a presente proposta trás é a paridade, tanto nas eleições quanto nas composições dos principais Conselhos da Universidade, garantindo assim a isonomia e democratização dos processos. Lembrando que o item posterior sugere membros natos que devem contar para tal paridade, tanto servidores técnicos quanto docentes, sendo que a participação de DPPF e DURA como membros natos nos Conselhos (CONEPE, CONSUNI e Colegiado Regional).

Os conselhos superiores da universidade são responsáveis por aprovar politicas administrativas e pedagógicas em âmbito geral. Estas políticas, instruções normativas, resoluções, pareceres e designações devem ser executados em cada unidade regionalizada obedecendo aos trâmites e processos legais. Considerando os diretores regionalizados agentes executores destas ações, faz-se necessária a participação dos diretores administrativos e pedagógicos eleitos de cada câmpus no CONSUNI, CONEPE e Colegiados Regionais como membros natos (sem necessidade de eleição) para que possam discutir e embasar os assuntos pertinentes. Lembrando ainda que tais membros natos devem contar para a paridade dos conselhos.

Para a representatividade mínima de cada segmento, de todos os câmpus, nos conselhos superiores (CONEPE e CONSUNI), propõe-se possibilitar uma maior participação democrática nas decisões da UNEMAT, garantindo a isonomia entre os câmpus e a paridade entre os segmentos da comunidade acadêmica: Docentes, PTES e Discentes.

3. *Políticas de Qualidade de Vida e Valorização Profissional do Servidor*

3.1 Desenvolver políticas que motivem o servidor a desenvolver seu trabalho com qualidade e que o motivem a resgatar o ideal pela instituição, fazer com que o trabalho seja mais divertido e prazeroso. Políticas de qualidade e valorização devem fazer parte do cotidiano do servidor, como:

- Implantação de políticas de reserva de vagas específicas para os PTES nos programas de pós-graduação da Unemat;
- Criar um programa de acompanhamento dos servidores, visando a qualidade de vida e de melhorias nos ambientes de trabalho, tanto de infraestrutura como nas atividades do dia a dia. Com os resultados destes acompanhamentos, será possível identificar o que está tornando o trabalho algo desagradável, e com estes resultados promover as melhorias necessárias;
- Criação de equipe multiprofissional nos campi visando a qualidade de vida e valorização da comunidade acadêmica: docentes, PTES e discentes;
- Plano de Saúde e Seguro de vida para os servidores;
- Garantir transporte aos servidores lotados em unidades localizadas fora do perímetro urbano;
- Implantação de programas que visem qualidade de vida com ações como: ginástica laboral, palestras motivacionais, de saúde, a importância das atividades físicas e dieta alimentar saudável, cursos de aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas; programas que proporcionem um maior entrosamento de todos os servidores e familiares.

Essas políticas devem ser elaboradas a partir de estudos e visitas in loco para observar e acompanhar os servidores de cada câmpus. Implementar em até 2 anos após estudo, regulamentação e aprovação nos conselhos.

4. *Infraestrutura*

4.1 Criar políticas de atualização e modernização de toda infraestrutura da universidade promovendo ações como:

- Reestruturar a universidade por pólos ou áreas de conhecimentos, sendo que esses pólos sejam projetados e equipados de tal forma a atender as exigências que são necessárias para atender as atividades meio e fim da universidade;
- A infraestrutura administrativa estar sempre apta a atender as demandas do ensino, pesquisa e extensão;
- Um curso só poderá ser criado/funcionar após ter implantados a infraestrutura mínima para o seu funcionamento;
- Criar um novo organograma da UNEMAT e dos Câmpus redefinindo as hierarquias;
- Criação de um fundo de investimento fixo em infraestrutura (2% do total de repasse anual da universidade;
- Reformas e ampliação das redes elétricas de todos os câmpus;
- Criação de políticas de descarte de materiais de laboratório (químicas, biológicos);
- Aquisição de equipamentos modernos como computadores, quadro, datashow e demais equipamentos que são necessários tanto para o ensino a pesquisa e a extensão;
- Aquisição de mobiliário em geral para os câmpus de forma a tender as normas ergométricas do Imetro;
- Implementar programas e projetos de geração de energia solar em todos os câmpus;
- Elaborar e implantar projetos e ou programas que visem a aquisição de sistemas de ar condicionados em todas as salas tanto administrativas como pedagógicas de todos os câmpus;
- Reestruturação e adequação dos auditórios dos câmpus que já possuem e construção nos câmpus que ainda não possuem auditórios;
- Implantação de Vigilância eletrônica em todos as unidades;
- Reestruturação e ampliação das bibliotecas de todos os câmpus, com implantação de sistema de catracas; catalogação dos livros com a implantação de chips; locais iluminados naturalmente e bem ventilados para uso individual e em grupo de locais de estudo; disponibilização de mais terminais para consulta de obras e plataformas virtuais; capacitação dos servidores da biblioteca para prestarem atendimento quanto o uso e consulta das plataformas virtuais.
- Melhorar a qualidade da internet em todas as unidades, com acesso liberado para os acadêmicos.

Todas essas ações devem ser projetadas, com estudos da viabilidade social e econômica. Implementar em até 5 anos, regulamentação e aprovação nos conselhos.

Para uma readequação do Organograma atual, propõe-se definir que apresente uma estrutura organizacional padrão para todos os câmpus, o principal propósito deste modelo estrutural é apresentar a hierarquização e as relações entre os diferentes setores da organização, estabelecendo um organograma mínimo para implementação/execução de quaisquer estruturas que a UNEMAT tenha ou crie. Como uma ação de valorização da categoria técnica sugere-se que as Supervisões, Assessorias e Diretorias ligadas às Pró-Reitorias sejam ocupadas por PTES, vislumbra-se com esta ação um melhor desempenho dos diversos setores da Reitoria.

O organograma institucional deve ser uma ferramenta que sirva para ajudar a esclarecer dúvidas sobre a organização da instituição, tanto para comunidade interna que compõe a Universidade, como a comunidade externa.

Ao mesmo tempo propõe-se readequar o Funcionograma Institucional, a partir do levantamento das atribuições executadas por cada servidor, que deve ser contrastada com as atribuições que devem ser previstas em concurso futuro, com o levantamento feito por cada unidade de trabalho juntamente com os servidores. Criar comissão que fará a junção de todas as atribuições levantadas para verificar as demandas necessárias.

Nesse sentido, propõe-se também readequar o Lotacionograma de PTES que defina lotação mínima para cada unidade, respeitando a estrutura organizacional estabelecida no organograma, tanto no momento da criação de novos cursos e estruturas quanto na adequação dos existentes.

A criação de uma equipe multiprofissional no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso se faz necessário tento em vista a qualidade de vida, a promoção e proteção da saúde e bem estar da vida e do ambiente de trabalho e/ou estudo e a valorização da comunidade acadêmica. A qualidade e bem estar no lugar de trabalho/estudo dos servidores docentes e profissionais técnicos e acadêmicos refletem diretamente no desempenho das suas atividades dentro da Universidade, e tem implicações no campo familiar e social do indivíduo, como também as questões externas a Universidade têm relações direta com as relações internas a ela. A equipe teria por objetivo auxiliar os servidores docentes e profissionais técnicos, como também os acadêmicos.

Entendemos que a condição de trabalho dos servidores influencia na produtividade, na qualidade dos serviços prestados, na integralização entre os mesmos, visto que é agente motivador que fortalece a autoestima, a satisfação pessoal, a dignidade e motiva o uso de suas capacidades, habilidades e atitudes. Além disso, um ambiente favorável ao acadêmico, que possa identificar as fragilidades e os recursos disponíveis dos mesmos, que promova e previna a saúde metal e que proponha condições para melhoria da qualidade de vida e do bem estar durante os anos que frequentam a universidade, que não se preocupe somente com a qualidade do ensino, na aquisição de conhecimentos, mas promova seu desenvolvimento integral.

Além do desenvolvimento de ações de comunicação externa da universidade, dos seus serviços prestados e processos, bem como a destinação de verba de comunicação e disposição de recursos humanos e estruturais, e ainda garantir o apoio do governo do estado, com recursos, e aproveitando suas equipes e contratos de publicidade, é de fundamental importância desenvolver uma gestão de comunicação

interna, visando melhorar e otimizar a troca de informações e o relacionamento entre as equipes e os diferentes setores e campi, além de incentivar, mobilizar, engajar o servidor a "vestir a camisa" da instituição.

Por fim, é preciso a**mpliar para os servidores o seguro de vida já existente para os discentes.** Atualmente a UNEMAT oferece um seguro de vida para todos os seus acadêmicos, porém as demais categorias da comunidade acadêmica enfrentam praticamente os mesmos riscos e necessidades e não possuem cobertura nesse seguro. Propomos que o seguro que hoje é ofertado pela UNEMAT seja estendido para toda a comunidade acadêmica, abrangendo tanto os discentes quanto docentes e PTES.

Criar infraestrutura para prática de esportes em todas as unidades regionalizadas da UNEMAT. Corroborando com a proposta da criação de equipes multiprofissionais nos câmpus, também sugerimos que sejam criadas estruturas para prática de esportes em todos os câmpus. **Unificar as leis de carreira dos servidores da UNEMAT, respeitando as particularidades de cada uma.**

Considerando que todos os servidores da UNEMAT formam uma única equipe de trabalho que tem por finalidade atender a sociedade e oferecer qualificação acadêmica e serviços de qualidade, sugerimos que as leis de carreira sejam unificadas a exemplo do que ocorre na SEDUC e diversas outras instituições de ensino superior no país.

Transferir a sede (reitoria) para a Capital do estado, Cuiabá. Por meio da transferência da sede da universidade (Reitoria) para a capital, Cuiabá, será possível garantir articulação política mais próxima entre a universidade e o governo do estado e seus órgãos (SEGES, SEFAZ, SEDUC, entre outros), os quais a Unemat tem interlocução frequente, melhorar acesso às instâncias de Mato Grosso e fora do estado (e vice-versa), e reduzir cursos e riscos de deslocamento de servidores diariamente de Cáceres a Cuiabá.

No caso dos câmpus que realizaram seu processo de reestruturação e que definiram por não mais ofertar cursos regulares (oferta contínua), é necessário garantir que a sua estrutura física seja utiliza para atender demandas específicas (turmas especiais, fora de sede, parceladas, etc.). Assim, propõe-se: Reestruturar câmpus que não mais ofertarem cursos regulares (oferta contínua semestral), de modo que sejam ofertados no mínimo 2 cursos (turma fora de sede, ou parcelada, ou UaB) concomitantemente.

É urgente e que se definam as responsabilidades e atribuições das unidades setoriais (o que lhe compete e o que deve fazer) e os requisitos funcionais para o profissional ser lotado na respectiva unidade setorial (perfil profissional e se é função de nível superior, médio ou fundamental), considerando que a universidade ainda não possui essa definição. Constata-se, portanto, a urgência na discussão e aprovação de Regimento Interno da universidade, definindo as diversas instâncias e setores, e respectivas atribuições e responsabilidades, bem como o requisito para ocupação da função (requisito de cargo e de nível/área de formação). Além disso, há um relevante conjunto de funções e unidades setoriais de perfil administrativas e administrativo-pedagógicas que podem ser ocupadas por PTES em cargos de nível superior, em vez de professores, garantindo que PTES de carreira (de nível superior) as ocupem. Dessa forma, propõe-se: Instituir o Regimento Interno.

É sabido que o regime de Dedicação Exclusiva é o regime de trabalho preferencial da Unemat. Entretanto, o cumprimento deste regime é negligenciado pela instituição, que controla parte das atividades de ensino, via assinatura de livro ponto, e parte das atividades de extensão e pesquisa, via COPAD. Visando fortalecer as políticas de pesquisa, extensão e pós graduação da instituição, propõe-se que os critérios de avaliação para a manutenção do regime de Dedicação Exclusiva sejam enrijecidos, com a cobrança anual de publicações em periódico e de oferta de atividades de extensão, efetivamente destinadas à comunidade externa. Possibilitar que PTES possam atuar em projetos de pesquisa e de extensão e cultura, de modo que possa dedicar 10 (dez) horas de sua de sua carga horária semanal para tal.

Em relação a concursos públicos para PTES, propõe-se que o concurso público seja baseado em necessidades efetivas, as quais, por sua vez, serão apontadas a partir das responsabilidades e atribuições de cada unidade setorial. Essas responsabilidades e atribuições devem constar no Regimento Interno da universidade, bem como os requisitos funcionais para o profissional ser lotado na respectiva unidade setorial (perfil profissional para atuar na unidade, se é função de nível superior, médio ou fundamental). Com essa definição, é possível se estabelecer qual o quadro necessário de profissionais para a universidade (quais já estão preenchidos, e para quais ainda há vagas). E, só a partir disso, realizar concurso público.

O concurso público deverá ser, prioritariamente, para profissionais de nível superior, e deve ser realizado somente após o plano de reestruturação definido. Antes de se pensar em concurso, é necessário se pensar em reestruturar a universidade em suas unidades setoriais e se definir, prioritariamente, as responsabilidades e atribuições de cada unidade setorial, as quais devem constar no Regimento Interno da universidade. Em suma, a ordem desse processo é: Reestruturação organizacional (câmpus e sede) > Regimento Interno com responsabilidades e atribuições das unidades setoriais (o que lhe compete e o que deve fazer) > Requisitos funcionais para o profissional ser lotado na respectiva unidade setorial (perfil profissional para ser lotado na unidade, se é função de nível superior, médio ou fundamental) > Estabelecimento do quadro de necessidade de profissionais > Concurso público.

A abertura de câmpus e cursos, bem como de remanejamento de cursos para outros câmpus, devem ser regulamentados com critérios que necessariamente precisam ser respeitados. Assim, propõe-se: Regulamentar abertura de câmpus e cursos, bem como de seu remanejamento para outros câmpus. Considerando que sábado é dia letivo, é necessário garantir atendimento ampliado das bibliotecas em todos os câmpus. Assim, propõe-se: Possibilitar abertura das bibliotecas aos sábados.

Necessidade de se criar setor de engenharia, obras, infraestrutura e segurança no trabalho que, além de prezar pelo cumprimento das normas, emitirá parecer quando o assunto em discussão (principalmente nos conselhos) for referente à sua área de competência. Assim, propõe-se: Criar unidade setorial de engenharia, obras, infraestrutura e segurança no trabalho.

A avaliação institucional tem o objetivo de, efetivamente, ser um processo no qual se utilizem seus resultados como parâmetros para se melhorar a qualidade do ensino (em todos os aspectos: pedagógico, infraestrutura, administrativo, etc.). Assim, é necessário reavaliar os instrumentos e procedimentos de avaliação, de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados para a melhoria das atividades de

ensino, pesquisa, extensão e gestão. Propõe-se, portanto: Reestruturar a política de avaliação institucional (avaliação interna).

Há alguns aspectos pontuados no PEP que já foram regulamentados na universidade. Assim, é necessário orientar os professores e profissionais técnicos nos câmpus universitários sobre demandas apontadas no PEP que já foram integralmente ou parcialmente atendidas, de modo que tenham ciência dessas deliberações.

Contudo, dentre as demandas do PEP, bem como de demandas dos profissionais técnicos da educação superior, destacam-se os seguintes pontos que precisam ser discutidos, deliberados e regulamentados – proposições, referentes à garantia de paridade nos conselhos, isonomia na representatividade nos conselhos, isonomia entre os mandatos de DURA e DPPF, Garantir a respectiva paridade.

Estabelecer, nos conselhos superiores (CONEPE e CONSUNI), representação paritária entre os três segmentos - docente, PTES e discente. Estabelecer que cada câmpus tenha, no mínimo, um representante de cada segmento – docente, PTES e discente – nos conselhos superiores (CONEPE e CONSUNI). Estabelecer 4 anos de mandato para a DURA, sem reeleição, com mandato concomitante ao da DPPF do câmpus.

Em relação à qualidade de vida no trabalho, é necessário garantir que as atividades laborais sejam realizadas com maior qualidade de vida no ambiente de trabalho. Assim, propõe-se: Estabelecer políticas de qualidade de vida e valorização profissional. No âmbito da carreira de docentes e PTES, garantir que as discussões em torno da garantia de direitos sejam estendidas para as duas carreiras de modo unificado. Dessa forma, propõe-se: Alinhas as carreiras de docentes e PTES em lei complementar única. As alterações são necessárias para que a Unemat responda com maior rapidez às demandas da comunidade acadêmica e ofereça cada vez mais uma estrutura onde os processos financeiros sejam assertivos, ágeis e transparentes.

A alteração da duração do mandato da DURA para 04 (quatro) anos com eleições concomitantes à DPPF faz-se necessária para que assim como é visualizado esse período como necessário para a DPPF e aos cargos eletivos do executivo como tempo necessário para o ciclo do processo de gestão que contempla o planejamento, organização, execução e controle das ações do gestor pode-se entender que esse tempo também se faz necessário para a DURA e não apenas 02 (dois) anos como os atuais.

Ainda deve-se levar em consideração a complexidade do cenário legal com um número considerável e mutável de leis, resoluções, portarias, acórdãos e instruções normativas que a DURA passa a lidar a partir da investidura no cargo, pois, como consta no Estatuto da Unemat, a concorrência para esse cargo é livre e o único fator limitante é a detenção de um curso superior (CONCUR, 2012). Sendo esse diretor provindo de qualquer das áreas de atuação da Unemat e com formação que não necessariamente seja específica em administração pública necessita de um período de ambientação, de composição, execuções e acompanhamento dos processos administrativos e financeiros. Os cenários político e econômico também se encontram desafiadores a um gestor público, pois sua atuação administrativa está totalmente ligada ao desenvolvimento das atividades do câmpus, que são referenciais básicos para que a DPPF e assessorias possam conceber, planejar e executar a bem do serviço

público as boas políticas para o bem comum e coletivo da unidade regional e da totalidade da Unemat.

Os diretores vivem em uma linha tênue entre a necessidade de ações de qualidade e os obstáculos financeiros e infraestruturais no ambiente acadêmico, em razão dos recursos financeiros limitados, na mesma medida em que há a necessidade de planejarem e atuarem no planejamento, organização e execução de todas as atividades fundamentais para o ensino público com qualidade e que garanta a relação entre a oferta e a demanda, a estrutura adequada e a funcionalidade para os três segmentos acadêmicos. Ainda é urgente transformações culturais na gestão pública. A eleição do diretor é um consenso da comunidade acadêmica. Esse cenário cultural de relações interpessoais é complexo e da mesma forma que ocorre com o ambiente legal precisa-se de um tempo de ambientação, conhecimento dos estilos de gestão, que varia conforme os autores, só para citar o autor Minicucci (1995) existem três tipos básicos: autocrática, permissiva e a democrática. E, considerando o cenário tecnológico, também vive-se um desafio à DURA, pois em um macroambiente ele precisa discutir e, se for o caso, prover meios para que sejam implantadas plataformas para a inserção do avanço tecnológico em situações que vão desde as substituições de servidores pela tecnologia até esta última na inserção no ensino. Já no microambiente ele precisa ser agente de proposição de sistemas virtuais, o que exige tempo, dedicação e comprometimento. Diante do exposto justifica-se tornar o mandato da DURA por um período de 04 (quatro) anos e as eleições podem ser realizadas juntamente com as eleições para DPPF.

Contudo diante da necessidade de pluralidade de oferecer diversas opções para a comunidade acadêmica, a proposta entende como necessária a não criação de chapas eleitorais, pois para o melhor atendimento das necessidades dos câmpus é relevante a maior diversidade de ideias. Ainda sobre as eleições de diretores tanto da DURA como DPPF essa tese propõe que as eleições sejam realizadas no segundo semestre do ano anterior ao ano da posse, pois com as eleições no primeiro semestre há um período de transição muito extenso com a possibilidade de interferência direta ou indireta na linha hierárquica da gestão entre os diretores eleitos em um momento importante de término das proposições e avaliações do diretor atual. Propõe ainda tornar a DURA responsável pela execução orçamentária e a DPPF permanecer na execução financeira como ordenador de despesas. Essa proposição justifica-se pela necessidade de regularizar institucionalmente uma situação que já ocorre nos documentos oficiais como nota de empenho emitido pelo Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso (FIPLAN), pois a DURA assina no espaço destinado ao responsável pela execução orçamentária e a DPPF no campo de ordenador de despesa, ou seja, estabelecer nas normas o que já ocorre na prática institucional. A divisão da execução orçamentária e financeira entre os diretores alinha-se com o intuito de segregação entre as funções quando da criação das atuais denominações de Diretoria de Unidade Regionalizada e Diretoria Político Pedagógico e Financeiro. Esse raciocínio se dá pela necessidade de alinhamento das estratégicas administrativas entre os dois diretores, pois os processos de aquisição caminham pelo planejamento orçamentário, autorização orçamentária, ordenação de despesas e prestação de contas. A DPPF continua sendo o ordenador de despesa e para tal a DURA mesmo autorizando a execução orçamentária para a continuidade e

execução do processo de aquisição a DPPF precisa autorizar a despesa. Diante do exposto justifica-se a necessidade de dividir a execução orçamentária e financeira para as direções DURA e DPPF respectivamente.

EIXO 6 – POLÍTICA ESTUDANTIL

1.Criação, ampliação e reforma da casa do estudante universitário em todos os câmpus.

A Casa do Estudante Universitário tem como finalidade principal oferecer alojamento aos alunos de ambos os sexos, regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação dos *Câmpus* da Unemat (Edital 001/2017 do *Câmpus* de Nova Xavantina), possibilitando, dessa forma, a permanência do aluno considerado hipossuficiente na Universidade e, consequentemente, reduzindo a evasão. No entanto, apenas os *Câmpus* de Nova Xavantina, Pontes e Lacerda e Alto Araguaia possuem Casa do Estudante, e nestes, há a necessidade de reforma e ampliação para acompanhar o aumento da demanda em função do crescimento da universidade. Além disso, a criação e melhoria das Casas de Estudantes nos *Câmpus* já está prevista no Planejamento Estratégico Participativo (PEP) da Unemat.

b. Implementação de bolsas auxílio para Iniciação Científica e Estágio.

Os auxílios Moradia e Alimentação são destinados a prestar assistência estudantil aos discentes de baixa renda, mediante os requisitos e critérios estabelecidos nos editais aprovados pelas Pró-Reitorias de Planejamento e Tecnologia da Informação – PRPTI (Edital 001/2017/PRAE). Faz-se necessário, no entanto, mudanças na maneira como os auxílios vêm sendo concedidos, pois, como é feito atualmente, o aluno contemplado com o auxílio fica desobrigado a prestar serviços junto a universidade.

Sugere-se, assim, que o aluno que possui o auxílio financeiro deva auxiliar em projetos de pesquisa, ensino ou extensão, transformando o auxílio em um tipo de bolsa de iniciação científica ou de estágio, com carga horária compatível, que não comprometa seu desempenho acadêmico.

Assim, espera-se desenvolver logo cedo um censo de responsabilidade, além de permitir a inclusão desse aluno junto à universidade. Esse novo modelo de auxílio é adotado com sucesso em outras universidades, como a Universidade Federal de Lavras e Universidade Estadual Paulista.

c. Implantação de Assistência Psicossocial nos câmpus.

A exemplo da Universidade Federal do Paraná sob responsabilidade da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFPR - http://www.prae.ufpr.br/prae/assistencia-psicossocial/), a implantação da Assistência Psicossocial, na Unemat, poderá proporcionar qualidade e permanência dos estudantes por meio de auxílio psicológico e/ou pedagógico para o enfrentamento de dificuldades vivenciadas individual ou coletivamente. Na UFPR, o atendimento psicológico é realizado por meio do Plantão de Apoio Psicológico (PA) sem necessidade

de agendamento, Grupos formados a partir do atendimento no PA, acompanhamento psicológico individual, Oficinas com atividades voltadas para o enfretamento de suas dificuldades e a Assessoria a docentes e técnicos em reuniões, para harmonizar a relação dos estudantes com os profissionais da Instituição a fim de que estes tenham melhor compreensão dos impasses vividos pelos estudantes e, também possam ser atendidos mediante suas dificuldades. O atendimento pedagógico consiste na procura espontânea, no encaminhamento de professores e coordenadores e na convocação de alunos bolsistas de determinado programa com rendimento acadêmico abaixo de 75%. Situações familiares e de relações pessoais no trato acadêmico, bem como obstáculos relacionados às interações docente x discente, discente x discente, discente x coordenação, assuntos e conflitos inerentes ao ensino superior que atrapalham o desempenho educacional são trabalhadas pela equipe de pedagogos e assistentes sociais da UFPR.

No processo contínuo de democratização do ensino existe uma busca constante de reduzir as desigualdades socioeconômicas, porém talvez não se concretize esse processo apenas com a facilitação do acesso, sendo necessária a criação de mecanismos que possibilitem garantir a permanência e, consequentemente, a conclusão do curso pelos estudantes que sofrem com os efeitos da desigualdade por serem provenientes de segmentos sociais financeiramente vulneráveis.

Desta forma, para que o estudante possa ter o seu desenvolvimento em plenitude, é necessário que haja uma política contínua de investimento que tenha por objetivo atender as necessidades básicas como, a exemplo, de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte e apoio acadêmico

De acordo com as palavras de Najberg e Barbosa (2006), a implementação de políticas estudantis deve ser vista como um processo em evolução, pois novas circunstâncias estão sempre sendo enfrentadas, o que permite atualizar as ideias subjacentes à implementação. Afirmando ainda que, em outras palavras, ao ser implementada, a própria política pode ser alterada, pois os agentes implementadores não são agentes passivos diante da implementação, mas agentes ativos e proativos.

A não definição de recursos para a manutenção de políticas de assistência estudantil que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, retardem a conclusão do curso e até desistam dele.

Um dos temas abordados nessa tese refere-se à Apoio Estudantil aos acadêmicos socioeconomicamente vulneráveis, com a implementação de Bolsas Permanência, em que, participariam em editais diferenciados de pesquisa, de extensão e cultura e de ensino, com critérios estabelecidos em conjunto com os segmentos de discentes, docentes e gestão. As bolsas permanência serão parte do processo educativo, viabilizando o caráter transformador da relação universidade e sociedade.

Outra ação, com as mesmas premissas, refere-se ao acesso dos acadêmicos a cursos de Línguas Estrangeiras, gratuito, em todos os câmpus, com metodologias de ensino diferenciadas, utilizando estratégias e técnicas de ensino, tais como as ferramentas utilizadas pela educação à distância, como um programa de assistência estudantil, com ações abrangentes e duradouras, em parceria com os núcleos e centros de extensão e de pesquisa. Há a necessidade de investimentos financeiros e

um trabalho de gestão para a oferta de tais cursos, pois houve e há várias iniciativas pontuais para o atendimento da necessidade do conhecimento de outra língua na formação universitária.

A permeabilidade das três dimensões do fazer acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inseri-la na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado. E assim, precisa-se compreender a ambiência do fazer acadêmico.

O estudo da ambiência desejada para cada situação de espaço, em qualquer escala, traz subsídios importantes para o entendimento das condições físicas e emocionais do bem-estar subjetivo, e nisso se consideram os estímulos ao comportamento dos sujeitos inseridos nesse contexto, aprimorando seu relacionamento (BESTETTI, 2014). A partir dessa definição, consideram-se os temas referentes às Políticas de Qualidade de Vida e Valorização dos acadêmicos.

Ainda, referentes às Políticas de Qualidade de Vida e Valorização dos acadêmicos, a assistência à saúde estudantil é tema recorrente como política de assistência estudantil, juntamente com a assistência pedagógica, psicopedagógica e psicológica. A falta de atendimento ambulatorial, psicológico para a comunidade acadêmica foi apontado como um dos pontos fracos das dimensões discente, docente e técnico no Planejamento Estratégico Participativo 2015 – 2025 da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, 2016b).

Os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais frequentam os serviços públicos de saúde. Essas categorias têm o maior índice das que procuram o dentista apenas em casos de emergência ou eventualmente, o que indica precariedade na saúde oral. Tendo em vista a especificidade dessa faixa etária, identificam-se alguns temas considerados desafiadores e que demandam programas de saúde específicos: prevenção de DST/AIDS; planejamento familiar; dependência química, saúde oral e de prevenção de doenças imunopreviníveis. Reforçando as necessidades anteriormente citadas, os estudos realizados pelo FONAPRACE entre 1996 e 1997 e entre 2003 e 2004 mostraram que os estudantes apresentavam necessidades significativas ou crise emocional durante o último ano do curso e são acometidos por dificuldades emocionais, no início do curso. Estes estudos realizados há quase duas décadas revelavam a necessidade de equipes multidisciplinares e interdisciplinares para este tipo de atendimento. E, o que é mais alarmante, os resultados apontados são tão atuais, que mostram a urgência de ações efetivas que mudem substancialmente o cenário, com a formação de parcerias intersetoriais e interinstitucionais (FONAPRACE, 2011).

Os desafios postos para o alcance dos objetivos propostos a geração de ambiência para a concretização da assistência estudantil prevista no Plano Nacional aos acadêmicos na Unemat, transcendem a aspectos técnicos. Portanto, cada passo da extensa caminhada para a efetivação dos macro objetivos, são essenciais, tais como a infraestrutura, que passa pela resolução de problemas básicos de convivência em ambientes com saneamento básico, tratamento de água, energia, segurança do trabalho, patrimonial, ambiental entre outros. Sabidamente, o estado de Mato Grosso apresenta nos aspectos físicos uma grande deficiência nas infraestruturas apresentadas. Nesse contexto, a assistência estudantil deverá se atentar ao ambiente

físico e material em que os acadêmicos desenvolvem suas atividades. Para tanto, há a necessidade de proposição de avaliações contínuas do ambiente em cada câmpus, núcleos e pólos com o intuito de levantar os problemas crônicos e emergenciais que venham interferir nas atividades acadêmicas e que os resultados provenientes dessas avaliações possam constar no planejamento anual da Diretoria de Unidades Regionalizada Administrativa de cada câmpus, como uma atividade própria da gestão.

A facilidade que as IES privadas têm de oferecer cursos com grande carga horária em turnos facilitados decorre do fato delas terem na sua totalidade aderido a esse percentual (20%) de ensino a distância nos cursos presenciais e trabalharem obrigatoriamente com a carga horária mínima dos cursos regulares. A oferta destes cursos em turnos e regimes muito facilitados para, principalmente, o período noturno, atende os candidatos que necessitam trabalhar e conciliar seu ofício com o estudo.

Se tivermos a possibilidade de ofertar o ensino regular presencial em parte vinculado a uma modalidade diferenciada, temos que agarrar esta oportunidade, mas lógico que com muito mais responsabilidade que as muitas IES privadas existentes que só visam lucro. É nossa responsabilidade garantir o acesso ao ensino superior às populações de baixa renda e compõem a grande massa trabalhadora e que efetivamente financia nossa Instituição através de seu trabalho.

Muitos de nossos acadêmicos se deslocam por longas distâncias, percorrendo até 200km de rodovia de seus municípios até o câmpus da Unemat (como ocorre com os acadêmicos de Araputanga e São José de Quatro Marcos, que se deslocam até Cáceres ou os de Nova Lacerda, que se deslocam até Pontes e Lacerda), executando este trajeto muitas vezes sem efetuar uma refeição já que alguns saem direto do trabalho para o ponto de ônibus e assumindo um risco maior no trânsito das rodovias, o que também justifica a avaliação do período da oferta do turno, bem como gera a demanda do auxílio transporte.

Atualmente possuímos o auxílio Moradia e auxílio Alimentação, o auxílio transporte atenderia a demanda dos acadêmicos que comprovadamente apresentarem a necessidade de se deslocarem por meios de transporte próprios por residirem na zona rural ou em outros municípios onde o transporte do município onde residem até o município onde o curso é ofertado não ser custeado pelo governo, bem como nos casos em que o câmpus se localize na zona rural e não haja também pelo município a oferta de nenhum benefício local para os estudantes como passe livre.

Antes que se questione se esta pré tese representa realmente uma macro-política para a nossa Unemat, destaca-se o Art. 3° e seus incisos III onde ele tem como objetivo propor e deliberar sobre estratégias de fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão; V que visa propor e deliberar sobre parâmetros que orientem a organização das diferentes modalidades de ensino ofertadas pela Unemat, bem como indicar ações inovadoras; VIII. Propor e deliberar sobre diretrizes para o fortalecimento de políticas estudantis; IX. Propor e deliberar sobre a política de organização político administrativa da Universidade. Deste modo, este documento representa sim uma estratégia para todos os câmpus de nossa Universidade

Deste modo, fica claro que estas proposições se enquadram sim dentro dos objetivos do Congresso Universitário diante, principalmente, da sua importância social decorrente da modernização das grades curriculares dos cursos de graduação, de fato essa adequação não chega a ser 100% uma inovação curricular, visto que estas

ferramentas já são aplicadas em outras instituições de ensino, mas aqui, em nossa Universidade representa sim uma modernização do ensino presencial a partir do momento em que ele se consolida o ambiente virtual que faz parte de nossa realidade. Além disso, não podemos negar que vivemos em um ambiente virtual associado cada vez mais a um ambiente intenso de trabalho, onde as informações correm em velocidade diferente do ambiente da sala de aula, ao qual o acadêmico chega com pressa, achando que nela as informações correm no mesmo ritmo do ambiente virtual e muitas vezes não atende esta sua expectativa.

Criação de um centro de apoio psicológico para os acadêmicos:

Essa proposta tem como objetivos: a) prevenir danos; danos psicológicos que poderiam prejudicar o desempenho escolar do acadêmico e sua vida particular; b) reduzir a evasão acadêmica; c) reduzir a migração de alunos entre cursos e o prolongamento do seu tempo na universidade e d) prevenir suicídio e utilização de drogas ilícitas.

Como o Congresso Universitário é a instância que define as políticas macroestruturais da Unemat e é composta pela representação paritária da comunidade acadêmica e com participação também da sociedade externa. Entendemos ser de suma importância a Universidade promover na atualidade, melhorias institucionais, sendo que a relevância teórica e prática e às razões para a implantação das ideias apresentadas e que estão separadas por eixos temáticos, sintetizam os principais aspectos abordados pelos proponentes das proposições.

Salientamos que os resultados das discussões que serão analisadas e confrontados com as demais propostas darão corpo, forma e amadurecimento para todas as demais proposituras, ou seja, estamos abertos às discussões e não pretendemos aqui engessar ou eternizar alguma ideia que possa ser melhorada coletivamente.

O estatuto da Unemat define com atividade docente ensino, pesquisa e extensão. A classe Adjunto tem como exigência a qualificação em nível de doutorado e as classes Assistente e Pleno requer consolidação na pesquisa e na pós-graduação. Para garantir as exigências do plano de cargo é primordial a qualificação docentes de forma mais ampla do que o previsto na Resolução Nº 012/2011 – CONEPE de qualificação docente.

Conforme consta na Lei complementar nº 320, de 30 de junho 2008 que dispõe sobre alteração do Plano de Carreira dos Docentes da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso, seus respectivos cargos e subsídios e dá outras providências, no seu Art. 3º

Dentro de um cenário de exigência cada vez maior por profissionais capacitados e onde a propriedade intelectual é fundamental para a garantia da consolidação de um estado ou nação. Mato Grosso é um estado que desponta com importante contribuição econômica no desenvolvimento do Brasil, cada vez mais é necessário a qualificação profissional e maior para uma Universidade que comporta essa localização geográfica e que deve atender essa demanda para o estado.

Nesse cenário, a Unemat como universidade deve cada vez mais qualificar seu corpo docente para galgar uma consolidação no estado de Mato Grosso como centro

de referência na formação profissional e como posição de universidade no contexto nacional e também internacional. É observado que nos últimos anos a Unemat elaborou normas para a qualificação que necessitam ser reconfiguradas como a imposição de que o afastamento para qualificação em nível de pós doutorado pode ser de no máximo 6 meses. Isso pode ser observado como um retrocesso em termos de políticas da Unemat para a qualificação já que como exemplo para qualificação em nível pós-doutorado em muitas instituições superiores e órgão de fomento reconhecem que uma qualificação dessa natureza, levando em consideração as várias especificidades e áreas de conhecimento, somente pode ser obtida com no mínimo 1 ano de afastamento. Assim, é urgente se repensar as normas para afastamento de qualificação em níveis de mestrado e doutorado e para pós-doutorado.

É importante também repensar as políticas de financiamento e do PDI para o investimento na qualificação, já que as instituições de fomento como CNPq, CAPES e própria FAPEMAT do estado não comportam as demandas dos últimos anos para esse investimento.

A Unemat necessita urgentemente buscar outros recursos e ou criar Programas para fomentar a qualificação dentro do pensamento que o ensino superior é o de mais alto investimento para compor a propriedade intelectual de um estado e nação.

Outro aspecto importante para apoiar os docentes em atividades de pesquisa e extensão e garantir melhor formação para o aluno através de bolsas de iniciação científica e extensão, para que aqueles que participam das atividades em projetos. Os benefícios dessa interação em pesquisa e extensão como experiências de aprendizagem já foram comprovados por vários autores. As bolsas para discentes fortalecem a interação entre graduação e a pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisa e extensão, aprimoramento do ensino discente de graduação em áreas específicas, ganho de experiências na graduação e auxílio financeiro para facilitar o processo de qualificação estudantil. Além disso, as bolsas para discentes contribuem para redução da evasão e fixação do discente na universidade.

Sabemos que, segundo o Instrumento de Avaliação Institucional Externa das Universidades, os requisitos mínimos para que a Unemat tenha garantido o status de Universidade, não sendo classificada como centro universitário ou faculdade, é que tenha consolidados Programas de Pós-Graduações. É notória a luta de todos os segmentos da Unemat para que ela tenha garantido essa conquista. No entanto, nota-se que forças políticas atuais, movidas por aura de des-democratização do País, conspiram para que essa conquista seja perdida. Assim, não podemos perder de vistas que a Pós-Graduação *stricto sensu* de boa qualidade seja requisito básico para que a Universidade não perca esse status.

Vale lembrar, aqui, que segundo o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG - 2011-2020, publicado em 30 de novembro de 2010 pela CAPES, o núcleo da Pós-Graduação é a **Pesquisa** e essa deve garantir a interação entre a Universidade e a Sociedade. Isso requer, entre outras questões, que a produção do conhecimento e a apropriação publica sejam imanentes e dinâmicos, exigindo-se, assim, a criação de agendas compartilhadas entre órgãos diversos, tendo como foco a participação da Universidade na formulação e implementação de metas e diretrizes que visem o bem comum. Nesse sentido, faz-se necessária a instituição, na Unemat, de uma política de

pós-graduação que seja pensada pelos vários segmentos internos e externos à instituição, definindo metas para o fortalecimento da pós-graduação.

A partir da vivência nos cursos de Pós-graduação é possível perceber que há inúmeras questões sobre as quais ainda não se tem regulamentação bem definida na instituição ou mesmo condições estruturais para realização das atividades. Essas questões se referem a vários campos do trabalho: administrativo, financeiro, pedagógico entre outros. A Pós-graduação é atividade recente na Unemat e faz-se necessário regulamentá-la, levando em conta orientações externas, tais como as definidas pelas políticas educacionais, mas também, e principalmente, em relação às especificidades da instituição.

Tendo em vista a qualidade dos cursos, conforme definida pela CAPES, a capacidade de articular demandas sociais e pesquisas, a relação entre pesquisadores locais, nacionais e internacionais, a inserção de profissionais da IES no quadro nacional de pesquisadores, o atendimento a estudantes de todas as regiões do país, faz-se urgente e necessário definir uma política de pós-graduação para a Unemat que ampare seu fazer e a projete nacional e internacionalmente, tendo em vista sua potencialidade.

Neste sentido apresentamos propostas que combinam os eixos de política de pós-graduação com graduação, gestão, financiamento e política estudantil.

Propomos, assim, que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação tenha a função de articular e gerenciar as atividades relacionadas a pós-graduação, a pesquisa e a inovação na Unemat; que seja valorizada e potencializada a circulação da produção do conhecimento por meio da indissociabilidade dos projetos desenvolvidos no interior da universidade. Além disso, que exista dinâmica de atribuição de funções e financiamento específico para que os Câmpus que tenham Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* sejam corresponsáveis pelo funcionamento dos mesmos. Para isso, faz-se necessário criar diretrizes da política institucional da pós-Graduação, sempre de maneira coletiva, participativa e democrática, garantindo a participação de segmentos internos e externos à Universidade. Internos: das áreas de conhecimento; dos programas de pós-graduação instituídos na Unemat; do conselho de Iniciação Científica; Externos: audiência pública para pensar, com a comunidade das várias regiões onde os Câmpus da Unemat se inserem, as demandas da sociedade; criar um Sistema de Gestão Integrado da Pós-Graduação, integrando todas as ações da Pró-Reitoria, objetivando dar agilidade a todos os setores, de modo a garantir acesso a informações de maneira simples e eficiente. E ao mesmo tempo, criar um Conselho Consultivo da Pós-graduação na Unemat, formado por Coordenadores de projetos financiados interna ou externamente, líderes de grupos de pesquisa do CNPq e corpo docente de professores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, com o objetivo de fortalecer a pesquisa e pós-graduação; ampliar atuação junto à FAPEMAT, no sentido de abrir um espaço específico para as demandas da Unemat, a única universidade do Estado de Mato Grosso; criar um sistema integrado de Acompanhamento e Avaliação da Produção Docente dos professores em Dedicação Exclusiva; Incentivar a capacitação docente em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, alinhando o tempo de afastamento da Unemat aos tempos de percepção de bolsas das instituições de fomento; incentivar a iniciação científica, articulando a graduação e a pós-graduação. Nesse sentido propõe-se que cada projeto aprovado nas

instâncias internas da Unemat, já garanta, de antemão, um bolsista de iniciação científica; garantir que a pós-graduação *lato-sensu*, se constitua em um elo entre a graduação e a pós-graduação *stricto sensu*, incentivando a criação e o desenvolvimento dos cursos; criar Programa de incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística da Unemat (PROIPCTA ou PROCITA), com vistas a valorizar a produção científica, técnica e artística dos docentes da Unemat, em regime de Dedicação Exclusiva, mediante a concessão de uma bolsa especial e/ou financiamento de projetos de pesquisa, visando desenvolvimento de projetos de pesquisa no âmbito da universidade; criar um sistema eficiente de acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa – desde a aprovação do projeto até a sua consecução; criar um Programa de apoio ao Professor Visitante; criar um Programa de apoio ao Professor Colaborador esporádico; fomentar a visibilização dos Grupos de Pesquisa e a articulação entre os mesmos com vistas ao desenvolvimento de projetos em rede; ampliar a internacionalização da Unemat através de incentivos a políticas de mobilidade de pesquisadores e alunos em todos os níveis; criar a função de vice coordenador da pós-graduação no quadro docente da Unemat.

1 Converter os valores de auxílios alimentação e moradia para bolsas de pesquisa, ensino e extensão. Considerando a obrigatoriedade dos candidatos a esses auxílios não terem qualquer vínculo empregatício, converter esses valores para bolsas e trazê-los para dentro da universidade por um período maior. Pois já tem estudos que demonstram que o acadêmico que tem bolsa e que desenvolve alguma atividade tem conceitos melhores de aprendizagem e aprovação. Reformulação e normatização da concessão de auxílios a acadêmicos de forma descentralizada, onde os câmpus têm maior participação e critérios na aprovação ou não destes auxílios aos acadêmicos que realmente estão em vulnerabilidade social e econômica. Aumentar a rigorosidade nas avaliações dos candidatos aos auxílios, de forma a evitar a aprovação de candidatos que não necessitam do apoio. Adicionar acadêmicos (estes precisam ser escolhidos pela direção do câmpus para evitar que haja candidatos privilegiados) na banca de seleção dos candidatos, uma vez que os acadêmicos têm maior facilidade em distinguir os inscritos que atendem e os que não, aos requisitos do edital. Essas ações devem ser implementadas para o próximo edital em 2018.

Política de qualidade de vida e valorização dos acadêmicos

1 Criação de uma equipe em cada câmpus para fazer acolhida dos ingressantes, composta por professores, alunos e técnicos, com a função de apresentar a universidade e analisar as necessidades dos acadêmicos para adaptação ao meio acadêmico.

2 Fomentar a participação dos acadêmicos nos CAS;

3 Volta do programa bolsa apoio e o aumento das bolsas de extensão, cultura, pesquisa, Focco. Aumento do número de estagiários em todos os câmpus. Pois este tipo de fomento proporciona o aluno uma maior dedicação aos estudos e uma maior permanência na universidade, o que resulta em profissionais mais qualificados e comprometidos com o que irão proporcionar para a sua sociedade. implantação imediata após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.

Práticas de Inclusão Universitária

1 A falta de educação, implica exclusão do emprego bem remunerado. Logo, na falta de competência profissional reside a principal causa da pobreza monetária. Cria-se assim um "círculo vicioso": o pobre é pobre porque tem baixa qualificação profissional e, portanto, é excluído do emprego formal, da renda e, por extensão, da escola. Em termos de mercado de trabalho, a inadequação entre empregos.

Ofertados e as qualificações exigidas pelo mercado explica fortemente as causas do Desemprego, subemprego, emprego informal. Disto conclui-se que, a disponibilização do ensino gratuito e de qualidade é uma condição necessária, mas não suficiente para efetivar a inclusão social. Com efeito, o "excluído" pode até ter aptidões para acompanhar e ter sucesso no ensino dispensado, mas se ele não tiver determinadas pré-condições (recursos de subsistência e para adquirir livros) do aprendizado, ele não vencerá as barreiras sociais e escolares (bloqueios de aprendizado e meios de subsistência) postas pela sociedade. Significa dizer que, a inclusão social viabiliza-se através do binômio: inclusão universitária / inclusão profissional. Vale dizer que A UNIVERSIDADE passa a criar condições materiais e institucionais que permitam garantir aos excluídos sociais, em especial os pobres, acesso à educação superior.

Desse modo, propõe-se o estabelecimento de uma Política de permanência e acolhida estudantil, com a criação de equipes em cada câmpus, composta por professores, alunos e técnicos, com a função de apresentar a universidade e analisar as necessidades dos acadêmicos para adaptação ao meio acadêmico.

A concessão dos mais diversos auxílios atualmente é gerenciada pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil, entretanto, acredita-se que é necessária uma equipe nos câmpus que tenham autonomia para acompanhar o processo de concessão dos auxílios desde a seleção à sua manutenção. Dessa forma, essa equipe poderia verificar se os alunos mais necessitados financeiramente estão sendo atendidos pelos auxílios, seria importante um acompanhamento quando for lançado os editais e auxiliar os acadêmicos na montagem do processo. A equipe ficaria responsável em acompanhar se os alunos que estão recebendo os auxílios estão frequentando regularmente as aulas, garantindo assim o interesse da coletividade.

Existe a necessidade de criação e implementação, em todos os câmpus, de alojamentos universitários que acomodem acadêmicos de baixa renda oriundos de outras localidades e restaurantes universitários que ofereçam alimentação a preço acessível para toda a comunidade acadêmica e principalmente aos alunos de cursos integrais.

A implantação de uma creche nos câmpus seria de grande valia, tendo em vista que muitas mães e pais de família ingressam na universidade buscando melhorias de vida. Devido a dificuldades financeiras, muitas destas pessoas por não ter condições de pagar uma creche ou ter alguém para cuidar de seus filhos pequenos enquanto estudam, os trazem para a faculdade ou desistem do curso por não conseguirem equalizar esta situação. Frente a isso a creche universitária seria uma medida que contribuiria para a permanência dos acadêmicos na instituição de acordo com o art. 3º, Inciso I, da Lei no 9.394/96, na qual instituições de ensino público devem oferecer

igualdade de condições para o acesso e permanência de crianças na faixa etária do atendimento, realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra, assegurar carreira e valorização dos profissionais do magistério, oferecer aperfeiçoamento profissional continuado e assegurar condições adequadas de trabalho para as mães e pais, ou seja, o benefício se estenderia aos profissionais que trabalham na universidade.

Os alunos ingressantes no ensino superior enfrentam um choque de realidade, em sua maioria esses novos acadêmicos estão na fase de transição entre a adolescência e a idade adulta, esse momento é de extrema importância, pois nos primeiros contatos com a realidade universitária podem-se gerar sentimentos de interesse e animação nesses estudantes. Nesse sentido sugerimos que sejam institucionalizadas as equipes de acolhida dos calouros nos câmpus. Essas equipes seriam responsáveis por receber os alunos novos e apresentar todas as possibilidades que a academia oferece, como atuação em pesquisa ou extensão, assim como os direitos e deveres dos estudantes.

Institucionalizar e garantir a efetivação de plano de marketing dos cursos oferecidos é importante, bem como buscar a melhoria nas condições de permanência e de aproveitamento do ensino, através do desenvolvimento de ações contextualizadas que além de oportunizarem o acesso e inclusão na educação superior, garanta as condições necessárias para que o acadêmico possa participar efetivamente na vida da academia, favorecendo sua permanência bem-sucedida, levando em conta as necessidades dos Câmpus (ANDRÉS, 2011).

A oferta de auxilio alimentação pela universidade, mesmo tendo como objetivo principal oferecer as condições de permanência aos acadêmicos de baixa renda, os quais realmente se encontram em vulnerabilidade socioeconômico, encontra problemas na distribuição aos discentes, não sendo totalmente eficiente no seu objetivo principal. O maior problema na seleção de acadêmicos no programa de auxílios é a suscetibilidade a fraude de documentos comprobatórios por parte de acadêmicos e seus responsáveis que omitem ou distorcem informações a fim de pontuar mais perante o sistema da PRAE." Se aprovada a proposta de autonomia financeira na política estudantil, cada câmpus poderia discutir e decidir de acordo com a realidade da unidade e da quantidade de acadêmicos matriculados. A proposta visa dar maior eficiência ao art. 36°, VI do estatuto da UNEMAT, no qual determina que as Pró-Reitorias, órgãos diretamente ligados à Administração Central, supervisione, oriente, coordene, fiscalize, execute e proponha políticas e ações das seguintes atividades meio e atividades fins da UNEMAT, e garanta a assistência estudantil e assuntos comunitários para planejamento e execução de políticas permanentes de estímulo ao acesso à educação superior e garantia do ensino, pesquisa, extensão, de modo a evitar desestímulos e evasão.

Propósito de criar equipes em cada câmpus para acolhida dos ingressantes. Reformular a concessão de auxílios a acadêmicos de forma descentralizada. Hoje o percentual gasto com os mais de 16.000 acadêmicos em assistência estudantil varia de 0,6% a 0,8%, de um montante de 318 a 330 milhões, valor esse estimado para 2017, e representa os 2,4% da Receita Corrente Líquida do Estado, prevista para a UNEMAT. Se aprovada a proposição, a cada ano o valor investido em assistência estudantil será corrigido, de forma que o valor representasse um aumento de 0,2% até atingir 1,6% do

orçamento da Universidade, garantindo assim políticas aos alunos já matriculados e aos calouros de cada curso. Diante das condições em que se encontram as unidades regionalizada, muitas localizadas em municípios desprovidos de transporte público, muitas das vezes em cidades nas quais se necessitam um meio de transporte para locomoção, e que devido as dificuldades, o acadêmico acaba desistindo de continuar na academia, acarretando maior evasão e consequentemente queda na demanda por curso.

Segundo a RESOLUÇÃO Nº 001/2017 – AD REFERENDUM DO CONSUNI, no qual aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI 2017 – 2021 da Universidade do Estado de Mato Grosso, no capitulo IV que trata das INFRAESTRUTURAS FÍSICA, TECNOLÓGICA E PATRIMONIAL da universidade, em relação à acessibilidade aos câmpus e às dependências, de um modo geral, os câmpus possuem linhas regulares de transporte coletivo, realidade essa que não é a mesma nos vários municípios em que a Unemat possui câmpus, o que se torna necessário um restaurante universitário dentro da universidade, como forma de fortalecer o ensino e garantir a demanda por ensino superior na região.

Outra motivação para valorização das pessoas é solicitar a criação de equipe multiprofissional nos câmpus da Universidade do Estado de Mato Grosso, visando garantir a integralidade da assistência física e psíquica e o adequado cuidado aos discentes, técnicos e docentes. Como argumento serão apresentadas pesquisas cientificas envolvendo os temas Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), clima organizacional, analises de cotidiano e saúde dos servidores públicos e discentes, além da contextualização do conceito, atuação e importância de equipes multiprofissionais.

A justificativa dessa proposta está pautada nos resultados e inferências de diversos pesquisadores que buscaram compreender o trabalho coletivo e analisaram a importância das equipes multiprofissionais no contexto sistêmico e complexo do universo organizacional. Severo e Seminotti (2010) definem equipe multiprofissional como um processo de trabalho com um sistema cooperativo entre sujeitos trabalhadores, gestores e usuários na realização de diretrizes e ações coletivas organizadas por lógicas voltadas para a garantia dos direitos sociais. Os autores consideram que as práticas produção coletivas caracterizam-se por territórios marcados por tensões de naturezas epistemológicas, institucionais e pessoais, devido a disputa de poderes em relação aos modelos de atenção. Ocorrem, também, tensões sociais em decorrência da difícil rotina socioeconômica dos indivíduos envolvidos.

Na visão de Pastório *et al* (2011) a equipe multiprofissional não beneficia apenas a saúde física, mas o indivíduo como um todo. Com a ação conjugada de vários profissionais, utilizando ferramentas adequadas é possível identificar as demandas reais dos indivíduos, mesmo quando a queixa inicial da procura pelo serviço não traz o que realmente está influenciando aquela situação. Assim torna-se possível fazer uma interferência no processo, levando o trabalhador a uma maior estabilidade, agindo-se preventivamente, no âmbito pessoal. Os autores apontam ainda, que a intervenção da equipe multidisciplinar pode orientar e acompanhar o trabalhador na procura de tratamento adequado ao seu caso, através de uma rede de parceiros previamente estabelecida. Ao identificar um problema que tenha

relação específica com o ambiente de trabalho, a equipe multidisciplinar pode montar uma estratégia de solução e intervenção, sempre partindo da demanda levantada pelos trabalhadores.

Com relação a equipe multiprofissional atuando na educação, Cabral, Carvalho e Ramos (2004) ressaltam que a qualidade no ensino tem ocupado um lugar de destaque no discurso de agentes da educação e na agenda de políticos. Contudo, os autores destacam que para garantir a qualidade no ensino é fundamental, prestar atenção à saúde dos trabalhadores, sendo que isso constitui um desafio. Pesquisas mostram que investir na promoção da saúde nos locais de trabalho motiva os trabalhadores reduzindo o absenteísmo, os problemas pessoais e melhora o desempenho (MARZIALE; JESUS, 2008).

A pesquisa de Alves (2011) que teve como objetivo apresentar sugestões de ações e programas de promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), detectou que muitas organizações têm buscado incorporar programas padronizados de QVT sem planejamento estratégico visando resultados imediatistas, e sem os devidos investimentos. Dessa forma, obtêm-se resultados contrários aos esperados. Como cada organização tem suas especificidades, primeiramente é necessário haver um diagnóstico dos problemas, para só então aplicar um método de intervenção que considere os todos os indivíduos envolvidos, as limitações das atividades ocupacionais, bem como dos recursos físicos e humanos, para diante disso ser possível o planejamento e execução das ações a serem implementadas. Nesse sentido uma equipe multiprofissional, pode colaborar de maneira efetiva para a melhora da qualidade de vida no trabalho dentro dos campis da UNEMAT.

As pesquisas como as de Freitas e Bifano (2009), também justificam a implantação da equipe multiprofissional na UNEMAT. Buscando aprofundar a compreensão dos processos de trabalho em sua relação com processos de saúde e doença dos trabalhadores em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, os autores destacaram a particularidade e complexidade das relações interpessoais nessas instituições. Destacam também que o papel do Estado no campo da saúde do trabalhador avançou em termos conceituais e reformistas, contudo ações voltadas para saúde dos trabalhadores vinculados ao Serviço Público em suas três esferas, federal, estadual e municipal, ainda são insignificativas.

Já os pesquisadores Souza, Bonfatti e Santos (2015) analisando a saúde do trabalhador do serviço público, em especial a categoria de docentes universitários, destacam a necessidade da efetivação de uma política de vigilância em saúde do trabalhador para os locais de trabalho do serviço público federal, problematizando a legislação vigente no país. Defenderam ainda, a criação de espaços participativos no trabalho, adotando como substrato teórico a pedagogia dialógica de Paulo Freire e alguns de seus aspectos filosóficos essenciais.

Preocupar-se com o estudante é importante, lembrando que a comunidade acadêmica como um todo precisa de atenção. Apesar da criação leis e normas que regulamentam segurança e a medicina do trabalho, ações envolvendo a promoção ou a manutenção da saúde não foram regulamentadas. Sendo assim, cada órgão público investiu em ações nesta área de acordo com suas possibilidades. Em algumas instituições havia serviços com equipes completas e em outras, nenhuma ação na área. Recentemente o Governo Federal passou a perceber a importância destas

questões, analisando as ocorrências de aposentadorias precoces, absenteísmo e afastamentos médicos prolongados. Com base nestes dados instituído em 2006 o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal (SISOSP), por meio do Decreto nº 5.961 de 13/11/2006 (FREITAS; BIFANO, 2009).

A partir de então diversas outras legislações foram instituídas como: i) em 2009 o Decreto nº 6.833 do Governo Federal, buscou discutir e construir uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor Público Federal (PASS) instituindo o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), cujo objetivo era o de coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração pública; ii) em 2013, a Secretaria de Gestão Pública (SEGEP) do Ministério da do Planejamento e Orçamento Geral (MPOG), instituindo a Portaria Normativa Nº 3 MPOG/SEGEP, trazendo diretrizes gerais para promoção da saúde do servidor público federal, com orientações para os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC).

Apesar destas políticas implementadas Zanin et al (2005) concluem que a política implementada pelo Governo via SIASS se dissocia das questões de saúde do processo de trabalho e centraliza as ações no dano ao servidor público, no adoecimento, e não na promoção da saúde como verdadeiramente deveria ser. A grande maioria dos professores das IES encara o trabalho como um projeto de vida e apontam o ingresso em uma universidade pública como um sonho profissional realizado. Assim desde o início de suas carreiras apresentaram se frente aos seus setores, colegas de trabalho e alunos como profissionais inovadores, ativos e criativos, sempre dispostos a contribuir para instituição através de seus trabalhos de ensino, extensão e pesquisa. (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009).

Dentre as pesquisas da área da saúde dos docentes que confirmam, de forma genérica, que as condições de trabalho, assim como a organização deste, estão diretamente relacionadas ao adoecimento dos trabalhadores são Hirigoyen (2002); Gaulejac (2007); Schatzmam et al. (2009); Sguissardi e Silva Júnior (2009); Dejours (2011); Seligmann Silva (2011).

No ano de 2015 a UNEMAT atendia 17.376 acadêmicos entre turmas regulares e especiais, estes em estudo mais antigo, De Armond (1981) analisando a saúde psíquica de estudantes universitários encontrou perda da liberdade pessoal, excesso de pressões acadêmicas, sentimento de desumanização, falta de tempo para o lazer, acentuada competição entre os colegas e nos cursos da área da saúde o frequente contato com pessoas doentes como condições do ambiente acadêmico, transforma esse fator um predisponente ao surgimento de sintomas depressivos.

Após esta pesquisa diversas outras apresentaram os mesmos resultados, sintomas como: depressão, tristeza, anedonia, baixa autoestima, perfeccionismo, irritabilidade, desinteresse por pessoas, redução da capacidade de trabalho e cansaço excessivo, fadiga, sonolência constante, dificuldades de concentração, agitação ou retardo psicomotor, dentre outros sintomas (NOGUEIRA-MARTINS, AVANCINE, NOTO, 2003; SANTOS et al, 2003; FUREGATO et al, 2005; CAVESTRO, ROCHA, 2006; VIEIRA, COUTINHO, 2008).

> A detecção precoce dos grupos de risco e a identificação das dificuldades experimentadas pelos alunos ao longo de cada etapa do curso podem ser indicativas da necessidade de desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e prevenção, através de projetos contínuos de psicoeducação que sensibilizemos estudantes para os riscos que transtornos psíquicos e disfunções profissionais podem trazer para o seu bem-estar, de seus familiares e pacientes (AMARAL et al., 2008).

Os resultados destas pesquisas fortalecem a justificativa para o aperfeiçoamento das formas de atendimento ao aluno, tanto no que se refere à terapêutica quanto à prevenção. Atualmente, os acadêmicos das universidades estão de forma alarmante expostos a estresse, alterações do sono e apetite, falta de exercícios físicos, comportamento sexual de risco e depressão. Então, a implementação de programas voltados para esse foco pode ser importante para a redução da frequência e gravidade desses sintomas (STECKER, 2004; MERRIT et al., 2007).

Nos últimos meses a UNEMAT tem sofrido com a morte de diversos docentes, discentes e técnicos, e essas perdas nem sempre são encaradas de forma adequada nos campis, na maior parte dos casos atua-se de maneira indiferente, apenas comunicando o fato, sem ouvir os afetados para entender o impacto emocional que o luto pode gerar em um grupo de pessoas. Na visão de Carvalho (2010) algumas empresas não admitem a queda de produção do funcionário que está de luto e na maioria das vezes os colegas de trabalho que acompanham o luto muitas vezes não falam sobre essa questão. Especialistas explicam que essa reação, comum entre companheiros que evitam conversar sobre a morte, é fruto da cultura ocidental. Caso a UNEMAT tenha a equipe multiprofissional a como o profissional de psicologia, isso pode estimular a todos a buscar ajuda e lidar de maneira adequada com o luto.

A busca da competência profissional de forma plena passa pelo desenvolvimento de uma atitude investigativa e questionadora que, ampliando a capacidade de aprender por si do ser humano, vai criar condições para que ele possa, permanentemente se manter aprendendo. É essa capacidade de (re)criar o conhecimento e manuseá-lo que, realmente, qualifica a competência do indivíduo (BRASIL, 2006).

Para o desenvolvimento destas competências, o ensino, a pesquisa e a extensão são imprescindíveis. O processo de aprendizagem passa a se basear e a depender de observações próprias de atitudes reflexivas, questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade para compreendê-la e transformá-la. Para Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. O autor ainda evidência a importância de fazer uma relação entre o ensino com a pesquisa:

> Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando,

> intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p.16).

Desta forma, o eixo ensino-pesquisa-extensão na formação do estudante vai além da mera transmissão para se transformar em espaço de construção do conhecimento, em que o estudante passa a ser sujeito crítico e participativo (BRASIL, 2006). A pesquisa deve ser considerada como elemento chave no processo de aprendizagem que ocorre no dia-a-dia durante a formação, pois a pesquisa busca instigar o aprendiz, incentivando-o a participar do processo de reconstrução do conhecimento que efetivamente leva a aprendizagem (DEMO, 1996).

A Universidade deve, portanto, manter o compromisso de formar bons profissionais, críticos, reflexivos e que, acima de tudo, consigam intervir junto à realidade em que se encontram. Durante a graduação, o futuro profissional tem a oportunidade de se qualificar e de ter contato com um leque de conhecimentos importantes para seu crescimento profissional e humano (ASSIS; BONIFÁCIO, 2011).

Para atender essa demanda, os cursos do ensino superior oferecem o currículo formal, manifesto e previsto, que expõe os alunos a determinadas experiências e prevê aulas, trabalhos práticos e exames; e o informal ou oculto, que seria o conjunto de experiências e estímulos que o estudante obtém por meio de atividades extracurriculares, sem que tenham sido previstos nem planejados pelas instâncias instituídas (PERES; ANDRADE; GARCIA, 2007).

Essas atividades extracurriculares, que compõem esse currículo paralelo, podem ser utilizadas pelos estudantes para preencher lacunas em sua formação, geralmente decorrentes da carga horária insuficiente para uma formação mais generalista ou para desenvolver habilidades e competências necessárias para o futuro desempenho da profissão (VIEIRA et al., 2004).

Entretanto, as atividades extracurriculares podem oferecer riscos à formação profissional por falta de orientação pedagógica, como nos casos de aprendizado de conceitos e práticas equivocados, de reprodução de vícios acadêmicos ou de incorporação de condutas antiéticas à prática profissional (HAMAMOTO FILHO et al., 2010).

Para lidar com essas situações, a Liga Acadêmica pode ser a mais adequada, por ser adaptável às necessidades dos estudantes. Esse método possibilita a reflexão para identificação, elaboração e difusão de conhecimento que não é abordado no currículo convencional, sob adequada supervisão. Entre as principais vantagens das Ligas Acadêmicas, tem-se o potencial de desenvolver no aluno a capacidade de enfrentar novos problemas no futuro com metodologia similar (ALVES et al., 2012).

Dentre os princípios que norteiam a base comum para formação inicial e continuada, encontram-se os seguintes: sólida formação teórica e interdisciplinar; trabalho coletivo e interdisciplinar; gestão democrática (MEC, 2015). A orientação para o trabalho coletivo e interdisciplinar é uma tendência atual do ensino

Considerando o estudo de Farias e Santos sobre a interdisciplinaridade a partir das ideias de Morin, entendemos que:

> A interdisciplinaridade busca responder à necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e

> socialização do conhecimento. Trata-se de um movimento que caminha para novas formas de organização do conhecimento ou para um novo sistema de sua produção, difusão e transferência (FARIAS; SANTOS, p.275)

Sendo assim, é imprescindível que, como universidade, demos ênfase à formação plena e não apenas especializada, do indivíduo, e isso passa pela reestruturação de nossa forma de oferecer atividades.

Sobre a questão da lotação, não há no PCCS docente algo que remeta a lotação às disciplinas, apenas a 12h semanais em ensino. Esse aspecto da lei, dá abertura para que a forma de vínculo do professor com suas atividades seja elaborada de maneira diferente.

Sobre a participação democrática da comunidade na gestão universitária e a distribuição orçamentária prévia, fatores que viabilizariam a realização das demais atividades, como elaboração de planos diretores, por exemplo, a proposta tenta seguir o funcionamento das decisões orçamentárias públicas, em que uma Lei Orçamentária anual já pré-define os recursos a serem alocados para cada unidade e ação. Isso só é possível quando a comunidade local se reúne para definir suas demandas, tendo previamente uma noção do que poderá gastar. Não há outra forma de garantir uma participação da comunidade a não ser aproximando-a da gestão de suas atividades cotidianas.

EIXO 7 – POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

Está definido em Lei atualmente que o Estado deve aplicar um percentual da sua Receita Corrente Líquida - RCL na Unemat, conforme mandamento do Art. 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso. De acordo com a regra do dispositivo constitucional citado acima, está assegurado à um repasse mínimo de 2,40% da RCL, com acréscimo de 0,1% ao ano, até 2018, estagnando em 2,5%.

O ideal seria que esse valor repassado pelo Estado fosse o bastante para suprir as necessidades de recursos para as despesas com pessoal, custeio para as atividades de ensino, pesquisa e extensão e de investimento para as melhorias necessárias à sua infraestrutura, distribuída entre os 13 câmpus e a sede administrativa, no município de Cáceres. No entanto, o montante desse recurso tem sido suficiente para honrar as despesas com folha de pessoal e custeio, atualmente. Porém, com a constante ampliação das suas atividades de pesquisa e extensão e a expectativa de melhorar a infraestrutura existente, é imperioso que ocorra a ampliação da captação de recursos por parte da Universidade.

No que tange aos investimentos, devido ao orçamento da fonte 100 estar totalmente comprometida para pessoal e manutenção da instituição, apenas uma ínfima parte tem sido destinada a esse fim, sendo que esse tipo de financiamento tem sido executada com recursos oriundos de convênios firmados com os governos federais, estadual e municipais. Assim se propõe nova Emenda à Constituição que altere o art. 246 no sentido de aumentar gradualmente em 0,1% ao ano, a partir de 2019 até 2023, o percentual de aplicação da RCL até completar o teto de 3%.

Ressaltamos que a Unemat também deve gozar dos meios adequados à aplicação de recursos financeiros. Portanto, não se pode conceber a ideia de universidade autônoma sem que lhe seja oportunizada a liberdade de gerir de maneira irrestrita o dinheiro originado da sua receita da fonte do Tesouro Estadual e aquele decorrente do produto de arrecadações diversas com taxas e preços públicos.

Na prática toda a receita da universidade está contida na conta única do Estado, que periodicamente libera uma cota de recursos dentro desta conta para a Universidade executar seus pagamentos. A arrecadação da Universidade com taxas de inscrições em processos vestibulares, cursos, eventos, contratos de prestação de serviços e desenvolvimento de inovação tecnológica são direcionados também para esta conta única, e lá permanecem, sem que a Unemat possa de forma adequada ao princípio da autonomia universitária obter acesso.

Esta prática inibe a iniciativa de arrecadação de recursos pela Universidade, burocratiza e sufoca as ações de investimento. Razões pelas quais se pretende buscar o apoio dos poderes executivo e legislativo para criação da conta específica a partir do exercício financeiro de 2018. Por fim é importantíssimo que a Universidade pense em uma diversificação da base de financiamento das suas atividades, por meio da otimização e capacitação de setores e servidores docentes e técnicos na gestão do gasto de recursos adquiridos por contratos, convênios e demais instrumentos congêneres formalizados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.

É preciso regulamentar e garantir que os cursos tenham a possibilidade de prestar serviços e vender seus produtos com retorno financeiro. Por exemplo, para a pós-graduação é preciso redefinir critérios de liberação de recursos da Unemat para Programas de Pós-Graduação, considerando que a pós-graduação da Unemat contempla áreas prioritárias e não prioritárias segundo critérios CAPES/CNPq, não existe o princípio de equidade na distribuição de recursos provenientes do PROAP/CAPES. Programas situados nas áreas prioritárias são, assim, beneficiados com mais recursos em relação aos demais. Assim, propomos que a Unemat crie uma dinâmica interna de distribuição dos recursos da Fonte 100, garantindo equidade entre programas, sem considerar áreas prioritárias. Assim, acreditamos, será possível consolidar na Unemat, Programas de Pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, tão emergentes e necessários como são os das Ciências Humanas. Também é preciso criar política de financiamento a pesquisadores e projetos de pesquisa por via institucional (Fundo para financiamento de Projetos de Pesquisa - FFPP; criar uma política de incentivo a publicação de revistas qualificadas dos Programas de Pós-Graduação, de modo a garantir o seu funcionamento, destinando financiamento específico para sua implementação.

Criar política de mobilidade de pesquisadores e alunos em todos os níveis; criar um fundo para garantir que parcerias entre Universidades internacionais sejam viabilizadas, garantindo a emergente e necessária política de internacionalização. Ainda para a política estudantil é preciso a criação de política de assistência para alunos de pós-graduação (auxílio residência; auxílio alimentação; auxílio participação em eventos), com critérios da instituição para caracterização e bolsas de demanda social.

Nesse sentido, é necessário:

1 Criar políticas de incentivos ao desenvolvimento de parcerias com entes públicos e pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade, para arrecadação de recursos financeiros ou não. Que seja garantido, pelo Estado, o acesso da Universidade a esses recursos financeiros de forma livre e desimpedida. Exemplo: NIT

2 Garantir que os recursos da fonte 240 (recursos oriundos de locação de cantinas, copiadoras, multas de bibliotecas) sejam revertidos para a UNEMAT em 100% do valor arrecadado. Esses recursos atualmente são recebidos na conta Única e só retorna 25% para a instituição. O valor retornando 100% poderá ser utilizado para a reestruturação das bibliotecas com aquisições de livros e modernização dos espaços e da infraestrutura tecnológica das bibliotecas.

3 Criar leis, normas e regimento permitindo que a fundação receba as taxas e mensalidades de cursos, eventos ofertados pela UNEMAT. Os recursos oriundos destas taxas e mensalidades devem retornar para o câmpus de origem das ações.

Propõe-se desenvolver parcerias com entes públicos, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade, para arrecadação de recursos financeiros ou não. Que seja garantido, pelo Estado, o acesso da Universidade a esses recursos financeiros de forma livre e desimpedida. Exemplo: Núcleo de Inovação Tecnológico da Unemat (NIT).

Constantemente são lançados editais e programas de financiamento de abrangência federal que incentivam e oferecem parcerias de financiamento com universidades e grupos que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão, como editais periódicos lançados pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Todavia, a universidade não possui um grupo de trabalho ou políticas de incentivos que busquem estas parcerias e fiquem atentos a estes editais e façam a divulgação entre as unidades regionalizadas.

Com a implantação destas políticas, aumenta-se o número de aproveitamento destas oportunidades, aumentando o financiamento da universidade, e desenvolvendo consequentemente as habilidades intrapessoais da instituição, vista aqui como agente participativo, dando maior visibilidade aos projetos, programas, cursos e eventos realizados pela UNEMAT. Esta política vem de encontro com a de fortalecimento da extensão e cultura e com as ações de desenvolvimento no marketing institucional.

Definir limite percentual para gastos com folha de pagamento é fundamental para a Unemat nesse momento, bem como a criação de políticas de incentivos ao desenvolvimento de parcerias com entes públicos, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade, para arrecadação de recursos financeiros ou não.

Necessário se garantir que as necessidades apontadas (no PEP, na avaliação institucional, etc.) sejam checadas e definidas por prioridade, e efetivamente atendidas, em vez de se atender demandas não previstas, considerando a nova reestruturação. Isso se fará por meio da constituição de comissão para estudo das necessidades apontadas no PEP, elaborar lista de checagem de itens e realizar visitas nos câmpus para definição de prioridades com base na lista.

Desenvolver mecanismos que possam criar ações para captar recursos financeiros externos juntos a órgãos públicos e privados. Nos Câmpus da UNEMAT é notória a demanda reprimida de infraestrutura básica e essencial para o funcionamento das atividades acadêmicas desenvolvidas. No entanto, as inciativas basicamente focadas na busca de recursos financeiros externos, a qual na prática tem demonstrada ser ineficiente e insuficiente para corrigir tal deficiência comum em todos os centros universitários da instituição. Para tanto, a presente proposta indica a fixação de uma taxa de no mínimo 5,0% (cinco) do orçamento anual da UNEMAT, destinada exclusivamente à aplicação em infraestrutura física dos câmpus.

O montante financeiro anual certamente poderia auxiliar de forma decisiva na estruturação física de cada um dos centros universitários da UNEMAT. Essa medida certamente garante autonomia e reserva financeira própria direcionada essencialmente para solucionar as suas demandas por infraestruturas. Garantir através do CONSUNI, um percentual destinado a assistência estudantil, como moradia, alimentação, material didático, etc., de modo a assegurar que a universidade promova um ambiente propicio a formação dos acadêmicos, principalmente aqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.

EXTRATO SÍNTESE CONCLUSIVA

Eixo 1: Graduação

Proposição 1: Fortalecer políticas públicas para formação de professores e profissionais indígenas.
Objetivos: 1. Formar bacharéis e licenciados indígenas em diversas áreas do conhecimento. 2. Complementar a formação acadêmica nas áreas específicas. 3. Consolidar a formação acadêmica, e fomentar a pesquisa no âmbito da Faculdade Intercultural Indígena. 4. Otimizar as relações acadêmicas, o registro e os trâmites oficiais de documentos da Secretaria Acadêmica. 5. Promover o ensino de línguas indígenas, da língua portuguesa e de línguas estrangeiras. 6. Descrever e documentar as línguas indígenas de Mato Grosso. 7. Disponibilizar, em várias línguas indígenas, versões de textos clássicos referentes à legislação e direitos indígenas. 8. Criar acervo da cultura material e imaterial dos povos indígenas de Mato Grosso. 9. Assegurar a pesquisa bibliográfica em várias áreas do conhecimento aos acadêmicos indígenas.
Meta: 1. Até 2020.
Estratégia: 1. Buscar parcerias com a SEDUC (Secretaria de Educação de Mato Grosso, com as Secretarias Municipais, com o governo federal, com o MEC e outras IES.

Proposição 2: Institucionalizar a extensão na formação acadêmica em todos os cursos de graduação
Objetivos: 1. Implantar a flexibilização e creditação da extensão na Unemat. 2. Fortalecer o Ensino por meio de projetos de Extensão destinados ao atendimento de vários eixos da sociedade bem como comunidades vulneráveis, possibilitando o desenvolvimento de projetos vinculados ou não a áreas de graduação. 3. Fortalecer o Ensino de Graduação por meio de ações que proativas, que visem o bem-estar social e o desenvolvimento de comunidades vulneráveis. 4. Elevar a expectativa do aluno em relação ao potencial transformador de seu curso de Graduação.
Meta: 1. Até 2022.
Estratégia: 1. Articular fóruns para formação e deliberação sobre o funcionamento da creditação. 2. Definir programas de extensão a serem desenvolvidos nos Cursos. 3. Criar formas de registro acadêmico para as atividades desenvolvidas. 4. Durante o ano, incentivar, por meio de aulas práticas, de campo e à distância, o contato com comunidades de resistência.

Proposição 3: Diversificar as formas de Ingresso e permanência nos cursos de graduação da Unemat

Objetivos:

1. Ampliar a democratização do Acesso
à universidade.
2. Otimizar o preenchimento de vagas nos diversos cursos de graduação da universidade.
3. Aumentar o número de discentes ingressantes e garantir a sua permanência até a conclusão do curso.
4. Possibilitar maiores chances de ingresso a universidade em áreas de afinidade do ingressante.
5. Fomentar e garantir o ingresso e permanência dos Alunos na Universidade.
6. Criar de forma institucionalizada para todos os cursos que a Universidade oferta, políticas de ingresso e permanência.
7. Reestruturar a chamada do vestibular.
8. Possibilitar o ingresso de mais acadêmicos do Mato Grosso.
9. Fortalecer a divulgação da UNEMAT em âmbito regional.
10. Criar processos inclusivos e simplificados.

Metas

Quando:

1. 2018
2. Até 2018/2
3. 2019
4. Até 2020
5. Até 2021 (em 4 anos)

% de preenchimento de vagas:

6-Preencher 100% das vagas ofertadas em diversos processos de ingresso e vagas remanescentes ofertadas.
7-Preencher 90% das vagas remanescentes

Estratégias:

<u>Modalidades de ingresso:</u>

Vestibular

1.0. Manter o vestibular, no entanto deve ser realizado em todos os municípios de Mato Grosso.

1.1 Reformular o sistema de ingresso no vestibular para que o candidato possa optar por dois cursos.
1.2 Propor que, no vestibular da Unemat, o aluno possa escolher três cursos para concorrer. Não alcançando a pontuação suficiente para a primeira opção, que passe a concorrer para a segunda e terceira opção.

Modalidade diferenciada de ingresso
2.1 Possibilitar ingresso através de análise do histórico escolar e entrevista, melhores notas nas olimpíadas (Bancas qualificada para seleção de ingresso).
2.2. Implantar e regulamentar o vestibular seriado, por agendamento virtual ou presencial.
2.3. Elaborar um sistema de seleção unificada para ingresso em cursos da UNEMAT, utilizando a nota do vestibular, sem escolha de curso/campus.
2.4. Propor novas possibilidades de ingresso quando não se preencher as vagas por SISU ou vestibular, tais como: chamadas com a utilização de notas de qualquer ENEM ou vestibular por agendamento com data estipulada por edital.

3.0. Diversificar o ingresso na UNEMAT pelo sistema de seleção SiSU, Vestibular e Rendimento do Ensino Médio (medido a cada ano pela Secretaria de Educação do Estado).

4.0. Aderir integralmente ao SISU, garantindo cota para os alunos oriundos de MT, bem como viabilizar a logística de matrícula.

Outras Estratégias que não implicam em contradição e demanda regulamentação conforme proposição aprovada:
5. Manter o vestibular para garantir o ingresso permanente, e manter um maior índice de mato-grossenses na Universidade do Estado (ou propor a cota para estudantes que concluíram o EM no Mato Grosso: 40%).
6. Aplicação do modelo de seleção unificada
7. Atribuir peso maior de pontuação para alunos residentes e com a formação de todo o ensino médio no Matogrosso.
8. Criar programa de acompanhamento de alunos no ensino médio.
9. Consolidar políticas afirmativas e abrir atendimento a novas demandas (PCD, libras etc.).
10. Propiciar a ocupação de vagas a portadores de diplomas (licenciatura, bacharelado e formação tecnológica) para cursarem novas habilitações, complementação pedagógica ou segunda graduação.
11. Possibilitar ao acadêmico a escolha do curso/câmpus seja feita através de um sistema, e em um segundo momento pela pontuação do

candidato, deixando claro no edital.
12. Permitir que os candidatos que não conseguirem entrar em um curso específico, tenham no sistema todos os outros cursos da instituição como uma alternativa, evitando assim que cursos fiquem ociosos por não terem sido a opção inicial do vestibulando.
13. Manter uma estrutura local de divulgação e realização de inscrições via SISU ou vestibular para ingresso nos cursos
14.Transformar as provas para que vagas ociosas sejam classificatórias nas vagas
15. Viabilizar o ingresso por vagas remanescentes de acordo com a realidade de curso.
16. Criar Comissão de acompanhamento da elaboração de provas.
17. Ampliar a divulgação do vestibular, construindo uma proposta de Marketing da universidade e dos cursos oferecidos, com a inserção dos alunos bolsistas no processo, visita a outros municípios;
18 Elaborar critérios que atendam tanto o ingressante quanto o ofertante.
19. Instituir comissão mista de conselheiros do Conepe, Consuni e demais representatividades da comunidade acadêmica.
20. Isenção do vestibular pelo programa federal CAD único (cadastro único) que já é utilizado de isenção de concursos federais e considera família de baixa renda até 3 salários mínimos e não apenas 2 salários mínimos como são os atuais para a isenção do vestibular.
21. Garantir que a taxa de inscrição do Vestibular não ultrapasse 5% do valor do salário mínimo vigente.
22. Possibilitar vestibular de ingresso gratuito para alunos de escola pública e alunos de escolas privadas que tiveram bolsa de estudos em tempo integral.
23. Garantir a gratuidade da taxa de inscrição desde não onere os cofres da Unemat.

Proposição 4: Fortalecer a Política Institucional de Permanência na Unemat em todas as modalidades de ensino.

Objetivos:

1. Incentivar, divulgar e promover a proposição e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão.
2. Ampliar e implementar Programa de Assistência Pedagógica.
3. Ampliar e implementar Programas de Bolsa de Ensino (Monitoria, Tutoria, FOCCO, por exemplo).
4. Aproximar o aluno em formação de seu campo de atuação profissional.
5. Auxiliar o aluno na sua formação para que tornar-se sujeito de seu processo de conhecimento.
6. Propiciar suporte material para que os alunos se mantenham no curso.
7. Fomentar a ofertar de cursos extracurriculares em temáticas diferenciadas.
8. Promover a formação acadêmica e incentivar o sentimento de pertencimento a Universidade.
9. Possibilitar que os acadêmicos permaneçam e formem na Unemat.
10. Evitar a evasão acadêmica.
11. Realizar ações que contemplem um índice estimado de até 90% de sucesso na aprendizagem dos alunos.

Metas:

1. 2018/2.
2 2019.
3. 2024.

Estratégias:

1. Investir em políticas efetivas de assistência estudantil, tais como RU, moradia estudantil e creche universitária.
2. Oferecer estruturas de apoio para os alunos, principalmente para os recém-ingressantes.
3. Ofertar cursos de núcleo básico comum (1 ano) para todos os cursos de um campus, para alunos da escola pública, disponibilizando o número de vagas entre as escolas públicas do município, por exemplo, 50 vagas por entrada, com bolsa por um ano, após esse tempo o aluno escolhe qual curso do campus quer fazer;
4. Realizar convênios com prefeituras/empresas de transporte público, pontos/linhas de ônibus que ligam os bairros aos Câmpus.
5. Estabelecer acordos com os vários espaços de estágio e vivência profissional em todos os locais onde a Unemat possui unidade administrativa (câmpus, Núcleo Pedagógico ou Polo de educação à distância).
6. Estabelecer uma Política de atendimento obrigatório (pedagógico) aos estudantes com horários definidos para atendimento dos professores.
7. Buscar apoio do governo federal na implantação de um programa de financiamento para as IES estaduais – encaminhado pela ABRUEM.

8. Implantar a política de estágio extracurricular em todos os cursos da Unemat.
9. Criar comissão de acompanhamento de desempenho acadêmico.
10. Modernizar as matrizes.
11. Implantar cursos complementares voltados ao ensino-aprendizagem.
12. Instituir comissão mista de conselheiros do Conepe, Consuni e demais representatividades da comunidade acadêmica.
13. Universalizar a oferta de Bolsas de Ensino aos alunos com vulnerabilidade social

Proposição 5:
5.0: Criar, ampliar, implementar, fortalecer oferta de cursos em modalidades diferenciadas da Unemat para o Estado de Mato Grosso.
5.1: Reduzir a oferta de cursos em modalidades diferenciadas da Unemat para o Estado de Mato Grosso.

Objetivos:
1. Promover Formação Diferenciada (Ensino a Distância, Formação Indígena, Parceladas e Turmas Fora de Sede). (5.0)
2. Investir nos cursos com formação diferenciada, principalmente voltados às licenciaturas, a fim de garantir a formação de professores de áreas distintas, em fluxo contínuo, com recursos próprios da IES. (5.0)
3. Proporcionar formação inicial, em rede, continuada em pós-graduação aos egressos em formato de turma única. (5.0)
4. Fortalecer a Faculdade Intercultural Indígena e ampliar a oferta de seus cursos de graduação. (5.0)
5. Garantir a oferta contínua de cursos na estrutura de Modalidades diferenciadas para os câmpus que tiveram cursos migrados.
6. Evitar que a Unemat deixe de atender uma determinada parcela da sociedade mato-grossense. (5.0)
7. Definir uma política de oferta alternada e rotativa dos cursos com baixa demanda nos câmpus, com ofertas diferenciadas (5.0 e 5.1)

Metas:
1. Até 2026.
2. Até 2019.
3. A partir de 2020.
4. Até 2020.

Estratégias:
1.Buscar junto a órgãos de fomento aportes financeiros para oferta dos cursos (PARFOR, UAB).
2. Destinar recursos financeiros para oferta de cursos de licenciaturas em modalidades diferenciadas para atender demandas prioritárias dos câmpus com cursos rotativos.
3. Articular uma política de contrapartida, junto aos órgãos parceiros estaduais, municipais e federais, para a execução dos cursos.
4. Definir políticas para criação de Núcleos de Ensino, Extensão e Pesquisa, voltados às modalidades Diferenciadas.
5. Envolver as associações representativas de municípios (AMM), consórcios municipais e união representativa das secretarias de educação municipais (UNDIME/MT) nas articulações e levantamento de demandas regionais.
6. Garantir no organograma da Unemat a consolidação da nomenclatura da “Diretoria de Graduação fora de sede e Parceladas” para “Diretoria de Formação em Modalidades Diferenciadas”.
7. Criar dentro da Assessoria de Gestão de Modalidades Diferenciadas as Diretorias Pedagógica, Administrativa e Financeira.

8. Propor grupos de trabalho local nos Núcleos que contemplem Coordenador Pedagógico e Coordenador Administrativo.
9.Disponibilizar textos nas línguas indígenas e incentivar pesquisas na área.
10. Verificar cursos com baixa demanda.
11. Ofertar Turmas Fora de Sede de cursos nos quais a demanda local está baixa.
12. Adequar a legislação vigente.
13. Atender as demandas de cursos apresentadas à universidade.
14. Implementar as mudanças internas das modalidades diferenciadas junto à Unemat.
15. Estabelecer novas áreas de oferta de cursos para indígenas, incluindo-se Bacharelados, Formação tecnológica, pós-graduação lato e stricto sensu (profissionais).
16. Nos câmpus onde houver a migração de cursos para outra localidade (como no caso de Colíder), garantir que para cada curso que saia, seja ofertado continuamente, pelo menos dois cursos de turma única e/ou EAD, garantindo sempre duas turmas para cada curso que saiu.

Proposição 6: Melhorar os Cursos e programas de modalidades diferenciadas.
Objetivos: 1. Garantir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão em todos os Cursos oferecidos pela Unemat. 2. Constituir políticas que estendam a Pesquisa e a Extensão aos cursos de modalidades diferenciadas. 3. Melhorar a formação acadêmica dos alunos matriculados aos cursos de modalidades diferenciadas.
Metas: 1. A partir de 2018.
Estratégias: 1. Firmar parcerias, convênios e acordos com Programas de Pós-Graduação da Unemat e de outras instituições. 2. Oferecer preferencialmente nos câmpus e núcleos com baixa demanda de modalidades diferenciadas. 3. Tornar realidade o princípio da indissociabilidade nos cursos de modalidades diferenciadas. 4. Utilizar a pesquisa como princípio metodológico. 5. Garantir, no edital do seletivo docente, reserva de 20% de vagas para alunos de pós-graduação da Unemat.

Proposição 7: Estabelecer políticas de oferta, extinção e remanejamento de cursos de graduação.

Objetivos:

1. Atender, através de turmas fora de sede, as demandas específicas das regiões de MT e, concomitantemente, promover a divulgação e melhoraria da estrutura do curso de origem.
2. Atender a toda comunidade mato-grossense.
3. Evitar a precarização e garantir a qualidade dos cursos ofertados na Unemat.
4. Otimizar os recursos humanos docentes, sem pró-labore ou bolsa extra, para oferta de turmas fora de sede.
5. Garantir estrutura mínima para a criação de cursos.
6. Criar, extinguir e transferir cursos de todas as modalidades tendo em vista o planejamento participativo a médio e a longo prazo, considerando relevância social e recursos disponíveis.
7. Planejar a curto, médio e longo prazo a permanência, a criação e/ou remanejamento de cursos em todos os câmpus.
8. Garantir a oferta e a demanda de curso na sede do câmpus universitários.
9. Fortalecer a qualidade dos cursos presenciais sem abrir cursos fora de sede.
10. Ofertar pela UNEMAT cursos de Licenciatura, bacharelado e Tecnólogos superiores, podendo ofertar novos Curso de Graduação nas modalidades diferenciadas com critérios a serem estabelecidos.
11. Oferecer diversas modalidades de cursos de graduação nos câmpus para atender a demanda potencial do Estado.

Metas:

1. Em 2020
2. Após resultados do planejamento participativo.
3. A partir da validação do 3º Congresso Universitário.

Estratégias:

Politicas:

1. Realizar levantamento de demanda da região para assegurar a contrapartida financeira dos municípios para a execução do curso fora de sede, bem como o investimento no curso de origem.
2. Estruturar a política de organização dos cursos, dos câmpus e do atendimento das demandas nos espaços geo-educacionais do Estado.
3. Criar condições de um planejamento participativo, garantindo condições financeira e pedagógica para melhorar a qualidade da universidade.
4. Construir uma política de avaliação de qualidade de oferta de cursos.

5. Definir que para a abertura de um curso é necessário um número mínimo de salas (no mínimo uma sala por semestre + 2) e pelo menos metade dos laboratórios necessários.
6. Garantir que nos câmpus onde houver a migração de cursos para outra localidade (como no caso de Colíder), para cada curso migrou, seja ofertado continuamente, pelo menos dois cursos de turma única e/ou EAD.
7. Estruturar diretrizes para estabelecer a oferta, extinção e remanejamento de cursos na Universidade.
8. Reestruturar a modalidade de oferta de cursos.

Quanto a Comissão:
9.Criar comissão para estudos de demanda potencial para elaborar essas políticas, respeitando as normas e procedimentos específicos.
10. Instituir comissão mista de conselheiros do Conepe, Consuni e demais representatividades da comunidade acadêmica para criar normatização.
11.Instituir na Universidade comissões permanentes de acompanhamento da Oferta de Cursos.

Regulamentação:

12.Normatizar e planejar os processos de criação, extinção e remanejamento de cursos na Unemat.
13.Estabelecer que a oferta de turmas fora de sede deverão observar as mesmas condições dos câmpus.
14.Redefinir as responsabilidades/atribuições e definir as instâncias competentes para a discussão desta proposição.
15.Iniciar novos cursos só depois de um período de reestruturação dos cursos já existentes.

Proposição 8: Criar a Modalidade de Cursos Rotativos.
Objetivos: 1. Propor uma regionalização de oferta de curso. 2. Manter o interesse da comunidade local da universidade. 3. Melhorar a logística, o trânsito e o atendimento aos locais onde será oferecido o curso. 4. Reduzir as vagas ociosas. 5. Aumentar a relação ingressantes/concluintes e alunos/professor. 6. Atender às demandas regionais com cursos de graduação que estão sem demanda em seus locais de origem.
Metas: 1. Em todos os cursos de graduação da Unemat. 2. Após aprovação no congresso.
Estratégias: **Critérios:** 1. Estabelecer critérios para se realizar rotatividade de cursos 2. Oferecer ingressos de um mesmo curso de graduação em diversos locais do estado, com entradas alternadas. **Politicas:** 3. Estabelecer políticas para oferta de novos cursos de acordo com quadro docente efetivo, incluindo atuação em atividades de extensão e pesquisa. 4. Estabelecer políticas para oferta de curso quanto a deslocamento e estadia dos professores a serem custeados pela UNEMAT ou com parceria com as prefeituras. 5. Estudar a estrutura viária logística para poder regionalizar a oferta de cursos. 6. Analisar a busca de cursos que pela realidade da região. **Comissão:** 7.Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE e CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 8.Instituir comissão ampliada para iniciar discussão e planejamento.

Proposição 9: Identificar, propor e implementar ações para os cursos de graduação com baixa demanda.
Objetivos: 1. Criar alternativas que contemplem os cursos de baixa demanda da Unemat, viabilizando a entrada e permanência do aluno no Ensino Superior.
Metas: 1. A partir de 2018
Estratégias: 1. Rediscutir o ingresso no Ensino Superior da Unemat. 2. Criar comissão permanente de acompanhamento e avalição dos cursos da Unemat 3. Monitorar por meio de banco de dados a demanda dos cursos.

Proposição 10: Ofertar cursos de formação profissional na modalidade tecnológica.
Objetivos: 1. Formar profissionais aptos a desenvolver de forma plena e inovadora as atividades de um determinado eixo tecnológico. 2. Focar na inovação e nas necessidades da sociedade.
Metas: (Definir meta)
Estratégias: 1. Ofertar curso de tecnologia para qualificar pessoas das regiões, com foco específico em aplicações práticas, para facilitar a inserção no mercado. 2. Regulamentar nas legislações vigente da UNEMAT. 3. Ofertar os cursos de tecnologia tendo como eixo um currículo que tenha como princípios “ensino, pesquisa e extensão”. 4. Ofertar diferentes cursos de tecnologia visando atender as necessidades de mercado de trabalho.

Proposição 11: Implementar política de formação continuada docente associada à avaliação institucional.

Objetivos:

1. Fortalecer o mecanismo de avaliação institucional docente.
2. Promover programa de formação continuada para os docentes.
3. Melhorar a qualidade do quadro docente, a partir de políticas de qualificação obrigatória para professores com conceito insatisfatório reiterados na avaliação institucional.
4. Melhorar a qualidade do ensino de Graduação na Unemat.
5. Estimular a atualização didático-pedagógica e metodológica dos docentes nos diversos cursos, com uma atenção especial para os cursos com alto índice de retenção.
6. Estimular a política de educação empreendedora em todos os cursos da Unemat.
7. Garantir a formação do docente em período probatório, como exigência para estabilidade.

Metas:

1. Até 2019.

Estratégias:

Avaliação:

1. Estabelecer avaliação dos professores, que norteará a necessidade de realização de cursos de atualização pedagógica na área didática.

Cursos de formação continuada:

2. De inovação e tecnologia no ensino de graduação.
3. Para docentes efetivos e contratados, em início de carreira.
4. Para professores em cargo de gestão, concebendo-a como componente de seu ciclo funcional.
5. Estimular a participação docente.
6. Realizar programa de atualização pedagógica, num interstício de dois anos em suas respectivas áreas de atuação.
7. Organizar anualmente fóruns de licenciatura, bacharelado e formação tecnológica, à luz das demandas encaminhadas pelos cursos.
8. Estruturar oficinas de transição para docentes nomeados Coordenadores de Cursos.
9. Estabelecer que formação seja realizada pela PROEG.

Políticas:

10. Estabelecer uma política de apoio à educação empreendedora na Unemat.

Proposição 12: Fortalecer as políticas de relações externas, em âmbito nacional e internacional.
Objetivos: 1. Institucionalizar a internacionalização, de forma estratégica. 2. Fortalecer a mobilidade na IES no âmbito nacional e internacional. 3. Promover a internacionalização na instituição.
Metas: 1. A partir de 2019. 2. Até 2020:
Estratégias: **Internacionalização:** 1. Estabelecer acordo de cooperação internacional. 2. Receber profissionais na Unemat para desenvolver cursos e oficinas de língua e cultura estrangeiras. 3. Receber docentes estrangeiros na IES de forma sistemática. 4. Implementar política de Professor Visitante Internacional para atuar na Graduação, Pós-Graduação, Extensão e cultura. 5. Ofertar cursos de língua estrangeira para a comunidade interna e externa. 6. Oferecer cursos internacionais de campo ou na área tecnológica. 7. Realizar concurso para profissionais com formação específica na área de Relações Internacionais, Direito e Tradução. 8. Internacionalizar o currículo na graduação e na pós-graduação com aulas e disciplinas ofertadas em outras línguas. 9. Implementar a Assessoria/Secretaria ou Escritório de Relações Internacionais e mobilidade acadêmica vinculado à Reitoria. **Mobilidade:** 10. Implantar uma política de permanência para alunos estrangeiros em mobilidade acadêmica. 11. Criar a bolsa mobilidade para docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. 12. Reestruturar a DMOB (Diretoria de Mobilidade) da PROEG e criar uma instância específica para as Relações Internacionais.

Proposição 13: Estabelecer Política de acompanhamento dos Egressos da Unemat.
Objetivos: 1. Implementar e consolidar política baseada em formação continuada e inserção no mercado de trabalho para os egressos da Unemat. 2. Organizar um banco de dados de egressos da Unemat para demonstrar o impacto da formação oferecida pela universidade.
Metas: 1. Até 2019
Estratégias: 1. Desenvolver e implantar o Portal do Egresso. 2. Criar banco de dados dos egressos. 3. Promover atividades e eventos envolvendo a comunidade acadêmica e o egresso. 4.Implementar políticas de formação continuada aos egressos por meio de cursos de especialização, mestrado, doutorado, extensão. 5.Estabelecer uma metodologia a ser implementada para acompanhamento do egresso

Proposição 14: Reservar vagas nos cursos superiores da Instituição para Pessoa Com Deficiência (PCD).
Objetivos: 1. Facilitar o ingresso desses candidatos na educação superior. 2. Implementar políticas compensatórias, concretas e emergenciais, assim como vem sendo feito em relação às cotas raciais e sociais. 3.Incentivar a permanência dos PCD's (auxilio).
Metas: 1. A partir de 2018/1.
Estratégias: **Cota de PCD:** 1.0 Reserva 5% das vagas dos cursos. 1.1. Reservar vagas dos cursos da Instituição. 2. Garantir vaga para os PCD's dentro do limite de 60% das vagas ofertadas nas cotas. **Outras:** 3. Regulamentar nas legislações vigente da Unemat. 4. Estudar a questão de acessibilidade. 5. Qualificar os professores para trabalharem com os PCD's.

Proposição 15: Criar cargo de Assessor Pedagógico nos cursos para auxiliar o coordenador na administração.
Objetivos: 1. Auxiliar o coordenador, colegiados e NDEs dos cursos nas questões de organização pedagógica.
Metas: 1.0 Todos os câmpus e cursos da Unemat. 1.1. Nos cursos que apresentarem grande demanda administrativa. 2. 50% de melhorias. (Definir prazo)
Estratégias: 1. Criar a função de assessor pedagógico para as faculdades. 2.0. Eleger o assessor pedagógico com tempo de mandato semelhante ao do coordenador de curso, sem dispensa de disciplina, mas com contagem. 2.1 Estabelecer que assessor pedagógico seja indicado pelo coordenador de curso.

Proposição 16: Implementar graduação com dupla ou tripla formação, com bases afins unificadas.
Objetivos: 1. Criar base comum por grandes áreas nas faculdades/câmpus. 2.0 Melhorar o aproveitamento dos espaços da universidade e integração de alunos e possibilidade de ensino mais abrangente. 2.1 Aproveitar a estrutura da universidade entre os cursos, porém sem aumentar a quantidade de formações. 3. Melhorar a qualidade de ensino e ampliar a mobilidade acadêmica. 4. Aumentar o número de graduados em diferentes formações aproveitando melhor a estrutura da universidade.
Metas: 1. Até 2020 1.1. A partir de 2020
Estratégias: 1. Adaptar o sistema europeu de graduação, modelo 3:2:3, para a realidade brasileira, principalmente para as necessidades da Unemat. 2. Possibilitar que o discente curse disciplinas comuns de sua faculdade e, a partir de sua evolução, acesse as disciplinas específicas.

Proposição 17: Implantar formação em moldes interdisciplinares no que se refere às disciplinas comuns (base curricular comum).
Objetivos: 1. Garantir que os conjuntos de disciplinas comuns sejam oferecidos em bloco. 2. Garantir formação mínima comum.
Metas: 1. Em todos os câmpus. 2. Em até 4 anos.
Estratégias: 1. Instituir comissão mista de conselheiros do Conepe, Consuni e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 2. Definir as instâncias competentes para a discussão das responsabilidades/atribuições no modelo interdisciplinar.

Proposição 18: Viabilizar a oferta de disciplinas voltadas para o domínio de ferramentas virtuais de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) em todas as modalidades de ensino.
Objetivos: 1. Realizar a inclusão digital dos acadêmicos de todas as modalidades de ensino. 2. Fortalecer o trabalho colaborativo e de equipes de profissionais distantes geograficamente. 3. Democratizar a informação e a inclusão digital. 4. Potencializar os processos de ensino através da tecnologia. 5.Garantir estrutura operacional dos créditos à distância de todos os cursos da UNEMAT.
Metas: (Definir meta)
Estratégias: 1. Rever a resolução 031/2012 – CONEPE sobre a equivalência das matrizes e a instrução normativa 004/2011 da PROEG. 2. Criar uma comissão de acompanhamento do processo de transição das matrizes curriculares. 3. Viabilizar meios de uso para o domínio de novas tecnologias. 4. Adaptar as salas com tomadas. 5. Incluir membros da comunidade em ambientes virtuais de ensino como: chats, fóruns, grupos online, comunidades virtuais, web conferência.

Proposição 19: Oferecer apoio, acompanhamento e atendimento para a comunidade acadêmica.
Objetivos: 1.Assegurar bem estar biopsicossocial no exercício da profissão e nas condições de estudo e formação. 2. Assegurar saúde física e mental da comunidade acadêmica, favorecendo melhor desempenho e permanência com sucesso.
Metas: 1. No prazo máximo de 1 ano a partir da validação do congresso.
Estratégias: 1. Aprovar as alterações necessárias na legislação para implantação das políticas. 2. Criar centros de bem estar biopsicossocial em todos os câmpus. 3. Estabelecer convênios com entes públicos que atuam nas áreas.

Proposição 20: Atualizar os currículos de graduação da Unemat.
Objetivos: 1. Aproximar a formação profissional e cidadã das necessidades da sociedade. 2. Otimizar a oferta de disciplinas que tenham caráter comum nas áreas consideradas afins. 3. Viabilizar currículos mais articulados entre as áreas dos diversos cursos. 4. Assegurar nos currículos a formação técnica e humana, atendendo os objetivos de qualidade e habilidade profissional e competência e aptidão humanizadora. 5.Melhorar a qualidade da formação dos alunos egressos na Unemat. 6. Adequar a prática pedagógica as necessidades atuais de formação.
Metas: **Quando:** 1. A partir de 2018/2 2.100% dos cursos de graduação com início em 2018/2 e conclusão até 2020/2 3. Até 2019. 4. A partir de 2019.
Estratégias: **Regulamento e normas:** 1. Rever a Instrução Normativa 04/2011. 2. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, CONSUNI, dos NDEs dos cursos de graduação e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 3. Regulamentar as ações e definir os responsáveis para executá-las. 4. Oferecer uma base comum de conhecimentos em todos os cursos de graduação da Unemat. 5. Internalizar a extensão como parte do processo formativo. 6. Organizar as disciplinas das matrizes dos cursos de graduação e o lotacionograma docente de acordo com as grandes áreas de conhecimento. 7.Padronizar as áreas de conhecimentos dos diferentes câmpus e cursos da Unemat. **Currículo:** 8. Flexibilizar a oferta de cursos, créditos e disciplinas (ensino a distância, por exemplo).

9. Promover a utilização de metodologias ativas.
10. Ofertar cursos de licenciatura e bacharelados multidisciplinares.
11. Potencializar os estudos e trabalhos dos NDEs e fortalecer a PROEG para atender as adequações curriculares.
12. Criar fóruns de discussões por cursos e áreas afins nos câmpus, expandindo para fóruns regionais.
13. Reestruturar os Projeto Pedagógico de Curso-PPCs.
14. Definir políticas para inovação curricular.
15.Readequar e organizar os currículos dos cursos de graduação de acordo com as diretrizes nacionais e legislações vigentes e as normativas dos conselhos de classe.
16. Adequar os currículos dos cursos às diretrizes e legislação vigente e às normas dos conselhos de classe.

Proposição 21: Criar auxílio alimentação, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágios obrigatórios fora de sede.
Objetivos: 1. Proporcionar alimentação para a comunidade acadêmica durante as atividades de aulas de campo, de um dia ou mais. 2. Apoiar o acadêmico na aquisição de materiais de consumo e deslocamento. 3. Viabilizar aporte financeiro para os acadêmicos que precisam realizar os estágios obrigatórios em outros locais.
Metas: 1. Implementação imediata. 2. Prazo máximo de 1 ano. 3. Início imediato de estudos para implantação dessa política. (Definir meta por auxilio)
Estratégias: 1. Criar política dentro da PROEG. 2. Criar política dentro da PROEG ou PRAE. Redefinir estratégia.

Observar a competência dos eixos temáticos.

Proposição 22: Fortalecer o Programa de iniciação cientifica
Objetivos: 1.Incentivar os alunos/professores a propor novos projetos de pesquisas. 2. Aumentar o número de candidatos. 3. Aumentando o número de bolsas.
Metas: 1. A partir de 2018.
Estratégias: 1.Criar programa institucional bolsas de iniciação científica. 2.Reestruturar as diretrizes de enquadramento para concessão de bolsas científicas. 3.0 Estabelecer que a bolsa concedida deverá estar vinculada a pelo menos um projeto de pesquisa/extensão aprovado e cadastrado no Sistema de Gestão de Projetos da Unemat. 3.1. Permitir inscrições dos alunos a bolsa de Iniciação Científica cuja vigência do projeto de pesquisa do (a) Orientador(a) seja igual a data do termo de concessão, ou seja, que contemple 50% do projeto e não 75% como descritos nos editais. 4. Permitir que alunos com reprovações (que seja avaliado pelo coeficiente de rendimento) possam participar da seleção. 5. Estabelecer limite máximo de 03 (três) bolsistas para orientadores com titulação de Doutor e 03 (três) bolsistas para orientadores com titulação de Mestre por edital. 6. Implementar a política de bolsista voluntário.

Observar a competência do eixo temático.

Proposição 23: Implantar política de preceptoria para os cursos vinculados as Faculdades de Ciências da Saúde da Unemat.
Objetivos: 1. Conferir formação acadêmica significativa e próxima da realidade local e regional, que inicia e se encerra no trabalho, ou seja, no SUS. 2. Reduzir o custo de contratação de professores seletistas para ministrar estágios curriculares.
Metas: 1. Todos os câmpus da Unemat que possuem cursos na área de saúde. 2. Unidades de saúde dos Municípios e do Estado de Mato Grosso. 3. 50% a 60% de melhorias na formação acadêmica.
Estratégias: 1. Instituir programas de capacitação de preceptores, fornecendo a eles instrumentos pedagógicos que permitam através de metodologias ativas colaborarem com a formação dos acadêmicos. 2. Ampliar o programa de bolsas para os preceptores.

Política vigente conforme Resolução CONSUNI nº 29/2016 e 41/2017

Proposição 24: Criar programas de estágios intercâmpus e interinstitucionais.
Objetivos: 1.Oferecer estágios para alunos de outras IES e intercâmpus de forma dinâmica e desburocratizada.
Metas: Implementação imediata. (Definir meta)
Estratégia: 1. Criar política dentro da PROEG.

Proposição 25: Garantir a mobilidade acadêmica entre cursos de uma mesma Unidade Regional ou Unidades Regionais diferentes.
Objetivos: 1. Ampliar a atividade dos acadêmicos no ensino da graduação.
Metas: 1. A partir de 2018/1
Estratégias: 1. Divulgar a Mobilidade acadêmica em todos os câmpus. 2. Otimizar o sistema acadêmico.

Proposição 26: Aperfeiçoar a Política de Avaliação Institucional
Objetivo: 1. Acompanhar, propor intervenções na realidade apresentada.
Metas: 1. PROEG, PRAE, câmpus. (Definir meta)
Estratégias: 1. Promover articulação da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) com a gestão dos câmpus. 2.Efetivar de ações pedagógicas conectadas com a política de formação continuada.

Proposição 27: Reestruturar o sistema de avaliação de desempenho acadêmico em cursos de graduação.
Objetivos: 1. Tornar mais justa a avaliação do acadêmico. 2. Melhorar a avaliação de aprendizagem do aluno.
Meta: 1. Em 2018.
Estratégia: 1. Remodelar o processo de avaliação.

Proposição 28: Instituir política de Marketing da universidade e dos cursos oferecidos.
Objetivos 1. Ampliar a divulgação do vestibular.
Metas: 1. Implantação imediata após plano de Marketing definido. Definir meta
Estratégia: 1. Elaborar plano de Marketing para a Universidade.

Proposição 29: Fortalecer as Políticas Afirmativas.
Objetivo: 1.Garantir o acesso e a permanência dos alunos ingressantes pelas políticas afirmativas.
Metas: 1. PROEG: do ingresso ao término do curso. (Definir meta)
Estratégias 1. Instituir política de acompanhamento dos ingressantes por políticas afirmativas do início ao término do curso.

Proposição 30: Fortalecer o ecossistema empreendedor na universidade sob o conceito da tripla hélice.
Objetivos: 1. Desenvolver a cultura empreendedora na comunidade acadêmica, isto é, a pró-atividade para resolver problemas, assumindo riscos e aproveitando oportunidades.
Metas: 1. A partir de 2018.
Estratégias: 1. Regulamentar a política de prestação de serviços. 2. Ofertar disciplina de empreendedorismo. 3. Trabalhar a proatividade/espírito criativo nas disciplinas do curso.

Proposição 31: Estruturar as unidades locais para oferta de atividades à distância.
Objetivos: 1. Garantir a qualidade da oferta de atividades à distância e na produção e manutenção dos conteúdos oferecidos virtualmente.
Metas: Definir meta
Estratégia: 1. Criar uma equipe local responsável pela gravação, edição e manutenção dos conteúdos disponibilizados virtualmente.

Eixo 2: Pós-Graduação

Proposição 1:.Reorganizar administrativa e pedagogicamente a Pós-Graduação (lato sensu e stricto sensu) garantindo seu vínculo nas Faculdades.
Objetivos: 1. Normatizar a pós-graduação stricto sensu como um curso na Faculdade em que o programa pertence. 2. Integrar o ensino de Graduação com ensino de Pós-Graduação, democratizando o acesso de alunos e servidores. 3. Prever administrativamente recursos humanos (servidores públicos) necessários para o programa. 4. Consolidar programas com Mestrados e Doutorados, buscando aumento dos seus conceitos.
Metas: 1. Até 2021. 2. Até 2024. **Percentuais de melhorias:** * Ampliar o número de vagas na Pós-Graduação em pelo menos 50%. * Pelo menos 80% das faculdades devem ter um programa stricto sensu e 100% das faculdades um programa lato sensu. * Promover políticas de qualificação para que 100% dos professores, e pelo menos, 50% dos PTES, estejam qualificados em nível de mestrado e/ou doutorado. * Pelo menos 70% dos professores doutores estejam credenciados em, no mínimo, um programa de pós-graduação.
Estratégias: 1. Utilizar planejamento estratégico e participativo e PDI para definir ações nas Faculdades. 2. Elaborar um planejamento em cada um dos programas para fomentar o acesso a professores doutores, vinculados a Faculdade do programa. 3. Ofertar cursos na modalidade MINTER e DINTER, a partir dos nossos programas já conceituados. 4. Articular e fomentar políticas de acesso a docentes no sistema de Pós-Graduação. 5. Buscar abrir cursos de doutorado.

Proposição 2:. Fortalecer a pós-graduação.

Objetivos:

1. Estruturar os laboratórios permitindo o uso destes também por alunos da graduação, desde que respeitados as especificidades.
2. Consolidar os programas de pós-graduação com criação de nível doutorado para programas de mestrado.
3. Elevar os conceitos dos programas de pós-graduação.
4. Aumentar o interesse no acadêmico pela continuidade dos estudos na Unemat.
5. Democratizar os Programas de pós-graduação lato e stricto sensu da UNEMAT.
6. Desenvolver a pós-graduação nas áreas do conhecimento que ainda não possuem programas de pós-graduação.
7. Atender a demanda de continuidade de formação dos graduados de diferentes câmpus.
8. Atender os pontos 13.7, 14.4, 14.5, 14.9 e 14.10 do PNE.
9. Consolidar os grupos de pesquisa.
10. Promover o intercâmbio científico e tecnológico.
11. Ampliar a oferta de vagas da pós-graduação.
12. Possibilitar novas formas de financiamento da pós-graduação.
13. Estreitar a Relação entre Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação.
14. Nivelar as atividades e compreender as especificidades de cada câmpus in loco.
15. Fortalecer e democratizar o acesso de professores na pós-graduação.

Metas:

1.Em 2018.
2.A partir de 2018
3.Até 2019.
4.A partir de 2019.
5.Em toda a pós-graduação até 2020.
6.Nos próximos 3 anos na PRPPG.
7.Implementação Imediata.

Estratégias:

1. Estabelecer grupo de trabalho para planejamento de curto e médio prazo.
2. Definir grupo de acompanhamento e avaliações das ações do programa.
3. Institucionalizar a câmara de pós-graduação.
4. Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, a partir da organização efetiva das faculdades por área do conhecimento.
5. Normatizar e acelerar o processo de criação e ampliação de cursos de pós-graduação Lato e Stricto Sensu.
6. Regulamentar a política de oferta e execução da Pós-graduação Lato sensu.
7. Propor políticas de apoio aos Programas de pós-graduação lato e stricto sensu da UNEMAT.
8. Criar o programa institucional de fortalecimento da pós-graduação.
9. Instituir comissão com membros da PRPPG e demais setores jurídicos e administrativos necessários para regulamentar à oferta destes cursos.
10. Realizar estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade, regulamentar nas legislações vigentes da Unemat e aprovar nos conselhos superiores.
11. Rever as resoluções da Unemat para atender as necessidades da Pós-Graduação.
12. Reestruturar a Fundação de Apoio para administrar financeiramente a execução de cursos de pós-graduação lato sensu e projetos.
13. Garantir dotação orçamentária junto ao governo do estado.
14. Reservar 10% das vagas para alunos PEC, ou seja, alunos especiais, em regime de matrícula especial nos cursos de pós graduação.
15. Fomentar as pesquisas básicas, aplicadas, tecnológicas e interdisciplinares.
16. Incentivar e fomentar as pesquisas regionais.
17. Utilizar metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância.
18. Consolidar as faculdades por área do conhecimento.
19. Realizar o levantamento dos professores qualificados e habilitados para ingressar nos programas de pós graduação Stricto Sensu.
20. Prever recursos para implantação de novos cursos stricto sensu.

Oferta de cursos:

21. Abrir novos cursos de pós-graduação stricto sensu, com fluxo continuo.
22. Ofertar pós-graduação stricto sensu – mestrado no formato modular no período de férias.
23. Ofertar Pós-graduação stricto sensu – mestrado no formato 3T (modular no período de férias) nas áreas de gestão, administração e

educação.
24. Ofertar pós-graduação lato sensu paga ou gratuita, ficando a cargo dos proponentes a modalidade.
25. Ofertar mestrado profissional específico para PTES.

Das modalidades pagas:
26. Utilizar 100% do recurso de cursos pagos para manutenção, custeio e investimento nos programas, não podendo ser aplicados para pró-labore e bolsas.
27. Quando for paga, 50% dos recursos devem ser exclusivos para estruturação dos cursos.
28. Garantir que o valor recolhido seja destinado ao Campus ofertante, fomentando a demanda de cada setor de acordo com suas necessidades (Graduação, pós-graduação e infraestrutura).
29. Conceder bolsa para acadêmicos advindos de instituições públicas, privadas com FIES ou com bolsa integral.

30. Ampliar o número de vagas da pós-graduação, para possibilitar qualificação dos servidores tanto em programas internos quanto externos, atendendo ao plano de qualificação dos servidores da Unemat.
31. Possibilitar ampliação de vaga da pós-graduação Stricto Sensu por meio de edital específico.

Parcerias

32. Regulamentar parcerias dos programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu com outros órgãos da administração pública e privada.
33. Buscar junto aos outros órgãos governamentais parcerias para oferecimento de cursos de pós-graduação voltados para públicos específicos, em consonância com as regras da CAPES e considerando a relevância social.
34. Criar fórum de Discussão da Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação, devendo ser realizado anualmente com os representantes dos segmentos, a cada ano em um câmpus diferente.
35. Criar um site para inserção de projetos de pesquisas da UNEMAT e alimentada pelo próprio professor responsável do projeto de pesquisa.
36. Estabelecer política de credenciamento ou descredenciamento de docentes nos programas de pós-graduação.
37. Credenciar até 80% dos docentes doutores da UNEMAT na pós-graduação.

Proposição 3:. Criar Programa de Financiamento Interno de Pesquisa e Extensão.
Objetivos: 1.Financiar a pesquisa e a extensão. 2.Valorizar a produção científica, técnica e artística dos docentes da Unemat em regime de DE.
Metas: 1. A partir de 2018. 2. Até 2022.
Estratégias: 1. Instituir o Programa e provisionar recursos para aquisições de material permanente e consumo. 2. Elaborar diretrizes de fomento e incentivo à produção científica, técnica e artística na UNEMAT. 3. Aumentar em até 30% a produtividade em Pesquisa e Extensão da UNEMAT. 4. Reunir anualmente com representantes de todos os órgãos da instituição vinculados à pesquisa, garantindo participação das diferentes áreas de conhecimento para a formulação das propostas. 5. Conceder financiamento a projetos de pesquisa no âmbito da universidade. 6. Reuniões anuais com representantes dos vinculados a pós-graduação Stricto Sensu e a pesquisa garantido participação das diferentes áreas de conhecimento para a formulação das propostas. 7. Decidir e formular coletivamente as orientações para desenvolvimento das atividades específicas da pós-graduação (antes de apresentar proposições de políticas ao CONEPE e CONSUNI).

Proposição 4: Criar um Fundo para cada Programa de Pós-Graduação.
Objetivos: 1. Auxiliar na manutenção e custeio de ações da Pós-Graduação. 2. Agilizar a execução de pesquisa e pós-graduação. 3. Articular atores e ações de pesquisa e Pós-graduação.
Metas: 1. Até 2019. 2. Até 2020.
Estratégias: 1. Criar uma comissão (PRPPG) para adequar os planeamentos dos programas e discutir as resoluções necessárias para criação dos fundos junto à fundação de apoio com uma gestão transparente e coletiva. 2. Adequar a legislação interna às necessidades e a execução da manutenção e custeio da Pós-graduação 3. Adaptar e fomentar mecanismos de captação de recursos para que os programas de Pós-Graduação possam ter um fundo vinculado as fundações de apoio para auxiliar na manutenção e custeio do programa.

Proposição 5: Implantar o sistema integrado de gestão de atividades acadêmicas (SIGAA) módulo Stricto Sensu.
Objetivos: 1. Organizar e melhorar a administração da trajetória acadêmica e outras atividades relativas aos cursos (matrículas, históricos escolar, diploma, relatórios, bolsas, empréstimo de livros, diários, entre outros).
Metas: 1.Implantação em 2017/2. (Reformular meta)
Estratégias: 1.Criar e disponibilizar o sistema inicialmente em fase experimental (um semestre) e posteriormente definitivo, a partir da avaliação dos usuários.

Proposição 6: Integrar graduação e pós-graduação.

Objetivos:

1. Possibilitar continuidade no processo de qualificação no nível de pós-graduação lato sensu.
2. Estabelecer um programa de ensino continuado.
3. Possibilitar que alunos de mestrado e/ou doutorado co-orientem alunos da graduação (TCC) sob supervisão do orientador principal.

Metas:

1. Em até 2020.
2. Até 2022.

Percentual de melhoria:

Realização de no mínimo de 30% de todas as atividades de integração em 100% dos cursos.
Aumentar em 80% a participação dos alunos da pós-graduação nas atividades de orientação de TCC e publicação de artigos científicos em conjunto.

Estratégias:

Regulamentação:

1. Regulamentar e aprovar pelos conselhos.
2. Regulamentar possíveis atividades/ações de integração.
3. Normatizar as atividades de integração, por exemplo: práticas de laboratório; eventos científicos; Conferências; presença dos discentes em defesas de dissertação e tese; oferta de mini-cursos na graduação; participação de alunos da graduação nos laboratórios vinculados à pós-graduação; alunos da pós-graduação co-orientem trabalhos na graduação.
4. Regulamentar o estágio em docência, permitindo que o aluno atue na disciplina, ministrando até 25% das aulas do professor orientador sob a supervisão do mesmo.

Bolsas:

5. Fomentar prioritariamente um número adicional de bolsas de iniciação científica para alunos de TCC's com co-orientação por alunos dos PPG's.
6. Ofertar bolsas de iniciação científica para alunos de graduação sob orientação de qualquer docente com a co-orientação de um pós-graduando, desde que o projeto de TCC esteja incluído em um projeto institucionalizado.
7. Realizar a interação de forma planejada entre a Graduação e Pós-graduação.

Proposição 7: Integrar os programas de pós-graduação stricto sensu.
Objetivos: 1. Oportunizar que as disciplinas e pesquisas possam ocorrer de forma multi e interdisciplinar. 2. Otimizar a estrutura física e laboratorial dos programas para que as pesquisas obtenham patamares mais amplos e atendam às necessidades da sociedade. 2. Aumentar a relação entre pesquisadores/ professores e alunos dos vários programas de Pós-Graduação de áreas afins.
Metas: 1. Até 2019. 2. Até 2020.
Estratégias: 1. Implantar em Sistema todos os programas de pós-graduação com suas disciplinas. 2. Rever a resolução da Pós-graduação adequando-a as necessidades de Unemat. 3. Promover programas e projetos de extensão que permitam a interdisciplinaridade e multiprofissionalidade entre os Programas de Pós Graduação (PPG's). 4. Criar páginas para todas as disciplinas e programas de forma padronizada para que os alunos tenham a liberdade de construir, junto com seu orientador, o seu currículo ao longo da sua formação na pós-graduação. 5. Codificar as disciplinas de forma comum para que os alunos possam cursá-las nos locais mais apropriados, com consentimento do orientador.

Proposição 8: Fortalecer políticas públicas para formação de professores e profissionais indígenas em nível de pós-graduação.
Objetivos: 1. Complementar a formação acadêmica nas áreas específicas. 2. Consolidar a formação acadêmica, e fomentar a pesquisa no âmbito da Faculdade Intercultural Indígena. 3. Otimizar as relações acadêmicas, o registro e os trâmites oficiais de documentos da Secretaria Acadêmica.
Metas: 1. Até 2023.
Estratégias: 1.Estabelecer estratégia junto à Coordenação do Câmpus Universitário de Barra do Bugres-MT para atender a demanda. 2.Estabelecer parceria com a SEDUC, Secretarias Municipais, Ministério de Educação e outras IES, Ministério de Educação, Ministério de Cultura, Funai. 3. Promover o ensino de 4 línguas indígenas, da língua portuguesa e de línguas estrangeiras. 4. Descrever e documentar as línguas indígenas de Mato Grosso. 5. Disponibilizar, em várias línguas indígenas, versões de textos clássicos referentes à legislação e direitos indígenas. 6. Criar acervo da cultura material e imaterial dos povos indígenas de Mato Grosso. 7. Assegurar a pesquisa bibliográfica em várias áreas do conhecimento aos acadêmicos indígenas. 8. Ofertar um curso anual de pós-graduação, lato senso, na área de Educação Escolar Indígena na Faculdade Intercultural Indígena de Barra do Bugres.

Proposição 9: Fortalecer o papel da extensão junto aos programas de pós-graduação dentro da universidade.
Objetivos: 1. Potencializar os resultados das pesquisas realizadas na Pós-Graduação por meio das ações de extensão. 2. Desenvolver ações de extensão junto aos programas pós-graduação. 3. Fortalecer o registro das atividades de extensão junto aos programas de pós-graduação.
Metas: 1. Até 2018.
Estratégias: 1. Incorporar ao sistema de gestão integrado o registro das atividades de extensão da pós-graduação.

Proposição 10: Articular pesquisa e extensão nos cursos de modalidades diferenciadas por meio dos programas de pós-graduação.
Objetivos: 1. Estreitar parcerias com Programas de Pós-Graduação, a fim de repercutir as pesquisas em forma de Extensão nos cursos de modalidades diferenciadas.
Metas: 1. Até 2022.
Estratégias: 1. Propor parcerias com Programas de Pós-Graduação, a fim de que Professores Pesquisadores, Mestrandos e Doutorandos possam estender suas pesquisas, por meio de Extensão, aos alunos das Modalidades Diferenciadas. 2. Criar políticas que regulamentem e contemplem a pesquisa e a extensão nas modalidades diferenciadas 3. Beneficiar no mínimo 20% dos cursos de modalidades diferenciadas.

Proposição 11: Incentivar professores dos programas de Pós-Graduação da UNEMAT e de outras instituições a participarem dos editais seletivos das modalidades diferenciadas.
Objetivos: 1. Possibilitar que os cursos de modalidades diferenciadas recebam em seus quadros docentes Professores Pesquisadores da UNEMAT e de outras instituições.
Metas: 1. A partir de 2018.
Estratégias: 1. Regulamentar estratégias específicas para atrair professores de pós-graduação para os cursos de modalidades diferenciadas. 2. Estabelecer convênios com Programas de Pós-Graduação. 3. Estender os resultados dos Programas de Pós-graduação em cursos de modalidades diferenciadas.

Proposição 12: Garantir a mesma qualidade de ensino (recursos humanos, infraestrutura, etc) na graduação e na pós-graduação.
Objetivos: 1. Garantir a qualidade tanto da pós-graduação quanto da graduação.
Metas: 1. Em todos os câmpus da Unemat. 2. Iniciar discussão e planejamento logo após aprovação no congresso.
Estratégias: 1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, CONSUNI, dos NDEs dos cursos de graduação e demais representatividades da comunidade acadêmica para se rever a Resolução 14/2012-CONSUNI. 2. Garantir que todos os professores deem aulas na graduação, inclusive aqueles que estão na pós-graduação. 3. Abolir a dispensa de disciplinas na graduação devido à orientação na pós-graduação. 4. Garantir pelo menos que 02 disciplinas sejam ministradas na graduação.

Proposição 13: Criar vagas para PTES de nível superior para atuar na secretaria de Pós-Graduação.
Objetivos: 1. Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação, lato e Stricto Sensu. 2. Atender a demanda de técnico qualificado para secretaria de pós-graduação Stricto Sensu.
Metas: 1. Até 2020 – em todos os câmpus da Unemat.
Estratégias: 1. Aproveitar o quadro técnico qualificado para secretariar os cursos de pós-graduação Stricto Sensu.

Proposição 14: Regulamentar a participação de servidores e colaboradores em Programas de Pós-Graduação.
Objetivos: 1.Integrar a Comunidade Acadêmica. 2. Possibilitar a participação de PTES e docentes como colaboradores em Programas de Pós Graduação, observando as diretrizes dos programas de Pós-Graduação e da Capes. 3. Possibilitar a presença e o aproveitamento de professores com experiência em pesquisa, nesta ou em outras universidades nos PPGs, a fim de que possam colaborar com a qualidade dos Programas em desenvolvimento.
Metas: 1. Todos os PPGs a partir de 2018.
Estratégias: 1. Instituir comissão mista de conselheiros do Conepe, Consuni e demais representatividades da comunidade acadêmica para definição das normas da participação dos PTEs e docentes. 2. Regulamentar a participação de professores colaboradores e visitantes. 3. Criar vaga de professor sênior nos PPGs. 4. Definir critérios para enquadramento e normas para o trabalho de professores, com possibilidade de bolsas, via instituição ou externas, nas categorias de Professor Visitante e Professor sênior.

Proposição 15: Criar função de vice coordenador PPGs no quadro funcional da Unemat.
Objetivos: 1. Fortalecer gestão de PPGs.
Metas: 2. Apresentar resolução até 2018.
Estratégias: 1. Criar a função de vice coordenador de Programas de Pós-Graduação da Unemat. 2. Alteração da legislação interna.

Eixo 3: Pesquisa

Proposição 1: Fomentar a realização de projetos de extensão com interface na pesquisa.
Objetivos: 1. Aumentar o número de projetos de pesquisa. 2. Possibilitar autofinanciamento da pesquisa e da extensão no âmbito da própria universidade por meio do que for arrecadado em convênios e/ou mesmo por meio das Fundações. 3. Garantir a permanência dos alunos na instituição.
Metas: 1. Até 2020. 2. A partir de 2020.
Estratégias: 1. Criar fundo de financiamento de pesquisa e extensão via fundação de apoio para operacionalização dos recursos. 2. Analisar os mecanismos para criação de fundações. 4. Criar uma comissão para analisar a regulamentação e os percentuais a serem destinados a permanência dos alunos. 5. Fomentar pesquisa e Bolsas de Iniciação Científica. 6. Direcionar um percentual do valor arrecadado a um fundo de permanência dos alunos, vinculando às atividades de pesquisa. 7. Direcionar um percentual do valor arrecadado para manutenção e instalação dos equipamentos dos projetos de pesquisa. 8. Ampliar as formas de financiamento da instituição. 9. Promover política de financiamento da iniciativa privada. 10. Estabelecer parcerias público privadas. 11. Captar recursos da iniciativa privada para financiamento de ações de pesquisa.

Proposição 2: Normatizar Centros e Núcleos existentes com foco nas suas vocações regionais.
Objetivos: 1. Garantir que novos grupos estejam alinhados nessa vocação, potencializando projetos de pesquisas que atendam as demandas da sociedade. 2. Atender as demandas da sociedade por soluções da comunidade acadêmica ao desenvolvimento científico e social do estado, região e país. 3. Fortalecer o processo de avaliação de atividades docentes.
Metas: 1. Até 2018 2. Até 2019 **Percentual:** 1. Que 100% dos professores em regime de TIDE estejam participando em projetos e grupos de pesquisa e que 100% dos projetos de pesquisa da Unemat sejam institucionalizados. 2. Que 100% dos projetos de pesquisa com financiamento externo tenham bolsista de iniciação científica.
Estratégias: 1. Informatizar toda a política de supervisão, avaliação e institucionalização das ações de pesquisa da Unemat. 2. Sensibilizar, divulgar e implantar as decisões da política de pesquisa, grupo, centros, núcleos e coleções da Unemat. 3. Melhorar os mecanismos para controle das funções e supervisionar a participação de professores em TIDE em projetos e grupos de pesquisa. 4. Transformar o regime de trabalho dos professores em TIDE. 5. Estabelecer uma política para oferta de bolsa de iniciação científica. 6. Regulamentar a atuação dos PTES em projetos de pesquisa. 7. Garantir a efetivação da participação do PTES em atividades fins (didático cientificas) prevendo nos instrumentos regulatórios. 8. Alinhar as pesquisas da Universidade às necessidades da sociedade, buscando a interlocução necessária entre os atores internos e externos do setor público ou privado.

Proposição 3: Ampliar e fortalecer políticas para fomentar os projetos, grupos, programas, núcleos e centros de pesquisa.
Objetivos: 1. Operacionalizar a interação entre pesquisadores de áreas afins. 2. Valorizar os grupos de pesquisas da instituição. 3. Orientar e incentivar a elaboração de projetos de pesquisa com vistas a garantir a captação de recursos externos nacionais e internacionais.
Metas: 1. Até 2019 2. A partir de 2019
Estratégias: 1. Criar e aprovar regulamentação das políticas nos conselhos superiores. 2. Promover seminários locais/regionais, por grande área de conhecimento, para socializar e fomentar a criação de grupos de pesquisa intercâmpus e interdisciplinares. 3. Incentivar parcerias público/privado para o desenvolvimento de pesquisas e fomento de bolsas. 4. Criar normas para parcerias público/privada. 5. Criar políticas para captação de recursos externos em âmbito nacional e internacional. 6. Implantação das políticas com previsão no orçamento da universidade. 7. Constituir equipe de consultores no âmbito da Instituição. 8. Criar sistema de informação que contenha todas as pesquisas já realizadas e em atividade na instituição. 9. Criar estrutura e equipe multidisciplinar para prospecção de recursos para projetos de pesquisa.

Proposição 4: Implantar política de prestação de serviços dos laboratórios/centros/núcleos de pesquisa para comunidade externa.
Objetivos: 1. Aumentar a interlocução da comunidade acadêmica com a sociedade nos seus diferentes níveis. 2. Disponibilizar a Universidade, pesquisadores e laboratórios para a sociedade. 3. Promover o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado. 4. Estabelecer condições para que a execução seja mais ágil nas ações de manutenção e custeio dos laboratórios e centros com suas respectivas pesquisas.
Metas: 1. Até 2020.
Estratégias: 1. Fortalecer as fundações de apoio para que as mesmas tenham condições de garantir a execução de ações de manutenção e custeio da pesquisa e pós-graduação. 2. Criar fundo de manutenção e investimentos dos laboratórios nas suas respectivas faculdades, vinculando suas ações de prestação de serviços de laboratórios e pesquisa. 3. Atualizar a legislação necessária para a execução do fundo de forma que o mesmo tenha uma gestão transparente e coletiva.

Proposição 5: Implementar política permanente de gestão, avaliação e investimento nos laboratórios que atendam ao ensino.
Objetivos: 1. Atender as necessidades de reconhecimento dos cursos de graduação.
Metas: 1. Em 100% dos câmpus até 2022.
Estratégias: 1. Criar novos laboratórios e fortalecer os já existentes que atendam ao ensino.

Proposição 6: Estabelecer política para garantir a Infraestrutura necessária para execução das atividades dos grupos de pesquisa.
Objetivos: 1. Viabilizar o intercâmbio entre pesquisadores da UNEMAT com outros pesquisadores. 2. Melhorar as condições de trabalho dos pesquisadores.
Metas: 1. A partir de 2018.
Estratégias: 1. Garantir junto ao governo do Estado e instituições privadas, aporte financeiro para melhoria da infraestrutura e abertura de editais internos. 2. Criar políticas para o fortalecimento dos grupos de pesquisa.

Proposição 7. Instituir Política para manutenção de equipamentos de pesquisa e coleções científicas e didáticas.
Objetivos: 1. Conservar os equipamentos e as coleções.
Metas: 1. A partir de 2018.
Estratégias: 1. Possibilitar que os recursos não sejam do orçamento do Câmpus. 2. Prever no orçamento da instituição, recurso para manutenção de equipamentos de projetos de pesquisa e coleções.

Proposição 8. Publicitar a produção científica, tecnológica e cultural, resultante das ações de pesquisa e pós-graduação.
Objetivos: 1.Fomentar o jornalismo científico e divulgação científica das ações de pesquisa, extensão e práticas inovadoras de ensino.
Metas: 1. PRPPG-Coordecom a partir de 2019.
Estratégias: 1. Produzir folhetos, cartilhas, informes, folders, páginas da web, mídias para divulgação, etc. 2. Criar um Banco virtual de trabalhos (monografia, dissertações e teses) e produção científica oriunda das ações de pesquisa.
Proposição 9. Fortalecer a política de Inovação, empreendedorismo e valorização da pesquisa interdisciplinar em REDE.
Objetivos: 1. Estimular pesquisas tecnológicas em Rede. 2. Atender as estratégias 12.11, 13.5 e 14.9 do PNE. 3. Promover a interdisciplinaridade no desenvolvimento de projetos de pesquisa. 4. Ampliar o sistema de Inovação com foco na Educação Empreendedora. 5. Ampliar as relações da universidade por meio do sistema de inovação, com as organizações sociais e empresas de todo porte, agricultura familiar, economia criativa.
Metas: 1. PRPPG-NIT a partir de 2019.
Estratégias: 1. Divulgar a política de propriedade intelectual. 2. Restaurar os Institutos nas áreas do conhecimento junto à reitoria. 3. Organizar o NIT da Unemat como o “hub” de entrada da sociedade e saída da produção tecnológica, na forma de prestação de serviços à comunidade externa (INOVA Unemat). 4. Construir uma estrutura para ser o INOVA Unemat no Master Plam do Parque Tecnológico. 5. Ampliar a política de apoio a Inovação Científica e Tecnológica. 6. Sistematizar a produção científica e tecnológica, vinculada à propriedade intelectual.

Proposição 10. Investir na qualificação do servidor em nível de pós-graduação.
Objetivos: 1. Garantir o tempo necessário para as qualificações stricto sensu, aumentando os tempos de afastamento. 2. Oferecer contínuo aprimoramento na pesquisa com mais acesso a financiamento externo e aumento da produtividade científica.
Metas: 1. Em 2018.
Estratégias: 1. Alocar recursos financeiros no planejamento anual da Unemat. 2. Alterar e aprovar a resolução 012/2011-CONEPE com os prazos de: a) 24 meses para mestrado; b) 48 meses para doutorado; c) 12 meses para pós-doutorado;

Proposição 11. Garantir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, nas modalidades diferenciadas de ensino.
Objetivos: **Promoção da pesquisa:** 1.0 Promover a Pesquisa, por meio do Professor Pesquisador, nos cursos de modalidades diferenciadas. 1.1 Promover a Pesquisa nos cursos de modalidades diferenciadas, por meio de projetos de Extensão, Pesquisa. 2. Constituir mecanismos que possibilitem o acesso do aluno dos cursos de modalidades diferenciadas às Pesquisas, por meio do corpo docente. 3. Incentivar a formação de Grupos de Pesquisa.
Metas: 1. A partir de 2018
Estratégias: 1. Por meio de Editais Seletivos dos Cursos de modalidades diferenciadas, reservar um percentual para Professores Pesquisadores. 2. Reservar 20% das vagas dos Editais Seletivos para Professores Pesquisadores ou alunos dos programas de pós-graduação da Unemat ou outras Instituições. 3. Constituir mecanismos que possibilitem o acesso do aluno dos cursos de modalidades diferenciadas às Pesquisas, por meio do corpo docente. 4. Garantir que as Pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação ou aprovadas por órgãos de fomento possam, por meio da Extensão e Pesquisa, repercutir nas modalidades diferenciadas de ensino na Unemat.

Proposição 12. Consolidar políticas de pesquisa que promovam o mapeamento de demandas sociais e encaminhem para os centros de pesquisa da Universidade.
Objetivos: 1. Evidenciar o protagonismo da sociedade em concomitância com a comunidade acadêmica. 2. Desenvolver ações que favoreçam a efetividade da integração da universidade pública com a sociedade.
Metas: 1. Em 2019/2.
Estratégias: 1. Realizar o mapeamento de demandas sociais e encaminhar para os centros de pesquisa da Universidade, consolidando as políticas de pesquisa.

Proposição 13. Criar políticas que permitam a participação dos Profissionais Técnicos Administrativos da Educação Superior em Projetos de pesquisa, extensão, cultura e ensino.
Objetivos: 1. Garantir a atuação de Técnicos Administrativos da Educação Superior em Projetos de pesquisa, extensão, cultura e ensino. 2. Fomentar a maior participação dos PTES no desenvolvimento das pesquisas institucionais. 3. Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação, lato e Stricto sensu. 4. Fortalecer a pesquisa.
Metas: 1. Até 2018. 2. A partir de 2019. 3. Implantação até 2020. 4. Até 2025.
Estratégias: **Possibilitar que o Técnico Administrativo possa dedicar:** **1.0** - 08 (oito) horas semanais para participar de projetos de Pesquisa. **1.1** - no mínimo 10 (dez) horas semanais para participar nos projetos de Pesquisa. **1.2** - que PTES optantes pela jornada de trabalho de 40h possam se dedicar 10h em atividades de projetos. **1.3** - até 08 horas semanais, da sua carga horária de acordo com o plano de trabalho do projeto institucionalizado, contemplando função específica, cronograma e expectativa de dias e período de atividade. 2. Regulamentar a legislação da Instituição e a lei de carreira para fixar atribuições. 3. Garantir que a regulamentação não pré-estabeleça a carga horaria para participação e coordenação em projetos de pesquisa. 4. Instituir comissão para discussão e planejamento após o congresso. 5. Instituir comissão mista de conselheiros do Conepe, Consuni e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 6. As comissões para estudo dessa regulamentação devem ser iniciadas nos câmpus de atuação dos técnicos. 7. Possibilitar que o técnico de nível superior participe em projetos de pesquisa sem comprometimento na função do cargo de concurso.

Eixo 4: Extensão e Cultura

Proposição 1: Fortalecer a extensão universitária
Objetivos: 1.Fomentar a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão por meio da extensão Universitária. 2.Incentivar a prática da extensão, visando o fortalecimento da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. 3.Ampliar a visibilidade dos produtos gerados pelas ações de extensão. 4.Facilitar e garantir a divulgação das ações de extensão e cultura. 5.Popularizar os conhecimentos. 6.Valorizar a extensão nos cursos regulares e modalidades diferenciadas da Unemat. 7.Fortalecer projetos de extensão. 8.Ampliar as ações de intercâmbio de Extensão e Cultura 9.Possibilitar o aprimoramento de técnicas atuais de estudos nas diversas áreas de atuação da universidade.
Metas: 1. A partir de 2018 2. A partir de 2019 3. Até 2020 4. 2020 5. Implantação imediata após regulamentação nos Conselhos
Estratégias: **Formas de Financiamento das ações de extensão:** **1.0 Institucional** Criar política institucional de Financiamento da extensão. **1.1 Institucional e com outras instituições públicas** Criar política institucional de Financiamento da extensão. Buscar parcerias com agências de fomento, assim como com outras instituições públicas. Estabelecer e ampliar o desenvolvimento de acordos de cooperação.

1.2 Parceria público/privada

Buscar parceria público/privada

Formas de promoção e de divulgação das ações de extensão

2. Promover eventos científicos/feiras, saraus, concurso de poesias, apresentações culturais, exposições, palestras motivacionais, etc.
3. Incentivar divulgação das ações da extensão por meio dos produtos acadêmicos por ela gerados e publicações.
4. Implantar ações de marketing nos câmpus e publicitar os produtos acadêmicos de extensão como forma de difusão do conhecimento.
5. Incentivar a prática da extensão nas comunidades interna e externa.
6. Propor atividades/projetos de extensão nas escolas públicas e nos primeiros semestres dos cursos de graduação como nivelamento.
7. Atuar de forma mais expressiva nas escolas de educação básica e na graduação com objetivo de melhoria do ensino e aprendizagem, bem como na comunidade por meio de troca de saberes.
8. Fortalecer a revista de extensão da UNEMAT.
9. Promover o intercâmbio científico, tecnológico e cultural, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão

Formas de regulamentação

10.0. Regulamentar o aproveitamento de atividades de extensão: cursos, programas, projetos, eventos ou produtos envolvendo servidores e discentes.

10.1. Regulamentar o aproveitamento quando houver equivalência entre curso de extensão (carga horária e ementa) e a disciplina na graduação.

Formas de implementação

11.0. Disponibilizar plataforma integrada de institucionalização das ações de extensão, que propicie o monitoramento e divulgação das ações de extensão institucionalizadas.

11.1 Implantar sistema de institucionalização, monitoramento e controle das ações de extensão.

Proposição 2: Criar uma política de Extensão para a ampliação de projetos com a participação de integrantes de diferentes cursos, câmpus, faculdades e universidades.

Objetivos:

1. Promover a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade acadêmica no desenvolvimento de projetos de extensão.
2. Fomentar e apoiar o desenvolvimento das atividades de extensão integradas e de maior complexidade.
3. Adensar as ações de extensão que resultem em maior eficiência e efetividade.
4. Estimular ações de extensão de caráter interdisciplinar e multiprofissional nas diversas áreas de conhecimento de atuação da universidade e de interesse da sociedade.
5. Fomentar a integração de atividades de extensão/pesquisa/ensino por meio da indissociabilidade.
6. Potencializar as ações de extensão desenvolvidas

Metas:

1. Implementar a nova política até 2018/2.
2. Até 2020.

Estratégias:

Critério de seleção das ações

1.0. Estabelecer resolução para a institucionalização de novas ações de extensão, valorizando os que possuam membros de cursos ou câmpus diferentes.

1.1. Modificar os critérios de avaliação de propostas de ações de extensão com base nas seguintes prioridades:

- ✓ 1º mérito do projeto (produção de efeitos e mudanças sociais);
- ✓ 2º na capacidade de articulação com grupos sociais e instituições envolvidas;
- ✓ 3º interdisciplinaridade; e
- ✓ 4º qualificação da equipe executora da ação. Projetos que atendam à essa ordem de prioridades terão preferência na concessão de bolsas de extensão.

Formas de execução das ações

2. Criar programas de extensão em rede.
3. Agrupar e sistematizar os projetos já existentes na Unemat em seus diversos câmpus em um programa institucional.
4. Estimular a criação de centros de extensão nos câmpus, a partir do adensamento das ações de extensão.
5. Aglutinar as ações de extensão isoladas em projetos integrados em programas e núcleos.

Proposição 3: Criar programas permanentes de extensão que hospedem projetos multidisciplinares para as comunidades rurais e para a terceira idade.
Objetivos: 1. Promover a troca de experiências proporcionando compartilhamento de saberes entre a universidade e comunidades rurais e pessoas da terceira idade.
Metas: 1. Até 2019.
Estratégias: 1. Fomentar núcleos interdisciplinares. 2. Garantir apoio logístico para atividades nas comunidades rurais. 3. Oportunizar ao público da terceira idade integração e acesso ao ambiente universitário. 4. Articular ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos que favoreçam a inclusão social e produtiva.

Proposição 4: Fortalecer as ações de extensão com ênfase em cultura, artes e prática desportiva na Universidade.
Objetivos: 1. Realizar eventos esportivos, culturais e artísticos que assegurem as possibilidades da prática permanente da cultura e do esporte, envolvendo os vários segmentos da comunidade. 3. Garantir a formação e valorização de talentos esportivos e culturais oriundos da comunidade acadêmica e da sociedade. 4. Consolidar as Olímpiadas da Unemat. 5. Implementar projetos de extensão na universidade em todos os Câmpus, com programas de atividades físicas e culturais. 6. Proporcionar ambiente de integração social, intercâmbio de ideias e parcerias interinstitucionais.
Metas: 1.Para o ano de 2018. 2.A partir de 2018. 3.Implementar a realização das Olimpíadas até 2019. 4.Ações estruturais até 2022. 5.Implantação em todos os câmpus da Unemat em até 2 anos
Estratégias: **Formas de implementação** 1. Regulamentar e aprovar pelos conselhos e representantes dos acadêmicos (CA's e DCE). 2. Alterar a normativa acadêmica para incluir a justificativa de faltas para a participação em eventos esportivos, artísticos e culturais promovidos pela Universidade, ou como representante da instituição em eventos externos. 3. Construir, revitalizar e adaptar a utilização dos espaços e equipamentos esportivos e culturais, disponibilizando profissionais de Educação Física para as atividades físicas. 6. Criar programas que estimulem a prática desportiva nos câmpus. 7. Realizar eventos esportivos locais e regionais que culminem nas Olimpíadas da UNEMAT. 8. Diversificar as modalidades esportivas que compõem as Olimpíadas. 9. Estimular e fortalecer a criação de atléticas, ligas esportivas e coletivos culturais. 10. Criar política de fomento a atletas e artistas que representem a instituição em competições e mostras oficiais. 11. Definir calendário de eventos culturais e esportivos em todos os câmpus. 12. Realizar Jornada de Arte e Cultura da UNEMAT, congregando as diversas produções artístico-culturais da comunidade acadêmica e

sociedade.
13. Oferecer apoio e auxílio financeiro da Universidade aos jogos universitários e eventos sociais criados e organizados pelos acadêmicos ou associações atléticas acadêmicas e criar resolução que possibilite a regularização das atléticas e dos eventos organizados por elas.
14. Ampliar, implantar e melhorar as praças esportivas nos câmpus da Universidade buscando parcerias público/privada.

Periodicidade de realização dos eventos desportivos
15.0. Alterar o projeto institucional de Olimpíada Universitária para promover a periodicidade de 3 anos.
15.1. Realizar as Olimpíadas Universitárias Desportivas a cada 2 anos, com infraestrutura necessária à sua realização com seletivas locais.

Proposição 5: Fortalecer o programa de Oferta de Línguas Estrangeiras.
Objetivos: 1. Tornar permanente a oferta de cursos de língua estrangeira nos câmpus universitários, facilitando a internacionalização da comunidade acadêmica. 2. Incentivar a comunidade acadêmica a desenvolver habilidades em comunicação, entendimento e escrita de línguas estrangeiras. 3. Elevar o número de acadêmicos com domínio em língua estrangeira. 4. Ampliar oferta de cursos de língua estrangeira para os membros da comunidade acadêmica e externa em todos os câmpus.
Metas: 1. Até 2020. 2. Até 2022.
Estratégias: 1. Viabilizar a estrutura para oferta de cursos de extensão em línguas estrangeiras, presencial ou virtual, em todos os câmpus, destinados à comunidade acadêmica e externa. 2. Criar uma plataforma de EAD ligada à PROEC para oferta de línguas estrangeiras. 3. Implantar Clube de Línguas Estrangeiras e LIBRAS. 4. Estruturar centros de línguas estrangeiras nos câmpus que ofertem curso de Letras. 5. Reativar/Implantar Laboratórios de Línguas. 6. Aproveitar acadêmicos que possuem conhecimento de idioma propondo bolsa de estudo e desenvolvimento de atividades acadêmicas dentro do laboratório de línguas, com orientação de um docente. 7. Implantar programas de língua estrangeira em todos os câmpus. 8. Estruturar centros.

Proposição 6: Implementar a curricularização da extensão
Objetivos: 1. Atender à estratégia 12.7 e 12.13 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). 2. Ampliar as políticas de inclusão dos egressos no âmbito profissional. 3. Promover a inovação curricular. 4. Otimizar o sistema de créditos. 5. Flexibilizar os currículos de graduação.
Metas: 1. A partir de 2018. 2. Até 2018/2.
Estratégias: **Modalidade de cursos** 1.0. Incluir a Extensão nos cursos oferecidos nas modalidades diferenciadas. 1.1. Implantar as adequações das matrizes curriculares em todos os cursos de graduação regulares e das modalidades diferenciadas. **Formas de implementação** 2. Regulamentar via CONEPE as modalidades diferenciadas. 3. Criar comissão e realizar seminário de curricularização da extensão na Unemat. 4. Regulamentar o aproveitamento quando houver equivalência entre curso de extensão (carga horária e ementa) e a disciplina na graduação. 5. Articular espaços para formação e deliberação sobre o funcionamento da curricularização. 6. Formular edital complementar ao de seleção para as modalidades diferenciadas que possibilite o desenvolvimento de atividades e projetos de extensão por parte dos docentes selecionados. 7. Promover projetos de Extensão nos cursos das modalidades diferenciadas de forma que o aluno vivencie novas formas de aprendizagem.

Proposição 7: Política de Prestação de Serviços
Objetivos: 1. Regulamentar a Prestação de Serviços em consonância com a legislação vigente.
Metas: 1. Até 2018. 2. A partir de 2018.
Estratégias: 1. Elaborar minuta de resolução da Política de Prestação de Serviço. 2. Socializar e encaminhar para deliberação da câmara de extensão e dos conselhos superiores. 3. Regulamentar e fomentar a Prestação de Serviços como ação de formação e inserção acadêmica no âmbito profissional. 4. Efetivar as ações de prestação de serviço.

Proposição 8: Criar e Implantar a Escola de extensão da UNEMAT.
Objetivos: 1. Fortalecer as políticas de extensão universitária.
Metas: 1. A partir de 2019. 2. Até 2020.
Estratégias: 1. Incentivar programas de capacitação da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização e socialmente vulneráveis. 2. Implantar parceria com instituições privadas, como por exemplo: SENAI, SENAC, entre outros, que ofereçam cursos profissionalizantes de curta duração. 3. Implementar política de extensão com a oferta de cursos de aperfeiçoamento e Lato Sensu. 4. Regulamentar a Escola de Extensão com a oferta de cursos de Aperfeiçoamento e Lato Sensu como ação de extensão, conforme Política Nacional de Extensão Universitária. 5. Regulamentar junto aos conselhos superiores 6. Criar e implantar um centro de formação extensionista.

Proposição 9: Criar Política de Museus, Arquivos e coleções científicas
Objetivos: 1. Estabelecer uma política de Gestão de museus e arquivos institucionais. 2. Proporcionar a criação e manutenção de coleções científicas da biodiversidade mato-grossense. 3. Assegurar a conservação, preservação e restauração do patrimônio material e imaterial.
Metas: 1. Até 2020.
Estratégias: 1. Promover a discussão das políticas de Museus e Arquivos e elaboração das minutas para encaminhar aos conselhos superiores. 2. Dinamizar as ações realizadas nos espaços destinados à promoção e divulgação da cultura, ciência e tecnologia. 3. Implementar regimentos e planos museológicos. 4. Identificar e caracterizar o acervo artístico da instituição.

Proposição 10: Fomentar a realização de projetos de extensão com interface na pesquisa e na pós-graduação
Objetivos: 1.Ampliar o número de projetos de extensão com interface na pesquisa desenvolvida na instituição. 2.Potencializar os resultados das pesquisas realizadas na Pós-Graduação por meio das ações de extensão. 3.Fortalecer o papel da extensão junto aos programas de pós-graduação.
Metas: 1.A partir de 2018. 2.A partir de 2020.
Estratégias: 1.Publicar editais de projetos de extensão com interface na pesquisa, em áreas consideradas estratégicas. 2.Criar programas de extensão vinculados aos programas de pós-graduação. 3.Incorporar ao sistema de gestão integrado o registro das atividades de extensão da pós-graduação. 4.Incluir nas Apresentação de Propostas para Novos Cursos de Pós-graduação (APCNs), ações de extensão. 5.Efetuar o registro das atividades de extensão desenvolvidas nos programas de pós-graduação.

Proposição 11: Criar política de Integração com o Ambiente corporativo e empreendedor.
Objetivos: 1. Favorecer a escolha e permanência dos vestibulandos e acadêmicos na Unemat. 2. Auxiliar os acadêmicos no atendimento de seus objetivos como egressos. 3. Fortalecer as empresas júniores.
Metas: (Definir meta)
Estratégias: 1. Criar Sistema de Integração dos acadêmicos e egressos com o ambiente empresarial - universidade, oferecendo informações sobre pós-graduações, vagas de emprego e empreendedorismo. 2. Estabelecer parcerias com empresas e instituições para oferta de vagas, como trainee e outros. 3. Disponibilizar nos câmpus espaço e equipamentos para incubadoras de empresas.

Proposição 12: Possibilitar que Técnicos Administrativos da Educação Superior possam atuar em Projetos de Extensão e Cultura.
Objetivos: 1. Ampliar e fortalecer projetos de extensão e cultura. 2. Ampliar a relação da UNEMAT com sociedade. 3. Integrar a Comunidade Acadêmica. 4. Fortalecer políticas de Extensão e Cultura na Unemat.
Metas: 1. A partir de 2018. 2. Até 2019.
Estratégias: **Forma de regulamentação** 1.Apresentação de proposta de Regulamentação nos Conselhos Superiores. 2.Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para Elaboração desta política. 3.Alterar da legislação vigente para possibilitar aos profissionais técnicos dedicação à extensão e cultura, respeitando as legislações nacionais e avaliados os impactos econômicos, financeiros e gerenciais. **Regulamentação da carga horária** 3.0 Criar políticas que possibilite aos profissionais técnicos dedicar parte de sua jornada de trabalho para atuação em extensão e cultura. 3.1. Regulamentar a carga horária a ser dedicada à extensão (até o limite de 10 horas semanais), desde que não haja prejuízo das atividades administrativas. 3.2. Possibilitar que Técnicos Administrativos da Educação Superior possam atuar em Projetos de Extensão e Cultura, de acordo com o Plano de Trabalho/cronograma de atividades do Projeto. 3.3. Possibilitar que Técnicos Administrativos possam dedicar 10 (dez) horas semanais dentro das 40 horas do regime de trabalho para participar dos projetos de Extensão e Cultura.

Proposição 13: Fortalecer a área de cultura na instituição
Objetivos: 1. Criar Política de Cultura que vise o fomento da extensão universitária junto à comunidade para apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais das comunidades, com ações de extensão, pesquisa e inovação que possam contemplar Técnicos, Docentes, Discentes e parcerias com outros grupos ou instituições de âmbito externo que desenvolvem atividades afins.
Metas: 1. Até 2018. 2. Em até 2 anos após estudos e análise da viabilidade.
Estratégias: 1.Promover a discussão para reestruturação da política de cultura em nível institucional, Regulamentar e aprovar pelos conselhos. 2.Estimular, incrementar e fomentar as atividades de Extensão, com ênfase na área de Cultura na Universidade. 3.Estimular projetos que contemplem a memória cultural e social das cidades e da instituição, que valorizem a diversidade cultural e linguística do Estado e promovam o respeito à diversidade, a cultura da paz, direitos e ao meio ambiente. 4.Apoiar as produções acadêmicas e ampliar as práticas culturais locais, bem como fomentar programas de educação para as artes. 5.Fortalecer os vínculos com os representantes de cultura e artes, proporcionando a participação na câmara de cultura da Universidade. 6.Diagnosticar demandas, criar núcleos de extensão com ênfase em cultura, regulamentar e aprovar pelos conselhos. 7.Realizar mostras artísticas e culturais, tais como: seminários, festivais, parcerias diretas com artistas regionais.

Eixo 5: Gestão

Proposição: 1. Fortalecer Política Institucional para Bibliotecas.
Objetivos: 1. Realizar acompanhamento e atendimento técnico em todas as bibliotecas da universidade. 2. Garantir atendimento ampliado das bibliotecas em todos os câmpus, considerando que sábado é dia letivo.
Metas: 1. Até 2018. 2. Até 2017.
Estratégias: 1. Criar setor de gerência de bibliotecas ligado diretamente à Reitoria e 2. Dividir funções chaves entre os biblioteconomistas ativos da universidade. 3. Estabelecer políticas de atualização, desbaste e aquisição de acervo bibliográfico. 4. Realizar atendimento técnico aos cursos de graduação, pós-graduação e editora. 5. Realizar e fomentar eventos e amostras culturais bibliográficas na universidade. 6. Buscar fomento interno e externo para financiamento do sistema de bibliotecas da universidade. 7. Estabelecer políticas de acesso a Pessoas com Deficiência, atendimento aos usuários do sistema de bibliotecas da universidade e aos meios informacionais de pesquisa. 8. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE e CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para elaboração da política institucional para bibliotecas, logo após aprovação no congresso; 9. Implantar Biblioteca Virtual com acesso às bases digitais de periódicos disponíveis para a Unemat; 10. Possibilitar abertura das bibliotecas aos sábados; 11. Criar uma Biblioteca digital com atendimento universalizado.

Proposição: 2. Fortalecer a gestão administrativa, política e acadêmica da extensão e cultura.
Objetivos: 1. Melhorar a estrutura organizacional e operacional da Pró-Reitoria de extensão e cultura 2. Promover a descentralização desta estrutura nos câmpus. 3. Realizar a reestruturação administrativa da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.
Metas: 1. Até 2020:
Estratégias: 1. Criar atribuições e funções que atendam às necessidades de extensão e cultura nos câmpus ampliando seu quadro funcional. 2. Implantar quadro técnico efetivo de profissionais da área de cultura. 4. Realizar previsão legal no Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) 5. Ofertar vaga em concurso público que possibilite ingresso de profissionais técnicos na área de artes e cultura.

Proposição: 3. Implantar programas de gestão da sustentabilidade ambiental institucional.
Objetivos: 1. Promover a Sustentabilidade ambiental institucional.
Metas: 1. Até 2018/2 2. Até 2020: 3. Até 2022.
Estratégias: 1. Elaborar políticas de edifícios sustentáveis na instituição, com capacidade para o reaproveitamento de água. 2. Implantar sistemas de tratamento de esgoto em todos os câmpus, por meio de convênios com o poder público. 3. Elaborar projetos que contemplem desde a fase de sensibilização da comunidade, coleta, armazenamento e destinação adequada aos resíduos sólidos e líquidos, até a implantação de lixeiras para coleta seletiva, bem como promover palestras educacionais voltadas para conscientização ecológica. 4. Elaborar projetos para captação de investimentos e estabelecer cronograma para implantação do programa, priorizando as unidades de maior demanda. 5. Elaborar projetos conjuntos, com o poder público, ONG's, iniciativa privada e outras IES, nacionais e internacionais. 6. Elaborar o Protocolo Operacional Padrão (POP). 7. Tramitar em conselhos e implementar nos laboratórios e em todas as unidades educacionais. 8. Implantar programa de coleta das diferentes classes de resíduos oriundos dos diversos laboratórios institucionais. 9. Implantar programa de eficiência energética na instituição 10. Implantar programas de gestão de resíduos sólidos em todos os câmpus

Proposição: 4. Consolidar o Plano Diretor da Universidade.
Objetivos: 1. Organizar e estruturar os planos diretores das unidades da Unemat, acompanhando a previsão orçamentária. 2. Criar obrigatoriedade de construção de um plano diretor para os câmpus, definido em assembleia geral aberta à comunidade, coordenada pelo diretor de faculdade.
Metas: 1. Para 2019, 2. Até 2020: 3. Até 2026.
Estratégias: 1. Estabelecer diretrizes para o Plano Diretor das unidades da Unemat. 2. Orientar o planejamento arquitetônico e urbanístico institucional visando incorporar os princípios de sustentabilidade e acessibilidade. 3. Desenvolver plano de combate a incêndio e sistema de proteção e descargas atmosféricas. 4. Elaborar o plano diretor após a instituição da divisão prévia de orçamento para cada unidade, conforme critérios estabelecidos. 5. Estabelecer programa de adequação interna e externa da instituição às Pessoas com deficiência (PCD's).

Proposição: 5. Implementar Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI em todas as unidades da UNEMAT
Objetivos: 1. Melhorar o sistema de comunicação, internet, laboratórios e biblioteca digital; 2. Garantir a instalação, manutenção e inovação das estruturas de tecnologia da informação e comunicação; 3. Fortalecer interação professor/aluno e as aulas a distância; 4. Ampliar e Modernizar a Infraestrutura Tecnológica; 5. Proporcionar qualidade aos processos de gestão, ensino-aprendizagem e atividades acadêmicas com o auxílio de recursos tecnológicos. 6. Elevar a qualidade de recursos tecnológicos em todos os câmpus da Unemat.
Metas: 1. A partir de 2019/1. 2. Até 2020:
Estratégias: 1. Constituir equipe técnico/administrativo/pedagógica, para parametrização das necessidades de implementação em conjunto com Diretoria Administrativa de Tecnologia da Informação/Supervisão de Processamento de Dados (DATI/SPD) dos câmpus. 2. Otimizar recursos (tele/videoconferência). 3. Melhorar a organização dos processos internos e criar novas plataformas de interação. 4. Finalizar e aprimorar a implantação do Sistema de Gestão Integrado em todos os câmpus. 5. Revitalizar os portais (websites) da Universidade. 6. Destinar uma política de descentralização das ferramentas tecnológicas à comunidade acadêmica. 7. Garantir investimentos contínuos em tecnologia e segurança da informação. 8. Implantar um sistema de gestão acadêmica integrado que atenda as demandas específicas de todas as unidades.

Proposição: 6. Readequar mandatos de Diretor Administrativo (DURA) e Diretor Político Pedagógico Financeiro (DPPF).
Objetivos: 1. Garantir isonomia entre os mandatos das diretorias administrativas e pedagógicas (DURA/DPPF). 2. Garantir e facilitar as ações de governabilidade das Unidades administrativas da Unemat. 3. Proporcionar o trabalho em conjunto de mandatos, possibilitando planejamento e execução das ações dos diretores nas unidades regionalizadas.
Metas: 1. Até 2019. 2. A partir de 2018 (próxima eleição para diretoria Política Pedagógica Financeira – DPPF).
Estratégias: 1. Realizar atualização no Estatuto da instituição a partir da aprovação no Congresso Universitário. 2. Definir o mandato do DURA concomitante com o da reitoria e DPPF. 3. Ampliar o mandato do Diretor Administrativo (DURA) para 4 (quatro) anos, não admitindo reeleição. 4. Equiparar os mandatos dos DPPF e os de DURA. 5. Realizar as eleições no segundo semestre do ano anterior ao da posse. **Voto DURA e DPPF:** 7.0 Eleger DURA e DPPF por voto paritário sem coligação. 7.1. Eleger DURA e DPPF por voto paritário com coligação. **Adequação dos mandatos:** **8.0** Adequar os atuais mandatos (DURA ou DPPF), com a prorrogação do primeiro a vencer. **8.1** Para que as eleições sejam alinhadas será necessário adequar o período da gestão atual. Caso o tempo restante de gestão do DPPF seja superior a 2 (dois) anos após o encerramento da gestão do DURA, uma nova eleição de DURA deverá ser realizada, para que seja alinhada à conclusão de gestão conjunta e, posteriormente, uma eleição de 4 (quatro) anos de gestão.

Proposição: 7. Readequar as diretrizes relativas aos encargos de gestão.
Objetivos: 1. Garantir a autonomia da Universidade para estabelecer as diretrizes e normativas relativas aos encargos de gestão.
Metas: 1. Até 2021.
Estratégias: 1. Alterar as Leis Complementares 319/2008 (MATO GROSSO, 2008a) e 320/2008 (MATO GROSSO, 2008b) outorgando a elas a autonomia de regulação dos encargos de gestão sob forma de auxílio gestão, passando de natureza remuneratória a natureza indenizatória. 2. Aplicar os valores atuais, sob forma de Auxílio-Gestão, possibilitando a indenização de servidores gestores. 3. Regulamentar nos conselhos, com base na autonomia universitária prevista na Constituição Federal. 4. Implantar os auxílios gestão para os cargos que não possuem previsão legal de DGA.

Proposição: 8. Estimular os docentes a ocuparem cargos de gestão em todos os Câmpus e núcleos da Unemat.
Objetivos: 1. Valorizar a atuação do docente para exercer o cargo de gestão. 2. Melhorar a qualidade da gestão.
Metas: 1. A partir de 2019/1.
Estratégias: 1. Criar uma comissão para avaliar o impacto financeiro de atribuir Bolsa Gestão para cargos de gestão. 2. Realizar a previsão orçamentária para esta nova despesa. 3. Oferecer gratificação por função de gestão. 4. Realizar as adaptações legais necessárias. **Atribuição de bolsa para docentes em gestão:** 5.0 Atribuir bolsa aos docentes que ocupam cargos de gestão tais como os Coordenadores de Curso e Diretores de Faculdade. 5.1 Atribuir bolsa, desde que seja mantida a carga horária em ensino, segundo a legislação, ou seja, evitar a dispensa total de atribuições de aulas.

Proposição: 9. Permitir que docentes contratados temporariamente ocupem o cargo de Coordenador de Curso em ocasiões excepcionais.
Objetivos: 1. Garantir a execução das atividades administrativas e pedagógicas vinculadas ao Curso de Graduação.
Metas: 2. Implantar em 2018/2.
Estratégias: 1. Criar uma comissão para verificar os critérios de seleção do docente contratado temporariamente a ocupação das vagas de gestão. 2. Incluir no estatuto ou por resolução própria a regulamentação para os docentes interinos ocuparem cargos de gestão.

Proposição: 10. Adequar a carreira técnica de nível superior.
Objetivos: 1. Realizar o ingresso na carreira técnica, preferencialmente, por profissionais de nível superior. 2. Prever cargos de nível superior para realização de atividades meio.
Metas: 1. Até 2020.
Estratégias: 1. Realizar o mapeamento das atividades desenvolvidas no âmbito da Universidade e a adequação dos cargos da carreira técnica. 2. Revisão do plano de carreira técnica, com a adequação dos cargos de nível superior.

Proposição: 11. Garantir seguro de vida subsidiado pela universidade para todos os servidores da UNEMAT.
Objetivos: 1. Assegurar que toda a comunidade acadêmica possa ser atendida em eventuais imprevistos.
Metas: 1. A partir de 2019 até 2020.
Estratégias: 1. Realizar levantamento econômico e financeiro para garantir o seguro. 2. Implementar setor de serviço de seguro de vida. 3. Ampliar para os servidores o seguro de vida já existente para os discentes.

Proposição: 12. Garantir transporte à comunidade acadêmica de câmpus localizados fora do perímetro urbano.
Objetivos: 1. Atender a comunidade acadêmica fora do perímetro urbano (e sem linha de transporte coletivo).
Metas: 1. (Definir meta)
Estratégias: 1. Regulamentar o transporte para servidores em toda a instituição, vislumbrando os câmpus com essas características.

Proposição: 13. Alterar legislação vigente na Unemat para investidura no Cargo de Reitor e Vice-reitor.
Objetivos: 1. Garantir maior participação do quadro efetivo nas eleições. 3. Resguardar o debate sobre a Universidade que deve ser feito durante as eleições para a Reitoria.
Metas: 1. Implementar a partir da próxima eleição
Estratégias: 1. Possibilitar que todos servidores da carreira da Unemat, com titulação mínima de Mestre se candidatem aos cargos de Reitor e Vice-Reitor, de forma isonômica. 2. Ser servidor efetivo da carreira da Unemat. 3. Garantir que as eleições da Unemat não coincidam com o período das eleições gerais, evitando as contaminações oportunistas de grupos e partidos políticos que também disputarão as eleições gerais no corrente ano. 4. Realizar as eleições para a direção da universidade até o final do semestre que anteceder as eleições gerais, ainda que não se tenha terminado o mandato do reitor em exercício, ficando a posse da chapa eleita condicionada ao término do mandato da direção em exercício. 5. Garantir que as eleições para reitoria da Unemat, que coincidir com as eleições gerais, aconteçam até o início do mês de junho do corrente ano. **Requisitos para candidatura:** 6.0 Mudar o estatuto, alterando os artigos 30, 34 e demais necessários ou qualquer legislação que trata sobre o assunto, ampliando a possibilidade para que PTES se candidatem a esses cargos. 6.1 Ser docente efetivo da carreira da Unemat. **Experiência para o cargo** 7.0 Ser estável na carreira por no mínimo 06 anos na Instituição. 7.1 Ter experiência mínima de 05 anos em IES.

Proposição: 14. Construir Política de Comunicação Institucional enquanto instrumento estratégico da Unemat.

Objetivos:

1. Definir e consolidar diretrizes e procedimentos de comunicação.
2. Ampliar e fortalecer o setor de comunicação.
3. Ampliar e Fortalecer a comunicação interna entre alunos e servidores.
4. Ampliar e adequar a comunicação externa da Unemat com distintos públicos aumentando a visibilidade institucional.
5. Fortalecer a divulgação de produção científica e tecnológica da Unemat.
6. Garantir uma política de comunicação que aborde conceitos relativos ao entendimento da comunicação e sua composição na estrutura organizacional, diretrizes gerais para a comunicação em diferentes aspectos, como comunicação de crise, gestão de marcas, estratégias de comunicação interna, e outros.

Metas:

1. Até 2018.

Estratégias:

1. Possibilitar a atuação de um jornalista em cada câmpus da Unemat, vinculado à Diretoria Regionalizada, sob supervisão do DPPF, em constante diálogo com a Assessoria de Comunicação Institucional.
2. Possibilitar a atuação de um jornalista em Cuiabá, junto ao Escritório da Unemat ou NIT. Conforme demanda percebida, o setor de Comunicação poderá ampliar o número de profissionais em atuação em Cuiabá.
3. Alterar o organograma da Unemat, com criação de cargo de Jornalista para cada câmpus e em Cuiabá.
4. Possibilitar que esses profissionais avaliem, juntamente com a comunidade local, as possibilidades de comunicação dirigida, conforme públicos de interesse.
5. Produzir semanalmente, no mínimo, uma matéria relativa às ações de ensino, pesquisa ou extensão desenvolvida por cada câmpus da Universidade, para serem noticiados nos meios de comunicação internos e, eventualmente, externos.
6. Construir a política de comunicação democraticamente, entendendo a comunicação como uma atividade efetivamente estratégica de inteligência empresarial e não somente operacional.
7. Regulamentar nas legislações vigentes da Unemat.
8. Levantar as principais linhas de pesquisa da instituição por câmpus e faculdades e quem são os pesquisadores de referência em cada área do conhecimento, criando banco de Informações de projetos mais relevantes desenvolvidos na instituição.
9. Possibilitar que a Assessoria de Comunicação da Unemat passe a ser um setor exclusivamente coordenado por Profissionais Técnicos

Administrativos concursados para a área, com Diretorias setoriais a ela vinculadas, responsáveis por coordenar as ações específicas, conforme organograma apresentado:
a) Diretoria de Jornalismo e Imprensa
b) Diretoria de relação com a comunidade
c) Supervisão de jornalismo regionalizado
d) Supervisão de Mídia Social
e) Supervisão de Divulgação Científica
f) Supervisão de Audiovisual
g) Supervisão de Cerimonial e Eventos (que passaria a ser vinculado à Assessoria de Comunicação)
h) Supervisão de Publicação e Serviços Gráficos (que passaria a ser vinculado à Assessoria de Comunicação).
10. Ampliação de 100% de inserção de matérias com a participação de atores da Unemat, nos veículos de comunicação de alcance estadual/nacional. Essa meta deverá ser reavaliada anualmente, conforme número de aproveitamento.

Proposição: 15. Criar e estabelecer políticas de qualidade de vida e valorização profissional e pessoal da comunidade acadêmica da UNEMAT.

Objetivos:

1. Promover o bem-estar da comunidade acadêmica da instituição, melhorando a qualidade de vida e desempenho no trabalho e/ou estudo.
2. Diminuir índices de depressão e prevenir suicídios.
3. Evitar conflitos com colegas e alunos, tornando a Universidade mais harmoniosa.
4. Prevenir evasão e exclusão.
5. Reduzir os afastamentos por ordem de saúde.
6. Valorizar os diferentes segmentos que compõe a comunidade acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
7. Promover assistência estudantil.

Metas: A partir de 2018 a 2020.

Estratégias:

1. Criar um centro de apoio psicossocial para atendimento da comunidade acadêmica.
2. Criar e regulamentar equipes multiprofissionais em todos os câmpus para atender a comunidade acadêmica, pleiteando concurso público para suprir as vagas para tais profissionais constantes na Lei nº 321, que dispõe sobre o Quadro e PCCSs dos PTES, incluindo psicopedagogo.
3. Promover orientações nutricionais e oferecer exercício físico para técnicos e docentes.
4. Oferecer assistência em saúde e qualidade de vida para toda a comunidade acadêmica.
5. Criar legislação específica.
6. Oferecer academia e ginástica laboral para cargos específicos que necessitem.
7. Realizar convênios e parcerias com órgãos públicos ou privados.
8. Contemplar os setores de Recursos humanos em caráter permanente com um profissional da área de psicologia/psiquiatria para acompanhamento periódico dos servidores.
9. Capacitar os profissionais dos setores de Recursos Humanos em Gestão de Pessoas.
10. Realizar concurso para profissionais nas áreas de saúde e esporte.
11. Criar infraestrutura para Áreas/Centros de Convivência, que atendam manifestações culturais, prática de esportes, lazer e estudo particular em todos os câmpus.
12. Criação das equipes multiprofissionais e normatização das mesmas.

Proposição: 16. Criar política interna de formação continuada para ocupação de cargos de gestão e profissionais da Unemat.
Objetivos: 1. Viabilizar que docentes e PTES assumam cargos de gestão com o conhecimento mínimo necessário para execução da função. 2. Melhorar as relações entre os recursos humanos envolvidos. 3. Fomentar a participação dos segmentos em cargos de gestão que estão hoje cada vez mais desvalorizados. 4. Valorizar os servidores que ocupam cargos de gestão.
Metas: 1. A partir de 2018/1.
Estratégias: 1. Criar uma regulamentação interna própria para ofertar cursos de formação continuada. 2. Ofertar estes cursos também em EAD para atender um maior número de profissionais de todas as categorias. 3. Efetivar a contagem do curso na avaliação de desempenho. 4. Propor e promover programa de formação continuada em serviço para gestores e servidores em todos os níveis e instâncias.

Proposição: 17. Instituir política para ocupação de cargos e funções das carreiras dos PTES e docentes.
Objetivos: 1. Regulamentar os cargos, funções e atividades de responsabilidades dos PTES e docentes. 2. Reduzir o número de docentes ocupando cargos de atividades meio. 3. Possibilitar a diminuição nos gastos em folha, com contratos para substituição de docentes em gestão, melhorando a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.
Metas: 1. Implantação em até dois anos após a aprovação nos Conselhos.
Estratégias: 1. Estudar os cargos e funções e regulamentar nos Conselhos. 2. Redefinir lotacionograma/ funcionograma e alterar o organograma. 3. Possibilitar que todas as supervisões, assessorias e diretorias ligadas às Pró-Reitorias sejam definidas pelo pró-reitor, mantendo a formatação atual de ocupação. **Ocupação dos PTES nas funções das pró-reitorias** 3.0 Identificar quais assessorias, supervisões e diretorias, ligadas às pró-reitorias, possam ser, **preferencialmente,** ocupadas por PTES. 3.1. Possibilitar que todas as supervisões, assessorias e diretorias ligadas às Pró-Reitorias **possam ser** ocupadas por PTES. 3.2 Selecionar técnicos para as pró-reitorias de atividades meio e docentes para as pró-reitorias de atividades fins.

Proposição: 18. Readequar a Estrutura Organizacional em todos os câmpus da Universidade,

Objetivos:

1. Adequar o organograma da Unemat alterando as estruturas locais de forma que apresente uma estrutura padrão para os câmpus, redefinindo as hierarquias;
2. Possibilitar maior isonomia para os servidores que desenvolvem as mesmas funções nos câmpus.
3. Garantir a qualidade na prestação dos serviços, otimizando recursos e alinhando atividades com os cargos.
4. Melhorar a distribuição de trabalho, evitando o acúmulo de funções e dinamizando o desenvolvimento das atividades.
5. Apresentar de forma organizada e eficiente a estrutura organizacional da universidade.
6. Criar setores descentralizados para as licitações.
7. Garantir a plenitude do exercício da autonomia universitária pela Unemat constantemente.
8. Estruturar o órgão de defesa da autonomia universitária – Procuradoria Jurídica.

Metas:

1. A partir de 2018.

Estratégias:

1. Criar comissão para análise, estudo de viabilidade, regulamentação e aprovação dos Conselhos.
2. Padronizar o Organograma conforme modelo da estrutura do câmpus que possuir o maior número de setores, chefias e assessorias.
3. Reorganizar a estrutura da Unemat acrescentando os câmpus (Diamantino e Nova Mutum).
4. Alterar o organograma, readequar a legislação vigente e a Lei que define o quantitativo de DGA's (Resolução 02/2012 CONSUNI).
5. Redistribuir e alterar o número de diretorias e supervisões para garantir uma estrutura mínima com equidade entre as funções desempenhadas nos câmpus.
7. Definir um organograma mínimo para implementação/execução de quaisquer estruturas: Núcleos, turmas fora de sede, turmas especiais, Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia (FAMMA) e outras modalidades de cursos que a Unemat tenha ou crie.
8. Regulamentar o que cada estrutura deve ter no ato de sua implantação e/ou adequar as já existentes.
9. Criar unidade setorial de engenharia, obras, infraestrutura e segurança no trabalho, estabelecendo equipe de profissionais da área e adequando as Leis de carreira e as normatizações internas para possibilitar a criação dos setores com o apoio das Empresas Juniores.
10. Descentralizar os processos licitatórios, criando núcleos licitatórios regionalizados.
11. Reorganizar e padronizar a nomenclatura das unidades educacionais da Unemat, alterando a nomenclatura de Núcleo Pedagógico para Câmpus Avançado.

12. Buscar junto ao Poder Executivo o encaminhamento à Assembleia Legislativa de Projeto de Emenda Constitucional prevendo expressamente a existência da Procuradoria da Unemat e um Projeto de Lei Complementar para alteração no Plano de Carreira dos PTES.
13. Encaminhar ao Consuni proposta de regulamentação interna das atribuições do órgão Procuradoria Jurídica.
14. Realizar de imediato, concurso para a nova carreira de Procurador da Unemat.
15. Instituir comissão para planejamento e implementação da unidade setorial de engenharia, obras, infraestrutura e segurança no trabalho

Proposição: 19. Elaborar um Lotacionograma mínimo de PTES para câmpus / cursos / unidades.
Objetivos: 1. Uniformizar as estruturas dos diversos setores da universidade. 2. Garantir recursos humanos suficientes para execução das atividades e para a criação de cursos/campus.
Metas: 1. Em todos os câmpus da Universidade. (Definir meta)
Estratégias: 1. Elaborar um lotacionograma técnico que defina lotação mínima para cada unidade, respeitando a estrutura organizacional estabelecida no organograma, no momento da criação de novos cursos e estruturas. 2. Criar comissão que fará a junção de todas as atribuições identificadas, para verificar as demandas necessárias. 3. Definir, por meio de levantamento, a demanda mínima de profissionais técnicos necessários para o funcionamento das unidades.

Proposição: 20. Elaborar e constituir um funcionograma técnico da UNEMAT
Objetivos: 1. Delimitar e garantir as atribuições de cada cargo técnico da Unemat. 2. Garantir que os serviços essenciais para a instituição sejam oferecidos de forma padronizada e com qualidade. 3. Apresentar de forma organizada e eficiente a estrutura funcional da universidade. 4. Padronizar as funções de cada setor/servidor. 5. Fortalecer a estruturação qualificada da instituição.
Metas: 1. Em 2019.
Estratégias: 1. Realizar um levantamento em cada unidade de trabalho e elaborar um documento base para o funcionograma. 2. Levantar as atribuições executadas por cada servidor, que deve ser contrastada com as atribuições previstas em concurso. 3. Fixar, de maneira clara e detalhada, as atividades que são de competência de cada função/setor. 4. Criar uma comissão que fará a junção de todas as atribuições levantadas e elaborará o funcionograma. 5. Readequar o funcionograma atual.

Proposição: 21. Propor alteração de Lei para autorizar a reitoria promover/publicar todos os atos referentes aos servidores.
Objetivos: 1. Avançar rumo a autonomia.
Metas: 1. Até 2018.
Estratégias: 1. Adequação das legislações estaduais permitindo a UNEMAT a emissão de todos os seus atos administrativos.

Proposição: 22. Criar infraestrutura para prática esportiva
Objetivos: 1. Incentivar a prática esportiva nos câmpus, de toda a comunidade acadêmica, melhorando assim a qualidade de vida. 2. Contribuir para o desenvolvimento das práticas curriculares e atividades físicas e culturais. 3. Integrar aos programas de incentivo ao esporte do Estado para atividades culturais, servindo a sociedade. 4. Oferecer espaço para a comunidade acadêmica e sociedade.
Metas: 1. Início em 2 anos. 2. 2020/2.
Estratégias: 1. Realizar planejamento baseado no fundo de investimentos de infraestrutura. 2. Construir centro poliesportivo, com quadra poliesportiva, piscina semiolímpica, anfiteatro, campo de futebol, salão de ginástica e academia nas dependências da universidade. 3. Articular investimentos provenientes da iniciativa público-privada para construção da área poliesportiva. 4. Investir em infraestrutura de base comum para todos os câmpus, que contemple no mínimo uma academia para terceira idade, um espaço de mesas para jogos de tabuleiro, uma concha acústica e área integrada de cantina, espaço marmita e espaço cultural e esportivo. **5. Local de implantação de infraestrutura para práticas esportivas** 5.0 Criar infraestrutura nos câmpus que oferecem cursos de Educação Física. 5.1 Criar infraestrutura para todos os câmpus.

Proposição: 23. Criar políticas de atualização e modernização de toda infraestrutura e estrutura organizacional da universidade em todos os câmpus.
Objetivos: 1. Efetuar a criação de fundo. 2. Padronizar, melhorar e modernizar as infraestruturas dos ambientes da universidade (salas de aula, laboratórios, secretarias, etc.). 3. Disponibilizar estrutura adequada para uso das atividades da docência. 4. Estabelecer dotação orçamentária anual da Unemat para infraestrutura física dos câmpus. 5. Obter sustentação financeira para investimento em infraestrutura física nos câmpus da IES. 6. Assegurar que os câmpus da Unemat tenham infraestruturas adequadas e necessárias para o cumprimento de sua missão
Metas: 1. A partir de 2018. 2. 2019/2020. 3. Implantação em até 2 anos. 4. Implementar em até 5 anos.
Estratégias: 1. Realizar estudo das condições atuais e definir um plano de ação. 2. Executar plano de melhoria contínua. 3. Garantir que a infraestrutura administrativa esteja sempre apta a atender as demandas do ensino, pesquisa e extensão e que um curso só poderá ser criado/funcionar após ter implantados a infraestrutura mínima para o seu funcionamento. 4. Realizar reformas e ampliação das redes elétricas. 5. Criar políticas de descarte de materiais de laboratório (químicas, biológicos). 6. Adquirir equipamentos modernos como computadores, quadro, Datashow, mobiliário ergonômico, sistemas de ar condicionados. 7. Implementar programas e projetos de geração de energia solar. 8. Reestruturar e adequar os auditórios dos câmpus que já possuem e construir nos câmpus que ainda não possuem. 9. Implantar Vigilância eletrônica em todos as unidades. 10. Reestruturar e ampliar as bibliotecas, com implantação de sistema de catracas, catalogação dos livros com a implantação de chips, locais iluminados naturalmente e bem ventilados para uso individual e em grupo de locais de estudo, disponibilização de mais terminais para consulta de obras e plataformas virtuais, capacitação dos servidores da biblioteca para prestarem atendimento quanto o uso e

consulta das plataformas virtuais.
11. Melhorar a qualidade da internet em todas as unidades, com acesso liberado para os acadêmicos.
12. Ampliar o número de laboratórios de informática.
13. Articular investimentos provenientes da iniciativa público-privada e buscar recursos com entidades de fomento à pesquisa.
14. Instituir políticas de investimentos, garantindo que todos os Câmpus da IES sejam contemplados com recursos financeiros para atendimento da demanda por infraestrutura.
15. Definir critério e planejamento reais, discutidos com docentes, discentes e PTES.
16. Realizar o levantamento das estruturas existentes nos Câmpus que podem ser otimizadas para esta finalidade.
17. Estudos e análise de viabilidade.

Proposição: 24. Reformular o processo de avaliação docente.

Objetivos:

1. Regulamentar o regime de TIDE/DE, concedendo este somente aos docentes em atividades de ensino, pesquisa, extensão ou gestão.
2. Incluir no processo de avaliação docente os resultados obtidos na avaliação institucional quanto às suas atividades de ensino desenvolvidas.
3. Incluir melhor avaliação dos itens de pesquisa e extensão quando as atividades desenvolvidas pelo docente ocorrerem por meio de projetos institucionais interdisciplinares e com a participação de docentes de diferentes cursos, câmpus e instituições de ensino.
4. Regulamentar as atividades dos professores que atuam em cargos de Gestão.

Distribuição das atividades de docentes em TIDE

5.0 Alterar a distribuição das atividades dos docentes em regime de dedicação exclusiva.
5.1 Manter a atual distribuição das atividades dos docentes em regime de dedicação exclusiva.
5.2 Flexibilizar as atividades do docente, possibilitando que este possa dedicar maior parte de seu tempo em atividades as quais apresenta maior aptidão.

Metas:

1. A partir 2018/1;
2. A partir de 2019/1.
3. Após aprovação de relatório final do congresso nos conselhos.

Estratégias:

1. Possibilitar que a COPAD inclua estas sugestões no processo que encontra-se em desenvolvimento e já apresenta melhorias significativas nos eixos de pesquisa e extensão, mas ainda deixa a desejar no eixo de ensino.
2. Incluir pontuação para os docentes que participarem efetivamente da semana pedagógica ou dos cursos em formação para docência ofertados pela PROEG.
3. Pontuar a participação dos docentes em eventos internos voltados para a comunidade acadêmica.
4. Dividir a avaliação em manutenção do regime de RTD e seus encargos e avaliação de elevação de nível, sendo essa última realizada pela COPAD.
5. Alterar a legislação atual, regulamentando no CONSUNI e CONEPE.

Carga horária docente para o ensino

6.0 Permitir que o docente realize atividade de ensino (mínimo de 60h), pesquisa e/ou extensão, cabendo ao mesmo escolher entre pesquisa ou extensão de acordo com a afinidade do mesmo e a potencialidade do curso de graduação.

61. Permitir que o docente realize carga horária de ensino (180h) e escolha ampliação em sua carga horária de ensino, pesquisa e/ou extensão, de acordo com a afinidade e a potencialidade do curso de graduação.

Proposição: 25. Fortalecer a Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais.
Objetivos: 1. Consolidar as relações nacionais e internacionais de forma estratégica. 2. Fortalecer a mobilidade na IES. 3. Promover a internacionalização na instituição. 4. Tratar a internacionalização de forma estratégica.
Metas: 1. Até 2019. 2. Até 2020:
Estratégias: 1. Ofertar cursos e disciplinas em línguas estrangeiras e receber docentes estrangeiros na IES de forma sistemática, na graduação e pós-graduação. 2. Abrir concurso para profissionais com formação específica na área de Relações Internacionais, Direito e Tradução. 3. Internacionalizar o currículo na graduação e na pós-graduação com aulas e disciplinas ofertadas em outras línguas. 4. Criar um escritório que congregue graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura a fim de atender professores, servidores técnicos e discentes. 5. Publicar anualmente, edital para propostas de Professor Visitante Internacional para atuar na Pós-Graduação. 6. Implementar, política de Professor Visitante Internacional para atuar na Pós-Graduação e Graduação 7. Implementar a Assessoria/Secretaria ou Escritório de Relações Nacionais e Internacionais vinculado à Reitoria. 8. Criar a bolsa mobilidade nacional e internacional para docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.

Proposição: 26. Alinhar as carreiras de docentes e PTES em Lei complementar única, respeitando as especificidades de cada carreira.
Objetivos: 1. Garantir que os direitos sejam estendidos para as duas carreiras de modo unificado.
Metas: 1. A partir de 2018.
Estratégias: 1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, do CONSUNI, Reitoria e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 2. Propor alteração das leis complementares de PCCS de docentes e PTES.

Proposição: 27. Instituir política de capacitação dos servidores e padronização dos procedimentos realizados em todas as unidades.
Objetivos: 1. Garantir a eficiência e a eficácia dos processos organizacionais. 2. Definir responsabilidades e atribuições das unidades setoriais (o que lhe compete e o que deve fazer) e os requisitos funcionais para o profissional ser lotado na respectiva unidade setorial (perfil profissional e se é função de nível superior, médio ou fundamental). 3. Garantir coerência tanto na realização das atribuições das unidades setoriais como em relação à qualificação dos PTES para desempenhá-las.
Metas: 1. Até 2018. 2. Início em 2018 e implantação em 2020. 3. Até 1 ano.
Estratégias: 1. Implementar a capacitação a partir das pró-reitorias, realizando cursos e seminários de capacitação e atualização. 2. Garantir que as padronizações sejam aplicadas e em caso de não cumprimento, os não executores serão responsabilizados pelo descumprimento. 3. Mapear todos os processos institucionais. 4. Analisar e validar a reestruturação dos processos. 5. Capacitar os envolvidos em cada processo. 6. Implementar e avaliar os resultados para melhorias contínuas. 7. Instituir o Regimento Interno com o objetivo de regulamentar as atividades setoriais e padronizar procedimentos administrativos/pedagógicos na reitoria e em todos os câmpus e núcleos da Unemat, compreendendo docentes e técnicos. 8. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, do CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para elaboração do regimento interno. 9. Estudo e verificação da viabilidade.

Proposição: 28. Realizar concurso público para docentes e técnicos.
Objetivos: 1. Contribuir para qualidade do ensino e serviços prestados à comunidade acadêmica. 2. Efetivar o quadro técnico e docente. 3. Manter um quadro de servidores efetivos, com a realização de concurso pontual, sem a necessidade de realizar grandes concursos.
Metas: 1. 2018/1 para técnicos. 2. 2019/1 para docentes.
Estratégias: 1. Mobilizar a sociedade organizada e política a fim de sensibilizar os responsáveis para esta finalidade. 2. Levantar as vagas para categoria docente, por câmpus. 3. Possibilitar a realização de concurso público pontual para suprir vagas oriundas por morte e/ou exoneração e por vacância de aposentadoria. 4. Regulamentar e alterar as possíveis legislações. 5. Estudos e análise da viabilidade.

Proposição: 29. Estabelecer políticas inovadoras para a oferta de cursos.
Objetivos: 1. Garantir que a oferta de cursos atenda às demandas potenciais de formação superior.
Metas: 1. Logo após aprovação no congresso.
Estratégias: 1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, do CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 2. Integrar ensino e políticas de Universidade com as escolas de nível médio para incentivar o ingresso na Universidade.

Proposição: 30. Reestruturar os câmpus que não mais ofertarem cursos regulares (oferta contínua).
Objetivos: 1. Garantir que a estrutura física seja utilizada para atender demandas específicas de modalidades diferenciadas presenciais.
Metas: 1. Logo após aprovação no congresso.
Estratégias: 1. Instituir equipe especializada para sua discussão, elaboração e planejamento. 2. Aplicar estudos de demanda potencial para oferta de ensino superior. 3. Ofertar para esses câmpus, no mínimo 2, cursos de modalidades diferenciadas presenciais.

Proposição: 31. Criar políticas de gestão de marketing e endomarketing institucional.
Objetivos: 1. Ampliar a divulgação das ações e estratégias da UNEMAT. 2. Criar e padronizar a identidade visual da UNEMAT. 3. Institucionalizar e garantir a efetivação de plano de marketing e valorização da identidade UNEMAT. 4. Otimizar a comunicação interna.
Metas: 1. Após aprovação no congresso.
Estratégias: 1. Instituir e estruturar equipe de trabalho de marketing para iniciar planejamento de ações após aprovação no congresso. 2. Realizar feiras de profissões. 3. Estabelecer identidade visual padronizada, com as ações e estratégias da equipe de marketing. 4. Designar equipe interna com professores, técnicos e discentes, cuja ação seja institucionalizada como projeto de extensão com ênfase em pesquisa. 5. Designar responsável local pelo suporte técnico das ações. 6. Instituir e estruturar equipe de trabalho de marketing para iniciar planejamento de ações.

Proposição: 32. Implementação de práticas inovadoras nas Contratações na UNEMAT, buscando inspirações em outras instituições.
Objetivos: 1. Reduzir os gastos acadêmicos através do desconto em refeições/lanches e cópias/impressões. Além do fato de o valor, depositado na conta única, raramente retornar ao Câmpus.
Metas: 1. Implantação imediata, a partir do próximo edital. 2. Próximo semestre.
Estratégias: 1. Viabilizar procedimentos licitatórios de maneira a proporcionar o maior desconto no produto final em detrimento do pagamento pela locação, no fornecimento dos serviços de cantina e cópias/impressões.

Proposição: 33. Alterar as atribuições e nomenclatura do diretor de unidade regionalizada.
Objetivos: 1. Fazer uma gestão política compartilhada.
Metas: 1. Próxima alteração do estatuto.
Estratégias: 1.Reorganizar as atribuições dos diretores. **Definição de nomenclatura** 2.0 Manutenção das nomenclaturas DURA e DPPF. 2.1 Alterar a nomenclatura de DURA para DPPA (Diretor Político e Planejamento Administrativo).

Proposição: 34. Reestruturar as faculdades.
Objetivos: 1. Proporcionar menos burocracia e um melhor acompanhamento das atividades fins da universidade.
Metas: 1. Implantação em até 2 anos.
Estratégias: 1. Organizar as faculdades por cursos de áreas afins com um diretor e um assessor pedagógico. 2. Estudos e análise da viabilidade.

Proposição: 35. Investir na melhoria dos câmpus já existentes.
Objetivos: 1. Estruturar os câmpus já existentes da Unemat. 2. Manter a estrutura administrativa da Unemat. 3. Aumentar eficiência nos gastos dos recursos públicos.
Metas: 1. Até 2018
Estratégias: 1. Manter a Unemat unificada em sua estrutura administrativa. 2. Atender as exigências internacionais por identidade e competências regionais.

Proposição: 36. Fortalecer a representação da Unemat junto à cidade de Cuiabá.
Objetivos: 1. Ampliar os serviços oferecidos na unidade.
Metas: 1. Imediatamente. (Definir meta)
Estratégias: 1. Alterar a Resolução de estrutura organizacional, estabelecendo quadro de vagas para lotação no escritório de representação, propiciando condições estruturais adequadas para o atendimento de toda a demanda institucional. 2. Regulamentar nas legislações vigente da Unemat. 3.Incluir uma unidade de representação na estrutura administrativa, com atuação em Cuiabá. 4.Oferecer uma estrutura ampliada na unidade.

Proposição: 37.0 Mudar a Sede Administrativa para Cuiabá/Várzea Grande.
37.1 Consolidar a sede da Unemat na cidade de Cáceres.

Objetivos:

1. Estreitar o diálogo entre a Unemat e os órgãos de administração do Estado.
2. Melhorar a infraestrutura predial para atender as demandas da Universidade.
3. Consolidar a UNEMAT como uma instituição do estado de Mato Grosso em sua estrutura multicâmpus e aproximá-la da administração estadual.
4. Melhorar a logística, promover economia financeira em deslocamento de servidores e agilizar os processos pela proximidade aos órgãos da administração do Estado.
5. Facilitar o translado entre as unidades regionalizadas e a sede administrativa.
6. Reduzir o número de viagens para reuniões administrativas do Estado, desde Deputados até o Governador.
7. Facilitar o acesso a transporte através de voos comerciais.

Metas:

(Definir meta)

Estratégias:

1. Criar comissão para análise, regulamentação e aprovação dos conselhos.
2. Estudo de viabilidade com início imediato.
3. Estabelecer um cronograma para que a Sede Administrativa mude para Cuiabá.
4. Garantir as condições necessárias para a migração da sede administrativa para a capital do estado.
5. Prover um espaço físico adequado para que possa ser construída a infraestrutura necessária para atender nossas demandas administrativas.

Proposição: 38. Reorganizar a estrutura dos conselhos superiores e colegiados.

Objetivos:

1. Garantir a paridade e a participação de pelo menos 01 representante de cada segmento (docentes, PTES e discentes) por câmpus, nos conselhos superiores.
2. Possibilitar, na falta de servidores efetivos, a participação dos professores e PTES contratados ou cedidos por tempo determinado como membros dos órgãos colegiados, respeitando o vigor do contrato e direito a voto nos processos eleitorais nas diferentes instâncias deliberativas.
3. Garantir como membros natos nos colegiados, os gestores eleitos (Reitor, DPPF, DURA, Diretor de Faculdade e Coordenador de Curso) com direito a voto nas deliberações.
4. Garantir a participação mais democrática e o direito de decisão de todos os segmentos.
5. Garantir o número de conselheiros necessários para composição dos diferentes órgãos colegiados nas unidades regionalizadas.
6. Fortalecer a equidade da comunidade acadêmica da Unemat.
7. Promover o princípio da gestão democrática, da autonomia e protagonismo dos diferentes segmentos que formam a UNEMAT.
8. Possibilitar mais participantes no processo de decisão na Universidade.

Metas:

1. A partir de 2018/2.
2. Até o ano de 2019.
3. Implementar na próxima eleição dos conselhos.

Estratégias:

Composição dos conselhos e colegiados - eleitos

1.0 Compor de forma paritária os Conselhos Superiores e colegiados (1/3 de cada segmento), alterando suas estruturas.
1.1 Rediscutir o quantitativo e distribuição de docentes e PTES por câmpus para atender a LDB na proporção 70%, 20% e 10% entre os segmentos.
1.2 Definir no mínimo um representante de cada segmento de todos os câmpus nos conselhos superiores.
2. Estabelecer como membro nato o Coordenador de Curso no Colegiado de Faculdade, o Diretor de Faculdade no Colegiado Regional.

3. Estabelecer como membro nato os Diretores de Faculdades no CONEPE e os DURA e DPPF no CONSUNI.
4. Definir membros natos e a distribuição dos membros eleitos.

Participação em mais de um colegiado nos câmpus
5.0 Possibilitar que os professores e PTES participem de mais de um órgão Colegiado nos câmpus.
5.1 Possibilitar a participação de membros em até dois colegiados.

6. Autorizar a participação de docentes e PTES interinos nos órgãos colegiados.
7. Instituir comissão para realizar as alterações necessárias para regulamentar a composição dos conselhos.

Eixo 6: Política Estudantil

Proposição 1: Ampliar e melhorar a política de concessão de bolsas em diferentes modalidades
Objetivos: Ampliar o número de bolsas nas diferentes modalidades
Metas: 1. Até 2018. 2. Até 2019. 3. Em 2021.
Estratégias: 1. Reestruturar a Bolsa Apoio para acadêmicos socioeconomicamente vulneráveis. 2. Implantar a Bolsa Permanência. 3. Aumentar a quantidade de bolsas FOCCO, a fim de diminuir a evasão e reprovação acadêmica, além de incentivar a docência. 4. Ampliar oferta de bolsa de ensino, pesquisa, extensão e estágio. 5. Retomar a concessão de Bolsa Monitoria. 6. Criar uma comissão para avaliar a implantação da bolsa de mobilidade estudantil. **Quantidade** 7.0. No mínimo dobrar o número de bolsas, nos próximos 5 anos. 7.1. Ampliar 20% a cada ano em relação ao ano anterior.

Proposição 2: Fortalecer e ampliar a política de concessão de auxílios
Objetivos: 1. Proporcionar melhores condições para que o acadêmico possa desenvolver melhor suas atividades. 2. Oferecer condições de permanência no Ensino Superior.
Metas: 1.A partir de 2018/2, para todos os cursos de graduação e pós-graduação. 2.A partir de 2018/2. 3.2019/1. 4.No prazo máximo de 01 ano.
Estratégias: 5.0.Reformular e normatizar a concessão de auxílios a acadêmicos de forma descentralizada e ampliar a oferta. 5.1. Criar uma comissão docente, PTES e discentes, dentro dos conselhos e definir através de resolução interna o quantitativo mínimo de cada Câmpus. 5.2. Criar um edital específico conforme editais de auxílios já existentes, como auxílio alimentação e moradia. 5.3. Criar auxílio emergencial 5.4. Fomentar a criação de auxílios para Intercâmbio, TCC e estágios. 5.5. Início imediato de estudos para implantação dessas políticas. **Quantidade** 6.0. No mínimo dobrar o número de auxílios, nos próximos 5 anos. 6.1. Ampliar 20% a cada ano em relação ao ano anterior. 6.2. Assegurar um número mínimo de acadêmicos contemplados, garantindo um quantitativo fixo em cada câmpus.

Proposição 3: Implantar Políticas de permanência para alunos Com Deficiência (PCD)
Objetivos: 1.Garantir ao aluno com deficiência auxílio e atendimento diferenciado. 2.Implementar políticas de acessibilidade. 3.Garantir a valorização de pessoas com deficiência.
Metas: 1. Até 2018 2. A partir de 2019, contemplando todos os Câmpus. 3. 2019/1. 4. No prazo máximo de 01 ano.
Estratégias: **Bolsa para PCD e requisitos** 1.0.Garantir cotas de bolsa para acadêmicos com deficiência. 1.1 Criar uma nova modalidade de bolsa voltada para acadêmicos socioeconomicamente vulneráveis e PCD, articulada as atividades de ensino, pesquisa e extensão. 1.2 Criar modalidade de bolsa permanência específica para alunos com deficiência. **Forma de identificar os PCD** 1.0. Identificar os acadêmicos com deficiências em todos os Câmpus e modalidades diferenciadas de ensino. 1.1. Efetuar levantamento na universidade de todos os alunos com deficiência e esclarecer no texto os acadêmicos com deficiências específicas e que sejam socioeconomicamente vulneráveis. 3. Levantar as demandas de pessoas com deficiência na instituição, formar um cadastro das necessidades e formular soluções para atendimento e permanência garantindo a conclusão do curso. 4. Institucionalizar e flexibilizar a contratação de profissionais para atendimento de alunos com deficiência. 5. Promover a capacitação de professores para atuar como ledores, Braile, libras e outros, a fim de trabalhar com acadêmicos com deficiência. 6. Adequar a estrutura física para atender os requisitos de acessibilidade, facilitando o acesso às estruturas físicas com mobiliários ergonômicos.

Proposição 4: Instituir Políticas Institucionais de Permanência
Objetivos: 1.Possibilitar o desenvolvimento da formação integral. 2.Oferecer condições de acesso e garantir a permanência dos acadêmicos na Universidade. 3.Superar as deficiências do corpo discente adquirida na sua formação na educação básica. 4.Possibilitar ao acadêmico êxito na sua formação profissional. 5.Reduzir em 50% a evasão do estudante migrante. 6.Estimular a produção de trabalhos e projetos científicos. 7.Aumentar a taxa de mobilidade estudantil entre os cursos de graduação. 8.Fortalecer as políticas de parcerias entre os discentes e empresas locais e de vagas de estágio.
Metas: 1.A partir de 2018. 2.A partir de 2019/1 para todos os cursos de graduação. 3.Até 2019. 4.Em 2020. 5.Em 2021.
Estratégias: 1.Criar a Secretaria de Apoio e Assistência Acadêmica vinculada aos câmpus. 2.Criar uma supervisão de estágio na PROEG e coordenação de estágios na Faculdade. 3.Implantar salas de estudos 24h com funcionamento ininterrupto para estudo e realização de atividades extraclasse relacionadas à Universidade, e regulamentar no CONSUNI. 4.Utilizar estratégias e técnicas de ensino, tais como as ferramentas utilizadas pela educação à distância, como um programa de assistência estudantil com ações abrangentes e duradouras, em parceria com os núcleos e centros de extensão e de pesquisa. 5.Promover a discussão coletiva de políticas de acesso à Internet e recursos de rede. 6.Avaliar a possibilidade de garantir o funcionamento da biblioteca por 24 horas. 7.Propor política de financiamento para desenvolvimento de atividades complementares, aulas campo, museu, teatros e cinema. 8.Redefinir as políticas de permanência e assistência para estudantes de graduação e Pós-graduação, apresentando essa discussão junto à universidade e comunidade acadêmica e aos órgãos de fomento, a fim de que sejam ampliados os recursos para atender tais demandas

essenciais para a formação humana, técnica e política.
9.Realizar um evento de boas-vindas juntamente com a comunidade acadêmica e administrativa para devidos esclarecimentos sobre bolsas e sobre o câmpus.

Perfil acadêmico
10.0 Reunir na PRAE banco de dados com informações sobre o perfil socioeconômico e cultural dos acadêmicos da UNEMAT, tanto na graduação como na pós-graduação.
10.1. Implantar um formulário para traçar o perfil socioeconômico e cultural no ato da matrícula dos acadêmicos e em momentos específicos para acompanhamento da trajetória acadêmica (início, meio e fim).
10.2Constituir grupos de trabalhos (Inter-setoriais) para o levantamento dos perfis.

Estágio
11.0. Criar um banco de dados virtual de oferta de estágio renumerado por área de interesse.
11.1. Estabelecer parcerias público-privadas para oferta de programas de estágios renumerados.
11.2. Ampliar o número de acadêmicos realizando estágio extracurricular renumerado de forma oficial.

Normatização Acadêmica
12.1. Rever a Normatização Acadêmica no que tange abono de falta e justificativa.
12.2. Conceder justificativa de falta a todos os acadêmicos perante atestado médico.
12.3. Propiciar a concessão de regime domiciliar por meio de atestados médicos com mais de sete dias.

Curso de Línguas
14.1. Proporcionar o acesso aos acadêmicos a curso de línguas em todos os Câmpus, núcleos e polos da Universidade, com metodologias de ensino diferenciadas.
14.2. Criar os centros de línguas nos diversos câmpus da UNEMAT.

Mobilidade acadêmica
15.1. Garantir fonte de custeio/recurso para propiciar mobilidade acadêmica.

15.2. Ofertar uma bolsa de estudo para custeio das despesas do acadêmico que for realizar mobilidade estudantil em ações vinculadas a projetos de pesquisa, ensino ou extensão devidamente institucionalizados.
15.3. Criar política de auxílio para que acadêmicos de graduação e pós-graduação realizem mobilidade acadêmica.

Intercâmbio
16.1. Viabilizar a realização de intercâmbios, TCC e estágios, sejam eles intercâmpus, nacional ou internacional.
16.2. Garantir bolsas e auxílios aos estudantes de pós-graduação na modalidade de intercâmbio, isentando-os de concorrência com os demais pós-graduandos.

Proposição 5: Fortalecer os Diretórios Centrais dos Acadêmicos e Centros Acadêmicos.
Objetivos: 1. Fortalecer a política de mobilização estudantil.
Metas: 1. Iniciar os trabalhos de regulamentação da proposta já em 2018/1 na PRAE. 2. Até 2019.
Estratégias: 1. Criar uma comissão na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis com representantes acadêmicos para realizar o levantamento das principais demandas. 2. Estruturar os espaços físicos dos centros e diretórios acadêmicos, a fim de facilitar a participação política e mobilização estudantil. 3. Ceder sala e equipamentos para funcionamento dos CA's e DCE's, na forma da legislação em vigor. 4. Garantir o acesso à informação imediata aos ingressos quanto às formas de auxílio, bolsas ofertadas pela universidade e informações acerca do município em que se encontra, como potenciais locais de moradia, alimentação e demais demandas.

Proposição 6: Implantar política de criação, ampliação e manutenção de Moradia Estudantil.

Objetivos:

1. Auxiliar na permanência de acadêmicos de baixa renda oriundos de outras cidades ou da zona rural.
2. Facilitar o acesso e garantir a permanência na Universidade dos alunos com hipossuficiência financeira comprovada.
3. Contribuir com a redução da evasão.

Metas:

1. A partir de 2018/1.
2. A partir de 2018/2.
3. A partir de 2019.
4. 2020.

Estratégias:

Forma de obtenção/destinação de recursos

1.0. Levantar recursos via Instituições Públicas e/ou Privadas.

1.1. Garantir anualmente, orçamento ou outros recursos financeiros e parcerias para investimento na política de moradia estudantil, manutenção e ampliação das estruturas existentes.

1.2. Garantir investimento para manutenção e possível ampliação nessas moradias.

1.3. Garantir a ampliação da oferta de moradia por meio de Parceria Público Privada.

Mecanismos para atender à demanda

2.0. Construir moradia estudantil em todas as unidades que não possuem e reformar as já existentes.

2.1. Avaliar a possibilidade de implantação de moradia estudantil em todos os Câmpus.

2.2. Ofertar alojamentos masculinos e femininos (Além dos dormitórios, as unidades deverão possuir salas de estudo, refeitórios, banheiros, lavanderias etc.).

2.3. Realizar manutenção estrutural periodicamente à casa do estudante universitário, em todos os câmpus.

2.4. Realizar o levantamento de novas formas de implantar a moradia estudantil nos câmpus em que não há estrutura própria, como a possibilidade de aluguel de imóveis.

Formas de regulamentação

3.0. Regulamentar a criação, ampliação, manutenção da casa do estudante em todos os câmpus, via conselho competente.

3.1. Criar uma comissão interna na PRAE que realize o estudo da atual estrutura existente de Moradia Estudantil na Unemat.

3.2 Instituir uma comissão composta por membros de todos os segmentos, de cada campus, presidida pela PRAE, que irá normatizar a política de moradia estudantil.

Proposição 7: Criar e implantar Política de Restaurante Universitário (RU).
Objetivos: 1. Proporcionar melhor qualidade de vida aos acadêmicos, diminuindo a evasão. 2. Possibilitar o acesso aos serviços de restaurante universitário a comunidade acadêmica. 3. Auxiliar na permanência de acadêmicos. 4. Implantar política de avaliação alternativa para o fornecimento de alimentação para a comunidade acadêmica.
Metas: 1. A partir de 2019/1. 2. Inicio de estudos de viabilidade em 2018.
Estratégias: **Levantamento de demandas** 1.Realizar estudos de demanda e viabilidade nas unidades para criação do Restaurante Universitário. 2. Pesquisar experiências já consolidadas em outras IES. **Possibilidades de implementação** 3.0 Buscar financiamento externo e parcerias. 3.1Levantar recursos via Instituições Públicas e/ou Privadas. 4.Construir um modelo de Restaurante Universitário viável à instituição. 5. Realizar licitação para o refeitório

Proposição 8 Implantar restaurantes populares onde houver demanda, através de PPP (Parcerias Público Privadas):
Objetivos: 1.Atender a comunidade acadêmica
Metas: 1.2018/2
Estratégias: 1. Criar uma comissão na PRAE com representantes acadêmicos para realizar o levantamento das demandas e viabilização das ações. 2. Realizar estudos de demanda nas unidades. 3. Buscar financiamento externo e parcerias. 4. Realizar licitação para PPP. 5. Fornecer 3 refeições gratuitas ou baixo custo para a comunidade acadêmica.

Proposição 9: Viabilizar maior participação acadêmica em eventos internos e externos à instituição.
Objetivos: 1. Oportunizar, incentivar e garantir a participação acadêmica nos eventos institucionais, regionais, nacionais e internacionais.
Metas: 1. Até 2020.
Estratégias: 1. Realizar eventos institucionais. 2. Fomentar a divulgação de resultados das ações e experiências acadêmicas. 3. Promover o envolvimento dos acadêmicos das modalidades diferenciadas com a organização dos eventos. 4. Ampliar a participação acadêmica nos eventos da área de extensão e cultura em 100%. **Mecanismo de fomento à participação** 1.0.Publicar semestralmente editais para concessão de auxílio a eventos cujo valor esteja associado à distância entre o câmpus do acadêmico e a cidade do evento com vistas a cobrir as despesas de translocação. 1.1.Garantir auxílio para eventos semestralmente. 1.2.Fixar proporcionalmente os valores dos auxílios para eventos de acordo com a localidade dos mesmos (eventos estaduais, regionais, nacionais e internacionais).

Proposição 10: Criar política que permita a execução de projetos por discentes
Objetivos: 1. Possibilitar que acadêmicos possam propor projetos 2. Oferecer ao aluno a oportunidade de propor e executar projetos. 3. Promover a permanência do aluno nos cursos de Graduação por meio de ações sociais.
Metas: 1. A partir de 2018. 2. A partir de 2019/1.
Estratégias: 1. Desenvolver uma política estudantil que permita a execução de projetos por discentes. 2. Possibilitar que os alunos possam propor projetos de extensão com interface com a pesquisa. 3. Possibilitar que os alunos possam propor projetos de extensão destinados ao atendimento de comunidades e/ou grupos de resistência, em instituições públicas e/ou privadas de assistência social. 4. Oportunizar ao acadêmico desenvolver como coordenador/autor, Projeto de Extensão em comunidades de resistência. 5. Desenvolver uma Política Estudantil que possibilite mudanças na realidade sociocultural dos sujeitos e/ou grupos impactados. 6. Oferecer ao aluno a oportunidade de propor e executar projetos com a orientação de docente ou de PTES. 7. Institucionalizar os projetos por meio da PROEC para vigência de 01(um) ano podendo ser prorrogada pelo mesmo período, com concessão de bolsa de Extensão. 8. Estabelecer parceria com instituições de apoio e fomento públicas e/ou privadas para custeio dos projetos. 9. Regulamentar via PROEC a possibilidade da proposição de projetos de extensão por graduandos. 10. Implementar e regulamentar via resolução.

Proposição 11: Implantar e Implementar Políticas Estudantis de Melhoria da Qualidade de Vida.
Objetivos: 1. Valorizar a Comunidade Acadêmica. 2. Proporcionar a comunidade acadêmica meios de melhoria da qualidade de vida nos câmpus da Universidade.
Metas: 1. Até 2018. 2. Até 2020.
Estratégias: 1. Ofertar assistência pedagógica, psicopedagógica e psicológica, realizada por profissionais concursados para a função. 2. Criar Células de Atenção Integral à Saúde do Estudante. 3. Identificar a diversidade cultural e o perfil socioeconômico dos acadêmicos da Unemat. 4. Melhorar a recepção e acolhimento dos acadêmicos na UNEMAT. 5. Minimizar problemas de infraestrutura como acesso ao saneamento básico, água, conforto ambiental e estrutura física dos prédios que acarretam prejuízos às atividades acadêmicas. 6. Garantir a valorização da diversidade, articulada com a formação técnica e ética de profissionais. 7. Fomentar ações de arte e cultura nas dependências da universidade. 8. Incentivar os docentes a revelar os dotes artísticos dos acadêmicos. 9. Efetuar avaliações contínuas estruturais do ambiente universitário com a participação da comunidade acadêmica. 10. Promover atividades voltadas à saúde e qualidade de vida dos acadêmicos, incluindo a prevenção com programas de saúde específicos: prevenção de DST/AIDS, planejamento familiar, dependência química, saúde oral e de prevenção de doenças imunopreviníveis. 11. Oferecer espaço de atendimento formado por uma equipe multidisciplinar, como assistente social, professores, psicólogos e outros que se fizerem necessário, sem agendamento prévio. 12. Incluir essa política como política de atenção básica de saúde do estado de Mato Grosso, sendo parte da formulação do Programa Estadual de Assistência Estudantil. 13. Formular programas para compreender a diversidade cultural dos cursos e faculdades e a relação dessa diversidade com o desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos nos cursos. 14. Definir bases para o acolhimento estudantil. 15. Estabelecer uma política para realizar e fortalecer parcerias com instituições promotoras da arte e cultura.

16. Instalar Áreas/Centros de Convivência, que atendam manifestações culturais, prática de esportes, lazer.
17. Instituir o Programa de Combate à Intimidação Sistemática dentro da universidade e trazer um parâmetro moderador para que não se crie uma nova modalidade de censura.
18. Atender a 100% da comunidade acadêmica.
19. Criar um setor acadêmico, em cada câmpus, como espaço de escuta, de orientações e encaminhamentos, com todos os setores da Unemat.
20. A PRAE deverá se constituir como espaço agregador das informações dos acadêmicos da UNEMAT
21. A PRAE deverá implementar as políticas de acolhimento.

Proposição 12. Ampliar a promoção do Esporte, Lazer e Saúde
Objetivos: 1. Potencializar a oferta de projetos vinculados as atividades de esporte, lazer, saúde e qualidade de vida.
Metas: 1. Até 2020.
Estratégias: 1. Identificar, apoiar e fomentar as atividades desportivas, práticas corporais, manifestações artísticas e culturais. 2. Fomentar projetos e programas de apoio ao esporte que visem à promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida dos membros da comunidade acadêmica e integração com a comunidade externa. 3. Atender o público em espaços destinados à promoção do esporte, lazer e qualidade de vida.

Proposição 13. Estabelecer Política de Atendimento Pedagógico e Biopsicossocial.

Objetivos:

1. Oferecer amparo Psicológico, Social e Pedagógico à Comunidade Acadêmica.
2. Propiciar campo para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
3. Prevenir danos psicológicos, suicídio e utilização de drogas lícitas e ilícitas.
4. Reduzir a evasão acadêmica e a migração de alunos entre cursos e o prolongamento do seu tempo na universidade.
5. Melhorar a qualidade de vida dos acadêmicos de graduação e pós-graduação e servidores.

Metas:

1. Implantação em até 2 anos.
2. A partir de 2019/1, em todos os câmpus da universidade.

Estratégias:

Forma de implementação

1.0. Criar uma Comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de implantar essa política.

1.1. Criação, pela PRAE e PROEG, equipe multidisciplinar qualificada, composta pelos três segmentos (docentes, PTES e discentes) para viabilizar a implantação nos Câmpus.

1.2. Iniciar estudos e análises da viabilidade após o referendo dos Conselhos.

Forma de atendimento

2.0. Criar um centro de apoio Psicossocial para atendimento a comunidade acadêmica em todos os câmpus da Universidade.

2.1. Criar um núcleo de apoio psicológico vinculado a pró-reitoria de assuntos estudantis, com presença de psicológicos e assistente social.

3. Realizar concurso para profissional habilitado na área.

Proposição 14. Criar, implantar e implementar política de acolhimento familiar.

Objetivos:

1. Possibilitar ao acadêmico com filhos cursar sua graduação.
3. Reduzir a evasão acadêmica e a migração de alunos entre cursos e o prolongamento do seu tempo na universidade.
4. Melhorar a qualidade de vida dos acadêmicos de graduação e pós-graduação.

Metas:

1. Implantação em até 02 anos após estudos.
2. Até 2020.

Estratégias:

Formas de implementação

1.0. Firmar parceria com a rede municipal de educação infantil para oferta de espaço de acolhida para filhos da comunidade acadêmica.

1.1. Instituir "creche" universitária, disponibilizando um espaço físico com a presença de psicólogo e bolsistas para acolhida dos filhos (as) menores de 10 anos de idade, de alunos (as) e de servidores.

1.2. Criar um espaço pedagógico de acolhida de filhos e de convivência para filhos da comunidade acadêmica da universidade, de acordo com as necessidades dos câmpus.

1.3. Disponibilizar espaço físico com recorte pedagógico, garantindo profissionais habilitados para atender crianças, permitindo a execução de atividades necessárias para o seu desenvolvimento.

Profissionais para atuar

2.0. Realizar concurso para profissional habilitado na área.

2.1. Incentivar os acadêmicos ao desempenho de funções nas creches mediante a concessão de certificados e bolsas.

2.2. Criar projetos permanentes ou de extensão para o atendimento no período de estudo da mãe acadêmica e que este espaço seja no câmpus.7

Proposição 15: Criar e estabelecer política de recepção e acompanhamento dos discentes.
Objetivos: 1. Incentivar que os ingressantes conheçam a instituição e suas normativas acadêmicas. 2. Proporcionar a integração dos discentes ingressantes na comunidade acadêmica. 3. Oferecer ensino superior de qualidade e com respeito à dignidade humana. 4. Proporcionar qualidade de vida aos acadêmicos, diminuindo a evasão.
Metas: 1. A partir de 2019. 2. A partir de 2018. 3. Possibilitar a implementação até 2019.
Estratégias: 1. Criar, institucionalizar e designar equipes em cada câmpus para fazer acolhida e acompanhamento dos ingressantes, composta por professores, alunos e técnicos. 2. Elaborar, discutir e apresentar aos Conselhos propostas de regulamentação nas legislações da Unemat. 3. Estabelecer políticas de recepção para todos os discentes que se encontrem em regime de ressocialização. 4. Implementar políticas de acolhimento de ingressantes, incluindo alunos estrangeiros que ingressam na UNEMAT na graduação ou pós-graduação. 5. Estabelecer ações específicas voltadas ao apoio ao estudante desde seu ingresso até a conclusão do curso. 6. Desenvolver meios para a avaliação e adequação das ações de acolhimento. 7. Viabilizar mecanismos que possibilitem aos estudantes conhecerem a estrutura organizacional da UNEMAT. 8. Apresentar aos estudantes os programas de Ensino, Iniciação científica e extensão. 9. Implementar políticas de acolhimento de ingressantes, incluindo alunos estrangeiros que ingressam na UNEMAT na graduação ou pós-graduação.

Proposição 16: Elaborar política para a implantação de programa de tutoria.
Objetivos: 1. Criar um programa de tutoria. 2. Superar as deficiências do corpo discente adquirida na sua formação na educação básica; 3. Possibilitar ao acadêmico alcançar êxito na sua formação profissional.
Metas: 2. Em 2020
Estratégias: 1. Fomentar uma política de inclusão de tutor para os estudantes regularmente matriculados nos cursos regulares ofertados pela UNEMAT do segundo ao penúltimo semestre. 2. Regular por meio desta política a inclusão e atuação dos tutores. 3. Articular a possibilidade de concessão de bolsas remuneradas.

Eixo 7: Política de Financiamento

Proposição: 1. Elaborar mecanismos junto aos poderes executivo e legislativo com vistas a evitar a perda real monetária do orçamento da universidade.
Objetivos: 1. Assegurar a compensação da receita da universidade em casos de alterações da Receita Corrente Líquida (RCL) ou de sua metodologia de cálculo, por meio de leis, decretos e outros ordenamentos jurídicos.
Metas: 1. A partir do exercício financeiro de 2018.
Estratégias: 1. Articular junto aos poderes executivo e legislativo a criação de dispositivo legal que garanta a correção e atualização do índice de repasse mínimo do Governo do Estado conforme o art. 246 da Constituição Estadual. 2. Buscar compensação financeira nos casos em que o Estado criar renúncias de receitas.

Proposição: 2. Aumentar gradualmente 0,1% ano, até atingir o índice mínimo de repasse de 3% da Receita Corrente Líquida (RCL).
Objetivos: 1. Ampliar o índice mínimo dos recursos repassados pelo Governo do Estado. 2. Garantir e fortalecer a autonomia orçamentária e financeira da Universidade.
Metas: 1. A partir do exercício financeiro de 2018, com implantação de 2019 a 2023.
Estratégias: 1. Sensibilizar a classe política sobre a necessidade de manutenção e melhoria das ações de ensino superior no Estado de Mato Grosso. 2. Sensibilizar toda a sociedade sobre a deficiência financeira atual e a necessidade de alcançar o percentual de 3% para viabilizar possíveis expansões. 3. Mobilizar a comunidade acadêmica e política em nível regional com foco na sensibilização da ALMT. 4. Buscar o apoio dos poderes executivo e legislativo para formulação de projeto de Emenda Constitucional que proporcione a alteração do índice já previsto na Constituição do Estado.

Proposição: 3. Ampliar e melhorar o Apoio Estudantil
Objetivos: 1. Financiar as ações propostas para a Assistência Estudantil. 2. Garantir as condições para permanência do discente na IES durante seu curso de formação. 3. Melhorar o desempenho acadêmico das mães que muitas vezes precisam faltar às aulas porque não tem com quem deixar seus filhos.
Metas: 1. A partir de 2018/2. 2. Até 2020.
Estratégias: 1. Articular juntos aos poderes executivo e legislativo a instituição até 2019 de uma lei estadual de Programa Estadual de Assistência Estudantil. 2. Articular e gerir política para a instituição do programa de apoio estudantil. 3. Estabelecer um fundo de assistência estudantil. 4. Realizar estudos pelos conselhos superiores para determinar o valor de investimento aplicado anualmente. 5. Regulamentar a aplicação do recurso através dos conselhos superiores. 6. Viabilizar levantamento para o fornecimento de espaço adequado para que os(as) acadêmicos(as) que tem filhos possam deixá-las(os) no período de aula. 7. Realizar levantamento e garantir criação e implantação de (RU) Restaurante Universitário e moradia estudantil nos câmpus. 8. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, do CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 9. Instituir parcerias com município ou mesmo os pais onde as crianças tivessem onde serem cuidadas. 10. Estabelecer um valor mínimo de 1% de investimento em assistência estudantil.

Proposição: 4. Regular as parcerias entre entes públicos e privados de pessoas físicas e jurídicas de direito privado.
Objetivos: 1. Possibilitar arrecadação de recursos externos para financiamento de projetos de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e bolsas com mais agilidade na celebração de convênios e parcerias. 2. Possibilitar a arrecadação de recursos financeiros ou não e que seja garantido pelo Estado, o acesso da Universidade.
Metas: 1. Até 2019. 2. A partir de 2020.
Estratégias: 1. Regulamentar as legislações vigentes da Unemat. 2. Buscar parcerias com entes públicos, pessoas físicas, jurídicas de direito privado, associações, cooperativas e coletivas populares para arrecadação de recursos financeiros. 3. Incentivar alunos de pós-graduação a buscar financiamento dos seus projetos. 4. Instituir setor interno com expertise na formação de parcerias com entes públicos, pessoas físicas e jurídicas de direito privado. 5. Criar uma comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de institucionalizar essas políticas.

Proposição: 5. Modificar a lei para facilitar a autonomia financeira dos câmpus.

Objetivos:

1. Estabelecer parcerias de captação de recursos externos bem como a comercialização de produtos e serviços gerados pelos Câmpus.
2. Facilitar a captação de recursos para fins específicos como doações ou parcerias regionais e locais de investimento de recursos de pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse em realizar investimentos para obterem em troca algum serviço ou informação pela Unemat.
3. Garantir que os recursos financeiros coletados nos câmpus e unidades regionais retornem para as mesmas.
4. Dar visibilidade das ações desenvolvidas pela comunidade acadêmica.
5. Proporcionar novos investimentos e garantir maior qualidade no serviço prestado.
6. Prestar serviços técnicos e científicos.

Metas:

1. A partir de 2018/2.
2. Até 2019.

Estratégias: Comissões:

1. Criar uma comissão interna com membros da PRAD e Assessoria Jurídica, bem como do Ministério Público, para garantir a execução desta ação no âmbito legal.
2. Apresentar, por meio de uma comissão, um estudo de viabilidade de criação de Inscrições Estaduais por Unidades Regionais ou por Câmpus.
3. Criar comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de institucionalizar essas políticas.

Regulamentações:

4.Regulamentar a prestação de serviços como análises laboratoriais cujos custos sejam pagos por pessoas físicas e ou jurídicas interessadas no serviço.
5. Aprimorar as resoluções existentes que normatizam as relações entre a Unemat e as Fundações.
6. Alterar a Lei Complementar 11.340/11 (Lei das fundações de apoio) para que seja possível a arrecadação de recursos diretamente pelas fundações.
7. Reorganizar as fundações de apoio para atender esta demanda ou viabilizar a criação de novas fundações por área do conhecimento ou por unidades regionais.
8. Normatizar a política de prestação de serviços, bem como, de comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade.
9. Buscar alternativas de captação de recursos financeiros e sua aplicação.

Proposição: 6. Desenvolver política de concessão de Auxílio financeiro para qualificação dos servidores.
Objetivos: 1. Ofertar auxílio financeiro para os servidores que estiverem em qualificação em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado.
Metas: 1. imediata (*definir lapso temporal para implantação)
Estratégias: 1. Destinar dotação orçamentária para a concessão de auxílios financeiros e regulamentação nos Conselhos Superiores. 2. Criação de auxílio financeiro para qualificação dos servidores.

Proposição: 7. Propor política institucional de financiamento para desenvolvimento de Pesquisa, Ensino, Extensão, cultura e inovação.
Objetivos: 1. Consolidar a produção científica, tecnológica e cultural da comunidade acadêmica. 2. Custear a instalação e manutenção de equipamentos de pesquisa e coleções científicas. 3. Ampliar o acesso de maior número de extensionistas. 4. Possibilitar que extensionistas (graduados, mestres e doutores) possam institucionalizar projetos de extensão.
Metas: Implantar até 2018/2.
Estratégias: **Estudos de viabilidade:** 1. Fazer estudo financeiro com urgência para destinar os recursos sem prejuízo ao orçamento do câmpus. 2. Implantar após estudos de viabilidade financeira, em cada câmpus que desenvolve projetos e programas de pesquisas. **Recursos financeiros:** 3. Instituir o programa e providenciar os recursos e procedimentos para a utilização dos mesmos. 4. Solicitar recursos fora do orçamento anual com medida de urgência. 5. Implementar a contrapartida da universidade com reserva orçamentária para tais ações. 6. Solicitar diretamente a reitoria os recursos e a verba destinada diretamente ao projeto. 7. Garantir aporte financeiro próprio da UNEMAT para fomento dos projetos de extensão. 8. Criar um programa de financiamento interno permanente aos projetos de Pesquisa, Ensino, Extensão, cultura e inovação. 9. Regulamentar e aprovar nos conselhos superiores.

Proposição: 8. Viabilizar a ampla e irrestrita utilização dos recursos financeiros

Objetivos:

1. Proporcionar melhorias no planejamento e aplicações de recursos financeiros.
2. Garantir e fortalecer a autonomia orçamentária e financeira da Universidade.
3. Garantir margem para investimento e custeio.
4. Reestruturar os diferentes espaços de ensino e bibliotecas com aquisições de livros e modernização dos espaços e da infraestrutura tecnológica, utilizando o valor integral arrecadado com a fonte 240.

Metas:

1. A partir do exercício financeiro de 2018.
2. Até 2020.

Estratégias:

1.Arrecadação própria:

1.0. Buscar junto ao governo estadual formas para que a arrecadação própria (Fonte 240: Inscrições Vestibular, inscrições em Eventos e Taxas Administrativas Universitárias) se destine a conta específica da Universidade.

1.1. Garantir que os recursos da fonte 240 (recursos oriundos de locação de cantinas, copiadoras, multas de bibliotecas) sejam revertidos para a UNEMAT em 100% do valor arrecadado, revertidos ao câmpus de origem.

Comissões:

2. Instituir comissão ampliada para iniciar discussão e planejamento logo após aprovação no congresso.
3. Criar uma comissão para realizar o levantamento do valor do recurso junto ao governo do Estado e o acompanhamento da sua aplicação interna.

4. Articular juntos aos poderes executivo e legislativo a desvinculação dos recursos recebidos pela conta única do Governo de Estado através da criação de uma conta específica à Unemat.
5. Buscar junto ao poder Executivo e Legislativo, com base na autonomia financeira, o repasse automático dos recursos do tesouro estadual, na forma de duodécimos, em conta específica da UNEMAT, o mesmo em relação à arrecadação própria.
6. Estabelecer limites internos de gastos com folha de pagamento, tal qual a LRF e Regulamentar nos Conselhos Superiores.
7. Discutir e aprovar resolução no CONSUNI.

Proposição: 9. Melhorar a infraestrutura dos câmpus criando fundos específicos para este fim, após a criação de uma conta da Universidade com exceção fora da fonte 100.
Objetivos: 1. Garantir melhor estrutura física e de trabalho nas diversas unidades da Unemat. 2. Obter sustentação financeira para investimento em infraestrutura física da universidade.
Metas: 1. Imediatamente. 2. em 2018/2.
Estratégias: **1. Percentuais de investimento:** 1.0. Investir no mínimo de 3% do total de repasse anual da universidade em infraestrutura. 1.1. Estabelecer que no mínimo 5,0% do orçamento anual da UNEMAT seja destinada a infraestrutura físicas da universidade. 1.2. Garantir investimento de no mínimo de 2% do total do repasse anual para a universidade em infraestrutura. 2. Criar um fundo de investimento fixo para infraestrutura. 3. Implementar a disponibilidade financeira. 4. Regulamentar nas legislações vigente da Unemat. 5. Proporcionar uma reserva de caixa para investimentos nos Câmpus. 6. Cumprir medida validada no Estatuto e Conselhos da IES; 7. Discutir e aprovar resolução no CONSUNI.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Everton Fernando. Programas e ações em qualidade de vida no trabalho. InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em:<http://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/34135>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ALVES, F. H. C.; TORRES, F. P.; SUTO, H. S.; AZEVEDO, L. S. L.; BARBOSA, M. M. Percepções de Alunos de Medicina sobre Marketing Médico. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 36, n. 3, p. 293-299, 2012.

AMARAL, Geraldo Francisco do; GOMIDE, Lidyane Marque de Paula; BATISTA, Mariana de Paiva; PÍCCOLO, Paulo de Paula; TELES, Thais Bittencourt Gonsalves; OLIVEIRA, Paulo Maurício de; PEREIRA, Maria Amélia Dias. Sintomas depressivos em acadêmicos de medicina da Universidade Federal de Goiás: um estudo de prevalência. Revista Psiquiátrica RS. 30(2), 2008.

ASSIS, R. M.; BONIFÁCIO, N. A. A formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão. Educação e Fronteiras, v. 1, n. 3, p. 36-50, 2011.

BAZZO, Ezio Flavio. Algumas considerações sobre a saúde mental dos funcionários públicos. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 17,n. 1,p. 41-44, 1997 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BENEDETTO, Mara Rosane Scherer. A Perícia em saúde na administração pública federal: A experiência em saúde na unidade SIASS - INSS – Porto Alegre. IV Congresso CONSAD de Gestão Pública. Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília/ DF. 26 a 27 de maio de 2011.

BRASIL, MEC. Res. 02/2015 – CP/CNE. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf

BRASIL, Portaria Normativa n. 3, de 25 de março de 2013 (2013). Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6833.htm. Acesso em: 27 abr. 2017.

BRASIL. Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da Extensão. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

BRASIL. LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

CABRAL, Fábia Moreira Squarça; CARVALHO, Maria Aparecida Vivan de; RAMOS, Rosângela Mancini. Dificuldades no relacionamento professor/aluno: um desafio a superar. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto , v. 14, n. 29, p. 327-335, Dec. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 abr. 2017.

CARVALHO, Ana Paula. Como lidar com o luto no trabalho. 2010. Disponível em: < http://www.bemparana.com.br/noticia/153713/como-lidar-com-o-luto-no-trabalho>. Acesso em: 11 maio 2017.

CAVESTRO, J.M.; ROCHA, F.L. Prevalência de depressão entre estudantes universitários. J Bras Psiquiatr. 2006; 55(4):264-7.

CORREIA, L. F.; MORAES, L. F. R.; MARQUES, A. L. Comprometimento organizacional: uma contribuição ao constructo . In: XXII EnANPAD. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

COUTINHO, Maria Chalfin; DIOGO, Maria Fernanda; JOAQUIM, Emanuelle de Paula. Cotidiano e saúde de servidores vinculados ao setor de manutenção em uma universidade pública. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo , v. 36, n. 124, p. 227-237, Dec. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2017.

DE ARMOND; MM. A quality assurance program for a Mental Health Service. J Am Coll Health Assoc. 1981;30(3):139-40

Dec. 6.833 de 29.04.09 que institui o Sistema de Atenção à Saúde do Servidor –

DEJOURS, C. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. da C.; FACAS, E. P. (Org.) Diálogos em psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2007. p. 13-26.

DEMO, P. Educar pela pesquisa. Campinas: Editora Autores Associados, 1996. 120p.

FARIA, E. B. L et. al. O Papel da Equipe Multiprofissional nos Serviços de Saúde dos Servidores Públicos Civis Federais. REVISTAS DA UNILINS. N. 01, 2013.

FARIAS, Ana Paula P., SANTOS, Renata Nazaré Machado T. dos. Interdisciplinaridade no ensino superior: uma abordagem a partir da proposta de Edgar Morin. Revista Saberes, Natal/RN, v1, n12, Set.2015,265-280.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. 165p.

FREITAS, André Luís Policani; SOUZA, Rennata Guarino Bastos de. Um modelo para avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho em universidades públicas. Sistemas & Gestão, v.4, n.2, p.136-154, maio a agosto de 2009. Disponível

em:<file:///C:/Users/karin/Dropbox/TESE%20CONGRESSO/QVT%20universidades%20p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FREITAS, Áurea Maria Resende de; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Trabalho e saúde do trabalhador em universidade pública no Brasil. XVI Coloquio Internacional de Gestión Universitaria – CIGU. Arequina/ Perú, 23, 24, 25 de novembro de 2016. Disponível em:<fhttps://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171301/OK%20-%20101_00351.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FUREGATO, A.R.F.; NIEVAS, A.F.; SILVA, E.C.; COSTA JR., M.L. - Pontos de vista e conhecimentos dos sinais indicativos de depressão entre acadêmicos de enfermagem. Rev Esc Enferm USP 39 (4): 401-408, 2005.

FUREGATO, Antonia Regina Ferreira; CASSIANO, Roberta Pelicari de Toledo; CAMPOS, Mariara Cássia de; SILVA, Edilaine Cristina da.Depressão e auto-estima entre acadêmicos de enfermagem. Rev. psiquiatr. clín. (São Paulo); 33(5): 239-244, 2006.

GASPARINI, Sandra M.; BARRETO, Sandhi M.; ASSUNÇÃO, Ada A..O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa, São Paulo, v 31(2), p.189-199, mai/ago, 2005.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & letras, 2007.

HAMAMOTO FILHO, P. T.; VILLAS-BÔAS, P. J. F.; CORRÊA, F. G.; MUÑOZ, G. O. C. Normatização da abertura de ligas acadêmicas: a experiência da Faculdade de Medicina de Botucatu. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 34, n. 1, p. 160-167, 2010.

HIRIGOYEN, M. F. Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

LEITE, C. F. F. O comprometimento organizacional na gestão pública: um estudo de caso em uma universidade estadual. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Vitória da Conquista, 2004.

MATO GROSSO. “Manual de Saúde e Segurança no Trabalho para os Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. 2015.

MATO GROSSO. Decreto 1919, de 29 de agosto de 2013. Institui a Política de Saúde e Segurança no Trabalho para os Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso

MATO GROSSO. Lei Complementar 321, de 30 de junho de 2008. Dispõe sobre o Quadro e Plano de Carreira, Cargos e Subsídios dos Profissionais Técnicos da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

MEDEIROS, C. A. F. Comprometimento organizacional: um estudo de suas relações com características organizacionais e desempenho nas empresas hoteleiras. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MERRIT, R.K.; PRICE, J.R.; MOLISSON, J.; GEDDES J.R.. A cluster randomized controlled trial to assess the effectiveness of an intervention to educate students about depression. Psychol Med.; 37(3):363, 2007

MINAYO, M.C.S. Mudanças Globais e Tendências do Campo da Saúde no Brasil, Revista da Educação Física/UEM, Vol. 15, No 1, 69-80, 2004.

NOGUEIRA-MARTINS, M.C.F; AVANCINE, Mato; NOTO, J.R.S. A atenção à saúde mental do estudante de graduação na UNIFESP. In: A face humana da medicina. De Marco M.A. (Org). São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.

PASTÓRIO, Aparecida; LEITE, Doris Terezinha Löff Ferreira; RODRIGUES, Eliete da Silva; SEVERO, Silvani Botlender; SEMINOTTI, Nedio. Integralidade e transdisciplinaridade em 1):1685-1698, 2010. Disponível em: <http://ltc-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/Interdisciplinaridade%20nos%20CAPS.pdf>, acesso em 25 abr 2017.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 31, n. 3, p. 203-211, 2007.

SANTOS, T.M.; ALMEIDA, A.O.; MARTINS, H.O.; MORENO, V. - Aplicação de instrumento de avaliação do grau de depressão em universitários do interior paulista durante a graduação em enfermagem. Acta Scient 25 (2): 171-176, 2003.

SCHATZMAM, M.; GOSDAL, T. C.; SOBOLL, L. A.; EBERLE, A. D. Aspectos definidores do assédio moral. In: SOBOLL, L. A.; GOSDAL, T. C. (Org.). Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar. São Paulo: LTr, 2009. p. 17-32.

SECONELLI, Luisa Isabel Zanchim. Clima organizacional no contexto de uma instituição de ensino superior : um estudo de caso da pró-reitoria de administração da Universidade Federal de São Carlos. 2010. Dissertação (Monografia curso de especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor – CGASS.

SILVA, Erika Correia. Qualidade de vida e bem-estar subjetivo de estudantes universitários. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012. 79f. Dissertação.(Mestrado em Psicologia da Saúde). Programa de pós-graduação em Psicologia da Saúde. Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2012.

SOUZA, K. R., BONFATTI, R. J; SANTOS, M. B. M.. Participação social, vigilância em saúde do trabalhador e serviço público. Trabalho educação e saúde, 13(2): 261-282, 2015.

STECKER T.; Well-being in an academic environment. Med Educ. ;38(5):465-78, 2004.

UNEMAT. Anuário da UNEMAT 2016 – Ano base 2015. 2016. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=transparencia-publica&m=institucional&c=anuario-estatistico>. Acesso em: 28 abr. 2017.

VIEIRA, E. M.; BARBIERI, C. L. A.; VILELA, D. B.; IANHEZ JR, E.; TOMÉ, F. S.; WOIDA, F. M.; MARTINEZ, G. L. O que eles fazem depois da aula? As atividades extracurriculares dos alunos de ciências médicas da FMRP-USP. Medicina, v. 37, p. 84-90, 2004.

VIEIRA, Kay Francis Leal; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. Representações Sociais da depressão e do suicídio elaboradas por estudantes de psicologia. Psicologia ciência e profissão, 2008, 28 (4), 714-727

ZANIN, Fernanda da Conceição, FREITAS, Joana Alice Ribeiro de and KUNZLE, Luis Allan. Violência moral e adoecimento de docentes da UFPR em discussão: análise de dados obtidos através de parceria entre Psicologia do Trabalho e Sindicato.. In: SEMINARIO DE SAUDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 8., 2012.

ZANIN, Fernanda da Conceição; KÜNZLE, Luis Allan; PERNA, Paulo de Oliveira; MUNTSCH, Sandra Mara Alessi. Política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público no Brasil. 2005.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Planejamento Estratégico Participativo (PEP): Relatório. Unemat: Cáceres, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Estatuto da Unemat. Resolução Nº 002/2012 – CONCUR

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB nacional [recurso eletrônico]**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159)

BRASIL. Constituição (1988). Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 65 p.

BRASIL. **Decreto nº 5.450**. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília-DF, 31 mai. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.174**. Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União. Brasília-DF, 12 mai. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7174.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.892**. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Brasília-DF, 23 jan. 2013. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.428**. Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública. Brasília-DF, 02 abr. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8428.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Lei complementar nº 101**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília-DF, 04 mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Lei complementar nº 95**. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Brasília-DF, 26 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp95.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 1.079**. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Brasília-DF, 10 abr. 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei no 10.257**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília-DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.520**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília-DF, 17 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei no 11.079**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília-DF, 30 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.107**. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Brasília-DF, 06 abr. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.527**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília-DF, 18 nov. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.898**. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Brasília-DF, 09 dez. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4898.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília-DF, 19 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.429**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília-DF, 02 jun. 1992. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.666**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília-DF, 21 jul. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666compilado.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.745**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília-DF, 09 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.987**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília-DF, 13 fev. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.051**. Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações. Brasília-DF, 18 mai. 1995. Disponível em; <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9051.htm>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.265**. Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania. Brasília-DF, 12 fev. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9265.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.784**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília-DF, 29 jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Artigo Publicado na Revista Brasileira de Educação. n.24 Rio de Janeiro set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. 11 ed. Campinas/SP: Papirus editora, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSETTO, Marcos T. **Didática: A aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997.

MATO GROSSO. **Constituição do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá-MT: PUBLIAL - Publicações Assembleia Legislativa, 2011. 128 p.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.360**. Dispõe sobre o Estágio Obrigatório e não remunerado para estudantes de Instituições Públicas de Ensino Superior em Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e dá outras providências. Cuiabá-MT, 10 set. 2012. Disponível em: <http://www.gestao.mt.gov.br/download.php?Op=legislacao&arquivo=DE_1360-2012-115.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.956**. Cria o Conselho de Ética Pública da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá-MT, 11 out. 2013. Disponível em: <http://www.gestao.mt.gov.br/download.php?Op=legislacao&arquivo=DE_1956-2013-95.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.973**. Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Cuiabá-MT, 25 out. 2015. Disponível em: <http://www.gestao.mt.gov.br/download.php?Op=legislacao&arquivo=DE_1973-2013-128.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Decreto nº 121**. Disciplina o estágio remunerado no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 19 jun. 2015. Disponível em: <http://www.gestao.mt.gov.br/download.php?Op=legislacao&arquivo=DE_121-2016-161.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Decreto nº 2.490**. Dispõe sobre normas complementares de organização, funcionamento, procedimento e rito processual às Instâncias Éticas que integram o Sistema de Gestão da Ética Pública da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Cuiabá-MT, 11 ago. 2014. Disponível em: <http://www.gestao.mt.gov.br/download.php?Op=legislacao&arquivo=DE_2490-2014-96.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Decreto nº 634**. Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 121, de 19 de Junho de 2015, que Disciplina o estágio remunerado no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 08 jul. 2016. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/7C7B6A9347C50F55032569140065EBBF/2C4FC6B78974F33484257FED0042DF11>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Decreto nº 675**. Estabelece medidas de redução e de controle das despesas de custeio e de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências. Cuiabá-MT, 30 ago. 2016. Disponível em: <http://www.gestao.mt.gov.br/download.php?Op=legislacao&arquivo=DE_675-2016-173.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Lei complementar n° 112**. Institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 01 jul. 2002. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legfinan.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/eb4f48d928b85f5604256f870072e362?OpenDocument>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Lei complementar n° 114**. Dispõe sobre o Estatuto das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no âmbito do Estado de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 25 nov. 2002. Disponível em: <http://www.gestao.mt.gov.br/download.php?Op=legislacao&arquivo=LE_114-2002-104.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Lei complementar nº 04**. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores, Públicos da Administração Direta das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Cuiabá-MT, 15 out. 1990. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E005567C5/250A3B130089C1CC042572ED0051D0A1/F30BBDEE7F310A2E042567BD006CE603>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MATO GROSSO. **Lei complementar nº 566**. Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Cuiabá-MT, 20 mai. 2015. Disponível em: <http://www.gestao.mt.gov.br/download.php?Op=legislacao&arquivo=LC_566-2016-154.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MEDEIROS, Orione Dantes. **O controle de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988**: Do modelo híbrido à tentativa de alteração para um sistema misto complexo. Artigo publicado na Revista de Informação Legislativa. n.º 200. out./dez. 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502943/000991834.pdf?sequence=1>. Acesso: 13 de mai. 2017.

MELLO, G. N. de. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical**. São Paulo Perspec, São Paulo, v. 14, n. 1, Mar. 2000.

MONTEIRO, Marco Antonio Correa. **O princípio da segurança jurídica e o controle de constitucionalidade brasileiro**. 2010. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/Artigos/marco.pdf>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 8.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

OLIVEIRA, Betty A., DUARTE, Newton. **Socialização do saber escolar**. São Paulo – SP: Cortez, 1687. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 17).

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática Educativa:** Dos planos e discursos à sala de aula. Campinas – SP: Papirus, 1997.

PORTAL EDUCAÇÃO. **A Evasão Universitária**. Cursos online: mais de 1000 cursos online com certificado. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/cotidiano/artigos/53486/a-evasao-universitaria#ixzz44i32m55B>. Acessado em: 23 de março 2016.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 1994. 2 ed. 86 p.

ROSINI, Maria Augusta Sanches. **Educar para ser**. ed. 2. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkar. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.138 p. Disponível em: Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. **Informativo Planejamento Estratégico**. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/oldfiles/prpti/docs/planej_estrategico/informativo_planejamento_estrategico_participativo_v2.pdf>. Acessado em: 22 de maio 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. Plano de Desenvolvimento institucional PDI-2008/2014 – Disponível http://www.unemat.br/prpti/pdi/docs/pdi/PDI_2008-2014.pdf

UNEMAT. **Resolução Nº 065/2011/CONEPE**. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/2645_res_conepe_65_2011.pdf>. Acessado em: 27 de maio 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. **Resolução Nº 081/2008/CONEPE**. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/310_res_conepe_91_2007.pdf>. Acessado em: 22 de maio 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. **Resolução N.º 024/2013 – CONSUNI**. Cáceres-MT – Sala de Sessões do Conselho Universitário, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. [Aprova a criação de Câmpus Universitário nas cidades de Nova Mutum e Diamantino, com ressalvas, e dá outras providências]. **Resolução N.º 001/2013 – CONSUNI**. Cáceres-MT – Sala de Sessões do Conselho Universitário, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. [Aprova o regimento do 3º Congresso Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT]. **Resolução N.º 015/2016 – CONSUNI**. Alta Floresta-MT – Sala de Sessões do Conselho Universitário, 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. [Aprova o regimento do 3º Congresso Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT]. **Resolução N.º 016/2016 – CONSUNI**. Alta Floresta-MT – Sala de Sessões do Conselho Universitário, 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. [Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso]. **Resolução N.º 002/2012 – CONCUR**. Cáceres-MT – Sala de Sessões do Conselho Curador, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. **Planejamento Estratégico Participativo 2015-2025**: Planejar, Participar, Concretizar. [Documento Final]. 2016. Disponível em; <http://portal.unemat.br/media/files/Documento%20Final%20PEP%20CONSUNI%20-10-10-16.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998

PODER EXECUTIVO. **Lei Complementar n° 320, de 30 de Junho de 2008**. Cuiabá-MT: Diário Oficial, 2008. Disponível em: <http://www.unemat.br/leis/leis/30_lc_320_2008.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PODER EXECUTIVO. **Lei Complementar nº 534, de 07 de Abril de 2014**. Cuiabá-MT: Diário Oficial, 2014. Disponível em: <http://www.unemat.br/reitoria/copad/docs/legislacao/ lc_534_d.o._07-04-2014>. Acesso em: 28 abr. 2017.

Projeto Político Pedagógico dos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena. UNEMAT/Barra do Bugres-MT, 2001.

Resolução CNE/CP 1/2015. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de janeiro de 2015-Seção 1-pp.11-12.

UNEMAT. **Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso - RESOLUÇÃO Nº 002/2012 – CONCUR**. Cáceres-MT: UNEMAT, 2012. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/curador/3344_res_curador_2_2012.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

UNEMAT. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2017 – 2021**. Cáceres-MT: UNEMAT, 2017. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/consuni/365 2_res_consuni_1_2017.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

UNEMAT. **Projeto de Avaliação Institucional da Universidade do Estado de Mato Grosso**. Cáceres-MT: UNEMAT, 2015. Disponível em: <http://www.unemat.br/reitoria/avaliacao/docs/2016/cpa_projeto_de_avaliacao_institucional_2015_2018.pdf >. Acesso em: 28 abr. 2017.

UNEMAT. **Relatório da Gestão 2002-2010. UNEMAT para todos**. Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2010.

UNEMAT. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**. Cáceres: Universidade do Estado de Mato Grosso, 2017.

UNEMAT. **Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso**. Cáceres: Universidade do Estado de Mato Grosso, 2017.

_____. **Portal do 3º Congresso da UNEMAT**. http://portal.unemat.br/congresso-universitario – "Participar, Propor, Consolidar" – Acesso em 20/04/17.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, 2004, set./out.p.1400-1410.

Decreto Estadual do Mato Grosso n. 88 de 11 de maio de 2015.

CECCIM, R. B.; PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Orgs). Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2005.

CHAVES, Simone Edi. Os movimentos macropolíticos e micropolíticos: no ensino de graduação em Enfermagem. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 18, n. 49, p. 325-336, jun. 2014.

UNEMAT. **Relatório da Gestão 2002-2010. UNEMAT para todos**. Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2010.

http://portal.unemat.br/congresso-universitario . **Portal do 3º Congresso da Unemat**. – "Participar, Propor, Consolidar" – Acesso em 20/04/17.

UNEMAT. **Resolução RE nº 012/2011** – CONEPE, de 23 de março de 2011. Regulamentação da política de qualificação *Stricto Sensu* dos Docentes da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso –UNEMAT. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/2317_res_conepe_12_2011.pdf >

UNEMAT. **Resolução** RE nº 135/2003, de 24 outubro de 2003. Parâmetros para a consolidação da política de Iniciação científica e para a concessão de Bolsas de Iniciação Científica para o Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC – com recursos provenientes do Fundo Institucional de desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão (FIDPEx) da Universidade do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/1923_res_conepe_135_2003.pdf>

UNEMAT. **Resolução RE nº 04/ 2001**, de 11 de janeiro de 2011. Política, implantação e execução do "Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNEMAT - PIBIC/UNEMAT. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/oldfiles/prppg/docs/r04.pdf>

UNEMAT. Resolução RE nº 044/2016, de 24 de agosto de 2016. Regulamenta a política de concessão de Bolsas de Extensão Universitária e as ações de acadêmicos voluntários nas atividades extensionistas. Disponível em: < http://portal.unemat.br/media/files/Res_conepe_44-2016.pdf>

UNEMAT. Resolução RE nº 013/2016, de 31 de março de 2016. Disciplina o agamento das Bolsa Pesquisador e da Bolsa Extensionista Nível Superior, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/resolucao_consuni_13_2016.pdf>

UNEMAT. **Resolução RE Nº. 002/2012 CONCUR**, de 18 de maio de 2012. Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso –UNEMAT. Disponível em: <http://www.unemat.br/legislacao/index.php?id_res=3151>

ESTADO DE MATO GROSSO. **Lei Complementar N° 320**, de 30 de Junho de 2008. Alteração do Plano de Carreira dos Docentes da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso, seus respectivos cargos e subsídios e dá outras providências. Disponível em: <http://www.unemat.br/legislacao/index.php?id=30>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/constituicaofederal1988.pdf>. Acessado em 05/05/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_institucional_externa_recredenciamento.pdf>. Acessado em 05/05/2017.

II

ANDIFES. **Plano nacional de assistência estudantil**, ANDIFES, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf >. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Brasília, 2015.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. FONAPRACE, Brasília, 2011.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes & BONACELLI, Maria Beatriz Machado. Repensando o Papel da Universidade no Século XXI: Demandas e Desafios In: REVISTA TECNOLOGIA E SOCIEDADE, VOL. 09, Nº 18, 2013.

MATO GROSSO. Lei Complementar nº 319 de 30 de junho de 2008. **Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 30, de 15 de dezembro de 1993 e adota outras providências**. Cuiabá: Poder Executivo, 2008a.

_____. Lei Complementar nº 320 de 30 de junho de 2008. **Dispõe sobre alteração do Plano de Carreira dos Docentes da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso, seus respectivos cargos e subsídios e dá outras providências.** Cuiabá: Poder Executivo, 2008b.

_____. Lei Complementar nº 321 de 30 de junho de 2008. **Dispõe sobre o Quadro e Plano de Carreira, Cargos e Subsídios dos Profissionais Técnicos da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.** Cuiabá: Poder Executivo, 2008c.

NAJBERG, E.; BARBOSA, N. B. Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 3, n. 2, p. 31-45, 2006.

NOZAKI, J. M.; FERREIRA, L. A.; FRANÇA-HUNGER D. A. C. Evidências formativas da extensão universitária na docência em Educação Física. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 228-241, 2015.

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso. **Anuário Estatístico 2016, ano base 2015**. Cáceres: Editora Unemat, 2016a

_____. **Planejamento Estratégico Participativo 2015 - 2025: Planejar, Participar, concretizar**. Resolução UNEMAT/CONSUNI nº 048/2016. Cáceres: Editora Unemat, 2016b.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017 - 2021**. Resolução UNEMAT/CONSUNI nº 029/2017. Cáceres: Editora Unemat, 2017.

_____. Resolução CONCUR/UNEMAT nº 002/2012. **Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso**. Cáceres, 2012.

contornos de um conceito. **Conexão Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul,

v. 4, n. 7, p. 11-20, jan/jun. 2005.

_____. A divulgação da produção científica no Brasil: A visibilidade da pesquisa nos portais das universidades brasileiras. **Ação Midiática -** Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, v. 7, p.1-15, 2014.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Jornalistas e cientistas: a construção coletiva do conhecimento. **Comunicação & Sociedade.** São Bernardo do Campo: PósCom- Umesp, n. 41, p. 39-53, 1 sem. 2004.

_____. O papel das assessorias de comunicação na divulgação da ciência: a experiência da Unicamp. **Revista Comunicarte,** Campinas, v. 15, n. 21, p. 67-79, 1997.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade.** São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** 5. ed. São Paulo: Summus, 2003.

MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública:** estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação Empresarial Integrada**. Rio de Janeiro, Mauad, 2000.

TEIXEIRA, Danielle. Comunicação Institucional e Universidade: diretrizes para a divulgação científica no estado de Mato Grosso. [tese doutorado]. Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1546/2/Danielle%20Tavares%20Teixeira.pdf. Acesso em: 14/04/2017.

UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso). **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2008/2014**. Cáceres: Unemat, jul. 2008.

_____. **Resolução nº 002/2012 – CONSUNI-** Cria a estrutura organizacional da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Cáceres: Unemat, 2012.

_____. **Resolução nº 002/2012 – CONCUR-** Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Unemat: Cáceres, 18 de maio de 2012.

_____. /COVEST (Coordenaria de Concursos e Vestibulares). **Perfil dos candidatos ao concurso vestibular 2016/2**. Disponível em: <http://concursos.unemat.br/>).

_____. **Resolução nº 005/2014 – *ad referendum* do CONSUNI** – Relatório Parcial de Avaliação Institucional da Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat / Ciclo Avaliativo 2013 -2015. Reitoria, Cáceres: 27 de março de 2014.

_____. **Resolução nº 001/2015 – *ad referendum* do CONSUNI** – Relatório Conclusivo da Autoavaliação do Ciclo 2013-2015. Cáceres: Unemat, 2015a.

_____. **Planejamento Estratégico Participativo (PEP)**, Cáceres: Unemat, 2015b. Disponível em: <http://www.novoportal.unemat.br/?pg=site&i=pep>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Ambiente Interno – Validado.** Planejamento Estratégico Participativo (PEP), Cáceres: Unemat, 2015c. Disponível em: <http://www.novoportal.unemat.br/?pg=site&i=pep>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Ambiente Externo – Validado.** Planejamento Estratégico Participativo (PEP), Cáceres: Unemat, 2015d. Disponível em: <http://www.novoportal.unemat.br/?pg=site&i=pep>. Acesso em: 10 jan. 2016.

VASCONCELOS, Luciene Ricciotti. **Planejamento da Comunicação Integrada:** manual de sobrevivência para as organizações do século XXI. São Paulo: Summus, 2009.

Constituição Federal 1988.

Estatuto da UNEMAT.

UNEMAT. **Relatório da Gestão 2002-2010. UNEMAT para todos**. Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2010.

http://portal.unemat.br/congresso-universitario . **Portal do 3º Congresso da Unemat**. – "Participar, Propor, Consolidar" – Acesso em 20/04/17.

III

ALVES, Rubens. Sobre jequitibás e eucaliptos – amar. In: **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1980, p. 9-27. Disponível em: <https://sandramaggio.files.wordpress.com/2011/03/conversas-com-quem-gosta-de-ensinar-rubem-alves.pdf>. Acesso em 7 jul. 2015.

ALARCÃO, Isabel. Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Cchön e os programas de formação de professores. In: _____. (org.). **Formação reflexiva de professores**: estratégias de supervisão. Porto: Porto, 1996. p. 9-39.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 [...] e dá outras providências. **Portal da legislação**: governo federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12772.htm>. Acesso em 6 jul. 2015.

_____. Lei nº 12.863, de 24 de setembro de2013. Altera a Lei n° 12.772, de 28 de dezembro de 2012 [...] e dá outras providências. **Portal da legislação**: governo federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm#art3>. Acesso em 6 jul. 2015.

COOREIA, Luis Fernando. Imunoterapia ganha destaque em congresso de oncologia nos EUA. In: **CBN**: a rádio que toca notícias. Disponível em: < http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/luis-fernando-correia/2015/06/01/IMUNOTERAPIA-GANHA-DESTAQUE-EM-CONGRESSO-DE-ONCOLOGIA-NOS-EUA.htm >. Acesso em: 6 jul. 2015.

FARIA, Carlos Alberto de. **O que você não vê?** Bombinhas, 2006. Disponível em: <http://www.merkatus.com.br/11_artigos/70.htm>. Acesso em 2 jul. 2015.

KAFKA, Franz. **Metamorfose**. Universidade da Amazônia. [Manaus, 20-?]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em 1 jul. 2015.

JANELA de Johari. Produção de Joilson Melo. 2014a. Vídeo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rsUz3sIeF78 >. Acesso em 21 jun. 2015.

_____. Produção de Eduardo Abreu. Escola da Voz, 2014b. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ubPln13OvtE>. Acesso em: 21 jun. 2015.

L'APICCIRELLA, Nadime. O existencialismo de Jean Paul Sartre. **Revista eletrônica de ciências**. São Paulo: n. 26, abr. 2004. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_26/sartre.html>. Acesso em 2 jul. 2015.USP – Centro de divulgação científica e cultural.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 6. ed. São Paulo: 2008. p. 15-34.

RANCIERE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, Vilson Ribeiro. O homem e sua circunstância: introdução à filosofia de Ortega y Gasset. **Metanoia**. São João del-Rei; n. 1, p. 61-64, jul. 1998/1999. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/numero1/vilson6.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2015.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo. 1968. Disponível em: <http://copyfight.me/Acervo/livros/WITTGENSTEIN,%20Ludwig.%20Tractatus%20Logico-Philosophicus%20(1968).pdf>. Acesso em: 7 jul. 2015.